

Organização

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Angelo Ferreira Monteiro

Bruno Brandão Augusto

Para além do Vale do Café

Ensaio em História, Patrimônio Cultural e Educação



UNIVERSIDADE DE
vassouras

Para além do Vale do Café
Ensaio em História, Patrimônio Cultural e Educação

Para além do Vale do Café

Ensaio em História, Patrimônio Cultural e Educação

Organização
Luis Filipe Bantim de Assumpção
Angelo Ferreira Monteiro
Bruno Brandão Augusto



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitoria de Integração, Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Relações Externas
Doutorado em História em parceria com a UNISINOS
Curso de Graduação em Pedagogia

Vassouras-RJ

2022

© Universidade de Vassouras Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Os textos publicados nesta obra são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras.

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra
Eng. Marco Antonio Vaz Capute

Reitor da Universidade de Vassouras
Prof. D.Sc. Marco Antonio Soares de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. D.Sc. Carlos Eduardo Cardoso

**Pró-Reitor de Integração, Ciências Humanas,
Sociais Aplicadas e Relações Externas**
Prof. M.Sc. Hamilton Moss de Souza

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras
Prof.ª M.Sc. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Coordenador Local de Doutorado em História
Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Organização

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção
Prof. M.Sc. Angelo Ferreira Monteiro
Prof. M.Sc. Bruno Brandão Augusto

Conselho Executivo

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS)
Prof. D.Sc. César Fornis (Uni Sevilla)
Prof. D.Sc. Eduardo Cavalcanti Schnoor (Instituto Vassouras Cultural)
Prof. D.Sc. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)
Prof.ª D.Sc. Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcanti (UniVassouras)
Prof.ª D.Sc. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (UNIRIO)
Prof.ª D.Sc. Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS)
Prof. D.Sc. Ricardo Henrique Salles (*in memoriam*) (UNIRIO)
Prof. D.Sc. Rainer Guggenberger (UFRJ)

Conselho Consultivo

Prof. M.Sc. Adiel Queiroz Ricci (UniVassouras)
Prof.ª D.Sc. Ana Maria Pessoa dos Santos (Fundação Casa de Rui Barbosa)
Prof. D.Sc. André da Silva Bueno (UERJ)
Prof. M.Sc. Angelo Ferreira Monteiro (UniVassouras)
Prof. M.Sc. Bruno Brandão Augusto (Uni Vassouras)
Prof.ª D.Sc. Fabiana Pereira do Amaral (UFRJ)
Prof.ª M.Sc. Magda Elaine Sayão Capute (UniVassouras)
Prof. D.Sc. Marcus Vinícius Kelli (UNIRIO)
Prof.ª M.Sc. Maria Fernanda C. de Castro Moraes Ricci (UniVassouras)
Prof.ª M.Sc. Marinéa da Silva Figueira Rodrigues (UniVassouras)
Prof. D.Sc. Paulo César dos Reis (ICTIM)
Prof. M.Sc. Paulo Tong (UniVassouras)
Prof.ª D.Sc. Semíramis Corsi Silva (UFSM)

Apoio, Realização, Elaboração e Edição:

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitoria de Integração, Ciências Humanas, Sociais Aplicadas
e Relações Externas
Doutorado em História em parceria com a UNISINOS
Curso de Graduação em Pedagogia

Diagramação e Editoração Eletrônica:

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Idealização / Projeto Gráfico / Arte da capa:

Hebe Brito de Oliveira; Angelo Ferreira Monteiro; Bruno
Brandão Augusto

Foto da capa

Angelo Ferreira Monteiro / Mirante de Vassouras - RJ

Editores da Universidade de Vassouras

Av. Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos, 280, Bloco 3,
2º andar
- Centro, Vassouras-RJ, CEP: 27700-000 Tel.: (24) 2471-8367
E-mail: editorauss@universidadedevassouras.edu.br

P21

Para além do Vale do Café : ensaios em história, patrimônio cultural e educação /
Organizadores: Luis Filipe Bantim de Assumpção, Angelo Ferreira Monteiro,
Bruno Brandão Augusto. - Vassouras, RJ : Editora Universidade de
Vassouras, 2022
344 f.

Recurso eletrônico

Formato: E-book

Modo de acesso:

<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/3284>

ISBN: 978-65-87918-25-9

1. História social. 2. Patrimônio cultural. 3. Educação. I. Assumpção, Luis Filipe
Bantim de. II. Monteiro, Angelo Ferreira. III. Augusto, Bruno Brandão.
IV. Universidade de Vassouras. V. Título.

CDD 306.09

SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
APRESENTAÇÃO	10
“E PUS OS SANTOS ÓLEOS A(O) INOCENTE...”: AS REDES DE SOCIABILIDADE NOS ASSENTOS DE BATISMO DE INGÊNUOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1873) <i>Amal Abdulmalek</i> <i>Angelo Ferreira Monteiro</i>	15
TURISMO SOCIAL, ESPAÇO E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS ESTUDO DE CASO – SESC/TURISMO JOVEM CIDADÃO <i>Ana Cristina F. de A. de Souza Ramos</i> <i>Sheila S. da Costa Fernandes</i>	44
AS EPIDEMIAS DE CÓLERA E FEBRE AMARELA EM VASSOURAS-RJ NO OITOCENTOS <i>Angelo Ferreira Monteiro</i>	59
RESULTADOS PRELIMINARES DEL ANÁLISIS DE MICROFÓSILES EXTRAÍDOS DE CÁLCULOS DENTALES DE DOS ESQUELETOS DE GUARANI PRE COLONIALES RECOGIDAS EN DIFERENTES YACIMIENTOS ARQUEOLÓGICOS DE MATO GROSSO DO SUL – BRASIL <i>Carlos Eduardo da Costa Campos</i> <i>Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques</i> <i>Laura Roseli Pael Duarte</i>	87
A TRADUÇÃO E O INTÉRPRETE DE LIBRAS: CONSIDERAÇÕES PARA UMA PEDAGOGIA SURDA <i>Danilo Bantim Frambach</i> <i>Pedro Barbosa Lima Neto</i>	110
A CIDADANIA NA REPÚBLICA DA PROPRIEDADE <i>Danilo de Assis Rodrigues</i> <i>Bruno Brandão Augusto</i>	124

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E O MAPEAMENTO SOCIAL NAS OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: OS PLANEJAMENTOS, A ORGANIZAÇÃO E O ENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE CIVIL EM DESENVOLVIMENTO (1840 – 1854)

Gabriel de Azevedo Maraschin

134

O TEMPERO E A RECEITA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA DISCIPLINA DIDÁTICA POR ALUNOS E PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Gabriela Clotilde dos Santos Monteiro

Helenice Maia Gonçalves

184

A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA, ENTRE DESAFIOS E SOLUCIONISMOS

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Bruno Brandão Augusto

196

A CIRCULAÇÃO DOS VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL NAS CIDADES DO SÉCULO XIX: UM OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E ESTADUNIDENSE

Marcus Vinicius Kelli

212

AINDA É NOVA A “NOVA HISTÓRIA INDÍGENA”?

Maria Cristina Bohn Martins

235

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL DA CRIANÇA NEGRA À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

Nayra Carolina da Silva Luiz Santos

Márcia Sena Barbosa Monsores Ribeiro

Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcanti

252

HÉRACLES E O ELOGIO A ATENAS: MITO E POLÍTICA EM EURÍPIDES

Renata Cardoso de Sousa

Luis Filipe Bantim de Assumpção

268

A ATIVIDADE DOCENTE NO TRABALHO DO TUTOR: COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS, ATITUDES DE LIDERANÇA E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MELHORIA DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos

Natália dos Santos Grillo de Souza

Mirian Lucia Carvalho Sá

Patrícia de Burlet

290

PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO DO CONCEITO DE NATUREZA EM GEOGRAFIA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sheila S. da Costa Fernandes

Nadja Maria Castilho da Costa

307

APPROACHES OF THE THEMATICS: WATER, WATERSHEDS, AND WATER
RESOURCES IN THE WORK 'GEOGRAPHICAL PANORAMA OF BRAZIL'

Vicente Passaglia Pereira Cantanhede

Raul Reis Amorim

327

SOBRE OS AUTORES

339

PREFÁCIO

Nos últimos anos, com o advento da globalização, os estudos sobre a memória, o patrimônio e a educação se transformaram em suas formas e conteúdo. Afinal, em um mundo globalizado, no qual ocorre a tentativa de se homogeneizar ações para se assentar uma cultura dominante, o que vemos é a elaboração e a promoção de uma memória como parte essencial do controle sobre os segmentos sociais de um território. Nesse sentido, os grupos hegemônicos de uma sociedade precisam conceber um discurso que reforce a sua autoridade e, para isso, a memória é um mecanismo imprescindível para a sua prática de dominação, bem como é fundamental para o processo de resistência social.

A memória se expressa de várias maneiras na sociedade, ela é visível nos edifícios, nos utensílios cotidianos, em rituais, danças, músicas etc. Assim, pensar a memória é pensar a idencarvalhotidade de um grupo, a qual se constitui pela relação dos agentes sociais com o seu meio e o imaginário social, ao longo do tempo. Dessa maneira, a produção física e abstrata, inerente à ação humana, que podemos chamar de patrimônio cultural, nos permite identificar os seus atributos como de ordem material e/ou imaterial. O patrimônio cultural está revestido de memória que, em virtude da sua relevância político-social, reforça e legitima uma memória tanto coletiva quanto individual. Sendo assim, afirmamos que o patrimônio cultural é uma construção dotada de poder e representação política com o intuito de ratificar a estrutura social em uma sociedade.

Nessa perspectiva, destacamos o valor das práticas de ensino, pois a educação contribui para a percepção que o sujeito pode ter de si enquanto indivíduo e parte integrante de uma sociedade, bem como questionando criticamente o seu meio social. Essa postura também projeta a expectativa de que ao discutir os feitos sociais ao longo do tempo, o sujeito poderá se constituir em um cidadão crítico e consciente de seu lugar na sociedade e no mundo.

Diante desse cenário, a elaboração de uma educação crítica com os nossos discentes também pode contribuir para desnaturalizar a ideia de que alguns artefatos e relatos são dignos de memória, enquanto outros precisam ser esquecidos. É necessário frisar que a seleção dos elementos de memória se dá em todas as instâncias e grupos sociais, porém, os alunos ao serem preparados, podem tecer críticas sobre os parâmetros de escolha daquilo que deveria ser lembrado ou esquecido. Logo, enfatizamos que a nova BNCC do Ensino Básico apresenta uma

reflexão sobre como devemos fazer uso de diferentes fontes e tipos de documentos (escritos, iconográficos, materiais, imateriais), os quais se mostram capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Fato esse que auxilia aos professores na reflexão do patrimônio e da memória junto aos discentes.

A BNCC enfatiza que os estudos com documentos materiais revelam expressões humanas, o contexto de produção, o consumo e a circulação desses objetos. Logo, nessa perspectiva: “[...] o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história” (BNCC, 2018, p. 398). Afinal, colocamos os/as nossos/as alunos/as numa postura reflexiva e que toma a cultura material como ponto de partida para a construção do conhecimento, assim valorizando a própria consciência histórica. Dessa maneira, em nossa visão, o emprego da cultura material para o ensino-aprendizagem, proporciona aos discentes processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto, de modo que este estimule o seu pensamento (BNCC, 2018, p. 398). Todavia, notamos certa escassez de menções à cultura material e imaterial quando tratamos da BNCC para o Ensino Médio. Assim, o pensamento patrimonial não é destacado, o que impacta na produção de conhecimento do aluno. Esse é um fator que precisaremos ampliar nos espaços escolares e sociais.

Em virtude do exposto, a coletânea “**Para além do Vale do Café – ensaios em História, Patrimônio Cultural e Educação**” é uma importante iniciativa para a democratização desses debates com a comunidade brasileira. Ademais, os organizadores materializam a vitalidade do trabalho conjunto, através da cooperação interinstitucional entre pessoas, ideias e instituições em prol do saber. Assim, os textos contidos nessa obra devem ser compreendidos como o resultado de um processo educativo, cultural e científico. Acreditamos que uma atividade dessa natureza viabiliza a relação ativa e transformadora entre a Universidade e a sociedade ao promover a democratização do saber, tornando-o disponível para todos.

Carlos Eduardo da Costa Campos

Professor Adjunto de Pré-História, História Antiga e Medieval da UFMS
Membro do Museu de Arqueologia e Coordenador do ATRIVM / UFMS
Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História – UEMS

APRESENTAÇÃO

OS ESFORÇOS UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

“Nenhum homem é uma ilha, inteira em si mesma [...]”
(John Donne, *Meditação XVII*)

Os anos de 2020 e 2021 parecem emular a fala de John Donne na *Meditação XVII*, na qual o poeta manifesta que todos os membros de uma comunidade estão interligados, compondo algo muito maior. Muitas foram as perdas humanas e, tal como Donne, estas também levaram um pouco de todos nós. No entanto, é justamente na perda que percebemos o quanto dependemos uns dos outros.

Essa obra materializa essa afirmação, visto que a sua ideia inicial foi gestada a partir do **Iº Colóquio Acadêmico em História, Patrimônio Cultural e Educação**, realizado entre os dias 14 e 15 de maio de 2021. Para tanto, o envolvimento de pessoas como Eduardo Cavalcanti Schnoor, Ricardo Henrique Salles, Luis Filipe Bantim de Assumpção e Carlos Eduardo da Costa Campos foi fundamental para que o evento se realizasse, em meio à Pandemia, através de aplicativos de vídeo conferência. Contudo, tal como destaca Donne, “a morte de qualquer homem me diminui, porque estou envolvido na humanidade” e, somado ao caos causado pela Covid-19, tivemos a perda do Prof. Ricardo Henrique Salles, no dia 2 de novembro de 2021. Portanto, esse livro é uma homenagem aos seus esforços acadêmicos, a parceria que desenvolveu conosco – da Universidade de Vassouras – e a sua contribuição sincera com as nossas propostas de pesquisa.

Diante da situação exposta, tivemos tempo para repensar a proposta de publicação desta obra, pois, não havia motivações plausíveis para limitarmos o trabalho aos participantes do evento. A amplitude temática pensada nos permitiu abarcar pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e temporalidades históricas, as quais apenas destacam que somos parte de um grande todo. É esse o ideal universitário que temos promovido, ou seja, de que a atuação conjunta pode nos levar à melhoria do ensino, da pesquisa e do aprendizado, além de favorecer a interação da comunidade com o conhecimento acadêmico, por meio da extensão.

Com isso, ao adaptarmos a ideia do Sócrates de Platão, no *Fédon* (109 b), de que os habitantes do Mediterrâneo viviam tal como formigas e sapos ao redor de um brejo, vemos que

a Universidade está vinculada, direta e indiretamente, com diversos espaços, instituições e grupos que fundamentam a sua existência, tal como no bioma citado pelo filósofo ateniense. Assim, esse livro concretiza a ideia da interdependência que a Universidade tem com o seu entorno, mas, também de que essa relação precisa ser harmoniosa para que haja resultados palpáveis de sua responsabilidade política com a sociedade. Em um momento de Globalização, onde as barreiras geográficas já não são impeditivas para o contato de pessoas em qualquer lugar do mundo, pensar em uma publicação restrita em número de autores e em lugares de atuação, não corresponderia à ideia inicial desta obra. Dessa forma, outros especialistas em História, Patrimônio Cultural e Educação se juntaram aos nossos esforços e conseguimos realizar esse trabalho. Logo, tanto a percepção de Donne quanto a de Platão apenas legitimam que, enquanto seres humanos, não somos capazes de fazer nada sozinhos.

Como os capítulos não são interligados, optamos por dispô-los na ordem alfabética do nome de seus/suas autores/as, afinal, não identificamos qualquer tipo de prejuízo com essa disposição. Portanto, o primeiro capítulo é da autoria de Amal Abdulmalek e Angelo Ferreira Monteiro, onde temos a análise das redes de sociabilidade entre trabalhadores escravizados e os seus proprietários em uma mesma fazenda, bem como destes com outros senhores, com libertos e homens livres por meio do compadrio. Os autores se utilizaram do referencial historiográfico da Micro-história para realizar esta pesquisa, cujo recorte foi a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, entre os anos de 1871 e 1873, através de 210 registros.

No texto seguinte, Ana Cristina de Souza Ramos e Sheila da Costa Fernandes discutiram a importância do Turismo Social como instrumento de formação de identidades culturais entre sujeitos, em virtude da relação que mantêm com o espaço visitado. Para tanto, expuseram o projeto fomentado pelo SESC Rio junto à jovens de diversas comunidades carentes de seu entorno, para que estes experimentassem as práticas turísticas como mecanismo de mudança social, tendo a educação e a absorção de vivências como paradigma para se almejar um combate efetivo às desigualdades, onde o Turismo Social foi fundamental para essa relação do “Eu” e do “Outro” no próprio Rio de Janeiro.

O trabalho de Angelo Ferreira Monteiro, por sua vez, se dedicou em discutir as epidemias de cólera e febre amarela em Vassouras, no século XIX. A sua abordagem partiu da Nova História e de como esta se utiliza dos indícios da imprensa para produzir o conhecimento histórico. Monteiro criou um contraponto, ao enfatizar que haviam discussões nos jornais

publicados na Corte, que superavam as fontes oficiais e obras publicadas sobre o âmbito sanitário da época.

Já Carlos Eduardo da Costa Campos, Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques e Laura Roseli Pael Duarte apresentaram os resultados de uma pesquisa etnográfica e etnohistórica acerca das migrações dos Guaranis em Mato Grosso do Sul, a qual se baseou na análise de ossos e dentes humanos. Os autores se utilizaram dos cálculos presentes nestes restos mortais, bem como das cáries dentárias, para verificar a presença de plantas e animais na região de uma parcela do centro-oeste brasileiro, em períodos que precedem o contato cultural com os europeus. Não somente o texto nos fornece esses dados, como também nos ajuda a verificar indícios da alimentação dos membros da etnia Guarani e sua modificação ao longo do tempo.

Danilo Bantim Frambach e Pedro Barbosa Lima Neto, por sua vez, escreveram sobre os desafios dos surdos, em uma sociedade que tente invisibilizá-los. Os autores expuseram as lutas e as conquistas dos surdos no Brasil, as quais se manifestaram em vias legais. Ao relacionarem tal conquista com a Filosofia da Educação, os autores se utilizaram de Berkeley, Kant e Rousseau para mapearem que a percepção do outro é algo que foi se desenvolvendo entre os intelectuais do Iluminismo, visto que a tendência desse movimento era universalizar às práticas humanas. Por fim, ao relacionarem os surdos com outras minorias, os autores declararam que muito ainda precisa ser feito para que a identidade dos surdos não seja vista com estranheza, mas como parte de nossa cultura e sociedade.

Em “A Cidadania na República da Propriedade”, Danilo de Assis Rodrigues e Bruno Brandão Augusto fazem uma análise sobre o conceito de cidadania em três perspectivas distintas, a saber: Milton Santos (2007), Michael Hardty e Antonio Negri (2016) e Boaventura de Sousa Santos (2020). Considerando que os apontamentos servem como parâmetros para se pensar a transformação do conceito de cidadania, no Brasil, tendo a pandemia de COVID-19 como a sua culminância, o texto adquire um tom de denúncia, mas também de conscientização político-social. Isso porque, segundo os autores, a pandemia de COVID-19 serviu apenas para agravar um quadro que se arrasta entre os países do hemisfério sul, cuja cidadania da maior parte da população foi negada.

No capítulo seguinte, Gabriel de Azevedo Maraschin mapeou as obras públicas realizadas no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1854. Ao mobilizar índices de arrecadação fiscal presentes, sobretudo, nos Relatórios do Presidente de Província, Maraschin demonstra a relação

de interdependência entre os setores público e privado na edificação da “modernidade” da capital do Império brasileiro. O interessante é perceber que, mesmo diante de um projeto de modernização, a manutenção da ordem e da tradição são recorrentes em uma sociedade que almeja a conservação do *status quo* de sua elite.

No artigo “O tempero e a receita: representações sociais da disciplina didática por alunos e professores do curso de Pedagogia”, Gabriela Clotilde dos Santos Monteiro e Helenice Maia Gonçalves fazem uma análise histórica sobre o desenvolvimento da didática, enquanto disciplina, na educação brasileira. As autoras aproveitam para realizar um apelo, destacando que existe um distanciamento entre a teoria e a prática da didática no processo de formação dos professores, sendo essa integração uma emergência para que os conhecimentos didático-pedagógicos tenham a sua devida importância na licenciatura, sobretudo, de pedagogia.

No nono capítulo deste livro, Luis Filipe Bantim de Assumpção e Bruno Brandão Augusto em A BNCC e o Ensino de História, entre desafios e solucionismos, se utilizam do conceito de solucionismo, pelo viés de Evgeny Morozov, para demonstrar as lacunas deixadas pela Base Nacional Comum Curricular ao tratar do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), bem como das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), por uma via de causa e efeito na Educação Básica. Nesse sentido, os autores manifestam que estes aparelhos tecnológicos são ferramentas e precisam da intervenção do professor junto aos alunos para que o conhecimento seja devidamente produzido em sala de aula, caso contrário, estaremos às margens de um neotecnicismo.

No décimo capítulo, Marcus Vinícius Kelli manifestou como o desenvolvimento dos veículos de tração animal no Brasil, durante o século XIX, refletia as transformações pelas quais a cultura e as sociedades brasileira e estadunidense vivenciavam. O autor analisa do processo de confecção dos veículos, aos momentos singulares da história contemporânea, os quais fizeram com que os carros se tornassem instrumentos discursivos interessados em enaltecer o estilo de vida de um grupo – em detrimento da grande maioria que não podia desfrutar deste luxo.

A contribuição de Maria Cristina Bohn Martins demonstra que a História Indígena no Brasil detém tradição na historiografia brasileira. Ao destacar a contribuição de John Manuel Monteiro para o desenvolvimento dessa área de pesquisa e análise, Maria Cristina Martins expõe que a “nova história indígena” não é uma novidade, mesmo no Brasil, embora muitos

pesquisadores ainda acreditem na impossibilidade de se pesquisar sobre os indígenas, por carência de documentos. A autora destaca que devemos nos esforçar para romper com esse tipo de estereótipo cristalizado, ainda hoje, na História do Brasil, visto que as inovações historiográficas e os trabalhos que vêm sendo realizados nos últimos 25 anos já demonstram o quão férteis são essas temáticas.

Por outro lado, Nayra Carolina Santos, Marcia Sena Ribeiro e Irenilda Cavalcanti analisam a importância de a escola contribuir para a formação da identidade negra de seus alunos. Através de um breve panorama, as autoras destacam que o silenciamento que os negros brasileiros sofreram ao longo da História do Brasil se estendeu para além da abolição, posto que não havia um projeto político para integrar o trabalhador afro-brasileiro escravizado à condição de cidadão. Portanto, as conquistas até então realizadas pela população negra é fruto de lutas e esforços – os quais se manifestam na Constituição de 1988, na LDB de 1996, na Lei 10.639/03 e na 11.645/08. Dessa maneira, Santos, Ribeiro e Cavalcanti sugerem o uso de materiais paradidáticos que, junto ao currículo escolar, podem favorecer uma educação antirracista em nosso país.

No capítulo 13, Renata Cardoso de Sousa e Luis Filipe Bantim de Assumpção elaboraram uma análise acerca da representação do herói Hércules na tragédia homônima de Eurípides. Ainda que a abordagem busque discorrer sobre os usos políticos que o tragediógrafo ateniense fez de uma personagem mítica associada aos espartanos, durante as Guerras do Peloponeso, o texto nos ajuda a perceber como o teatro, já na Antiguidade, atuava como um espaço político-pedagógico. Logo, a proposta aqui elaborada acaba superando o escopo espaço-temporal do artigo, visto que a intencionalidade de Eurípides é passível de ser identificada em posturas políticas do Brasil e do mundo contemporâneos.

As autoras Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos, Natália dos Santos Grillo de Souza, Mirian Lucia Carvalho Sá e Patrícia de Burlet elaboraram um texto que manifesta os desafios dos profissionais da Educação à Distância, na atualidade. O interessante é verificar que as autoras acabam desenvolvendo uma denúncia quanto as demandas desses profissionais, em um cenário político, econômico e social que tende a desvalorizar os tutores da EAD, os quais são sub-remunerados por não serem reconhecidos como professores. Considerando o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o processo de ensino-aprendizagem brasileiro, a discussão

presente no texto é relevante, por manifestar que o tutor precisa ser devidamente reconhecido em/por seu ofício.

Já Sheila S. da Costa Fernandes e Nadja Maria Castilho da Costa fizeram uma análise em longa duração para fundamentarem, historicamente, o uso do termo natureza no Ensino de Geografia. Por meio de uma abordagem teórica, as autoras partem da Antiguidade Mediterrânea para culminar no ideal de preservação da natureza no século XIX. Por fim, Fernandes e Costa destacam como as transformações no campo geográfico levaram os pesquisadores a defenderem um modelo de Ensino de Geografia, por vezes, praticado na contemporaneidade.

Também imerso no viés do Ensino de Geografia, Vicente Passaglia Pereira Cantanhede e Raul Reis Amorim teceram considerações sobre como um livro didático brasileiro, no decorrer de quatro edições, tratou da temática sobre água, bacias hidrográficas e recursos hídricos. Os autores compararam as diferenças entre as edições e o resultado nos chama a atenção, uma vez que as mudanças presenciadas no seu conteúdo estiveram diretamente associadas ao contexto político-social do Brasil e do mundo, o que evidencia o caráter cultural e mercadológico de um livro didático, independentemente da área.

Como podemos verificar, este livro se adéqua a ideia de unirmos os nossos esforços acadêmicos em prol do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo que o seu resultado contribua para o aprimoramento conjunto dos profissionais e das instituições de ensino envolvidas. Do mesmo modo, esta publicação não escapou à ideia iniciada por Schnoor, Salles, Campos e Assumpção, visto que todos os textos trataram de temáticas que envolviam um dos eixos temáticos do **Iº Colóquio Acadêmico em História, Patrimônio Cultural e Educação**. Boa leitura a todos.

Os organizadores.
Vassouras, 12 de abril de 2022.

Referências

DONNE, J. **Meditações**. Trad. F. Cyrino. São Paulo: Landmark, 2007.

PLATÃO. **Diálogos III**: Fedro, Eutífron, apologia de Sócrates, Críton, Fédon. Trad. E. Bini. São Paulo: Edipro, 2015.

“E PUS OS SANTOS ÓLEOS A(O) INOCENTE...”: AS REDES DE SOCIABILIDADE NOS ASSENTOS DE BATISMO DE INGÊNUOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1873)

*Amal Abdulmalek
Angelo Ferreira Monteiro*

Introdução

Trata-se de uma pesquisa histórica, que fez uso sistemático das fontes primárias, baseada em uma análise quantitativa, e principalmente qualitativa dos registros de batismo presentes no primeiro livro de Assento de Ingênuos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Isso será realizado a partir de uma perspectiva da prática metodológica da Micro-história, na escolha do objeto e na seleção de recorte cronológico, no qual o historiador “supervaloriza as escolhas e atitudes individuais para reconstruir a sociedade estudada em escala microscópica, importa analisar não apenas os fatos ocorridos, mas os dilemas, os impasses, as incertezas de cada um” (VAINFAS, 2002, p.117)

Neste contexto, é importante ressaltar que a análise micro-histórica não se limita a escala micro, é necessária sempre uma visão mais ampla, “macro” em torno dos fatos. A abordagem microscópica reduz a escala da observação, e ao mesmo tempo intensifica o material documental da pesquisa, mas sem perder de vista o macro, isto é, o contexto que gira em torno dos acontecimentos analisados entre as diversas escalas.

Importante ressaltar que uma análise micro-histórica sobre um foco bem definido de um núcleo regional, não traz uma ruptura com o contexto social geral. Mas

Define-se, sim, por um “jogo de escalas” entre o micro e o macro, entre a microanálise de particularidades históricas como texto e um universo maior como contexto. Nessas idas e vindas entre o estudo de, por exemplo, uma comunidade local ou regional ou uma série de biografias e a sociedade que as compreende, o micro faz os descobrimentos e o macro lhes atribui significados ao localizá-los num contexto. Não há micro-história sem o jogo de escalas, sem o contexto; a simples redução da escala não leva a parte nenhuma já que só apresenta crônicas, mesmices ou micointeligência. (DOEWIJK, 2002, p.192)

No entanto, a análise baseada na micro-história possibilita uma busca minuciosa sobre os fatos, podendo abordar temas sociais que são impossíveis de ser observadas de um foco mais abrangente. E são as estratégias cotidianas e fragmento de um mundo, de temas e de problemas

que uma visão menos microscópica não permite conhecer. Ginzburg (1991, p. 177-178) afirma que

A análise micro-Histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. (GINZBURG, 1991, p.177-178)

Essa prática historiográfica busca uma explicação mais realista do comportamento humano: “empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua - relativa - liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos”. (LEVI, 1992, p.135)

De acordo com Levi (1992) é possível conhecer o passado através dos indícios e sinais, tomando o particular como ponto de partida, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. Além disso, a ação social é resultado da constante negociação e manipulação, e também o que nos interessa na pesquisa, que são as escolhas e as decisões do indivíduo frente a realidade normativa que apesar de ser difusa, oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. Segundo o autor, as questões comuns que caracterizam a micro-história além da redução da escala são o debate sobre a racionalidade, o papel do particular em oposição ao social, a definição específica do contexto, a rejeição do relativismo entre outros.

Em oposição a um funcionalismo super simples, é importante enfatizar o papel das contradições sociais na geração da mudança social; em outras palavras, enfatizar o valor explanatório das discrepâncias entre as restrições que emanam dos vários sistemas normativos (ou seja, entre as normas do estado e da família) e do fato de que, além disso, um indivíduo tem um conjunto diferente de relacionamentos que determina suas reações à estrutura normativa e suas escolhas com respeito a ela. (LEVI, 1992, p.139)

Levi (2000, p. 45) estudou um minúsculo fragmento de Piemonte do século XVII, através de técnicas intensivas de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante que tenha deixado vestígios, concluiu que

as estratégias pessoais e familiares talvez tendem a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas,

incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais. (LEVI, 2000, p. 45)

O documento que sobrevive ao tempo é um monumento que invoca o passado e traz a memória coletiva desse passado. Neste contexto, e de acordo com a visão de Le Goff (1990), é necessário o senso crítico do historiador ao analisar os documentos, pois esses não aparecem coincidentemente, sua presença ou ausência em um arquivo ou biblioteca poderá ser sujeito a análise. E para considerar um documento como monumento é preciso de crítica interna, análise das condições de produção histórica e, a sua intencionalidade inconsciente. A crítica do documento enquanto monumento é um dever principal do historiador.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545)

Le Goff (1990) traz uma questão importante levantada por Michel Foucault (1969), onde a história é o protagonista que transforma os documentos em monumentos, a história apresenta uma massa de elementos que precisa isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação e constituir em conjunto. Além disso, o historiador é de grande importância em relação ao documento/monumento, pois ele é quem escolhe o documento entre o conjunto dos dados do passado, atribuindo-lhe um valor de testemunho. Neste contexto, o documento é:

o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio [...]O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. (LE GOFF, 1990, P. 547-8)

E para que um documento possa contribuir com uma história total, é necessário não isolar os documentos do conjunto de monumentos que fazem parte, e levar em consideração, além do seu testemunho, o ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte.

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica. (LE GOFF, 1990, p. 549)

A proposta neste trabalho foi levantar as redes de sociabilidade criadas pelos escravos, a partir dos batismos de ingênuos – filhos de escravos, nascidos de ventre livre – a partir da promulgação da Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 (BRASIL, 1871), no Império do Brasil, conhecida por Lei do Ventre-Livre, com recorte espacial para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, na cidade de Vassouras, interior da Província do Rio de Janeiro no período de 1871-1878. Além disso, outras questões, que fazem parte do contexto histórico espaço-temporal foram analisados a partir da revisão de literatura sobre temas que se inter-relacionam sobre este período histórico.

No entanto, parte-se do seguinte questionamento: Os escravos utilizavam uma rede de sociabilidade, em alguns casos, exterior ao domínio senhorial e em relação aos seus pares no período posterior à Lei de Ventre Livre?

E como hipótese defende-se que os escravos buscaram mecanismos de apoio, através de redes de solidariedade, baseadas no compadrio, dentro e fora da comunidade escrava, além do domínio senhorial, para seus filhos ingênuos nascidos após a promulgação da Lei 2.040 de 1871, constituídas e evidenciadas pelos laços contraídos a partir do batismo através do levantamento e análise dos livros de Assento de Batismos de Ingênuos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras-RJ no Oitocentos.

Schwartz (1988) aponta que, de acordo com a doutrina da Igreja Católica, os padrinhos possuem um papel extremamente importante na formação do afilhado, eram os representantes da criança no batismo, além de ser o principal guardião e protetor da mesma. Além disso

Apadrinhar alguém implicava verdadeiramente em assumir obrigações, e não era raro um afilhado acabar dependendo dos padrinhos para conseguir assistência econômica ou proteção. Adicionalmente, em geral era o padrinho quem pagava as despesas por ocasião do batismo. (SCHWARTZ, 1988, p. 66)

Este trabalho está dividido em três partes: na primeira, apresenta-se a Lei do Ventre-Livre, sua importância e contradições; em seguida, contextualiza-se o município de Vassouras do século XIX, principalmente nessa fase da segunda metade do Oitocentos, analisando a importância da cidade num âmbito nacional; utilizando também o Censo de 1872. Na terceira e última parte, verificou-se a estrutura familiar dessas crianças ingênuas, a partir das informações disponíveis nos livros de batismo, que incluíam todas essas referências como o nome dos pais ou só da mãe, e realizou-se o levantamento das relações de compadrio, através

da análise de presença ou não do próprio senhor ou seus familiares, de escravos ou de moradores externos (escravos, libertos e livres) a este grupo, e são registrados como padrinhos/madrinhas. Essa análise com a aplicação da abordagem da Micro-História, possibilitou evidenciar a existência de redes de sociabilidade dos escravos, construídas a partir do batismo, isso será possível através de uma pesquisa sistemática pelos assentos registrados no livro, buscou-se enquadrar e problematizar o nosso argumento dentro da seguinte indagação: Os escravos utilizavam uma rede de sociabilidade, que em alguns casos, era exterior ao domínio senhorial e em relação aos seus pares no período posterior a Lei de Ventre Livre?

1. Lei do Ventre Livre Lei Nº 2.040/1871 e o seu Contexto no Século XIX

“Era sempre possível - para poucos, é verdade - transitar do mundo do cativo para o mundo da liberdade como posse de cativos”. (SALLES, 2008, p. 275)

A partir da segunda metade do século XVIII ocorreram grandes transformações, o cenário externo se mostrava repleto de novas perspectivas políticas, sociais e econômicas, e as revoluções¹ agitaram bandeiras da liberdade e da igualdade, reivindicando a abolição do tráfico, e da própria escravidão. (FALCON, 1988; SILVA; 2018)

Neste contexto, ocorreu a derrubada do que foi chamado de “escravismo colonial”, sendo abolida a escravidão em grande parte das Américas, exceto Cuba, a maioria dos estados do sul dos Estados Unidos e no Império Brasileiro. De acordo com Salles (2008), nessas duas últimas houve a *ascensão da escravidão nacional*, ou a “segunda escravidão”, sua principal característica foi sua interação com a construção de Estados nacionais e com a expansão internacional do mercado capitalista. Salles (2008, p. 29) afirma que

No Brasil, esse momento foi de formação da classe senhorial como processo simultâneo de formação do Estado imperial, sob a direção da facção fluminense do partido conservador, os saquaremas, e da Coroa como “partido” dessa classe. A região fluminense, além de seu lugar de preeminência, foi a base social desse processo.

¹ As transformações ocorridas durante o século XVIII, a partir da influência do Iluminismo, levaram a ocorrência de várias revoluções, entre elas destacamos a Americana de 1776 e Francesa de 1789. Que despertaram reações em outras regiões da Europa e também de suas colônias no mundo, como por exemplo na América Portuguesa, conf. Odair Vieira Silva (2018) e também Francisco Falcon (1988).

E Salles (2008) conclui que nas regiões onde houve o convívio entre o processo de derrubada do escravismo colonial e a construção do escravismo nacional, como o caso do Brasil, essa nova fase escravista conviveu de forma permanente com uma tensão antiescravista, interna e externa. “a tensão antiescravista passava pelo interior do próprio Estado nacional, em suas instituições e agentes, assim como no espaço público, envolvendo intelectuais, políticos, escritores, jornalistas, a imprensa, associações e demais instituições” (SALLES, 2008, p. 44)

Importante ressaltar, que o Brasil entra no século XIX com grandes mudanças políticas, econômicas e sociais. Começa com a chegada da Família Real, abertura dos Portos, inauguração das primeiras academias, entre outros. Por outro lado, e apesar disso, a escravidão parecia se enraizar cada vez mais na estrutura econômica, indo na contra-mão dos princípios da modernidade e do progresso que ia se espalhando crescentemente. Como apontado por Dalvit e Nogueira (2017, p. 190)

O Brasil não tem trabalho assalariado uma vez que a instituição do trabalho se dava pela escravidão do trabalhador, tratado como coisa, portanto sem direitos nem deveres, incapacitado de realizar contratos, quiçá o Contrato Social representado pela Constituição.

Segundo esses autores, os capitais gerados pela mão de obra escrava eram aplicados no bem-estar dos ocupantes da casa-grande proporcionando uma cultura da riqueza e exuberância, acreditando-se na inesgotabilidade dos recursos e a reposição do plantel de escravos (DALVIT; NOGUEIRA, 2017). “Os dados, por si só mostram o tamanho do fosso que a elite brasileira foi construindo para o país, especializando-se cada vez mais em produtos agrários com mão de obra escrava ao invés de investir em indústria e conhecimento”. (DALVIT; NOGUEIRA, 2017, p. 187)

De acordo com Salles (2008), a construção do Estado nacional brasileiro foi parte do cenário internacional de desenvolvimento do mercado mundial capitalista, de conflitos sociais, da expansão e crescimento da escravidão, e também das resistências escravas em certas regiões das Américas. No entanto, essa construção resultou na formação de uma classe senhorial escravista que estendeu sua dominação sobre todo o território da nova nação. Essa classe senhorial se disseminou e expandiu com um estilo de vida que “significou a gestão de identidade e valores socialmente compartilhados e a adesão às práticas políticas, administrativas públicas e institucionalizadas” (SALLES, 2008, p. 46) Neste contexto, o emprego generalizado da mão-de-obra escrava africana em todos os setores e atividades, ofereceu uma base sólida para essa

expansão. Segundo o autor, a formação dessa classe senhorial se deu a partir de um movimento iniciado na Corte e sustentado, econômico, produtivo e socialmente, na praça do Rio de Janeiro e na sua província, onde constituiu os grandes proprietários rurais escravistas.

O concurso do Estado central, das redes comerciais e dos capitais dos comerciantes de grosso trato foi vital para assegurar o suprimento de mão-de-obra escrava africana necessária à expansão econômica [...]. A ação do Estado para assegurar o provimento de grandes levas de cativos africanos foi particularmente importante em face da conjuntura internacional antiescravista. A manutenção e expansão do tráfico internacional de escravos foram, assim, elemento fulcral na soldagem dos interesses do Estado, aos interesses dos proprietários fluminenses e comerciantes de grosso trato. (SALLES, 2008, p. 47)

Neste contexto, uma grande tensão antiescravista foi se concretizando interna e externamente. E ao longo do século surgiu um grupo de intelectuais e políticos abolicionistas, movidos pelos ideais da liberdade, do liberalismo e da modernização. O jurista e abolicionista Agostinho Marquês Perdigão Malheiro é filho do século XIX, e traz a sua perspectiva sobre a escravidão dizendo:

Comquanto nascido em paiz de escravos, e senhor de escravos, sempre à minha consciencia e razão repugnou o cativo; sempre entendi desde os mais verdes annos que era isto contrario a Lei do Creador. Cada vez me convenço mais da sua iniquidade, desejando e fazendo ardentes votos pela reforma tão justa e conveniente que pede a humanidade, e a felicidade do paiz. (MALHEIROS, 1867, p. x)

Irineu Evangelista de Souza (1813- 1889), o barão, posteriormente visconde de Mauá, homem liberal, instruído na escola inglesa, defensor das ideias industrialistas brasileiras, indicando que o Império não poderia ficar de fora do livre mercado, e da modernização das instituições, abolindo a escravatura e adotando o trabalho assalariado, e ele lutou durante toda a sua vida para isso. (PAULA; NOGUEIRA, 2017, p. 186). Pois, “ser liberal não era mais se manter conservador para manter a unidade nacional, porém mudar para modernizar-se e modernizar o país diante da economia capitalista e liberal da Europa e dos Estados Unidos”. (DALVIT; NOGUEIRA, 2017, p.190)

Para Costa (2007), no início da década de 1871, os debates emancipacionistas se repercutiam na Câmara, e já ganhavam outros locais de discussão, como as Faculdades de Direito do Recife e São Paulo, clubes emancipacionistas e jornais antiescravistas, pois “como

se esperava, o principal centro de resistência à legislação emancipacionista foi a região cafeeira, por sua concentração de escravos”. (COSTA, 2007, p. 29)

Além disso, teve uma grande pressão de alguns países, principalmente a Inglaterra, maior potência na época. De acordo com Guizelin (2013), logo no início do século XIX, Portugal e a Grã-Bretanha assinaram o Tratado de Paz e Amizade (1810), que resultou das negociações que seguiram a transferência do aparato administrativo da monarquia para o Rio de Janeiro entre 1807-1808. Nele o Príncipe Regente D. João VI concorda com a abolição gradual do tráfico de escravos, passando a permiti-lo apenas [unicamente] nas possessões portuguesas da África para o Brasil. Neste contexto

A historiografia especializada é unânime em identificar este momento como a ocasião em que são colocados os primeiros óbices ao comércio negreiro realizado por portugueses e brasileiros [...] De modo semelhante, no entanto, a contratação do Tratado de 1810 pode muito bem ser identificada como a ocasião em que foi gestada a postura diplomática luso-brasileira em prol da defesa do tráfico desenvolvido pelos vassallos do Estado bragantino. Afinal, ali estão coladas promessas – aliás, muito vagas –, cujo fito era não outro que transferir a questão do tráfico atlântico de escravos para as mesas de negociações futuras. Tática esta repetidamente empregada pela diplomacia a princípio luso-brasileira e, posteriormente a 1822, pelas diplomacias reinol e imperial de Portugal e Brasil respectivamente (GUIZELIN, 2013, p. 127).

A proibição do comércio atlântico de escravos para o Brasil ocorreu no ano de 1831 com a Lei de 7 de novembro de 1831, que “ Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos”. (BRASIL, 1831).

No entanto, essa lei era considerada ineficiente, e navios negreiros continuavam cruzando o Atlântico, carregados de pessoas trazidas para serem escravizadas no Império do Brasil. Isso ocorria sob o uso da bandeira portuguesa, e foi um dos primeiros indícios de que este contrabando estava se renovando. Era feito na maioria das vezes através da simulação de venda de navios para portugueses, estes após conseguirem o requerimento do Consulado Português no Rio com o direito de navegar para qualquer porto africano sobre a autoridade de Portugal, com o pretexto de carregar da costa da África marfim, cera, azeite entre outros artigos de comércio, “enquanto o motivo real era mesmo o de traficar escravos livre das proibições que recaíam sobre as embarcações de proprietários brasileiros”. (GUIZELIN, 2013, p. 132). Neste contexto, surgiu uma urgência de ação entre Brasil e Portugal para acabar com esses acontecimentos. Para tanto, diversas tentativas, ao menos, do lado brasileiro

Pois, antes mesmo que a venda simulada de navios a portugueses viesse a ganhar a proporção de 1836 e de 1838, o governo brasileiro já vinha se empenhando em tentar convencer o governo português da necessidade e da justiça de se abrir um consulado brasileiro naquela que era a terra donde saíam os maiores carregamentos de africanos escravizados rumo ao Brasil, ou seja, em Angola. (GUIZELIN, 2013, p. 133)

Em relação à pressão externa no combate ao tráfico, a década de 40 do século XIX foi decisiva na luta internacional contra o comércio de escravos africanos, e representou um momento ímpar na campanha internacional com a supressão da comercialização de escravos africanos pelo Atlântico “este se tornou uma investida intrinsecamente compartilhada por outras potências políticas e marítimas do Mundo Atlântico” (GUIZELIN, 2013, p. 124).

O movimento que começou inglês, por via diplomática ou militar, logo teve apoio de outras nações, e isso foi relevante, pois “por maior que fosse a influência política, econômica e militar da “poderosa rainha dos mares”, esta jamais teria obtido sucesso em seu empreendimento abolicionista sem a ajuda das demais nações marítimas com as quais compartilhava o “condomínio do Atlântico”. (GUIZELIN, 2013, p. 125).

Sendo assim, nos princípios da década de quarenta do oitocentos, e após diversas negociações na década de vinte e trinta sobre a repressão ao tráfico negreiro, a Grã-Bretanha voltou a atenção para o Brasil, começando novas negociações com os estadistas brasileiros. E medidas repressivas anteriormente adotadas contra Portugal pelo Bill Palmerston foram impostas ao Império brasileiro, “o Bill autorizou os navios da Royal Navy estacionados na extensão de todo o Atlântico Sul a tratar os navios negreiros brasileiros como navios piratas, logo, isentos de proteção de qualquer lei extranacional”. (GUIZELIN, 2013, p. 142)

De acordo com esse autor, a diplomacia do Primeiro Reinado buscou renovar os termos firmados com a Grã-Bretanha em busca da negociação sobre a concessão do reconhecimento britânico à Independência brasileira. No entanto, havia uma semelhança na perspectiva dos estadistas do Brasil e de Portugal em relação à abolição do tráfico de escravos, na década de vinte do oitocentos.

Em ambos os casos a supressão do negócio negreiro trazia consigo: um risco real à ordem econômica e política dos dois Estados escravistas; e uma implicação de ineficiência ou, mesmo, de falência das respectivas instituições de governo, principalmente no que toca ao gerenciamento de suas políticas externas. (GUIZELIN, 2013, p. 131)

Neste contexto, foram sendo promulgadas pelo Império Brasileiro diversas leis com a

finalidade de limitar a escravidão e o tráfico negreiro, isto é, a partir da segunda metade do século XIX. E no ano de 1850, a Lei nº 581, mais conhecida como a Lei Eusébio de Queiróz promulgada em “Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850 estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império” (BRASIL, 1850).

E o fim da escravidão estava cada vez mais próximo principalmente com a Lei do Ventre Livre, Lei Nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871 que em seu preâmbulo indicava

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos [...] (BRASIL, 1871)

Em 1885, a Lei dos Sexagenários libertou os escravos com mais de 60 anos: Lei Nº 3.270, de 28 de Setembro de 1885. “Regula a extinção gradual do elemento servil” (BRASIL, 1885).

1.1 – A Lei do Ventre Livre - da Liberdade Vislumbrada à Tutela Senhorial

Importante ressaltar que os escravos tiveram uma participação ativa nos anos 80, no processo da destruição da escravidão. De acordo com Salles (2008, p. 59) essa participação derivada das grandes mudanças no perfil populacional escravista, e na relação senhor escravo após a Lei de 1850 seriam a

crioulização da população cativa, com o aumento crescente da proporção de escravos nascidos no Brasil; o desenvolvimento de laços familiares e de outras redes de solidariedade, o que ampliaria a capacidade de resistência escrava; [...] (SALLES, 2008, p. 59)

Sobre a lei do Ventre Livre, é importante salientar que as leis sobre a tutela de menores permaneceram basicamente as mesmas da época colonial, e os códigos legislativos na segunda metade do século XIX, não usavam o termo “criança” para se referir aos órfãos (filhos de pais falecidos) os termos eram “órfãos” e/ou “menores”. Isso abrangia toda a categoria de crianças e adolescentes. (ZERO, 2003, p. 6)

No entanto, a mudança vagarosa da escravidão para o trabalho assalariado foi feita através de normas e leis que visavam reduzir o impacto gerado com a redução da mão-de-obra, num país agro-exportador.

Mais especificamente, a “Lei do Ventre Livre” tinha como traço fundamental à ruptura definitiva do mecanismo de reprodução da mão-de-obra escrava,

trazendo mudanças significativas para a estrutura familiar negra do século XIX, bem como para a infância pobre desvalida brasileira. (ZERO, 2003, p. 24)

Essa lei representou um processo de desescravização da sociedade, e significou a ruptura com a reprodução da mão-de-obra escrava. “a proposta de libertar as crianças nascidas de ventre escravo, embora não fosse uma ideia nova, foi defendida como sendo um dos meios mais seguros para encaminhar o processo de emancipação dos escravos no país”. (GEREMIAS, 2005, p. 19)

A lei nº 2.040/1871 (BRASIL, 1871) declarava que os filhos da mulher escrava que nascessem a partir dessa data no Império brasileiro seriam considerados livres. No entanto, no seu primeiro parágrafo, a lei ressaltava que essas crianças deveriam ficar sob a autoridade do senhor da sua mãe, que era obrigado, pela lei, a criá-la e cuidar dela até que completassem 8 anos de idade. E quando isso acontecer, a lei apresenta para o senhor duas possibilidades: ele poderia optar em receber do Estado uma indenização no valor de 600\$000 mil réis, pagos em títulos de renda com juros de 6% ao ano, durante trinta anos, ou então ele poderia aproveitar os serviços desses ingênuos até que eles completassem 21 anos de idade. (GEREMIAS, 2005, p. 7)

De acordo com Costa (2007),

A principal crítica a Lei Rio Branco, feita pelos emancipacionistas contemporâneos, relacionava-se ao seu fracasso com relação aos ingênuos que permaneciam na sua maioria, na mesma condição dos demais escravos. [...] Nabuco de Araújo lamentou o fracasso em não possibilitar oportunidades educacionais aos ingênuos. Não havia interesse da elite, nem do governo em preparar os trabalhadores livres e ex-escravos para a cidadania e conceder oportunidades através da educação. (COSTA, 2007, p.29-30)

A lei nº 2040/1871 (BRASIL, 1871) não deu uma liberdade concreta de fato, porque a criança ficaria atrelada ao proprietário de sua mãe escrava. De acordo com essa Lei, o ingênuo, que significava o filho livre da escrava, era considerado menor até a idade de 21 anos.

Além disso, há algumas contradições e ambiguidade no termo da lei, por exemplo: “As cláusulas restritivas, embutidas umas nas outras, no intuito de evitar a libertação de “menores”, eram a própria evidência de que, apesar de livre, o filho da escrava não deixou de perder seu valor de mão-de-obra, valor variável segundo sua idade” (ZERO, 2003, p.3)

E apesar da lei ter promovido a "liberdade" para essas crianças, eles não eram livres de fato, pois deviam obediência e obrigações para senhor da mãe escrava:

inclusive, deveria indenizá-lo caso desejasse usufruir sua total liberdade. Assim, a lei número 2040 deixava aos proprietários das mães, todos os instrumentos para continuarem explorando esta mão-de-obra. Reconhece-se aí uma situação contraditória, pois, os escravos teriam que pagar por uma condição de liberdade que já lhes pertencia, legalmente, por nascimento. (ZERO, 2003, p. 24)

É importante ressaltar que até o ano de 1888, nenhuma das crianças da Lei do Ventre Livre teria 21 anos de idade. Mas apesar de todas as controversas que envolvia a Lei do Ventre Livre, ela foi um marco para o fim do sistema de escravidão, cada vez mais próximo de se tornar uma realidade, e para uma gradual mudança e transformação das relações de trabalho para a mão de obra assalariada.

E o que mudou com a Lei do Ventre Livre de 29 de setembro de 1871? De acordo com Moreira e Pinto (2020), o que ficou conhecido como Lei Rio Branco inaugurou um novo cenário político nas relações escravistas, deu a implantação do fundo de emancipação para a libertação dos escravos, trouxe ao cenário da emancipação, o reconhecimento de direitos legais dos escravos, considerados anteriormente como costumeiros, a exemplo do pecúlio para a obtenção da liberdade, e significou uma derrocada nos planos de dominação senhorial. Com essa lei, as relações entre senhores e escravos, que antes ficavam restritas apenas ao domínio do senhor, começaram a ser realizadas com a interferência do Estado. (MOREIRA; PINTO, 2020, p.186)

Além disso,

O *status* do ex-escravo liberto, a partir de 28 de setembro de 1871, de todos os libertos e não apenas dos libertos do “ventre livre” entrou na agenda política. Já não se tratava da liberdade de indivíduos tomado isoladamente. O fim do regime e o *status* político, social e jurídico dos antigos escravos e seus descendentes estavam em jogo. A superação do regime escravista entrava na agenda política. (SALLES, 2008, p.302)

Salles (2008) apresenta exemplos de alforria que mostram a nova realidade e a percepção quase imediata dos escravos e de seus parentes da nova situação reconhecida pela lei, entre elas destacamos, alforrias condicionais e incondicionais como também as tentativas para a liberdade alcançada no contexto da lei de 1871 “são ainda exemplares no sentido de mostrar que a rede de relações sociais que embasava as ações dos escravos podia extrapolar o âmbito de seus próprios plantéis, envolvendo mesmo pessoas livres”. (SALLES, 2008, p. 303)

Comparando a realidade do interior fluminense com a realidade rio-grandense, Moreira e Pinto (2020), destacam duas características da lei de 1871 que irritavam especialmente aquele senhor de escravos do interior do Rio Grande: a legalização da formação de pecúlio e a permissão de que o cativo pudesse deixar heranças. (MOREIRA; PINTO, 2020, p. 164) Isto porque, segundo o “escravista missivista” o pecúlio poderia incentivar o roubo e as heranças escravas provocariam problemas legais quase incontornáveis. (MOREIRA; PINTO, 2020, p.165) Além disso, o senhor escravista liberal via a lei de 1871 como “artifício legislativo incentivador da luta de classes entre escravistas e escravizados”. (MOREIRA; PINTO, 2020, p. 165)

2. O Município de Vassouras no século XIX: Contexto político e social

“A localização de Vassouras é obra exclusiva da vontade humana, alheia a pré-indicadas condições deterministas do meio regional”. (LAMEGO, 1963, p.137)

De acordo com Milliet de Saint-Adolphe (1845) citado por Lamego (1963), no princípio do século XIX, o sítio onde está assentada a vila de Vassouras era um despovoado coberto de mato e de um arbusto de que no Brasil fazem "vassouras". Neste contexto, a sesmaria cujo nome era Vassouras e Rio Bonito, foi concedida em 1782 a Francisco Rodrigues Alves e Luís Homem de Azevedo, outra sesmaria foi concedida, em 1793, a Miguel Ângelo Fagundes e França. (SAINT-ADOLPHE, 1845 *apud* LAMEGO, 1963, p. 141)

A pequena Vila de Vassouras foi criada em 1833, e teve a sua Freguesia criada logo em 1837, desmembrada da Freguesia de Sacra Família do Tinguá. De acordo com Monteiro (2012), a Vila foi se desenvolvendo aos poucos desde o início do século, sendo beneficiada com a abertura de duas estradas que se tornaram importantes vias do Império naquele período, são elas: Estrada do Comércio 1811 e Estrada da Polícia 1819 (MONTEIRO, 2012, p. 33), sendo esta última cortando pelo centro administrativo da Vila.

Vassouras se desenvolve rapidamente e começa a agregar outras vilas de formação anterior:

O nome de Vassouras fulgura tão repentina e promissora que, em 1835, apenas dois anos após a fundação, torna-se ela cabeça de comarca, englobando as vilas mais antigas de Marquês de Valença e Paraíba do Sul, e subordinando a si em 1837 a vila de Pirai. (LAMEGO, 1963, p.155)

Neste contexto, Lamego (1963) denomina como o “fenômeno de Vassouras”, “milagre de coesão cultural”, e o “milagre de um erro geográfico”, cuja formação chega a ser paradoxal, pois toda a sua nobreza agrária uniu-se para a criação de um grande centro urbano, afirmando que

Em nenhuma outra zona fluminense veremos essa grupação de valores humanos, tendentes num só tempo a extraírem da terra uma grande abastança e a fazerem-na florir em empreendimentos urbanísticos [...] Quase inacreditável é a rapidez com que ela cresce, num êrmo da floresta, e se transforma na mais culta e aristocrática entre todas as cidade do café. (LAMEGO, 1963, p.136-137)

A expansão dessa zona serrana foi necessariamente agrária, começando com a produção do açúcar, pois as terras eram férteis, a começar por Pati do Alferes e Sacra Família, em torno do Caminho Novo.

E ao longo do século XIX, a cidade abraçou a produção do café, e esse território teve suas paisagens transformadas pelas plantações que, rapidamente, se tornou produto de grande importância para a economia do império brasileiro.

Neste contexto, Vassouras cresceu e se transformou de forma demasiadamente rápida, assistiu o seu desenvolvimento urbano e comercial acelerado com a construção de novas residências e o surgimento de novos ofícios. E no ano de 1857, Vassouras é elevada à categoria de cidade. “A construção de residências entre os anos de 1849-1860, fez crescer o comércio e incentivou o surgimento de diversas atividades e serviços na Vila” (MONTEIRO, 2012, p. 34)

O geógrafo Alberto Ribeiro Lamego vê em Vassouras um erro geográfico por ter sido fundada fora das linhas geográficas mestras de comunicação:

A ilusão de criar um grande centro urbano centralizador das suas fazendas cafeeiras, impediu-lhes ver a marcha futura dos grandes feixes de circulação ao longo de caminhos traçados pela natureza. No momento preciso foi a sua localização, deixada ao livre-arbítrio dos senhores rurais, cuja fecunda imaginação se anuviou com o orgulho dos seus domínios, crendo-os perenes e inabaláveis, não considerando as possibilidades passageiras como o café. (LAMEGO, 1963, p.167)

Vassouras teve um grande fluxo da mão de obra escrava, vindo da África, principalmente da região ocidental do continente. Neste contexto, é importante ressaltar que foi trazido para o Brasil um grande número de africanos escravizados na primeira metade do século XIX, até a proibição do tráfico em 1950. De acordo com Marquese (2006, p. 121) foram mais de 1,4

milhão, isto é, cerca de 40% do número total de africanos trazidos como escravos ao longo dos três séculos de escravidão. No entanto, um dos motores principais desses números foi a introdução da cafeicultura na região Sul Fluminense ao longo do século XIX.

Nesse sentido, as mudanças que se operaram no escravismo brasileiro oitocentista, em especial o incrível arranque da cafeicultura no vale do Paraíba, que rapidamente converteu o Brasil no maior produtor mundial do artigo, contou com práticas arraigadas de longa duração, que possibilitavam introduzir enormes massas de estrangeiros escravizados sem colocar em risco a segurança interna dessa sociedade. (MARQUESE, 2006, p. 121).

Monteiro apresenta o censo de 1850 (ano fim do tráfico) em Vassouras, com 19.210 escravos, e do ano de 1872 com 20.168, observa-se que, ao invés de queda, houve pequeno crescimento no número de escravos. Isso pode demonstrar o quanto continuou ativo o comércio interno de escravo, também pode significar um incentivo para a reprodução em uma população escrava em constante crescimento.

Para Carvalho (2013), “a maior presença de homens entre os cativos ao longo das décadas, entretanto, mostra que, enquanto os homens estavam em declínio, as mulheres escravas estavam aumentando. Sua importância após o fim do tráfico será imprescindível à comunidade escrava”. Além disso, a população escrava era cada vez mais crioula que africana, passando de 70 por cento de africanos na década de 40 do oitocentos, para essa mesma porcentagem de crioulos na década de 1870. (CARVALHO, 2013, p.57)

Apesar dessa transformação da população escrava ocorrida com o fim do tráfico a entrada de africanos não foi extinta, e, segundo Salles (2008, p.183) esses africanos tinham um papel importante na senzala e nas relações sociais entre senhores e escravos, aumentando a importância dos crioulos.

O café teve seu auge em Vassouras nas décadas de 50 e 60 do oitocentos, trazendo grande riquezas para seus produtores. Neste contexto e de acordo com Lamego (1963), milhares de contos de réis subiam anualmente das mãos dos exportadores cariocas para os cofres dessa nobreza da terra,

orgulhosamente ciosa das suas fazendas, dos seus brasões e comendas e dos seus milhares de escravos. Um único município fluminense ultrapassa Vassouras em número de escravos, ao aproximar-se a Abolição. É: Campos bicentenária, com mais de 35 000, enquanto a eleita dos cafêzais com apenas cinquenta anos de trabalho agrícola, tem cerca de 30 000. (LAMEGO, 1963, p.159)

O autor destaca um fenômeno das relações sociais, e a indissolúvel união dos vassourenses, estruturada nos fortes laços familiares “com toda uma população concorde e uníssona em seus fundamentais interesses coletivos”. E isso segundo o autor pode explicar o porque do aparecimento tardio dos jornais na cidade, que era o medo de uma desarmonia que poderia ser trazida com a imprensa. (LAMEGO, 1963, p.162)

3. Família escrava e Redes de Sociabilidade dos Ingênuos em Vassouras

O contexto da região de Vassouras, no Vale do Paraíba sul-fluminense, no século XIX, é particularmente interessante para o estudo de um primeiro momento de socialização e negociação de diferenças etno-culturais entre africanos na formação de comunidades escravas. Com uma densidade demográfica relativamente baixa de escravos até o segundo quartel do século XIX, a região recebeu, logo a seguir, um grande número de cativos recém-chegados do continente africano que passaram a ocupar as senzalas das fazendas que investiam calorosamente no plantio do café. (AGOSTINI, 2002, p. 1)

A proposta desse trabalho foi realizar um levantamento das redes de sociabilidade criadas a partir da análise dos assentos de batismos de ingênuos - filhos de escravas, nascidos de ventre livre - a partir da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, na cidade de Vassouras, interior da Província do Rio de Janeiro no período que começa com a proclamação da Lei em 28 de setembro 1871.

A possibilidade de se mover entre análise macro e a micro-história aproximando a escala de alguns fatos significativos, que passariam despercebidos em uma escala maior, tornando visíveis configurações, através das redes de sociabilidade que poderiam permitir vislumbrar outras situações, além da relação de poder entre senhor e escravo. E ainda, a formação e estrutura familiar dessas crianças ingênuas. Moreira e Pinto (2020) verificaram que quase 100% de ingênuos eram registrados como filhos “naturais”, isto é, apenas com o nome da mãe e concluem que os documentos eclesiásticos podem não expressar a realidade histórica dos relacionamentos familiares e afetivos da população cativa. Pois

muitas dessas mulheres estava envolvidas em relações familiares consensuais ou em arranjos afetivos diversos. Muitas conduziam os seus destinos e os de seus filhos com a ajuda de outros parceiros e parceiras. Mas como as famílias senhoriais não podem ser considerados vetores ausentes nessas relações de poder cotidiano, cabe também considerar a pressão senhorial para que os

escravos não sacralizassem as uniões familiares na Igreja Católica, procurando, assim, obstaculizar a crescente ingerência estatal no gerenciamento daquelas desiguais relações. (MOREIRA; PINTO, 2020, p.176-77)

Moreira e Pinto (2020) ao compararem o número de batismos com os óbitos de dos ingênuos nascidos e falecidos nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, na Província do Rio Grande do Sul, observaram uma mortalidade infantil considerável neste grupo, pois essas crianças não passavam dos primeiros tempos de vida, acometidas por diversas doenças com destaque para o tétano umbilical, que causava muita mortalidade de recém-nascidos, e as doenças digestivas que são apontadas como causas principais da mortalidade dos ingênuos. Muitas doenças eram causadas pelo afastamento das mães escravas, alugadas para amamentar crianças alheias. (MOREIRA; PINTO, 2020, p. 181)

E partindo do pressuposto de que os escravos buscaram apoio através de redes de solidariedade, que eram baseadas no compadrio, dentro e fora da comunidade escrava, indo além do domínio senhorial, para seus filhos ingênuos nascidos, nascidos de Ventre Livre, após a promulgação da Lei 2.040 de 1871 foram analisados os assentos registrados no Livro 1 dos Ingênuos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Vassouras-RJ, fonte “primária” principal desta pesquisa. E devido ao grande número dos registros, selecionou-se, para análise inicial desta pesquisa, o período de 1871-1873, com uma amostra de 380 assentos de um total de 1150 assentos do período até 1878, aproximadamente 35_% do total registrado.

José (preto), provavelmente, é o primeiro ingênuo, filho de escrava nascido de ventre livre na cidade de Vassouras. E esse é o primeiro batizado registrado no Livro 1 de Batizados de Ingênuos de Vassouras que incluía os anos entre 1871 e 1878. Neste contexto, os registros seguiam relativamente o mesmo padrão, nas margens, além do nome da criança, a seguinte descrição: Lei 2040 de 28 de Setembro de 1871, com informações sobre a data e o local onde foi realizado o batizado, o nome do Sacerdote, nome da criança batizada (e cor), condição familiar do ingênuo (filho legítimo ou natural), nome da mãe (e do pai, caso o tenha), o nome do senhor, data do nascimento, nome dos padrinhos e a assinatura do Vigário

Aos vinte e dois de Outubro de mil oito centos e setenta e um, no oratório da Fazenda de Santa Maria, filial desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras; o Padre Manoel José Teixeira, batizou e pós os santos óleos ao inocente José, filho natural de Joaquina, escrava de Antonio Batista Correa e Castro, foi batizado de ventre livre por ter nascido no primeiro deste mesmo mez e aano, e ter-se promulgado a Lei de vinte e oito de Setembro; foram

Padrinhos Adelina da Conceição Correa, e Alfredo Batista Correa e Castro. De que para constar fiz este assento, que para verdade assigno.....(LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS, 1871-1878, p. 1v).

Neste contexto, Salles (2008) observou que a partir da metade do século XIX e o fim do tráfico negreiro, a reprodução vegetativa da população escrava ficou mais perceptível. E o crescimento no número de registros de indivíduos descritos como filhos de escravos. Essa proporção em Vassouras apresentou um aumento especial. O autor comparou os dados referentes ao período entre 1821 e 1850 em relação com a década de 1871-80, e percebeu que a proporção de filhos nos plantéis Vassourenses apresentava grande crescimento: aumentou quase cinco vezes. (SALLES, 2008, p. 238). Detectou também um aumento significativo de natalidade entre os escravos a partir de 1871, em momento em que não nascia mais escravos com a publicação da Lei do Ventre Livre.

Em relação a estrutura familiar dos 380 ingênuos registrados no nosso Livro de Assento entre (1871-1873), observamos que, apenas 58 (cerca de 15%) das crianças possuíam registro com o nome do pai e da mãe, sendo “legítimos” como eram denominados. O ingênuo que possuía o seu registro de batizado apenas com o nome da mãe era indicado como "filho natural".

Observamos que cerca de 50% desses batizados de ingênuos “legítimos” foram realizados em oratórios de fazendas e áreas de plantéis (cerca de 28), (13) na Freguesia Nossa Senhora da Conceição, (13) na Igreja Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e (quatro) sem referência ao local da realização do batizado. Além disso, grande parte dos pais desses ingênuos “legítimos”, tanto o pai quanto a mãe, (42 do total 58) eram escravos de mesmo senhor, (13) deles sem essa referencia, sendo possível que (nove) sejam também do mesmo senhor, isto porque os padrinhos foram escravos do mesmo senhor.

Assim, importantes redes de solidariedade eram traçadas entre esses escravos, ou essas famílias escravas, com outros escravos ou com pessoas livres, através do batismo de seus filhos nascidos ingênuos pela Lei 2040/1871 (BRASIL, 1871).

Observamos também que uma parte considerável dos padrinhos desses ingênuos “legítimos” foram os senhores de seus pais. Destacando como exemplo os oito batizados realizados em datas diferentes no ano de 1872, nos quais, os pais e as mães eram escravos do mesmo Capitão João Barbosa dos Santos Werneck, padrinho de todos os ingênuos junto com a madrinha D. Zeferina Adelaide das Chagas Werneck. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE

ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 13-13v; 27-27v; 38-38v)

Outro exemplo é do Peregrino Augusto dos Santos Werneck, padrinho dos ingênuos filhos de seus escravos Patricio e Augusta, pais de Pedro (preto), e Virgino e Eufrasia, pais de Margarida (preta), o batizado foi realizado na Igreja Matriz de Vassouras. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 26-26v)

Além disso, havia laços familiares entre os escravos de diferentes senhores, portanto, esses ingênuos “legítimos” mostram casos interessantes em relação a formação das “famílias escravas”: Jeromino (crioulo) escravo de Laurindo d'Avellar e Almeida, Hijina (parda) escrava de Ignacio José de Souza Werneck, são os pais de Baptista (pardo), ingênuo, cujo batizado foi realizado no Oratório da Fazenda de Matto-Dentro, seus padrinhos foram Bão-Ventura escravo do Doutor (Luesino) da Rocha Werneck e Ceprijana forra. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 37)

Outros casos que envolvem a “família escrava” de ingênuos “legítimos” mostram o convívio, os laços e os vínculos familiares que eram formados entre os escravos nos plantéis vassourenses: como por exemplo, o casal Thomaz e Emelianna, padrinhos do ingênuo Pedro de Alcantra. E Marcella, avó e madrinha da ingênuo Cormelia Paranhos. Esses dois batizados foram realizados no Oratório da Fazenda da Cachoeira do Dr. Antonio Lazzarini. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p.17-17v)

Possibilita a formação da família escrava, como também ocorrido na Fazenda de São Fernando, onde foram realizados cinco batizados de crianças ingênuas entre os anos de 1871 e 1872, quatro indicavam “filho legítimo”. E embora não há informação dos senhores dos pais, todos os padrinhos e madrinhas eram escravos de José Ferreira Neves, entre eles José pardo (Alfaiate), e assim é possível que os pais fossem também escravos do mesmo senhor. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 5-5v)

Neste caso, pesquisas futuras sobre a formação da família escrava serão interessantes para um estudo mais detalhado, dentro de um período mais extenso, e com o auxílio de outras fontes, como os registros de óbitos e inventários, possibilitará o complemento destas lacunas.

Assim como o casamento, o batismo aproximava ainda mais pessoas e famílias, reforçando ou criando novas amizades. Importantes laços sociais eram criados através do Sacramento do Batismo no Brasil do oitocentos. De acordo com Freire (2012), esses laços possuíam uma dimensão social fora da estrutura da Igreja, e podiam reforçar um parentesco já existente, ou fortalecer relações com pessoas de classe social semelhante ou “estabelecer ligações verticais entre indivíduos socialmente desiguais”. (FREIRE, 2012, p. 34) O que já era defendido por Schwartz (1988, p. 66)

Os laços entre o afilhado e os padrinhos eram tão forte quanto entre o filho e os pais. Paralelamente, o conjunto de laços entre pais e padrinhos estabelecia obrigações e dependências mútuas. Ao examinar referidos laços, podemos observar algumas das formas de interação entre escravos e senhores. (SCHWARTZ, 1988, p. 66)

Freire complementa que

O batismo cristão se apresentou como uma forte instituição no âmbito de todos os estratos da população. E para os escravizados isso não foi diferente, eles buscaram através desse sacramento estabelecer relações de solidariedade e reciprocidade, que se consubstanciaram por meio do compadrio. (FREIRE, 2012, p. 34).

Neste contexto, as escravas poderiam ter buscado um apoio para seus filhos ingênuos através de uma rede de sociabilidade, a partir de laços sociais baseados no batismo. Essas relações de compadrio que eram construídas pelos escravos, e que iam além dos limites do cativeiro, demonstram também que: “a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos”. (SLENES, 1997 *apud* MACHADO 2006, p. 50)

Por outro lado, em regiões de grande número de cativos, era mais comum os escravos se apadrinhar entre si, como uma forma de incorporar os recém-chegados da África, possibilitando a formação de uma comunidade escrava. (MACHADO, 2006, p. 50).

Podia haver também um caráter hierárquico dentro das relações do compadrio: “pois em geral os escravos domésticos ou os que possuíam algum tipo de qualificação profissional apadrinhavam mais do que os escravos de roça” (MACHADO, 2006, p. 51).

Para esses autores, e raciocinando na esteira do pensamento thompsoniano, pode contemplar que as práticas de tutela não eram somente uma arma nas mãos dos ex-senhores, mas também foram instrumentalizadas pelas famílias egressas do cativo à sua maneira. E através de análise de alguns casos, os autores observaram que:

O que esse caso nos pode mostrar é como talvez as mães dos ingênuos podiam também instrumentalizar a família senhorial, inserindo-a nos esquemas de circulação de crianças. Ou seja, as crianças eram deixadas com a família dos ex-senhores até que aquela família negra construísse um conveniente espaço para viver sobre si. Vizinhos, parentes e ex-senhores eram, dessa maneira, tornados aliados (consciente ou inconscientemente) dos planos daquelas famílias negras em busca de estabilidade material e afetiva. (MOREIRA; PINTO, 2020, p.186)

Sendo assim, ao verificar o compadrio de ingênuos na cidade de Vassouras a partir de 1871, quando a promulgação da Lei Nº2040 em 28 de fevereiro, e até o ano de 1873, notamos uma grande diversidade de relações sociais formadas por meio do batismo. No entanto, havia forte preferência e inclinação por padrinhos e madrinhas escravos do mesmo senhor das mães desses ingênuos, e muitas optaram por esta escolha, principalmente nas áreas rurais e na freguesia de Vassouras. Assim, considerarmos a possibilidade de ter estabelecido fortes vínculos de afeto em consequência do convívio, da intimidade e afinidade, indicando uma solidariedade construída entre os escravos da mesma localidade. Isto porque entre os batizados, se destaca a presença dos dois padrinhos (25%), conforme Gráfico 1, ou apenas um dos dois (14%), indicado no Gráfico 2, como escravos do mesmo senhor da mãe.

É importante enfatizar que, aproximadamente, 80% dos cem batizados encontrados com dois padrinhos escravos do mesmo senhor da mãe, aconteceram em propriedades rurais, fazendas e áreas da Freguesia. Isso reforça a idéia de redes de solidariedade entre escravos dos planteis onde vivia um considerável número de escravizados.

E aqui destacamos casos específicos para observar e compreender essas relações: Entre 1872 e 1873, foram realizados batizados nos Oratórios da Fazenda Santa Anna do Barão do Massambará, na Fazenda de Ribeirão do Barão de Ribeirão, e Fazenda dos Herdeiros do Capitão Ignacio Gomes de Assunção, todos filiais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Ao analisar as relações de compadrio dos ingênuos nessas propriedades Vassourenses, observamos que a maior parte formava-se de escravos desses mesmos senhores. Podendo assim inferir que o convívio entre a escravaria produzia relações de apoio e laços de

companheirismo e amizade, e principalmente redes de solidariedade efetivadas pelo compadrio. (Os números são apresentados nos gráficos 1 e 2)

No entanto, esses laços de amizade e sociabilidade permaneciam entre os escravos mesmo após a emancipação dos mesmos. Em alguns casos, escravos forros apadrinharam ingênuos, aliás, muito mais madrinhas do que padrinhos, e desses 24 casos encontrados, foram apenas quatro homens libertos (forros) padrinhos, e 20 mulheres. No entanto, esses batizados foram realizados tanto na área urbana da cidade (Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Vassouras), quanto em oratórios de fazendas filiais da Freguesia de Vassouras, onde a presença de compadrio entre escravos e forros pode indicar possíveis relações de familiaridade e amizade, e revelar contínuo convívio e proximidade.

Podemos citar como exemplo o caso do Manoel Rebello e Joaquinna, ex-escravos do Comendador Francisco Luiz dos Santos Werneck, padrinhos de Barbara, filha legítima de Mariano e Aguida, ambos escravos dos Herdeiros do mesmo Comendador. Não se sabe ao certo se esses padrinhos formavam um casal. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 17v -18)

Há também alguns nomes que aparecem repetidas vezes, existindo a possibilidade da madrinha ser uma parteira, como no caso de “Efígenia Forra”, foi madrinha em cinco batizados, com o padrinho Manoel Luiz de Lima, neste caso, as mães dos ingênuos eram todas escravas de Manoel da Costa Franco, sendo uma delas é “legítima” de pai escravo do mesmo senhor. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 59- 60v-61)

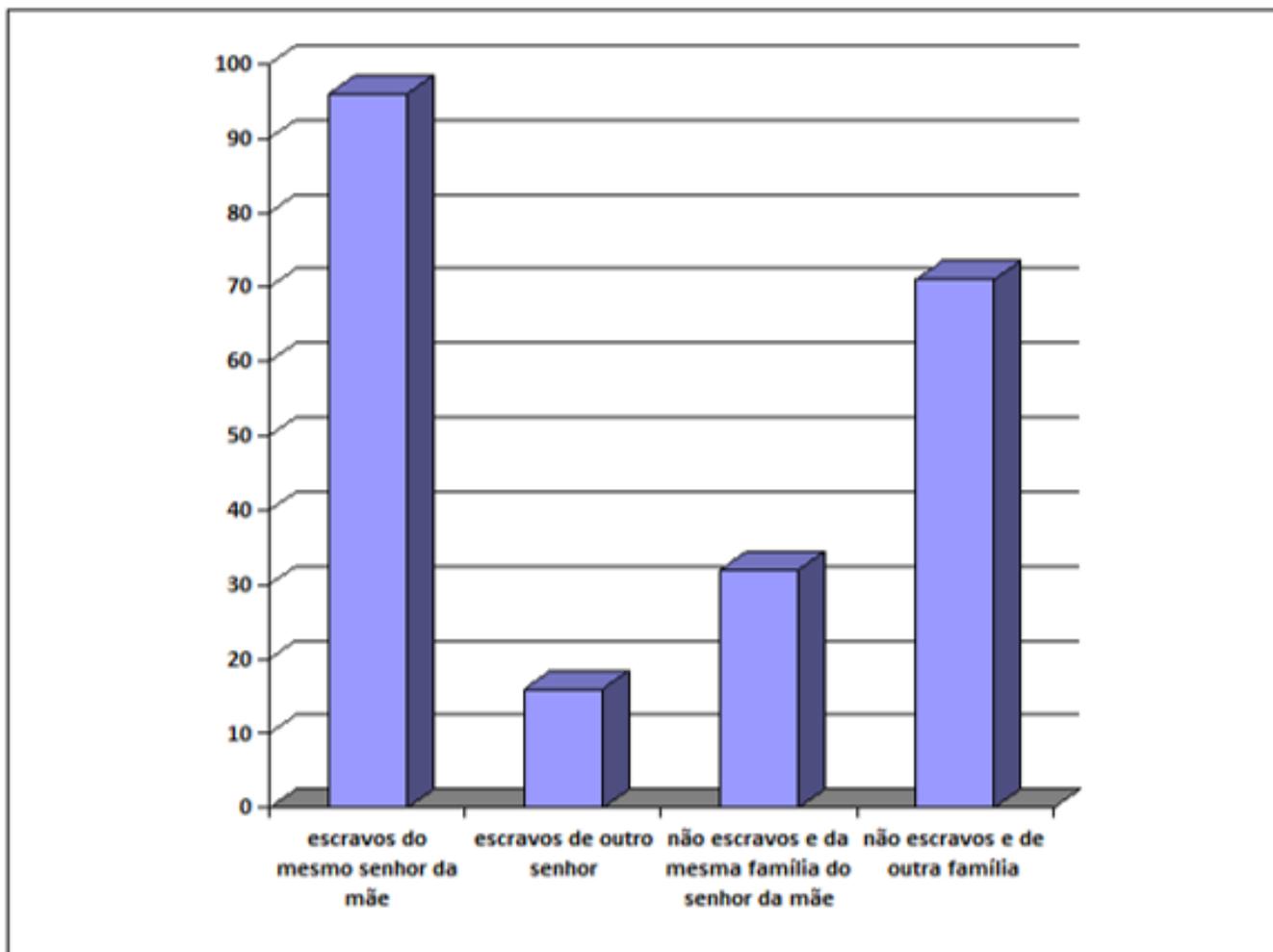
Brandina, também forra, foi madrinha de Bebianna, filha de Silvana (crioula) escrava de D. Maria Gabriella Teixeira Leite, o padrinho Adão, é escravo do Barão de Vassouras. O batizado foi realizado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. No entanto, Brandina pode ter sido escrava dos Teixeira Leite. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 41f)

Andreza liberta foi madrinha de Theodoro, ingênuo, filho da Senhorinha, escrava de Marcelino José de Avellar. O batizado ocorreu no Oratório da Fazenda do Ribeirão, o padrinho é Frederico, escravo do Barão do Ribeirão. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE

INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 44v - 45)

Além disso, percebemos também que essas redes de sociabilidade construídas a partir do compadrio não se limitavam apenas a escravos de um mesmo senhor, havia também contatos e relações entre escravos de diferentes senhores, embora em parcela pouco expressiva. Como pode ser visto no Gráfico 1, poucos casos aparecem com os dois padrinhos de outro senhor (quatro%), entre eles, destacamos Lino escravo de Fertulino de Souza Freitas e Rosa escrava de Joaquim Sabino da Silveira, padrinhos do Fertuliano, órfão, sua mãe Custódia era escrava de Manoel José de Freitas. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 73).

Gráfico 1 - Padrinho e Madrinha em números



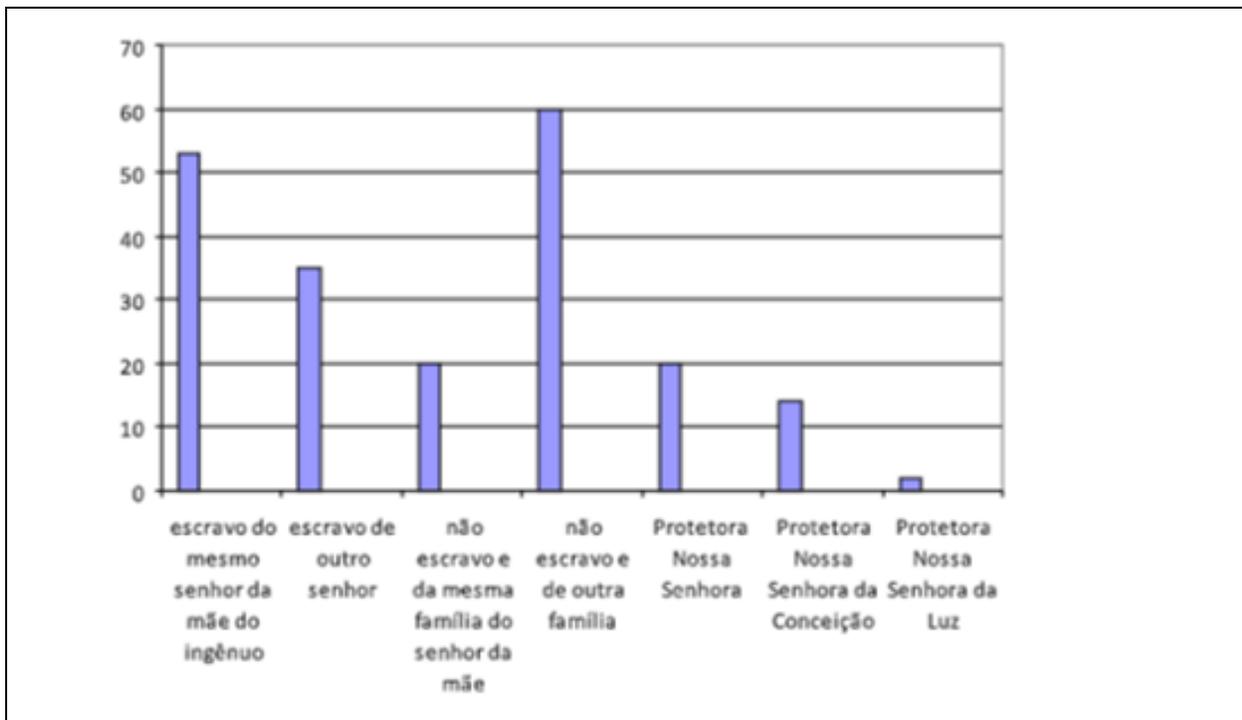
Fonte: Livro 1 de Registro de Assentos de Batismos de Ingênuos da Freguesia de Nossa Senhora da conceição de Vassouras, Vassouras-RJ, 1873-1875.

Destacamos também a ingênuo Elautesio, filho da escrava Felicidade, de Laureano Correa e Castro, batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, e teve como padrinhos, Marcelina e Ernesto, ambos escravos do Doutor José de Paiva Magalhães Calvet. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 41v - 42f)

Julia, escrava do Doutor Ten-Brink, batizou seu filho Horacio, sendo padrinhos Silvana e João, escravos de D. Gabriella Teixeira Leite. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p.74v)

Foi observado também um número considerável de padrinhos e madrinhas que eram da família do senhor da mãe dos ingênuos, como nos casos citados anteriormente. Alguns padrinhos, dentro desse contexto, aparecem de forma repetida, como no caso do Theoplito Rodrigues Barbosa, padrinho de 4 ingênuos, de mães escravas de Estevão Rodrigues Barbosa. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 30v-31v). Importante ressaltar que nos poucos casos (16) em que encontramos o próprio senhor da mãe do ingênuo como padrinho, grande parcela tratava se de “filhos legítimos”, apenas cinco não se incluíam nesta categoria. É o caso da Eufrásia Teixeira Leite, madrinha de Americo, filho “natural” de Affra escrava da mesma Eufrásia. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p.52)

Gráfico 2 – Padrinhos e Protetoras em números



Fonte: Livro 1 de Registro de Assentos de Batismos de Ingênuos da Freguesia de Nossa Senhora da conceição de Vassouras, Vassouras-RJ, 1873-1875.

Destaca-se uma preferência por padrinhos que não eram da mesma família do senhor, mas que certamente, faziam parte do ciclo de amizade e relações sociais, ou possuíam algum parentesco distante. O número é significativamente expressivo no qual os dois padrinhos ou apenas um deles (18% e 16% sucessivamente), conforme os Gráficos 1 e 2, eram de outras famílias, e fizeram parte dessas redes de sociabilidade e solidariedade baseadas no compadrio de ingênuos. Entre eles destacamos, Balbino da Silveira Dutra, que aparece como padrinho em 7 batizados, cujas mães eram escravas de Estevão Rodrigues Barbosa. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 29-31v)

Neste contexto, até os padres aparecem como padrinhos dos ingênuos, como no caso do Pe. João Alves Guedes Pereira, padrinho de Manoel, filho da Christina escrava de João Pedro da Silveira Dutra, a madrinha foi D. Carolina Maria da Silveira, ocorrido na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 41-41v) E o Padre Joaquim José Diniz Lage, também padrinho com a D. Carlota de Araujo Padilha, no batizado da Angelina, filha “natural” de Sulquesia, escrava do mesmo Comendador Ezequiel de Araujo Padilha, o batizado foi realizado no Oratório da Fazenda do mesmo comendador. (LIVRO 1 DE REGISTRO DE ASSENTOS DE INGÊNUOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS (1871-1878), 1871-1878, p. 32-32v)

Além disso, as escravas intercediam ainda à proteção de Nossa Senhora (20) como madrinha e protetora dos seus filhos ingênuos, além de Nossa Senhora da Conceição (14) Padroeira da cidade de Vassouras, e a Nossa Senhora da Luz (2), como pôde ser visto no Gráfico 2.

4. Considerações Finais

Os vínculos que eram construídos por meio do Batismo no Brasil do oitocentos conferia aos padrinhos e madrinhas o compromisso de assistir e cuidar dos seus afilhados, mas não apenas isso, formava-se alianças e novas relações sociais, reforçava laços de parentesco, aumentava o prestígio e o poder político.

No entanto, dentro do mundo escravo, principalmente quando nos referimos aos ingênuos, as mães poderiam ter buscado as redes de apoio que eram alicerçadas e concretizadas através do compadrio, procurando assegurar uma vida melhor para o seu filho “livre”.

Nesta escolha havia certa preferência pelos escravos do mesmo senhor da mãe dos ingênuos, principalmente em batizados realizados em oratórios de fazendas e na região da Freguesia da cidade de Vassouras, indicando a existência de um vínculo de cooperação e redes de apoio que eram construídas entre esses escravos. No entanto, se destacou um número relativamente grande de padrinhos não escravos que, aparentemente, não possuíam parentesco direto com a família do senhor da mãe dos ingênuos.

Ao analisar o apadrinhamento de ingênuos na cidade de Vassouras desde o momento da promulgação da Lei nº 2040 em 1871 até o ano de 1873, observamos que, por meio do batismo, se formava um universo múltiplo, das mais diversas e complexas relações sociais.

Fontes primárias

Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras – Dr. Joaquim José Teixeira Leite: **Livro 1 de Registro de Assentos de Ingênuos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras** (1871-1878).

Referências

AGOSTINI, C. Entre senzalas e quilombos: “comunidades do mato” em Vassouras do oitocentos. *In*: ZARANKIN, A; SENATORE, M. X. (Org.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Itália: Ed. del tridente, 2002. (Online). Disponível em: https://www.academia.edu/3156655/Entre_senzalas_e_quilombos_comunidades_do_mato_em_Vassouras_do_oitocentos. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº, de 7 de novembro de 1831**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em: 27 Ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm_Acesso em: 27 Ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 3.270, de 28 de setembro de 1885**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm Acesso em: 27 Ago. 2020.

CARVALHO, F. P. de. Vassouras, comunidade escrava, conflitos e sociabilidade (1850-1888), Niterói, 2013. **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal

Fluminense, Niterói, 2013, 219 p. Disponível: [http:// https://www.historia.uff.br/stricto/td/1702.pdf](http://https://www.historia.uff.br/stricto/td/1702.pdf)
Acesso em: 13 maio 2021.

COSTA, L. L. da. A Lei do Ventre Livre e os Caminhos da Liberdade em Pernambuco, 1871-1888. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. 150 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7431.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

DALVIT, G. de P.; NOGUEIRA, V. L. Escola Pública e Liberalismo no Brasil Imperial: Construção do Estado e Abandono da Nação. **Hist. Educ. (Online)** Porto Alegre v. 21 n. 53 set./dez. 2017 p. 182-198. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/57191> Acesso: 27 ago. 2020.

DOEWIJK, Andreas. L.; LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Resenha. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 6. p.189-195, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37772/19587>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FALCON, F. J. C. Luzes e Revolução na colônia. **Estudos Avançados**, v. 2, p. 73-85, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/px8k8JcjXZxg5FQNZKpvY5h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

FREIRE, J. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais século XIX. **Afro-Ásia**, n. 46, p. 9-59, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/afro/a/YPphWyXq55jwyJRQXXyfstx/?format=pdf&lang=pt> Acesso 15 nov. 2021.

GEREMIAS, P. R. Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889). **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Janeiro de 2005. Disponível em: https://bgmamigo.paginas.ufsc.br/files/2011/02/Diss_PatriciaRGeremias2005.pdf. Acesso em: Acesso em: 29 ago. 2020.

GINZBURG, C. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GUIZELIN, G. da S. A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos. **Almanack**. Guarulhos, n.05, p.123-144, 1º semestre de 2013. Disponível em - <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320130507> Acesso em: 05 Dez. 2020

LAMEGO, A. R. **O Homem e a Serra**. Edição da Divisão Cultural, 1963. 2ª edição.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, G. Sobre a Micro-História. *In*: BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVI, G. **A Herança Imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, C. As Muitas Faces do Compadrio de Escravos: o Caso da Freguesia de São José dos Pinhais (RP), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v 26 nº 52, p. 49-77 – 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a04v2652.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MALHEIRO, A. M. P. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. 3º v. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

MARQUESE, R. de B. A DINÂMICA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, n. 74, mar., 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007> Acesso em: 29 ago. 2020.

MONTEIRO, A. F. Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 3, n. 2, p. 29-46, jun./dez., 2012. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/176>. Acesso: 29 ago. 2020.

MOREIRA, P. R. S.; PINTO, N. G. Crianças: entre leis, direitos e justiça. “Sem lar, viviam abrigados sob o teto da casa de seus senhores”: Experiências de vida e morte dos filhos do Ventre Livre (Porto Alegre e Pelotas, RS – 1871/1888) *In*: CORDOZO, J. C. da S. *et al.* (Org) **História das Crianças no Brasil Meridional**. 2. Ed., E-book, v. 5. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2020.

PAULA, D. G. de. NOGUEIRA, V. L. Escola Pública e Liberalismo no Brasil Imperial: Construção do Estado e abandono da nação. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre v. 21, n. 53 set./dez. 2017, p. 182-198. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/57191>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SALLES, R. **E o Vale Era o Escravo**: Vassouras, século XIX - Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, O. V. As Grandes Revoluções do Século XVIII e o Iluminismo. **Revista Eletrônica de Pedagogia**, v. 30, 2018. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/2nwjMOpLyWln7m3_2018-10-6-10-38-31.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

VAINFAS, R. **Micro-história**: Os protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ZERO, A. H. Ingênuos, Libertos, Órfãos e a Lei do Ventre Livre. 2003. *In*: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_arethuza_helena_zero_ingenuos-libertos-orfaos-e-a-lei-do-ventre-livre.pdf. Acesso: 27 Ago. 2020.

TURISMO SOCIAL, ESPAÇO E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS ESTUDO DE CASO – SESC/TURISMO JOVEM CIDADÃO

*Ana Cristina F. de A. de Souza Ramos
Sheila S. da Costa Fernandes*

Uma contextualização sobre o turismo social no Brasil

A conceituação do Turismo é ampla e complexa sendo apresentada pela Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001), como as “atividades que realizam as pessoas durante [as] suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Em diversas literaturas pode-se encontrar variadas apresentações sobre o conceito Turismo, no entanto, o interessante é que, de modo geral, nesses conceitos apresentados, há sempre três componentes básicos presentes na estrutura do turismo, que são: o físico, o tempo e o indivíduo.

Falar de turismo necessariamente nos remete ao processo histórico ligado à essa temática, que se interliga com O Grand Tour, as peregrinações durante a Idade Média e a figura de Thomas Cook. As peregrinações na Era Medieval estavam distantes do conceito de viagem por lazer, já que “o peregrino não escolhia o itinerário nem a durabilidade de seu percurso. Ele estava totalmente exposto às dificuldades e às intempéries do caminho a ser percorrido” (BARBOSA, 2002, p. 24). O período da Idade Média retratava os grandes deslocamentos, migrações coletivas em busca de produtos para venda/troca. Por final o Grand Tour, sendo apontado como marco para o surgimento da palavra “Turismo”. Segundo Moesch (2002), eram viagens realizadas pela burguesia sempre incentivadas pela aprendizagem e a aquisição de cultura, mas também teriam sido as molas motivadoras das viagens mercantis (LICHORISH; LENKINS, 2000).

Inegavelmente grandes mudanças foram trazidas com a Revolução Industrial, sendo uma delas a desenvolvimento dos transportes, impulsionando o deslocamento em massa de pessoas. Nesse período, fatores como o acelerado crescimento populacional e o aumento do poder aquisitivo teriam criado um novo e enorme mercado, em um curto período de tempo. A partir de 1945 há uma reviravolta no Turismo por conta da revolução tecnológica e do crescimento industrial em massa, resultando na aceleração dos parques industriais e, conseqüentemente, a promoção do turismo de massa.

No início dos anos 1980, com o crescimento exponencial ofertado pelo processo de globalização, inicia-se com a etapa mais avançada do processo de internacionalização da economia mundial. O que trouxe consigo mudanças nas possibilidades de comunicação e transporte, reduzindo dessa forma, as distâncias entre os lugares, passando o turismo a não mais

estar ligado ao ócio e sim, uma das principais alavancas que impulsiona a economia local e mundial, além de movimentar milhões de pessoas pelo mundo todo. Sendo assim, segundo Molina (2001), turismo é um produto da cultura, portanto, transcende explicações econômicas e sociais que são insuficientes e não contemplam a dimensão do fenômeno.

A ideia de segmentar o mercado turístico, nasce da existência de uma multiplicidade de roteiros e condições que possibilitam a definição de uma gama variada de produtos turísticos de acordo com as distintas condições existentes. Esse cenário promove novos produtos, os quais são susceptíveis de proteger e valorizar o patrimônio cultural, natural bem como o desenvolvimento dos recursos humanos de um território, região, cidade, entre outras.

Em 1972, Cohen já havia identificado quatro tipos de viajantes: 1) os de massa individuais; 2) os de massa organizados; 3) os exploradores e; 4) os “perambulantes”. Ainda na década de 70, outros estudos de segmentação turística foram surgindo com o objetivo de agregar afinidades e desejos semelhantes, oferecendo dessa forma uma resposta especializada e igualitária.

Oliveira (1998) apresenta em sua obra “Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização”, os diversos tipos de turismo praticados no mundo, de acordo com as peculiaridades de cada região; definindo assim, os variados segmentos do turismo como de lazer, eventos, águas termais, desportivo, religioso, juventude, social, cultural, ecológico, compras, aventura, gastronômico, incentivo, terceira idade, rural, intercâmbio, cruzeiros marítimos, negócios, técnico, gay e de saúde; apresentando ainda, as formas de praticar turismo (individual, organizado, receptivo e emissor). Vale destacar que, em sua obra, Oliveira não enfatiza a segmentação, mas os tipos e formas de praticar turismo. Menezes *et al.* (2010), por sua vez, sugere que o tema precisa ser mais estudado apontando questionamentos sobre o segmento no país que somente poderão ser respondidos com um intenso trabalho de pesquisa.

Turismo Social e suas relações com o Serviço Social do Comércio – SESC

O turismo social surge como um conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação de camadas sociais modestas, onde se predomina a ausência de lucro em sua definição. Segundo Beni (1998), o turismo social vem propor uma socialização e uma promoção da igualdade de oportunidades, equidade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão;

destacando também as comunidades receptoras e as suas relações promotoras de um turismo sustentável e responsável.

Não há um consenso sobre esse segmento e sobre sua origem, apenas hipóteses que indicam ter se iniciado em acampamentos e albergues. No entanto e com Almeida (2001) que surge uma explicação mais aceita do conceito, ao defender a ideia de viagens realizadas por trabalhadores em suas férias propagadas como instrumentos de propagandas políticas que antecederam à II Guerra Mundial. Lamentavelmente, a Alemanha não foi o único país a utilizar esse segmento com propósitos políticos, outros países como, Portugal e a ex-URSS durante o período stalinista utilizaram o turismo social para manipular a população a aceitar/pensar de acordo com a ideologia do governo.

Segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988 *passim*), o turismo é um direito previsto, assim como a educação, a saúde, a segurança, a moradia entre outros. No entanto, é deixado em segundo plano por conta da urgência das demais necessidades. Nesse viés, o turismo social vem se apresentando como uma opção para satisfazer as necessidades não só do lazer, mas da cidadania, da integração, da sociabilização e da inclusão.

Segundo Trigo (2004), esse tipo de segmento muitas das vezes é incentivado pelos governos em outros países, sendo inexpressivo no Brasil, apesar de ser um dos objetivos do Plano Nacional de Turismo (2007). Por isso, este acaba sendo realizado por empresas privadas, como o SESC (Serviço Social do Comércio). Assim, na década de 1940, após a aprovação da CLT no Brasil, que atribuía aos movimentos sindicais a obrigação de aplicar o recolhimento das contribuições sindicais em colônias de férias e finalidades esportivas e sociais surgia o SESC, instituição paraestatal (funciona paralelamente ao Estado), gerida por representantes do empresariado do comércio de bens e serviços que tem por finalidade a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento da cultura dos comerciários e seus familiares através de serviços a custo reduzido.

O SESC sempre teve como propósito subsidiar projetos que envolvessem as comunidades do seu entorno, de forma a integrar à população local ao seu patrimônio imediato, contribuindo para a valorização e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio natural e cultural. Tal postura, muitas das vezes, gerou empregos diretos e indiretos. Costa (2006) destaca que a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis

visam, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo apresentando como alternativas de inclusão social.

Sob esse viés, em 2004/2005, o SESC apresentou como proposta o projeto Turismo Jovem Cidadão para jovens (de ambos os sexos) de 12 a 17 anos das comunidades atendidas pelas unidades do Sesc da Tijuca e de Ramos; onde deveriam necessariamente estar vinculados a organizações não-governamentais (ONGs) conveniadas, ou associações de moradores, necessitando estarem matriculados e frequentando regularmente alguma escola.

O objetivo inicial era conhecer os principais pontos turísticos da (própria) cidade onde residem, por meio de passeios, sempre acompanhados de guias de turismo credenciados, professores especializados nas temáticas a serem estudadas/apresentadas (história, geografia e biologia) dependendo do ponto turístico a ser visitado e dos profissionais responsáveis pelo projeto; além de trabalharem as suas percepções a respeito dos locais visitados através de câmeras fotográficas que receberam durante o projeto para captarem as suas percepções e experiências além das atividades extras como oficinas variadas (Foto 1).



Foto1 – Oficina de reciclagem de embalagens de leite. Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.

Durante uma semana, os jovens receberam treinamento referente ao manuseio das câmeras fotográficas por intermédio de um profissional da fotografia que os ensinou a revelarem as suas imagens de forma artesanal (câmara escura). Todos os profissionais foram devidamente apresentados, juntamente com os pontos turísticos a serem visitados, sendo divididos em: transportes públicos urbanos; Rio antigo e histórico; meio ambiente e pontos turísticos. Além

de assistirem a cada término do passeio, apresentações culturais e artísticas variadas a fim de conhecerem a dinâmica dos profissionais e suas profissões.

Durante quatro dias foram submetidos a conhecerem a cidade do Rio de Janeiro, através das quatro temáticas apresentadas anteriormente. Nos transportes públicos foram levados a andarem de trem (Foto 2), de barca (Foto 3), ônibus e a visitarem o Museu Aeroespacial (Foto 4). Diante dessas experiências, estes foram levados a pensar as suas dinâmicas em relação às grandes metrópoles e como foram importantes no crescimento das cidades, os seus problemas e os desafios apresentados, de modo que os jovens fossem instigados a apresentarem possíveis soluções para os problemas destacados.



Foto 2 – Estação da Luz SP/ Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.



Foto 3 – Barcas/ Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.



Foto 4 – Museu Aeroespacial do Rio de Janeiro/ Fonte: Acervo pessoal, 2005.

As temáticas ambientais foram apresentadas por profissionais ligados à área, geralmente biólogos, que durante os passeios ao Parque Natural Municipal Chico Mendes, Floresta da Tijuca e Jardim Botânico, (Foto 5, 6 e 7) falavam da importância da interligação ambiente/homem e como essa dinâmica poderia ser quebrada quando não havia conhecimento e atitudes pró ambientais.



Foto 5 – Parque NM Chico Mendes/ Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.



Foto 6 – Floresta da Tijuca/ Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.

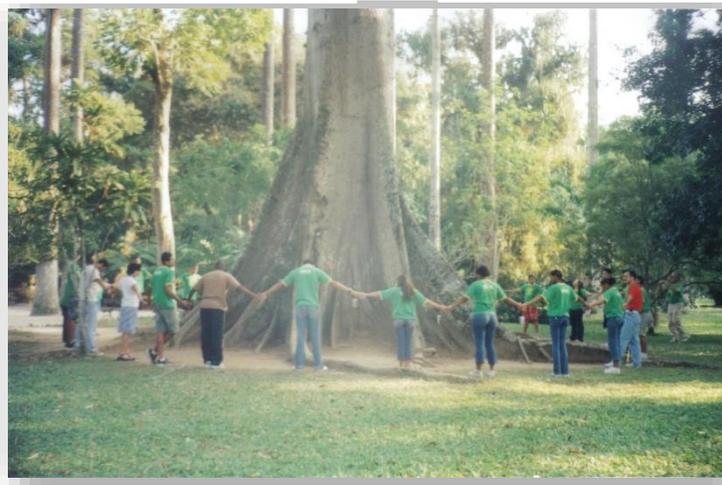


Foto 7 – Jardim Botânico do RJ / Fonte: Acervo pessoal, 2005.

Em relação aos pontos turísticos, talvez o ponto culminante do projeto – afinal, a maioria dos participantes jamais tinham visitado o Pão de Açúcar, Cristo Redentor ou pisado na areia da praia de Copacabana por questões econômico-sociais – os jovens tiveram a oportunidade de se apropriarem do lugar que também era deles, enquanto moradores da cidade, possibilitando uma sensação de pertencimento e inclusão outrora nunca sentidos.

O Rio Antigo foi outro ponto alto entre os jovens, pois, ao alinharem o conhecimento apresentado nas aulas de história aos lugares visitados foi de total impacto, mensurando o verdadeiro significado da aprendizagem. Os jovens se apropriaram não somente das mediações realizadas pelos profissionais, mas também dos espaços urbanos – estes também permeados de símbolos e signos que se relacionam às relações humanas.

Reflexões sobre o Turismo Jovem Cidadão, realizado pelas unidades SESC Ramos e Tijuca

As atividades turísticas realizadas nas duas comunidades em questão, trouxeram reflexões a respeito de como essas atividades podem impactar sócio-culturalmente essas comunidades. De maneira a despertar o interesse dos envolvidos nas questões ambientais e sociais da cidade, além de estimular o sentimento de pertencimento ao lugar. Sendo assim, é fundamental a contribuição dessas investigações e relatos de experiências para o conhecimento do complexo fenômeno social, cultural, político, econômico e ambiental que é o turismo.

Inevitavelmente, o turismo vem proporcionando interferências na vida social, na dinâmica cultural e na identidade local, sendo necessário levar em consideração não somente o projeto em questão e as suas formas de abordagem, mas, principalmente a percepção das comunidades envolvidas, como elas entendem e enxergam a cidade e as suas dinâmicas e como essa paisagem pode interferir no seu desenvolvimento individual. Em sua totalidade, dos 36 jovens envolvidos, 90% nunca tinham visitado o Cristo Redentor, Pão de Açúcar ou Jardim Botânico, elementos naturais extremamente conhecidos pela grande maioria da população brasileira.

Diante das disparidades causadas pelo mundo globalizado, o turismo acabou sendo disseminado por poderosos mecanismos ideológicos e mercadológicos, aumentando o abismo existente entre a cidade e a periferia, totalmente deficitária em infraestrutura, sendo concebida como lugar da reprodução socioespacial da população de baixa renda. Santos (1999) destaca essa segregação, fruto do acúmulo de processos singulares que se desenvolveram a partir de conflitos originados de diferentes sentidos de tempos; sendo essas diferenças que caracterizaram a produção e reprodução do espaço da cidade e da periferia, justapondo elementos tradicionais

e modernos, levando a segregação social que é observada na maioria dos projetos sociais voltados para a periferia.

Durante 6 meses de projeto, incluindo as visitas técnicas às comunidades, as suas demandas pressupunham ouvir os jovens e as suas expectativas, direcionando e educando em relação às visitas. Foi percebido que as dificuldades não estão apenas associadas à inserção do projeto, mas nas relações dos envolvidos que apresentavam problemas de facções criminosas rivais, cognitivos, familiares e educacionais. É notório que não somente projetos como o que foi desenvolvido pelo SESC surtiria algum efeito imediato, pois, foram realidades totalmente apresentadas num curto período de tempo, dificultando o processo ensino/aprendizagem/pertencimento, havendo a necessidade de outras atividades semelhantes.

Os objetivos iniciais do projeto em apresentar os elementos turísticos da cidade do Rio de Janeiro e as suas interligações com a periferia foi alcançado, sendo necessária a utilização de técnicas e procedimentos adotados por Dencker (1998), Marconi e Lakatos (2002) e, principalmente, de Fletcher (2001). Estes se baseavam na mediação dos conflitos e dos impactos socioculturais referentes à cidade e as comunidades em questão.

Notoriamente, o aspecto cultural está intimamente ligado ao processo turístico, afinal, quando se visita um lugar, uma parte dessa bagagem paisagística e cultural acaba sendo inserida ao visitante, tornando-se parte de sua singularidade. Esse processo é o que chamamos de processo turístico, onde apresenta a cultura associada a visita como um processo contínuo de construção da sociedade que é mutável e não linear. Sendo assim, as influências externas da atividade turística proporcionam interferências na dinâmica sociocultural e nas referências identitárias das comunidades receptoras, ocasionando mudanças no comportamento dos visitantes e das localidades receptoras que se adequam aos seus visitantes/necessidades.

Ao término do projeto foram realizados três encontros para discutirem as observações/percepções dos jovens envolvidos (Foto 8), as quais se relacionavam às visitas, a entrega das câmeras para as fotos (Foto 9) serem reveladas e um sarau final (Foto 10) onde puderam expor as suas fotografias – tomadas como as suas reais captações dos lugares visitados.



Foto 8 – Roda de Conversa/ Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.

Foto 9 – Entrega das Câmeras fotográficas/ Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.



Foto 10 – Sarau e o último encontro/ Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2005.

Apesar do turismo ser criticado pelos problemas socioculturais que acaba provocando, principalmente nas comunidades envolvidas com os lugares visitados/tradicionais, por falta de planejamento, não se pode deixar de reconhecer as transformações, muitas das vezes irreversíveis realizadas e as suas influências nas comunidades; mas, o turismo não é o único responsável por todas essas mudanças percebidas, deixando destacado todo o processo de globalização que o planeta vem sofrendo. Sendo assim, toda atividade turística interfere na produção da cultura tradicional, tendo efeito num processo reverso também.

Em sua totalidade, as visitas de alguma forma, mesmo que sutilmente, transformaram os envolvidos que, através de suas percepções, entenderam que apesar das dificuldades vivenciadas por cada jovem participante, a educação ainda é a chave para a sua emancipação político-social. O turismo associado a projetos sociais pode, de forma direta, diminuir essa segregação, promover o sentimento de pertencimento, aguçar novas ideias e possíveis soluções para problemas comunitários, proporcionando o aparecimento de novos líderes sociais, multiplicadores de novas experiências. Nesse viés, o turismo social, promove a inclusão dos

jovens envolvidos a certos lugares que, para a grande maioria, nunca mais voltarão a visitar, seja por questões econômicas, seja pelo distanciamento espacial que dificultaria o acesso aos lugares visitados totalmente distantes das comunidades atendidas.

Em relação às comunidades envolvidas, ambas possuem dinâmicas sociais totalmente diferenciadas; a comunidade margeada ao SESC da Tijuca, que contou com a participação dos jovens dos morros do Macaco, Borel, Chapéu Mangueira e Formiga e as do SESC de Ramos, todo o Complexo do Alemão que comporta mais de 15 comunidades em sua grande totalidade formada pela mesma facção, possibilitou de alguma forma a inserção desses jovens de comunidades diferentes num mesmo projeto social. Quanto aos profissionais envolvidos diretamente este, em sua totalidade, eram guias de turismo com formação pedagógica nas áreas afins de visitação. Inegavelmente, a proximidade dos jovens com os profissionais e as relações de afeto desenvolvidas ao longo do projeto foram determinantes para o sucesso de seus objetivos, afinal, o aprendizado perpassa primeiramente pelo coração, precisa ter sentido e significado, o que ficou claro nos depoimentos realizados pelos jovens para um documentário realizado pelo SESC Brasil referenciando o projeto e as suas conquistas.

Quanto aos gestores envolvidos, em sua totalidade, turismólogos oriundos de zonas não periféricas com realidades sociais e econômicas totalmente diferentes das apresentadas pelos jovens. Foi notório o choque das realidades apresentadas/vivenciadas, os relatos e os atos de cada jovem que serviram de motivação para que quisessem dar continuidade em um projeto quase utópico. Quanto ao SESC, infelizmente, é percebido que tal projeto foi um de muitos a serem realizados e com certeza sem continuidade no futuro, demonstrando a necessidade de mais interação das Unidades com as comunidades do em torno. A carência de se realizar mais projetos como esse e continua-los de forma extensa e expressiva, envolvendo mais comunidades, trabalhando a culta de paz, a integração e sociabilização desses jovens excluídos de uma sociedade que os produziu como são.

Quanto aos jovens, em uma análise inicial, estavam totalmente desmotivados, sem grandes sonhos/perspectivas, vivenciando realidades de abusos, moradias precárias, sendo geridos por avós ou irmãos mais velhos, em grande maioria pais presos ou envolvidos com o tráfico. Uma realidade mais que conhecida pela sociedade que teima em mascarar os problemas com falsas soluções. Numa segunda análise, pós-projeto, foi percebido jovens sonhadores, com

perspectivas de vida e futuro, com anseios de modificarem as suas realidades, de estudarem mais, de se aprimorarem profissionalmente e de buscarem o seu pertencimento sociocultural.

É fato que o projeto não mudaria/mudou as suas realidades sociais ou econômicas, mas deixou claro para os envolvidos que, apesar das dificuldades apresentadas/sofridas, todos teriam condições de chegarem em seus objetivos almejados. Mesmo tendo vivenciado realidades diferentes com pessoas e lugares diferentes e muita das vezes terem se sentindo diferentes, foram capazes de se ressignificar e refazer suas posturas/falas o que muitas das vezes eram fatores de discriminação social. Nesse viés de discussão, a cidadania passa a ser exercida possibilitando o direito de reivindicar e eliminar a pobreza política, sem a qual não se acabaria com a pobreza material, é com a consciência crítica, histórica e social que o indivíduo se modifica, se reestrutura e se transforma.

Para muitos dos jovens envolvidos, as vivências experimentadas serão únicas e talvez nunca mais vivenciadas por questões econômicas, mas as imagens e experiências serão capazes de conduzir esses indivíduos a buscarem alternativas para criarem novas experiências ou apenas reprisarem as suas experimentações. É na (re)construção da identidade que há a aproximação da cidadania, amplamente amparada pela cultura e educação; nesse caso em específico, mediado pelo turismo social.

Analisando as possibilidades apresentadas através dos passeios como meio pedagógico de ressignificar o saber, o turismo social apresentado pelas unidades do SESC-Rio, buscam desenvolver a capacidade crítica dos indivíduos ensinando-lhes a questionarem as suas realidades, desenvolvendo assim a sua formação intelectual. Nesse contexto, ao viajarem através dos roteiros apresentados pelo Turismo Jovem Cidadão, os envolvidos conheceram pessoas e apreciaram lugares, possibilitando aos integrantes o que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a cidadania ativa que só se dá por meio da vivência e da experimentação com o outro.

São através das interações que se faz possível entender as correlações existentes entre os meios naturais e sociais e que essa divisão social, muitas das vezes impostas pela própria sociedade, se faz presente por entraves oriundos da falta de conhecimento e de oportunidades. Sendo assim, para intervir positivamente é preciso conhecer *in loco* outras possibilidades de existência e dessa forma modificar o meio e a si próprio.

Segundo Freire (1996), ensinar não é transmitir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é apenas memorizar algo; como a aprendizagem não se dá somente por transferência de conteúdo, mas, por interação, que é o caminho da construção. As experiências precisam fazer sentido, de forma a quebrar a fragmentação apresentada nas escolas, com conteúdos apresentados sem correlações, demonstrando para o indivíduo sempre estar inacabado, sem sentido para ser apreendido. A educação não-formal é rica em dimensões educativas e o Turismo Jovem Cidadão estabeleceu laços fortes com a educação formal, tornando possível aos jovens passar à aplicação prática do que aprenderam *in loco*, alargando os seus horizontes e aprofundando os seus saberes, possibilitando uma aprendizagem significativa.

Considerações finais

Claramente o turismo muda a geografia do mundo, inserindo nos circuitos econômicos globais não só as localidades, regiões e países da periferia, como também as pessoas que ali se inserem. A questão apresentada manifesta que o turismo bem trabalhado pode transformar não somente os lugares, como as pessoas envolvidas. Se faz necessário ouvir os participantes desse tipo de projeto, entender as suas percepções e as suas demandas, associando-as com as potencialidades que o turismo pode promover. Os passeios serviram como recursos para o ensino que sob algumas correntes pedagógicas, consideram as aulas externas como pontes de aprendizado significativo, promovendo o desenvolvimento humano, social e educacional; fator que baliza a utilização do turismo como atividade que serve ao ensino.

Inegavelmente somos os únicos animais que ao satisfazerem as nossas necessidades naturais, criamos outras, ultrapassando o domínio da satisfação de tais necessidades e buscando novas necessidades num elo contínuo de buscas por sabedoria e experiências. Nesse viés, a mediação satisfaz as necessidades humanas naturais, permitindo a criação de novas necessidades, pois ao homem não basta a satisfação das necessidades, mas a satisfação daquelas por ele criadas, e aí sai da esfera da necessidade para entrar na da liberdade, alvo tão almejado pelos jovens.

Por fim, se faz necessário mais projetos como esse desenvolvidos pelas Unidades do SESC Rio em outras comunidades, ampliando outras temáticas e possibilitando novas experiências para mais jovens. Da mesma forma, é desejável que o poder público veja no

turismo social uma experiência que carece de maior apoio material, para que esse se transforme numa nova forma de ação pedagógica, onde a sala de aula seja recriada e ressignificada a partir do contato com o real, o que infelizmente não ocorre visto que o projeto não se repetiu nos anos seguintes por falta de verba e apoio das autoridades competentes. O projeto possibilitou aprender a olhar através dos símbolos e significados como os jovens da periferia interpretam o seu lugar de vivência e como correlacionam as suas experiências com o exterior, saindo dessas vivências mais críticos e menos oprimidos.

Referências

- ALMEIDA, M. **Turismo Social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, SP, Brasil, 2001.
- BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo** (2ª ed). São Paulo: Senac, 1998.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília/DF: MTur, 2003
- COHEN, E. (1972). **Towards a sociology of international tourism**. Social Research, 39(1), 164-182.
- COSTA, F. R. **Turismo para todos: Turismo Social no Sesc-SP**. São Paulo: Sesc, 2006.
- DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- FLETCHER, J. O impacto sociocultural do turismo. In: COOPER, C. *et al.* **Turismo: princípios e práticas**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 201-216.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- LICKORISH, L.; LENKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MENEZES, P.; MOTTA, P.; DA SILVA, T.C.; VIDAL, M. de O; CASTRO, D.C. de Democratização do turismo no Brasil: um estudo sobre o papel do Turismo Social. **4º. Congresso Latinoamericano de Investigación Turística**. Montevideo: CIET, 2010.
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MOLINA, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru, SP. EDUSC, 2001.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

ORGANIZACION MUNDIAL DE TURISMO - **Organização Mundial do Turismo** (www.world-tourism.gov)

SANTOS, J. **A produção espacial do comércio e dos serviços na periferia**. Monografia de conclusão do curso de bacharelado em Geografia. Salvador: UFBA, 1999, 163 p.

TRIGO, L. **Turismo Básico**. 6ªed. São Paulo: SENAC, 2002.

AS EPIDEMIAS DE CÓLERA E FEBRE AMARELA EM VASSOURAS-RJ NO OITOCENTOS

Angelo Ferreira Monteiro

1. Introdução

A chegada do europeu no território americano para colonizá-lo, no século XVI, trouxe neste deslocamento uma série de micro-organismos, bactérias e fungos que ao contato com os nativos da terra ocasionaram uma série de doenças, com a resistência de alguns e o extermínio de outros². Nesse sentido, Stefan Ujvari (2020) apresenta a sua obra "História das epidemias", numa edição revisada e atualizada, que conclui com o século XXI na epidemia do Covid-19. Para tanto, nos deteremos nesta obra dos capítulos que abordam as epidemias de Cólera e Febre Amarela no Rio de Janeiro do Oitocentos.

Para este trabalho utilizaremos os relatórios de Presidente de Província do Rio de Janeiro dos anos em que a província e seus municípios, no nosso caso a então Vila de Vassouras – elevada à cidade em 1857 – foram abaladas pela presença de epidemias e, no caso desta última, contou com o apoio do recém-inaugurado Hospital da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras. E ainda, como fonte histórica, a imprensa da época da Corte, uma vez que o primeiro jornal de Vassouras surge apenas em 1873.

Nosso objetivo é apresentar as epidemias de cólera e febre amarela, demonstrando as práticas utilizadas para o combate dessas doenças, no século XIX, além de utilizar a imprensa como uma forma de reconstituir o cotidiano da população deste período. Utilizou-se o método de análise histórico qualitativo, buscando identificar a circulação de ideias e as ações para mitigar o número de enfermos e óbitos causados por estas doenças, optou-se por manter a ortografia e gramática original dos textos jornalísticos.

2. A Imprensa como fonte histórica

Além da revisão de literatura, legislações, relatórios de presidente de província, outra fonte utilizada para corroborar é a imprensa e, de acordo com Martins (2008, p. 48),

² Ver: BBC. **Racismo Científico, Darwinismo Social e Eugenia**. BBC, 2013. 1 vídeo (52 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hPYZi_AITh4. Acesso 10 nov. 2020.; Ver também Harari (2018) e Ujvari (2020).

Coube à crônica, porém, exercer papéis múltiplos, ocupando o lugar do artigo de fundo, fazendo as vezes do que hoje se denomina editorial ou lançada no interior da revista, em seção exclusiva. Aproximava-se do artigo, sobretudo na característica comum de voltar-se para as ocorrências contemporâneas, no seu suceder imediato. Marcada pela reflexão despretensiosa, redundou na forma ideal do trato literário de eventos cotidianos, driblando seu caráter efêmero.

O uso da imprensa deve ser feito com cautela, devido às subjetividades encontradas no discurso jornalístico (CRUZ; PEIXOTO, 2007; ELMIR, 2012; BARROS, 2019). De acordo com Elmir (2012), “o jornal é um documento traiçoeiro para o historiador”. Pois temos que nos perguntar: quais os interesses que estavam em jogo durante a publicação de determinado texto e a escolha de palavras, para atrair a atenção do leitor? Ainda segundo este autor que nos propõe

uma breve digressão acerca de duas destas maneiras de ler o jornal para fins de pesquisa. Uma delas, aparentemente mais simples, consiste em tomá-lo (1) como fonte de informação. A segunda delas, aparentemente mais complexa, faz dele (2) objeto intelectual da pesquisa (ELMIR, 2012, p. 78).

Optamos para este trabalho, a primeira opção dada por Elmir (2012), onde percebemos a partir desta fonte, as práticas cotidianas que nos indícios considerados “oficiais” só é possível reconstruir a partir de metodologia para este fim, seja ele de forma quantitativa (fontes organizadas de forma seriadas) ou qualitativa, sendo esta última utilizada neste trabalho.

Aguiar (2010, p. 2) refletindo sobre a imprensa indica que ela é o

lugar ideal para buscar e entender o cotidiano sociocultural. Através da preocupação com a informação, a possibilidade de socialização do indivíduo e o que norteia uma comunidade, tanto informando como manipulando o consciente coletivo de uma população. (AGUIAR, 2010, p. 2)

Cabe destacar, que apesar das suas subjetividades, a imprensa como fonte histórica, possui uma importância político-social e o interesse deste momento é com a circulação de ideias e como esta fonte pode nos auxiliar a desvendar ou mesmo corroborar uma informação sobre determinada situação indicada numa fonte oficial (relatórios, ofícios, entre outros)? E ainda, nos fornecer indícios da realidade do período estudado. É claro, que com todo o rigor científico, que esta fonte exige do pesquisador, pois como defende Barros (2019), o historiador deve fazer uma reflexão ao contrário do óbvio: a quem esta matéria era endereçada? A que público buscava atingir? E o que este público pode ter contribuído para a escrita de mais artigos neste mesmo jornal? Estas são questões que deixamos para responder em uma próxima oportunidade.

3. As Epidemias no Império Brasileiro

O século XIX, no Brasil, foi marcado pela incidência de doenças e epidemias, atingindo a população e os governos provinciais, que buscavam combatê-las ao utilizar os recursos e o conhecimento da época para diminuir o contágio e as suas vítimas fatais, como se percebe no nosso estudo de caso, os Relatórios de Presidente de Província do Rio de Janeiro. Devido à divergência quanto a forma de transmissão e de combate, algumas localidades sofreram com a presença da Cólera, da Febre Amarela entre outras doenças infecciosas.

Pimenta, Barbosa e Kodama (2015) analisaram as epidemias da Província do Rio de Janeiro no Oitocentos, destacando inicialmente que tanto as práticas quanto as soluções adotadas nesta província, não poderiam ser indicadas como um padrão para as outras partes do império. Ainda nesta pesquisa, organizaram através de um quadro, as principais epidemias que acometeram no período de 1830-1889, indicando os municípios acometidos pelas mesmas.

De acordo com Ujvari (2020 p. 222)

Entre 1821 e 1849, o Rio de Janeiro tornou-se uma verdadeira cidade africana, apresentando a maior concentração de escravos urbanos desde a época do Império Romano. Dos 266 mil habitantes que se aglomeravam, 110 mil eram escravos; um habitante em cada três havia nascido na África. Em 1850, o núcleo urbano continha 79 mil escravos do total de 206 mil habitantes.

Ujvari (2020 p. 222-223) indica como meios de transmissão da cólera, “os alimentos e água contaminados por material fecaloide”; as “más condições de higiene da população, decorrentes do crescimento desorganizado nas cidades brasileiras”; “os escravos eram “proibidos de usar calçados, o que levava ao contato direto com os dejetos humanos”; no verão, com as chuvas, começavam as doenças febris epidêmicas ou diarreicas”; “as viagens com navios a vapor, tornavam a viagem mais rápida, o que permitia o desembarque de passageiros que ainda estavam no período de incubação da doença, sem sintomas”.

Os meios de transporte disseminaram com mais velocidade as epidemias nos continentes do globo terrestre. De acordo com Ujvari (2020), a cólera chegou na Europa em 1849, com origens de focos em Istambul dois anos antes. O transporte marítimo nos navios a vapor propiciou a sua chegada à América do Norte (Estados Unidos), Central e do Sul, especificamente no Brasil, em 1855 e proliferada pelo seu litoral continental, no momento em que a população brasileira vivia há cinco anos, envolvida em uma epidemia de febre amarela. Inicialmente o

vírus chegou pelo porto do Pará, em seguida Bahia e Rio de Janeiro, na segunda província, a mortalidade alcançou 8 a 10 vítimas por dia, o que alarmou os moradores locais (UJVARI, 2020)

Corroborando, à propagação do vírus pelos meios de transporte, o Presidente de Província do Rio de Janeiro, em seu relatório anual de 1859, destacou que o advento das ferrovias, pode ser considerado uma das formas de aumento da transmissão destas doenças. Isso porque o aumento demográfico com a vinda dos trabalhadores para a construção destas estradas férreas e a própria ferrovia, como meio de transporte, propiciava uma ligação mais rápida entre as cidades com a capital do império. (Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro – 1859)

Entretanto, as condições dos esgotos urbanos a céu aberto, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, não permitiam senão a proliferação das doenças, como pode ser verificado pela descrição de Charles Ribeyrolles que, em 1859, escrevia o livro “Brasil Pitoresco”

Os esgotos.— O escoamento das aguas pluviaes e nativas opera-se no Rio de dous modos, ou pela declividade das ruas, â descoberto, ou pelos canos subterraneos. As vallas de esgoto, divididas por quarteirões, são em número de quatro, e vão despejando-se, duas no mar, duas nos mangues da cidade nova. Abrem-se em gérai cm bons, lugares para receberem as aguas dos morros. Os canos porêm são mal conservados, os tubos oxidão-se, os escudouros não recebem infiltrão-se, obstruem-se, ou transbordão quando desaba uma dessas trombas de verão que alagão, e quasi toda a cidade fica inundada.

Emfim as vallas retendo as aguas, tornão-se fôcos de infecção, o ar contamina-se de miasmas, e as epidemias innifelsão-se: as vallas de esgoto matão a cidade, em vez de saneal-a.

A culpa sera da administração, e dever-se-há referil-a sô aos vereadores? Fora injuste não assignalar um factu que domina aqui, a sciencia e os homens.

E' que o nivel da cidade é quasi o mesmo nivel do mar. H» ruas que não tem dous millesimos de declividade.

Ora, se o terreno proprio das calçadas não tem senão um déclive insensível, quai poderd ser a força de escoamento para os canos subterraneos abertos mais abaixo do solo?

Para resolver o problema fora mister mudar de systema e trabalhar sobre outros dados.

Cabe destacar, que neste momento existiam teorias, sobre a forma de infecção das doenças. Neste caso, uma delas é a teoria dos miasmas e de acordo com o médico José Pereira Rego (posteriormente 1º e único Barão do Lavradio) em duas obras sobre a questão de saúde pública no império brasileiro (REGO, 1872; 1873), indica a teoria dos miasmas, no segundo

surto de epidemia de febre amarela de 1869, após 20 anos e relacionando o seu retorno as questões climáticas (REGO, 1872, p. 139).

Em pesquisa recente, escrevemos um artigo em parceria com outros pesquisadores³, onde nos coube a parte das epidemias neste período que estamos apresentando agora. Na ocasião, nos aprofundamos sobre a epidemia de cólera na então Vila de Vassouras e, anos mais tarde, na epidemia de febre amarela, onde Vassouras já fora elevada ao nível de município.

Segundo Mastromauro (2011),

Os estudos sobre as bactérias começaram a partir de 1850, mas só encontraram respostas definitivas a partir de 1880, o que não significa que a bacteriologia tenha sido rapidamente aceita e absorvida pelos médicos. Estes ainda viam na teoria dos miasmas a explicação para as doenças – considerando os locais insalubres como os focos das epidemias. Os miasmas dominavam o terreno científico, e foram necessários anos de estudo para que a bacteriologia se firmasse como ciência absoluta. A teoria miasmática estava enraizada na Europa, e muitos tinham sido os estudos e as teorias que se fizeram em torno dela.

De acordo com Eugênio (2000, p. 157),

como um fato novo, é esta relação entre um saber médico, que se renovava e se institucionalizava no final do século XVIII, com as monarquias para responder a problemas que interessavam aos senhores de escravos, às colônias escravistas e suas metrópoles antes mesmo da proibição do tráfico negreiro.

O que se confirma com Mastromauro (2011 – grifo nosso)

Os médicos exerceram papel fundamental neste processo através da discussão de várias questões centrais, e o maior debate entre eles se deu em torno de questões relativas à **higiene pública**. As intervenções urbanas empreendidas no século XIX pelo corpo de médicos (e também engenheiros) responsáveis pelo saneamento das cidades no Brasil encontram sua fundamentação, como em outras partes do mundo (e desde o final do século XVIII), na **teoria miasmática**.

Mastromauro (2011, p. 1) esclarece que no século XIX haviam duas teorias: as miasmáticas e as bacteriológicas

O assunto “miasmas” era muito debatido entre os profissionais porque a palavra traduzia quase tudo o que tinha relação com insalubridade, além de ser algo desconhecido: acreditava-se serem os miasmas emanções nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. Os miasmas

³ Para maiores informações vide Carmo *et al.* (2020), disponível em: <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2569/1510>. Acesso: 04 Mar. 2021.

seriam gerados pela sujeira encontrada nas cidades insalubres, e também por gases formados pela putrefação de cadáveres humanos e de animais.

Lima, citado por Mastromauro, afirma que

Ao que se refere ao tema das bactérias, a bacteriologia surgiu em meados do século XIX, mas só foi consagrada em 1880 por Louis Pasteur, que pesquisou o movimento de fermentação das bactérias. Fundamentada nos estudos das bactérias e dos micróbios, a bacteriologia pode ser resumida pelo entendimento de Lima (1934), quando este diz que “[As] bactérias são seres infinitamente pequenos, classificados entre as plantas, não só pela morfologia como pela composição química. O estudo destes seres ínfimos se constitui na bacteriologia”. (LIMA *apud* MASTROMAURO (2011))

Ujavri (2020, p. 225) indica uma terceira teoria, “agora de natureza religiosa, foi aceita por grande parte da população em pânico: seria um castigo divino pelas imoralidades que reinavam no Império, com as festas e os bailes. Mas o castigo poderia ainda ter outro alvo”. O tráfico negreiro que já era proibido desde 1831 e somente em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, indicava como um dos meios para a proliferação de doenças do continente africano.

Apesar de acreditarem que não seria possível chegar no Brasil a epidemia de febre amarela devido à linha do Equador, no entanto sem comprovação científica. Após 1850, no entanto, o império foi assolado por esta febre e com repetições a cada verão (UJVARI, 2020), fazendo com que a família real, já há três anos, buscasse refúgio na serra fluminense, especificamente em Petrópolis, nestes períodos para evitar o contágio, sendo seguida pelas famílias mais abastadas da província (ALENCASTRO, 1997). Chalhoub (2004, p. 76) destaca que a própria família imperial sofreu com a perda do filho Pedro Afonso de “apenas um ano e meio de idade, durante a primeira epidemia de febre amarela” e em 1850, tanto o imperador, quanto a princesa Isabel também ficaram doentes.

Deve-se perceber que as epidemias não só ceifaram vidas, mas alteraram toda uma ordem social no império brasileiro, como pesquisado por Alencastro (1997) e Ujavri (2020). Entre elas destacamos, no âmbito político, as legislações de combate ao tráfico transatlântico de africanos, que reverberavam nas questões de cunho econômico com a mão de obra agrícola e a posterior exportação agrária, ocasionando o tráfico interprovincial de escravizados; sociais (como por exemplo, incentivo ao uso de calçados pelos cativos para evitar doenças) e culturais (cemiterada).

De acordo com Alencastro (1997, p. 67-79), a partir de 1850, além da febre amarela, outras duas epidemias completaram a realidade imperial brasileira, “com surtos de cólera e varíola”. Envolvidos em questões sanitárias, os escravizados foram incentivados a utilizar sapatos – algo proibido para a sua condição – buscando evitar o contágio e a proliferação das doenças. No entanto, esta possibilidade alterava, à primeira vista, a sua condição, uma vez que só libertos, forros e livres poderiam usar calçados, o que ocasionaria uma grande confusão da ordem pública, na visão da época.

Reis (1997) confirma que a epidemia de cólera ocasionou a perda do sagrado em relação aos mortos, no que ficou denominado como “cemiterada”, movimento que provocou a criação dos cemitérios públicos e transferiu para estes a responsabilidade sobre os sepultamentos, anteriormente realizados nas igrejas das irmandades, de acordo com a devoção particular de cada fiel.

Além de ceifar muitas vidas, como ocorreu no início do segundo semestre de 1855, em algumas regiões do império, como nos informa o Correio Mercantil, através de notícia republicada, que o Pará foi o lugar que mais sofreu com a epidemia, onde inclusive o presidente da província foi uma das vítimas fatais, principalmente os habitantes de Cameté, que apesar de fugirem da região em grande escala, levavam consigo o “flagelo”. De acordo com o editorial, uma das causas deste sofrimento estava na “má alimentação ou o abuso de alimentos gordurosos”, que levou a óbito em apenas um dia, “56 pessoas” (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1).

Apesar desta “provação”, na visão do escritor do texto, ficou impressionado com a atuação do “clero e a sciencia sobresaem nos soccorros aos enfermos e moribundos”, destacando a “dedicação evangelica a sua consoladora missão” desde o bispo diocesano aos curas (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1). E os médicos que

rivalisãm em esforços para atalharem a enfermidade, para socorrerem os doentes , e muitas vezes teem arracado á morte victimas que só suppunhão condemnadas (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1).

E ainda declara que

Como se a Providencia quisesse intervir nessa luta da sciencia e do clero contra um flagello cruel, ainda não havia morrido na capital um só medico nem um

só padre; e no entanto os medicos e os padres achavão-se sempre no meio dos infelizes tocados pelo dedo da morte. (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1)

Ainda de acordo com este editorial, um dos médicos da capital paraense afirmava que a epidemia tinha todos os sintomas da *cholera-morbus*, mas que não era a asiática e a estatística de mortalidade já alcançava os 400 óbitos. Sendo que outras cidades já enfrentavam a epidemia, salientava que não encontravam notícias sobre “tratamentos ensaiados para combater-se a epidemia, e só sim a indicação de um ou outro meio popular sem grandes resultados” (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1). E por fim que

A fome segue sempre a peste. Já faltava na capital a carne verde, e os medicos prohibião que se comesse a salgada e o peixe. A farinha estava a 4\$, as gallinhas a 3\$; e mesmo por estes preços encontrava-se muito pequena quantidade no mercado. Os lavrados e criadores e fugião da cidade com medo de se contaminarem. (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1)

Enquanto isto, no Rio de Janeiro, o imperador e sua família, demais ministros, conselheiros e a Corte se preparavam para a inauguração da estrada de ferro D. Pedro II, indicando na programação um ato religioso, seguido de uma festa civil, mas “com toda a solemnidade” conforme o desejo do empresário, sendo convidados “especialmente, os membros do corpo diplomatico e das camaras legislativas e as autoridades principaes”. (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1)

E posterior à nota de inauguração da estrada de ferro, vem uma outra sobre os boatos sobre a epidemia

Os falsos boatos já começam a circular a respeito de casos de epidemia! Parece que ha prazer em espalhar pela população o terror e o susto. Hontem um escravo, que estava doente de uma erysipela, succumbiu a uma congestão cerebral. Para logo houve quem propalasse o facto, mas dando como causa da morte a epidemia do Pará! Felizmente o exame feito no cadaver, na Santa Casa da Misericordia, deixou patente o que levamos dito. (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1855, ed. 00207, p. 1)

Para diminuir as adversidades causadas pelas epidemias, o governo imperial criara a Junta Central de Higiene Pública, pela lei de nº 598 em 14/09/1850. E no ano seguinte através do decreto nº 858, criou-se o seu regulamento, inserindo a palavra “Central” em sua

denominação, por causa do aumento de suas incumbências quanto à inspeção de saúde no Porto do Rio de Janeiro e no Instituto Vacínico. (RIBEIRO *apud* ALVES, 2012)

Chalhoub (2004, p. 76) concluiu que a criação da Junta Central de Higiene

constituindo-se de uma comissão de notáveis sem poder algum para colocar suas ideias em execução; o imperador incentivava pessoalmente os esforços das instituições de caridade, fazendo doações generosas e visitando os doentes em hospitais e enfermarias a cada novo ataque epidêmico.

Doze anos após a criação desta Junta de Higiene, a epidemia de cólera ainda permanece no império. Numa notícia publicada no Jornal do Amazonas e republicada pelo Correio Mercantil do Rio de Janeiro, consta uma matéria sobre a quarentena imposta ao vapor Princeza do Joinville em São Luiz do Maranhão, mesmo os responsáveis apresentarem o atestado oficial, o que

Causou estranheza nesta praça, porque soube-se com certeza, e até algumas pessoas a virão, que o vapor trouxera carta limpa da capital de Pernambuco, unica provincia na qual pelo interior lavra o cholera-morbus, porém benigno. Semelhante procedimento nem tem desculpa, nem ainda a menor circumstancia attenuante, porque é certo que o cholera ainda não atacou aquella capital, e não ha autoridade alguma que em uma provincia tenha o direito de assim duvidar dos attestados officiaes dos encarregados da saude de outra, dos boletins officiaes e de outras muitas informações fidedignas. (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1862, ed. 00074, p. 1)

E continua a matéria do jornal, questionando a quarentena e as consequências causadas ao comércio brasileiro e a crise que este atravessa naquele momento

Medidas, como a de quarentenas, aliás já refutadas inuteis pelas mais abalisadas autoridades do mundo scientifico, só podem ser desculpadas quando exigidas pela pressão do receio publico, que muitas vezes se contenta com taes actos indirectos. Lembra-las, porém, e executa-las com precipitação e sem factos que pareção justifica-las, é prejudicar sem desculpa os grandes interesses commerciaes.

Se assim continuarem as autoridades brasileiras a peiorarem a sorte do nosso commercio, que já luta com uma crise medonha, de todas as províncias a do Pará será a que mais soffrerá sem que para isso haja direito.

Esperamos que S. Ex. o Sr. Campos Mello, digno presidente do Maranhão, fará justiça á tão justa reclamação, e evitará que se reproduzão embarços semelhantes para o nosso commercio. (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLITICO, UNIVERSAL - RJ, 1862, ed. 00074, p. 1)

Na Revista Ilustrada de 1876, número 10, um cronista que assina como “D. Beltrano”, possivelmente um pseudônimo, discorre sobre o carnaval daquele ano, onde nos jornais de um lado consta as notícias da folia e na outra coluna a relação de óbitos durante este período e, lamentando estes fatos, refletia

Pois que’ estará porventura a cidade do Rio de Janeiro, outr’ora reputada uma das mais salubres do mundo, condemnada todos os annos ao penoso e barbaro tributo de milhares de preciosas vidas á voracidade da epidemia? E viveremos perpetuamente sob a triste e deploravel condição de estarmos hoje com um parente, um amigo, alegres, cheios de vida, e amanhã, hoje mesmo talvez, vel-o esconder-se, ou elle a nós, hirto e inanimado, para sempre, em um fôjo do cemiterio? (REVISTA ILLUSTRADA, 1876, N. 10, p. 2)



Fonte: Revista Ilustrada - Ano 1876 – O Carnaval de 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747x&Pesq=carnaval%201873&pagfis=74>. Acesso: 23 jan. 2022.

Relembrando que em 1850, a febre amarela “visitou” a cidade do Rio de Janeiro pela primeira vez e que permaneceu por todos os anos seguintes com maior ou menor intensidade, tendo o governo imperial tomado algumas medidas, entre elas a promulgação de legislação para

combater o tráfico de africanos e, posteriormente, a libertação do ventre-livre; indicou esta epidemia como o principal entrave para a promoção da imigração, considerada como uma “medida providencial” e “necessidade urgentíssima e indeclinável para o paiz” (REVISTA ILLUSTRADA, 1876, N. 10, p. 2)

E critica a Academia de Medicina ao se perguntar “e o que faremos nós?”

Temos uma Academia de Medicina que em vinte e sete annos ainda nem ao menos assentou no receituário mais efficaz para combater o accesso do mal, cada um dos nossos praticos usa de sua formula especial, cada qual põe em pratica o systema que adoptou. Isto relativamente ao tempo em que a epidemia grassa, *sómente*.

Quanto ao estudar-lhe a origem, a causa... ha vinte e sete annos, e ainda não se assentou em um ponto definitivo! (REVISTA ILLUSTRADA, 1876, N. 10, p. 2-3)

Na mesma crônica, D. Beltrano destaca a atuação do médico José Pereira Rego (Barão do Lavradio), que estava à frente da Junta Central de Higiene Pública, nomeado pelo governo imperial e também como Presidente da Academia de Medicina, como também dos outros atores envolvidos na fiscalização da higiene para combate à epidemia de febre amarela indicando como principais focos, o pouco asseio da cidade e os pântanos, na visão da Academia de Medicina e na visão deste narrador, ironicamente,

e com esse parecer concordou a junta de hygiene, isto é, o Sr. Dr. José Pereira Rego, que é presidente d’aquella concordou com o Sr. barão do Lavradio que é presidente desta.

Neste caso o systema que segue a academia é o que segue a junta, o governo, a camara municipal, os fiscaes, etc.

Dizem as duas primeiras corporações ao governo: a causa é a falta de limpeza etc. o governo diz á camara: diz à camara: sendo a causa da epidemia etc. mande você limpar a cidade. A camara diz aos fiscaes: ponderando o governo que ha falta de aceio etc. multem vocês o que estiver porco. Os fiscaes por seu turno recommendam aos guardas: empreguem vocês toda a vigilancia etc.

Tudo isto, porém, tem participações de torna viagem: papel é o que graças a Deus não falta.

O fiscal participa á camara que já aguçou a actividade dos guardas; a camara faz sciente ao governo que já recommendou aos fiscaes toda a diligencia; o governo faz sciente ao Sr. Dr. José Pereira Rego presidente da junta de hygiene e ao Sr. barão do Lavradio presidente da academia... (REVISTA ILLUSTRADA, 1876, N. 10, p. 3)

E continua com suas diretas

– Chefe, olhe que trocou os presidentes, o barão é o da junta e o Dr. Rego é o da academia.

– Tens razão pequeno. Os senhores tenham a bondade de desfazer o engano.

Como dizia, o governo faz sciente aos dous presidentes que tenho tomado na devida consideração etc. *estão dadas todas as providencias*, etc.

Feito este itinerario de comunicações de ida e torna viagem, cada um cruza os braços e dorme na paz de sua consciencia por ter bem compreendido e cumprido os seus deveres, mas antes de adormecer, tal é o pensamento de cada um:

O *Sr. Dr. Rego*: Muito acertado andou o governo em nomear o barão do Lavradio para presidente da hygiene! O que seria desta cidade se não fosse elle!

O *Sr. barão*: Que feliz escolha foi a do Dr. Rego para presidente da academia! Outro qualquer no lugar d'elle, já isto tinha voado pelos ares!

Os vereadores: Que idéa feliz a de nos escolhermos para compor a municipalidade! Foi o céu quem nos inspirou para salvação desse municipio! Para isto Deus nos fez e... nós nos ajuntamos.

Os fiscais: Nem escolhidos a dêdos! Os vereadores foram finos quando lançaram mão de nós!...

E dormem depois como bemaventurados que são!

A Divina Providência, que não dorme essa diz à cada passo: o meu Zé Bento tem me enchido as medidas.... e a cabeça de cabellos brancos! Mas eu tanto hei de torcel-o para direita que afinal hei de entortal-o de todo para a esquerda!... (REVISTA ILLUSTRADA, 1876, N. 10, p. 3)

O cronista aponta que é unânime a causa da insalubridade da cidade do Rio de Janeiro, que além dos

mangues, charcos e a falta de limpeza das ruas, praças e praias está também na pouca ventilação porque as ruas são estreitas e acanhadas entretanto a camara manda obstruir as poucas e pequenas praças que temos com kiosques e chalets; está na agglomeração de gente em casas abafadas, e a camara a despeito de ordens terminantes permittio, permite e continuará a permittir *per omnia saecula* que se levante essa extraordinaria e incrível multidão de cortiços, os fôcos, as verdadeiras sedes da epidemia, que n'um amplexo fatal envolvem toda a cidade em uma atmosphaera corrupta e miasmatica. (REVISTA ILLUSTRADA, 1876, N. 10, p. 3)

Além de assinalar a teoria dos miasmas como principal propagador da epidemia, reclama da falta de planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro: “Elles ahi estão; constroem-se á vista de todos, a imprensa reclama, a voz do povo brada, mas quem se importa com os clamores da imprensa? Quem dá ouvidos ao clamor do povo?” (REVISTA ILLUSTRADA, 1876, N. 10, p. 3)

Ainda desconhecendo os meios de transmissão de algumas doenças, entre elas a febre amarela e acreditando ainda na teoria dos miasmas, o Dr. Pereira Rego (Barão do Lavradio),

criticado nesta reportagem, declara em uma de suas obras, publicada dois anos depois, que eram formadas de “elementos palustres” e

que tendo como princípio originário os miasmas dos pântanos em seu estado natural, mais accentuados devem ser os symptomas que as distinguem, e que este facto que ainda ha 40 annos se observava nesta cidade, tem desaparecido para assim dizer, porque a esse principio têm se lhe juntado outros que modificando-o por certa fórma, não têm todavia roubado-lhe sua qualidade essencial e a mais digna de attenção nas doenças que lhe devem o ser, taes são, além de outros muitos, os que resultam da fermentação putrida das immundicias empregadas em larga escala no aterro da cidade e que são frequentemente revolvidas pelas escavações constantes praticadas no leito das ruas, as que provêm das emanações dos encanamentos dos esgotos por causa das obstruções [...] assim como da acumulação dos homens [...], espécies de animais, da existência das fabricas industriaes de todo gênero no centro das populações compactas sem attenção aos preceitos hygienicos...(REGO, 1878, p. 110-111)

Como se pode verificar, a cidade do Rio de Janeiro sofria com vários problemas além dos miasmas, que aumentavam a sua propagação, na visão deste médico, devido à falta de planejamento urbano, incluindo as moradias, esgotos, animais, o abastecimento de água, visto em seguida. Ao indicar a diminuição do volume de água nos mananciais da cidade do Rio de Janeiro, descreveu uma “preocupação ambiental”, ao declarar que os motivos que levaram a esta situação era

em virtude do bárbaro systema de derrubar as matas onde tiram a sua origem! Não seriam elles sufficientes, sendo bem aproveitados para dar agua a fartar ás necessidades da população desta cidade, ainda em duplicado numero, sem ser preciso ir buscal-a longe com tanto sacrificio dos cofres publicos, si em tempo se tivesse prevenido por meio de um codigo florestal a derrubada das matas seculares que ornamentam as montanhas em que se acham suas fontes generativas? Pensamos que sim.

Não sendo, porém, possível remediar o mal que está feito, esforcemo-nos ao menos para impedir sua continuação e busquemos attenuar o existente. E si tocamos neste ponto foi só pra chamar sobre elle a attenção da administração publica e patentear as alterações sensíveis que vai experimentando esta cidade em suas condições hydrographicas á medida que ganha em extensão, e que se vão extinguindo as lindas florestas que que a circumdam, assim como a influencia desfavoravel que este facto, a não ter um paradeiro, póde exercer sobre a saúde publica desta cidade. (REGO, 1878, p. 108-109)

Pode-se concluir que, o que Charles Ribeyrolles apontava há mais de duas décadas, continuava acontecendo conforme, a situação em São Luiz do Maranhão em 1862 e a descrição do cronista da Revista Illustrada em 1876, quanto na visão do médico e barão em 1878. Estes

dois últimos, estando em posições antagônicas, tinham a mesma percepção das condições higiênicas da cidade do Rio de Janeiro, apontando as questões urbanas, como o esgoto, as ruas, os prédios, os quiosques e barracas, os animais soltos na via pública, aglomeração populacional em pequenas áreas, além do descuido com a preservação dos mananciais, entre outros, para a permanência e propagação das diversas doenças e epidemias nos finais do século XIX, como também concluído por Chalhoub (2004) e Gondra (2004) entre outros.

4. Epidemias de Cólera e Febre Amarela em Vassouras no Oitocentos

“[...] a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu” (DARNTON, 1990, p. 17)

Sendo um dos municípios da serra fluminense e não estando isento das epidemias causadas na Corte e nas demais províncias, Vassouras passou pela epidemia de Cólera em 1855 e na década de 1870 e 1880 com a de febre amarela, tendo também a ocorrência de outras epidemias (PINTO, 1935; RAPOSO, 1978; KODAMA *et al.*, 2012; PIMENTA; BARBOSA; KODAMA, 2015; SILVA; MONTEIRO, 2016; CARMO *et al.* 2020).

Lamego (1963) afirma que “Vassouras nasceu de um erro geográfico”. Pode-se supor que ainda com a concepção da teoria dos miasmas, as terras onde surgiu o município poderiam, entre outras coisas, oferecer indicadores para a transmissão de doenças. A permuta de terras que ocasionou a criação da Vila de Vassouras, no local onde se encontra atualmente o centro da cidade, buscava atender a uma necessidade de instalar o rocío da nova vila ao lado da Estrada da Polícia – uma das principais vias na época e que possuía um projeto de interligar várias regiões do império (TAMBASCO, 2007); MONTEIRO, 2012).

Ainda nos primeiros anos da vila, a mesma já sofria alguns problemas quanto à higiene pública, como assinalado por Raposo (1978, p. 50), a partir de fontes de uma das comissões da câmara municipal que o estado da necrópole era “lamentável”

Quanto ao cemitério a Comissão lastima o abandono em que se acha este terreno que, sendo sagrado, está em circunstâncias de ser profanado, por estar aberto e coberto de mato, que apenas se conhece por uma grande cruz que existe quase escondida no mesmo mato e duvidando a comissão a quem compita o zelo daquele terreno traz ao conhecimento da Câmara para dar providências; assim como também não pode deixar a Comissão de lembrar a esta Câmara o cuidado que deve ela ter em que não se dê sepultura a corpo algum dentro das igrejas, nem mesmo fora, no seu circuito, por causa do ar

pestífero, que muito danoso é à saúde pública, por ser todo aquele terreno úmido e cheio de pedras e por isso não dê lugar a que a sepultura tenha a profundidade necessária e a que o corpo seja consumido em tempo oportuno. Portanto, a Comissão não pode deixar de emitir a sua opinião sobre tais objetos e espera que a Câmara, olhando para o bem-estar dos povos do seu município, dará as providências mais enérgicas, a fim de suavizar os males que os perseguem (RAPOSO, 1978, p. 50)

Raposo (1978), destaca que mesmo se dirigindo à Presidência da Província, para intervir nesta situação, a mesma respondeu à Câmara que não competia a ela se envolver nas questões do cemitério, uma vez que este pertencia a Igreja Matriz da vila. No entanto, a sua proprietária, em momento posterior, conseguiu recursos para a construção do novo cemitério, fundado em 1846, pertencente à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (MACHADO, 2006). No entanto, apesar da presidência da província indicar que não cabia à Câmara questionar sobre a situação do cemitério, referia-se à saúde pública da Vila, responsabilidade da câmara municipal.

Anos mais tarde, mais exatamente em 1855, chegava em Vassouras a epidemia de Cólera, tendo como ponto de partida a presença de uma pessoa vinda da região mais baixa da serra e que se encontrando na fazenda da Cachoeira Grande de propriedade do Barão de Vassouras, transmitiu a doença para outras pessoas desta propriedade rural, conforme relatado pelo Jornal Correio Mercantil do Rio de Janeiro na sua edição de 21 dezembro, através de comunicado oficial,

Na villa de Vassouras, segundo communicação official de 15 do corrente, ainda se não tinha dado caso algum da molesiiia reinante; porém na fazenda da Caxoeira, de que já se deu noticia, tem ella continuado com intensidade e em ataques fulminantes. Do dia 7 deste mez, em que se deu o primeiro caso em um preto tropeiro que tinha ali chegado de serra abaixo, até a data acima, tinham sido accomettidos 30 escravos e fallecido 11, a despeito de todos os esforços empregados pelo medico, o Sr. Dr. Lazzarini. Nesta fazenda existiu sempre o melhor regimen hygienico, e está collocada em excellente posição; a escravatura foi sempre bem alimentada e vestida, no entanto o mal se apresenta de horriavel catadura! Não teem porém faltado soccorros medicos, nem cessado as providencias para prevenir a sua invasão na villa, que daquella fazenda dista pouco. (JORNAL CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLITICO, UNIVERSAL – RIO DE JANEIRO, 21/12/1855, p. 1)

O autor da matéria busca justificar a atuação do proprietário e do médico, ao relatar questões que envolviam a higiene, posição geográfica do imóvel e o bom tratamento dado aos

escravos. Os casos de cólera na Vila de Vassouras, chegaram no início de dezembro de 1855, às portas do verão, período propício para as epidemias no Brasil, como já foi visto.

De acordo com o Barão do Lavradio (REGO, 1873), as doenças acometeram as diversas vilas e partes da província, devido ao deslocamento das pessoas entre estes locais e indica que Vassouras foi um destes lugares, que sofreu com esta doença, devido ao seu início na fazenda de Belém (atual Japeri), em 16 de novembro de 1855, levando a Vila de Vassouras a alcançar o número de 72 óbitos. Tendo como fonte, o Relatório de Presidente de Província e que esclarece que estes números não são exatos, devido da vários fatores e fatos que ocorreram nas diversas localidades.

Nos meses finais de 1855, estava à frente da Presidência de Província do Rio de Janeiro, o Visconde de Baependy, que em seu relatório esclareceu que continuou às medidas tomadas por seu antecessor e que ao primeiro sinal do *Cholera morbus* determinou ao Chefe de Polícia interino da Província, o bacharel José Caetano de Andrade Pinto, através de um ofício, que todas as medidas relativas às questões de higiene e asseio das habitações, hospedarias e no comércio de gêneros alimentícios. Além de nomear uma comissão de médicos para auxiliá-lo nesta empreitada, enviou a outras partes da província, onde pessoas já eram acometidas do cólera, estudantes do 6º ano de Medicina da faculdade do Rio de Janeiro e a montagem de enfermarias, caso houvesse necessidade.

Em Vassouras, a comissão Sanitária Municipal foi formada pelo delegado de polícia, bacharel Joaquim Francisco de Faria, pelo presidente da Câmara Municipal, Carlos Teixeira Leite, pelo provedor e fundador da Santa Casa de Misericórdia, Barão do Tinguá e pelos médicos Manoel Joaquim da Silva e Vicente Porfírio Soares Serpa. Nas demais freguesias que compunham a Vila de Vassouras, várias ações foram realizadas, desde subscrições para a arrecadação de fundos de combate à doença, doação de alimentos, montagem de enfermarias provisórias e aquisição de medicamentos para a doação aos mais pobres. Percebe-se que houve um envolvimento de toda a população para extirpar o mais breve possível esta epidemia. Moradores doaram espaços de suas residências para a montagem de enfermarias e se comprometiam a atuar até o fim da presença da doença na Vila. Algumas décadas mais tarde, outra epidemia que surgiu foi a de febre amarela.

De acordo com Raposo (1978, p. 173)

por ordem dos poderes públicos fechou-se em 1880 o Cemitério da Conceição e derrubaram-se furiosamente todos os eucaliptos que adornavam as ruas da cidade, considerados tanto estes como aquele os verdadeiros fatores do terrível morbus.

Para tanto foi necessária a abertura de um novo cemitério no centro da cidade, próximo à Fábrica Têxtil São Luiz⁴, sendo removidas as sepulturas remanescentes para o Cemitério Municipal⁵ em 1933 – ano de centenário de elevação do povoado de Vassouras à categoria de Vila (RAPOSO, 1978). Raposo (1978) aponta que a presidência da província “estranhou francamente o descuido” da Câmara Municipal com o retorno da epidemia em 1881 e esta, por sua vez, publicou a sua defesa em jornais da Corte, como o *Cruzeiro*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*.

Nos trechos da notícia na *Gazeta de Notícias*, tendo a primeira parte publicada no dia 03 de maio de 1881⁶, a Câmara Municipal se justificava à Presidência da Província do Rio de Janeiro e aos vassourenses, com a dúvida suscitada entre os médicos da cidade, quanto à causa da epidemia, indicando de antemão no primeiro parágrafo, que nos últimos tempos surgiu de forma sucessiva em “Barra do Pirahy, Parahyba do Sul e Commercio, Sapucaia, Cachoeira (de S. Paulo)”, e por fim em Vassouras, uma “terrível febre”, que havia “ceifado muitas e preciosas vidas e ha causado extraordinarios prejuízos”. Sendo que havia uma divergência entre os médicos na “classificação da febre”, para uns “que é amarella e outros que é remittente biliosa, ou biliosa de máu character. Ambas as opiniões têm sido sustentadas com valentes argumentos”.

E desabafa

O que, porém, não deixa de merecer reparo é que, a ser febre amarella, ataque de preferencia os acclimados, poupando os não acclimados, os quaes entram e sahem incolumes da cidade; recrudescer sempre que chove ou ha baixa da temperatura, isto é, quando em outros logares semelhante febre desaparece ou diminue de intensidade. Contagiosa como tem sido a febre reinante n'esta cidade, uma vez hospedada em uma casa, prosta quase todos os seus habitantes. Familias inteiras têm sido dizimadas! (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00118, p. 2)

⁴ Mais informações sobre esta fábrica, ver Ricci (2000).

⁵ Sobre a construção do cemitério municipal de Vassouras, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro publicou uma nota em sua edição 00094 de 07 de abril de 1881 (quinta-feira) na página 2: “A Camara Municipal de Vassouras, pedindo entrega da quantia de 6:000\$. Votada no §85 da lei n. 2,215 de 15 de dezembro de 1879, para auxiliar a construção do novo cemitério da cidade.

⁶ Consta na matéria que esta notícia foi publicada no *Jornal O Vassourense*, na edição de 29 de abril de 1881.

Buscando esclarecer à província e à população local, independente da denominação da febre e muito menos em assuntos de saúde, que se diz incompetente, informa que

é o nosso objetivo ao escrevermos estas linhas, propositalmente demoradas, visto como os animos, já mais resignados ao sofrimento, acham-se por isso mais nas condições de julgar com critério.

Convém que a historia da epidemia de Vassouras, ainda mesmo posto de parte o ponto científico, vá ficando registrada com verdade, para que não produzam efeito as publicações impensadas e os ditos picantes de alguns malevolos, que gostam de desvairar a opinião turvando as aguas. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00118, p. 2)

Com este comentário, conclui-se que haviam publicações criticando a atuação da Câmara Municipal local e de seus representantes, como de fato a presidência da província que ficara admirada com a Câmara e solicitava um posicionamento das autoridades locais.

A “febre reinante em Vassouras” iniciou nos últimos dias do mês de dezembro de 1879, na residência de uma senhora viúva e apesar do tratamento, sete pessoas da família contraíram a doença e quatro vieram a óbito, entre elas a viúva. Ocorre que nesta casa encontrava-se funcionando a lavanderia do Colégio Alberto Brandão, que foi considerada o foco do “aparecimento do mal”. Estando a população mais tranquila, pois houve uma interrupção até meados abril de 1880, quando reapareceu à Rua Formosa da Cidade Nova, um novo ponto, onde acometeu 14 vítimas, sendo que neste local havia sido transferida a lavanderia do colégio. Apesar de ficar alguns dias somente nesta rua, houve um surto de casos pela cidade, que fez com que boa parte da população abandonasse o município, uma vez que o inimigo era invisível e não se sabia de onde vinha ou onde poderia atacar novamente. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00118).

O Dr. Lucindo Filho já havia comunicado em junho do ano anterior, através de ofício, ao Presidente da Junta de Higiene, que se tratava de febre amarela que já se manifestava desde os fins de março daquela época e ao tornar esta informação pública, atribuindo a um rapaz que veio da corte doente dessa enfermidade, o que ocasionou um mal-estar entre a Câmara e o médico, pois a primeira rechaçou a sua declaração. Na visão desta Instituição, o início da epidemia fora em dezembro do ano anterior e que o rapaz indicado sofria de febre biliosa, conforme diagnóstico do médico João Carlos Mayrink, além de que esta vítima chegou sadio à cidade em março e aqui a contraiu; por sua vez, a “febre reinante” reapareceu em abril, indicando inclusive outra pessoa como possível “importador” que havia passado por Paraíba do Sul,

transmitindo a toda a sua família e vizinhos e falecendo na Rua Formosa, já citada e que foi divulgado pelo Dr. Carlos Teixeira Leite em um impresso. Para a Câmara foram originárias também de pessoas vindas de Barra do Pirai e Commercio em busca de sepulturas para seus entes, lembrando o caos causado na cidade em abril de 1880 com a epidemia e o desespero dos habitantes da cidade, além daqueles que propagavam as mais diversas versões e possíveis origens deste mal que continuava a assolar Vassouras, uma vez que desconhecia-se nesta época o transmissor da febre amarela. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00118)

Neste momento a lavanderia do Colégio Alberto Brandão, apontada como o foco da epidemia, foi deixada de lado e os olhares se voltaram para o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e “para ás aguas que abaste, aos encanamentos d’aguas e respectivas cem a cidade aos correjos que atravessam a cidade, aos xiqueiros dos porcos. etc., etc. (não sabemos se até os galos das torres da matriz tambem foram lembrados!)” (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00118).

Assim, voltava à cena, o cemitério da Conceição e, para a Câmara, o responsável por toda esta situação era este local, criticavam a forma de enterramento, além da grande acumulação de cadáveres tão próximo à cidade e aos córregos que tinham um volume de água muito pequeno. E preocupada com toda a situação provocada pela febre, tomou atitudes e menciona, que até aquelas que a lei não lhe confere, pois não podiam perder tempo no combate da proliferação da doença.

Aproveitando a oportunidade, o autor dos esclarecimentos, lança um voto de agradecimento ao “desinteresse, heroísmo e abnegação” de diversos cidadãos e profissionais que atuaram para mitigar a febre entre eles, o próprio Dr. Lucindo Filho, Dr. Alberto Leite Ribeiro, Antonio Corrêa de Macedo, Paulino José Gomes da Costa e J. Corrêa de Figueiredo, farmacêutico Falcão Dias, vigário Lino Gusmão, Barão de Cananéa e o enfermeiro Diogo Petronilho. E justifica que a Câmara eleita pelo voto popular, apesar de possuir naturalmente seus “desafetos” não lhe cabia ficar desfazendo acusações injustas de porta em porta ou publicações “irreflectidas e anonymas”, pois agia atendendo às expectativas da população e nos momentos, como este, emergenciais (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00118).

A matéria continuou na edição de 17 de maio de 1881 na Gazeta de Notícias e nela, o seu autor continuava suas declarações de justificativa com as últimas palavras da primeira parte “*Res non verba*”⁷, afirmando que os vereadores haviam “cumprido fielmente a promessa em relação aos serviços prestados na Câmara que terminou seu exercício em 1880”. Agradecia àqueles que acompanhavam os seus trabalhos e que esta justificativa bastaria, uma vez que “sem rodeios, temos citado factos, data e pessoas, para os despeitados, porém, isto é, para os que são cegos espontaneos, somos forçados a proseguir. Realmente há paladares difficeis de se contentarem!” (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132).

E apesar de extensa justificativa, para satisfazer os “desaffectos da camara” que segundo a matéria promoviam “machinações”, como a “Portaria do Presidente da Província publicada no Jornal do Commercio de 6 de maio de 1881 (e também transcripta innocentemente no Cruzeiro de 11!”, voltava a se ocupar dos fatos para, apesar do “passageiro triumpho dos desaffectos da camara” por dois motivos

1º porque por enquanto estamos tratando dos actos da camara passada; 2º porque não queremos antecipar nossa opinião sobre a resposta que a acamara provavelmente dará á dita Portaria na sua proxima reunião. Não se impacientem os desaffectos da camara; moderem a mesmo o seu entusiasmo: o castello de vento há de ser destruido a seu tempo. Também não é de bom conselho andarem por ahi attribuindo os seus despreziosos *artigos* do Vassourense á este ou áquelle individuo, e até emprestando-lhe sentimentos pouco confessáveis; melhor andariam se em vez de taes injustiças, viessem á imprensa contestar com publicidade o que com publicidade se tem dito e se continuará a dizer. Reatemos, pois o fio das noassas idéas, e continuemos o nosso historico. Como já dissemos, os factos expostos nos anteriores *artigos* só por si constituíram uma completa defesa da camara, se, por ventura, todos nos acompanhassem com espirito são; mas é o que infelizmente não succede. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132, p. 2)

Aqui vale abrir um parêntese, que nos faz lembrar que a cidade de Vassouras levou algumas décadas, após a criação da vila, para ter o seu primeiro jornal, e que numa situação, digamos inusitada, foi solicitado ao Dr. Joaquim José Teixeira Leite um empréstimo para a criação de uma tipografia para um jornal e que o mesmo respondeu que daria o dobro para que o solicitante mudasse de ideia (RAPOSO, 1978). Ainda, vale destacar que não se sabe comprovadamente, mas o primeiro jornal em Vassouras só surgiu após a morte deste advogado

⁷ Numa tradução literal desta expressão latina “*Res non verba*” significa “Fatos e não palavras”.

e comissário de café, que atuou como Presidente da Câmara, Vereador, Procurador Geral da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição entre outros cargos públicos. E verificando o teor dessa matéria lembramos do velho adágio popular “roupa suja se lava em casa”, os desafetos indicados pela matéria propagaram na Presidência da Província do Rio de Janeiro e em pelo menos três jornais da Corte, os problemas ocasionados pela epidemia de febre amarela desde 1879 e que dois anos mais tarde ainda assombrava a vida dos vassourenses, pode-se levantar duas hipóteses: 1^a) estavam assustados com as situações vividas e as perdas sofridas ao longo desse tempo e/ou 2^a) apenas uma oposição que buscava desestabilizar o adversário político. E sobre isso escreve

Quando se vive em completa tranquilidade e em não interrompida felicidade, quasi que não se cogita do futuro; ou, segundo o dito vulgar, ninguém se lembra de Santa Barbara, senão em ocasiões de tempestades! Isto, porém, não pôde ter applicação á camara municipal de Vassouras, que, no objecto em questão, até se mostrou *previdente*. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132, p. 2).

Para tanto, o autor da matéria retorna as questões do passado recente, indicando o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, como o principal foco causador da “febre reinante” na cidade, indicando que

em consequencia das suas más condições e desucrada administração, *desde o começo, desde o começo* de 1879 attrahia a attenção da camara, a qual, recceiando que alli se formasse um foco de infecções, na sessão de 8 de abril d’esse anno deliberou commissionar ao seu digno presidente para providenciar a tal respeito. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132, p. 2)

A câmara liderada naquele momento pelo Capitão Lindorf Moreira de Vasconcellos, com os adjetivos de um homem “ativo e incansável”, encaminhou um ofício ao Juiz de Capelas solicitando medidas para a regularização das condições de higiene do cemitério da Conceição. Na visão deles o principal foco das infecções e devido ao

estreito e limitado espaço, como principalmente pela falta de fiscalização nos enterramentos, etc.”, pois acreditava que seria considerado “*um louco quem ousasse anunciar uma epidemia na pitoresca cidade de Vassouras!*”... *Tal era a confiança que seus habitantes tinham na excellencia de seu clima!* (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132, p. 2 – grifo nosso).

Percebe-se que por esta última frase, mantinha-se a já indicada várias vezes neste texto, teoria dos miasmas como principal motivo para a propagação das doenças. A partir daí, houve uma reunião com os membros da proprietária do cemitério e formou-se uma comissão composta pelo Barão de Vassouras, Dr. Joaquim Alexandre de Siqueira e Dr. Francisco de Assis e Almeida que passou a examinar as queixas da Câmara e rapidamente indicaram as obras para ajustamento das atividades do cemitério e a manutenção higiênica do local. No entanto, não houve a execução das obras e os sepultamentos continuaram em grande escala para tão pequeno espaço, obrigando à Câmara Municipal em sessão de 9 de dezembro, a adquirir um terreno e construir um novo cemitério.

Neste momento, o autor do longo texto interrompe para dar uma resposta ao Dr. Lucindo Filho, que havia publicado na Gazeta de Notícias no dia 7 deste corrente mês, sobre o assunto em pauta e pedia aos leitores para não perderem “de vista as datas acima citadas, pois que ellas provam que a camara tambem fôra previdente, como já ficou dito” e como os adversários têm atacado a mesma, de “maneira desleal e injusta quão desleal”, devido a compra do terreno para construção do novo cemitério. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132)

Apesar de reconhecer que o Dr. Lucindo Filho ter-lhe-ia dirigido de forma individual com palavras “benévolas e lisonjeiras”, e que “Oxalá S. S. tivesse tratado com igual generosidade aos seus divergentes, especialmente o Dr. Carlos Teixeira, que se acha na Europa!”, concluía que,

Não, Sr. doutor, não fomos injustos para com sua pessoa em o nosso articulado, no qual, se S. S. tivesse lido com mais atenção, teria visto: 1º que apenas tocámos no diagnóstico da febre reinante em Vassouras como um preliminar; 2º que nos limitamos a dizer o que temos ouvido de muitos a distinctissimos medicos; 3º finalmente, que confessámos a nossa incompetencia para o assumpto, e declarámos desde logo qual o nosso fim, isto é, mostrar que a camara municipal tem correspondido á confiança dos seus municípes na questão da epidemia, terreno em que nos temos collocado vantajosamente como S. S. e todos tem visto, *apezar de difficil a tarefa, segundo S. S. o disse no final do seu artigo.* (l) (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132, p. 2)

Mostrando querer dar um basta neste conflito entre a Câmara e o médico Lucindo Filho, o autor diz que “a febre reinante em Vassouras seja amarela, branca ou preta, é cousa que não entrou em nossos planos” e elogia mais uma vez o Dr. Lucindo com adjetivos “cuja ilustração

e magnanimo coração”, mas pede a este o direito de seguir a opinião dos colegas que divergem dele e que não dão importância para saber quem foram os “importadores” da doença e a sua propagação pelo município. Mas volta à levantar suspeitas sobre o estudante de medicina em visita na cidade, indicando que o mesmo esteve em contato com a sua família e demais pessoas do seu convívio e estes não desenvolveram nenhum sintoma, mesmo sabendo que o estudante não havia chegado com nenhum sintoma. E lamentava que devido ao transporte de pessoas de Barra e do Commercio para Vassouras com estes sintomas, na sua visão poderiam ter contribuído para a propagação da doença, não deixando de indicar o caso de uma italiana que havia chegado da Corte e também um morador de Vassouras, este chegou doente de fora e toda a sua família teve a febre.

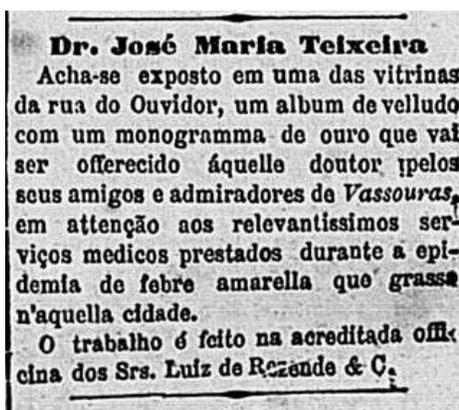
E buscando apelar à memória do “distinto” Dr. Lucindo para

desfazer uma inexactidão que commetteu em relação ás visitas que o distinto e illustrado Dr. João Carlos Mayrink fez á esse doente, cujo pai teve sempre o cuidado de notar por escripto as visitas dos medicos, as visitas pessoas por cartas ou portadores. Amigo e compadre dos pais d’esse estudante, o Dr. Mayrink tomou verdadeiro interesse pela sua doença, desde o segundo dia da sua cahida. visitando-o amiudadas vezes durante os dias da molestia e examinando o com o cuidado com que S. S. sempre o fez, e o distinto Dr. Alberto L. Ribeiro, médicos assistentes. (GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 03/05/1881, Ed. 00132, p. 2)

E neste processo de aguçar a memória do Dr. Lucindo Filho afirmava que o Dr. Mayrink “conferenciou” com os Drs. Alberto Leite e Corrêa de Figueiredo por diversas vezes e a divergência estava no diagnóstico, pois para o médico e compadre dos pais do doente, a enfermidade era uma febre biliosa. O autor destas memórias buscava trazer a público essa discordância no diagnóstico e respondendo com diplomacia, da mesma forma que o Dr. Lucindo se referiu a ele em seu artigo, não podia deixar de registrar a forma reservada em que se mantiveram os dois últimos médicos, assistente e auxiliar, quando a esta situação perante os pais do doente. E encerra o texto, se dirigindo ao Dr. Lucindo Filho que se ele não aceitasse estes argumentos, usaria como “selo” a sua palavra de honra, pois o Dr. Mayrink não se encontrava mais em Vassouras.

Esta divergência de opiniões quanto ao tipo de febre que ocorria em Vassouras, consta de matérias do mesmo jornal. Em 1880, a matéria foi assinada apenas como “Um Vassourense” que questiona o médico Lucindo Filho sobre os casos na cidade e se a febre amarela é

contagiosa. Em outra edição do ano de 1881, um paciente envia uma mensagem de gratidão pelo jornal, agradecendo ao Dr. Lucindo Filho pela dedicação com ele e a sua esposa, no entanto, esta última não resistiu e foi a óbito. Agradece ainda, a algumas pessoas da cidade, mas, infelizmente não conseguimos saber quem era o autor da mensagem, uma vez que a página do jornal foi rasgada e não se tem a parte final da gratidão publicada. Ainda em 1881, em um artigo assinado, o Dr. Lucindo, agradece à Província o envio do médico comissionado José Maria Teixeira para auxiliar à comissão de higiene de Vassouras, indicando que já havia feito pelo menos 04 sugestões para melhorar a saúde do município. Contudo, apenas duas haviam sido atendidas, a primeira o fechamento do cemitério da Conceição e a segunda a abertura de um novo cemitério.



Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, 17 de maio de 1881, edição 00132, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=EPIDEMIA%20VASSOURAS&pagfis=121. Acesso em 30 jan. 2022.

A imprensa foi ainda o principal fator de propagação das informações sobre estas epidemias, ao relatar o cotidiano da população. Mello (2020), em estudo recente, nos indica também a possibilidade do uso deste meio de comunicação para a propagação de meios de cura, como tônicos digestivos, composto por quina, coca e pepsina, além da aquisição de publicações médicas nas principais tipografias e livrarias da Corte.



Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1880, edição 00030, p. 4. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=EPIDEMIA%20VASSOURAS&pagfis=121. Acesso em 29 jan. 2022.

A imprensa como fonte histórica nos oferece um grande “cardápio” de opções, desde editoriais, notícias do cotidiano envolvendo questões culturais, sociais, criminais, religiosos; seções dedicadas à literatura, publicação de artigos livres, obituários, classificados com serviços médicos e de advogados, venda de serviços e produtos, entre eles medicamentos, propagandas de escolas, arrematação de bens, agradecimentos entre outros. O historiador que se debruça sobre esta fonte encontra diversos caminhos a serem perseguidos para auxiliar construção do passado, com o rigor científico já citado anteriormente.

Considerações Finais

Percebe-se que mesmo no século XIX, apesar de práticas científicas, as ações cotidianas, diante de uma epidemia, estavam envolvidas em questionamentos sobre a atuação do governo imperial, as determinações da Junta de Higiene e Saúde Pública e da Academia de Medicina, coadjuvadas pela propagação de boatos e acusações na imprensa como forma de aumentar a circulação das informações sobre o aumento do contágio ou as formas de combater as doenças.

Cabe lembrar que ainda permanecia as teorias dos miasmas e a bacteriológica, desconhecendo-se a transmissão por vírus, o que ocasionava o desespero e a suspeita sobre qualquer espaço que não houvesse o mínimo de asseio. No caso de nossa pesquisa, o “vilão” era

o Cemitério da Conceição em Vassouras, que foi fechado devido à determinação da Comissão de Saúde Pública Municipal.

Além das questões que envolviam as epidemias e a melhor maneira de extirpa-la, estavam as disputas políticas que aproveitavam o espaço dos jornais para propagar críticas, elogios, agradecimentos, boatos e até injúrias contra um ou mais desafetos. A pesquisa sobre esta temática tem-nos despertado o interesse por nos fazer perceber que algumas práticas culturais, sociais e até religiosas sofreram com a intervenção das epidemias como já pode ser indicado por outros autores, continuamos nossa empreitada em ampliar pesquisas sobre esta temática, uma vez que já levantamos material para sua continuidade.

Fontes Primárias Impressas

Universidade de Chicago:

Relatórios do Presidente de Província do Rio de Janeiro 1855, 1856 e 1859

Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira:

Jornal A Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro

Jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – Rio de Janeiro

Revista Ilustrada – Rio de Janeiro

Referências

AGUIAR, M. do C. P. A. de. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história. **Anais do X Encontro Estadual de História - ANPUHRS**, 20 a 30 de julho de 2010, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Centro Universitário Francisco – UNIFRA, Santa Maria-RS, 2010.

ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. *In*: ALENCASTRO, L. F. de (Org.) **História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93

ALVES, M. da H. Junta Central de Higiene Pública: ações, estigmas e conflitos sociais (1850-1889). **XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro**, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338251328_ARQUIVO_AlvesMariana_ResumoArtigoANPUH2012_2_.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

BARROS, J. D’A. **Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BBC. **Racismo Científico, Darwinismo Social e Eugenia**. BBC, 2013. 1 vídeo (52 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hPYZi_AITh4. Acesso 10 nov. 2020.

CARMO, A. C. R. do. *et al.* COVID-19 e meio ambiente: uma relação essencial em frente ao pânico de uma pandemia. **Revista Mosaico**, v. 11, n. 2, p. 19-34, 2020. Disponível: <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2569/1510>. Acesso: 04 Mar. 2021.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221>. Acesso em: 22 jul. 2021.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELMIR, C. P. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, v. 19, n. 36, p. 67-90, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31063/25773>. Acesso: 27 jun. 2021.

EUGENIO, A. As doenças de escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das luzes. **Varia Historia**, n. 23, p. 154-163, 2000.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

KODAMA, K. *et al.* Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.59-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/96rxHDChJMH3gRXWzQZQLXD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 04 mar 2021.

LAMEGO, A. R. **O Homem e a Serra**. Edição da Divisão Cultural, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

MACHADO, L. L. **Vassouras, recanto histórico do Brasil**. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2006.

MARTINS, A. L. Imprensa em Tempos de Império. In: LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MASTROMAURO, G. C. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300472386_ARQUIVO_Mastromauro.pdf. Acesso: 04 Mar. 2021.

MELLO, D. A. dos S. A imprensa em Barra Mansa (1884-1888): o cotidiano da saúde pública, miséria e escravidão. In: SILVA, A. C. da; SILVA, L. A. F. da; SILVA, T. F. R. da. **História da Imprensa: Cotidiano, poder e circulação de ideias no Vale do Paraíba**. Valença: Interagir Editora, 2020. p. 103-114.

MONTEIRO, A. F. Vassouras—Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade. **Revista Mosaico**, v. 3, n. 2, p. 29-46, 2012. Disponível em: <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/176/104>. Acesso: 04 Mar. 2021.

PIMENTA, T.; BARBOSA, K.; KODAMA, K. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. **Dimensões**, Vitória, v. 34, p. 145-183, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11114>. Acesso: 03 nov. 2020.

PINTO, J. **Fastos Vassourenses**. Vassouras: Editora Fundação 1º de Maio, 1935.

RAPOSO, I. **História de Vassouras**. Niterói: SEEC, 1978. pp. 170-171.

REGO, J. P. **Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

REGO, J. P. **Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

REGO, J. P. **Apontamentos sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro particularmente das crianças**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.) **História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

RICCI, M. F. C. de C. M. A tessitura de uma comunidade fabril: a experiência de Vassouras companhia têxtil São Luiz. 2000. **Dissertação** (Mestrado em História), Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, 2000.

RIBEYROLLES, C. **Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições**. v. 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

SILVA, C. F. M.; MONTEIRO, A. F. Família, Religiosidade e Saúde pública – O Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras e sua interdição durante a Febre Amarela no Século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, a. 23, n. 23, p.129-150, 2016.

TAMBASCO, J. C. V. **A Vila de Vassouras e o Vale Médio do Paraíba: A conquista da terra e a formação das bases agrícolas (1780-1833)**. Vassouras: Edição do Autor, 2007.

UJVARI, S. C. **História das epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020.

RESULTADOS PRELIMINARES DEL ANÁLISIS DE MICROFÓSILES EXTRAÍDOS DE CÁLCULOS DENTALES DE DOS ESQUELETOS DE GUARANI PRE COLONIALES RECOGIDAS EN DIFERENTES YACIMIENTOS ARQUEOLÓGICOS DE MATO GROSSO DO SUL – BRASIL⁸

*Carlos Eduardo da Costa Campos
Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques
Laura Roseli Pael Duarte*

Introducción

Los guaraníes son integrantes de la gran familia lingüística Tupi-guaraní filiada al tronco Tupi, pero se llaman a sí mismos de manera diferente según la región. Estas diferencias y similitudes han cambiado a lo largo de la historia; las migraciones constantes reorganizaron estos subgrupos (SCHADEN, 1974; PEREIRA, 2010, citados en Maxwell https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21127/21127_4.PDF). Sin embargo, hoy hay tres subgrupos principales: Mbya, Kaiowa y Nhandeva. Estos subgrupos tienen un lenguaje que, a pesar de tener muchas similitudes, tiene algunas diferencias entre ellos. Estas diferencias son principalmente lingüísticas, pero también se traducen en diferencias en la cultura material y no material.

El modelo analítico predominante basado en la interpretación de datos arqueológicos de Brochado, citado por Fausto (1992, p. 389), defiende que, desde un nicho amazónico, tendríamos dos movimientos migratorio con diferentes orientaciones: el Proto-Guaraní se habría dirigido hacia el sur a través de la bacia hidrográfica Madeira-Guaporé y habría llegado al río Paraguay, extendiéndose por toda su cuenca desde el principio de la era cristiana [...]; Proto-Tupinambás habrían descendido el Amazonas hasta su desembocadura, luego se habrían expandido de oeste a este y luego de norte a sur. Ellos, los Proto-Guaraní se extendieron por Bolivia, Paraguay, Brasil, Argentina y Uruguay. En particular, en este artículo, se hablará del horizonte etnohistórico que corresponde al contexto septentrional de la gran área cultural Guaraní, que tiene en la Cuenca Platina su territorio tradicional. Dentro de esta cuenca, particularmente la región entre los ríos Paraguay, en su curso medio y bajo, y el río Paraná, en toda su canaleta, fue el eje catalizador de este grupo étnico.

⁸Agradecemos el apoyo, la revisión y el suministro de datos arqueológicos de los yacimientos UR8 y VN1, cuyos datos se utilizaron en este artículo, a los arqueólogos Gilson Martins y Emília Kashimoto.

Si algunos bosquejos explicativos son correctos sobre los orígenes del movimiento migratorio de los primevos guaraníes, quienes afirman que esta trashumancia ocurrió en dirección norte-sur, entonces es probable que Mato Grosso do Sul, marcado este/oeste por el gran los cursos retro citados, que fluyen en la misma dirección norte-sur, han sido utilizados como una de las “puertas” para el acceso al sur por las olas migratorias indígenas pioneras que han llegado y se han dispersado en la vasta extensión de la cuenca en un pasado que se remonta probablemente hace más de mil quinientos años. Los primeros guaraní en la región pasaron de cuenca del río Paraguay y se extendieron por las cuencas de los ríos Paraná, Uruguay, en la cuesta atlántica sur. Se sugieren fechas de 2.200 B.P. para el comienzo de esta transformación por el hecho de que en 1.800 B.P. la cerámica de subtradición Guarani ya estaba dispersa en todas estas áreas (BROCHADO, 1989, p. 74).

Durante la ejecución de un proyecto de Arqueología Preventiva, llevado a cabo por el equipo Museo de Arqueología de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Muarq – UFMS), se encontraron ocho yacimientos arqueológicos en el área de la cuenca del Paraguay: Arigolândia 1 (AR1), Urucum 1 (UR1), Urucum 3 (UR3), Urucum 4 (UR4), Urucum 7 (UR5), Urucum 8 (UR8) y el yacimiento Albuquerque 1 (SA1). Estos son yacimientos al aire libre que contienen material cerámico y lítico de la ocupación Guaraní. Todavía, hay otros registros efectuados por otros investigadores (SCHMITZ, *et al.*, 1998, p. 1-271; OLIVEIRA, 2002; PEIXOTO, 2003). Sin embargo, es necesario considerar que las circunstancias históricas impusieron a estos indios el objetivo de territorializar una nueva área para la reproducción física y cultural del grupo.

Para este estudio se seleccionaron dientes de dos únicos cráneos, recolectados en excavaciones arqueológicas realizadas en dos yacimientos distintos y distantes: sítio Urucum 8 (UR8) y sítio Río Ivinhema 1 (VN1), situados a aproximadamente 700 km de distancia, uno del otro, ubicados respectivamente en extremidades longitudinal es de Mato Grosso do Sul, un en la orilla del arroyo Urucum, cerca de la ciudad de Corumbá y el otro en la confluencia del río Ivinhema con el río Paraná, en el municipio de Naviraí. Esta selección se debe al hecho de que son los únicos restos arqueológicos de esqueletos ubicados por el equipo MuArq/UFMS, en Mato Grosso do Sul.

Las regiones investigadas: Corumbá y Naviraí – Mato Grosso Do Sul

Durante el proceso de desplazamiento y expansión territorial, de los índios Guarani pré-coloniales se incorporaron nuevas áreas a su territorialidad, repitiendo un patrón ocupacional bien adaptado al ambiente tropical de bosques en otros ecosistemas como los bosques costeros del sur de Brasil, los bosques tropicales o subtropicales y los bosques marginales aos cursos fluviales o lagunas del centro-sur de Brasil. Los Proto-guaraní que han venido del suroeste Amazónico, una parte de ellos se quedó en Pantanal y la otra siguió rumbo al sur y sureste del estado. Se abordada esta cuestión se investigando los cráneos de los yacimientos UR8 y VN1, conforme la imagen 1. Es posible que por la cantidad de yacimientos de la tradición cerámica Tupiguarani, no solo de subtradición Guarani, también hayan venido del litoral y/o de áreas setentrionales do Brasil Central, conforme Kashimoto y Martins (2019, p.33).

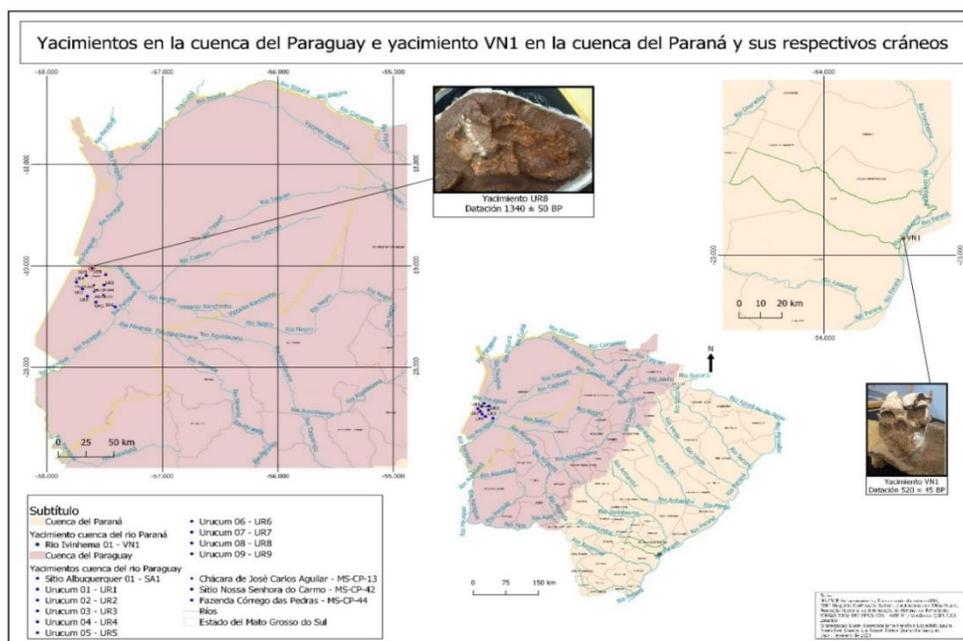


Imagen 1 – Mapa de Mato Grosso do Sul indicando la ubicación de los yacimientos UR8 e VN1 con sus respectivos vestigios esqueléticos y dataciones. Fuente: Ferbonio; Pael; Brambilla (2019).

La Tradición Cerámica Tupiguarani cubre una gran área oriental de América del Sur, con una gran homogeneidad en la cultura material. Debido a esto, el análisis del material cerámico permitió enmarcar los yacimientos de la frontera occidental del macizo del Urucum en el Pantanal de Mato Grosso do Sul- como parte de la Tradición Cerámica Tupiguarani. La región del macizo de Urucum tiene arroyos permanentes, mayor regularidad de lluvia en comparación con otras áreas del Pantanal sul-mato-grossense, fauna y flora diversificadas, y

suelos que proporcionan condiciones ambientales favorables para la instalación de grupos hortícolas indígenas. El contacto entre los grupos Tupiguarani y la llanura de inundación es posible porque algunos fragmentos de cerámica pertenecientes a los vertederos fueron recolectados de los yacimientos Tupiguarani (MS-CP-13, MS-CP-42 y MS-CP-44) para un posible contacto y / o contemporaneidad en la ocupación de este territorio (PEIXOTO, 2003 p.123).

Arqueológicamente, la datación más antigua de la presencia de cazadores recolectores en el Pantanal, anteriores a llegadas del Guaraní, obtenida hasta la fecha actual, data de hace 8.390 ± 80 años B.P. En el macizo de Urucum se ubicaron 22 yacimientos de las poblaciones de cerámica de la subtradición Guaraní. Según Peixoto (2003 p.131), las mesetas residuales del macizo de Urucum y Serra do Amolar son las regiones más favorables para asentamientos estables en la parte sur del Pantanal. Distintos grupos indígenas de diferentes regiones deben haber sido atraídos por condiciones ambientales favorables.

En seguida imagen del yacimiento Rio Ivinhema 1 (VN1) y de la urna funeraria hallada:



Imagen 2 – Vista area del sitio VN1. Fuente: MuArq/UFMS



Imagen 3 – Etapa da evidenciación de la urna funerária en campo (VN1) Foto: Kashimoto *et al.* (2005)

El yacimiento está ubicado en la terraza de la Formación Taquaruçu disecada por los ríos Ivinhema y Paraná, adyacente al Parque Estatal Várzeas do Ivinhema. Se ha observado que este sitio, probablemente compuesto por varias ocupaciones de pueblos Guaraní anteriores a la colonización ibérica, tiene afloramientos cerámicos y líticos sobre una extensión de aproximadamente 7 km a lo largo de la terraza estructural del río Paraná, desde su confluencia con la orilla derecha del río Ivinhema. En una evaluación de los resultados obtenidos Kashimoto

et al. (2005, p.37), se encontró que el yacimiento VN1 es parte significativa del horizonte cultural arqueológico Guaraní del Alto Paraná.

Análisis de microrrestos botánicos en Mato Grosso do Sul

Aunque existe una influencia de casi 500 años de cultura y técnicas de manejo introducidas desde el Viejo Mundo, aún pervive una alta diversidad de conocimientos y técnicas tradicionales desarrollados por los pueblos indígenas del área. Para este artículo se ha realizado estudios en distintas zonas de Mato Grosso do Sul, combinando enfoques etnobiológicos, ecológicos y evolutivos para documentar la diversidad de formas de manejo y domesticación de plantas hechas por los índios. La región del Medio Oeste de Brasil abarca un área de 1.606,370 km², dividida entre los estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás y el Distrito Federal.

La metodología utilizada en esta investigación fue la aplicación de la técnica de extracción de cálculos dentales realizada en el Laboratorio de Análisis Arqueológico de la Universidad Autónoma de Barcelona - ES, estos datos auxiliarán en las comprensiones de ocupación del territorio central brasileño. Posteriormente, cuando se tenga nuevas muestras, se podrá crear un modelo de relación entre la dieta, el comportamiento del agricultor y el manejo de la planta.

A pesar de los avances en los estudios regionales, todavía se sabe muy poco sobre la economía de subsistencia de estos grupos, especialmente sobre el componente vegetal de su dieta. Como resultado, las interacciones hombre-planta-paisaje se han mantenido en gran medida inferenciales, y muchos arqueólogos que trabajan en el área (SCHMITZ; BECKER, 1991, p.33) han ampliado la visión histórica profundamente transformada a lejos en el período pre colonial (HENRY; PIPERNO, 2008; REINHARD *et al.*, 2007; BOYADJIAN, 2012; HARDY, 2005).

Acciones de recolecta de mostreos y analisis laboratorial

Se revisó el material de la siguiente región, ya mencionada: Un yacimiento al Sudeste de Mato Grosso del Sur (VN1) - Brasil y otro al Este (UR8). Porque en solamente en ellos hay huesos de los cráneos con dientes para análisis. Estas plantas fueran cosechadas en la visita a los yacimientos para que estas informaciones se queden disponibles en la base de datos para la comparación con los microfósiles hallados en los dientes y utilización en investigaciones

futuras. En seguida, en el mosaico de la imagen 4, fotos de las muestras de plantas (raíces y semillas) recolectadas en los yacimientos UR8 y VN1 y como fueron procesadas:

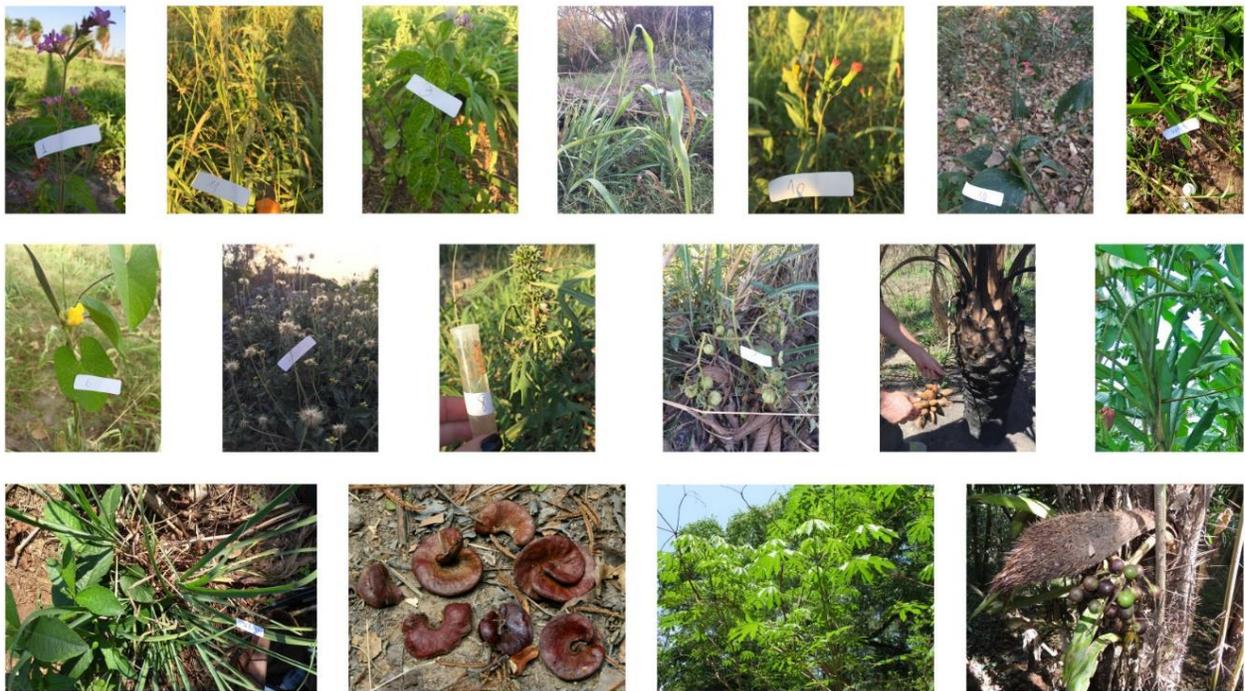


Imagen 4 – Plantas recolectas en los yacimientos investigados UR8 y VN1, ae la derecha a la izquierda de arriba para abajo: 1.*Talinum* (UR8) – recolecta 1, 2.*Brachiaria decumbens* (UR8) – recolecta 11, 3.*Cuphea glutinosa* (UR8) – recolecta 3, 4.*Zea mays* (VN1) – recolecta 6, 5.*Serralia – Emilia serratifolia*, 6.*Ruellia brevifolia* (UR8) – recolecta 12, 7. *Bambu – Phyllostachys aurea* (VN1) – recolecta 3, 8.*Merremia sp.* (UR8) – recolecta 6, 9.*Taraxacum officinale asteraceae* (UR8) – recolecta 7, 10.*Leonotis nepetaefolia* (UR8) – recolecta 8, 11.*Physalis angulata* – recolecta 9, 12.*Attalea phalerata – Acuri* (UR8) – recolecta 13, 13.*Musa ssp.* (VN1) – recolecta 7, 14. *Cymbopogon citratus* (VN1) – recolecta 4, 15. *Timbaúva – Enterolobium contortisiliquun* (VN1) – recolecta 8, 16. *Manihot esculenta* (VN1) – recolecta 2, 17. *Tucum – Bactris setosa* (VN1) – recolecta 9.

Juntamente con un botánico y un ingeniero ambiental⁹ se recolectaron las 19 muestras de plantas, y las identificarón, en el área médea de 200 m² de los yacimientos UR8 y VN1, material para empezar una colección de referencia piloto de plantas modernas, de estos yacimientos onde se recolectaron los cráneos estudiados, se las identificó, fotografió y se produjo láminas microscópicas de estas plantas para posteriores comparaciones.

En el caso, se recolectó especies botánicas correspondientes a las áreas de entorno de los yacimientos arqueológicos investigados y estas fueron identificadas por profesionales del área botánica.

⁹ Biólogo UFGD y Ingeniero Ambiental UFMS.

Para la preparación de las láminas de microscopia permanente los rizomas herborizados fueron raspados, con la finalidad de obtener una muestra abundante de gránulos de almidón. Después se mezcló el resultado del raspado con glicerina, y con las láminas listas, y se las fotografió y medió con el microscopio LEICA DM 2500 DM a 63X o 100X oil. Se efectuaron cortes de tejido amilífero para constatar el aspecto y distribución de los granos. Para las observaciones con microscopio óptico, se dispersó pequeñas cantidades de producto en portaobjetos de vidrio cubiertos, utilizando glicerina (BRAMBILLA, 2010, p.67).

En el laboratorio de arqueología de la Universidad Autònoma de Barcelona se las observó en el microscopio óptico Olympus BX 41, con las lentes 20x y 50x, de campo claro y de luz polarizada, y se fotografió los almidones y otros micro restos con un microscopio LEICA DM 2500 DM, con las lentes 10X, 20X, 63X el 100X oil o con mayor capacidad. Las fotos de microscopia de las plantas machacadas sirven y servirán para hacer la comparación de los almidones que fueron sacados de los cálculos dentales y las plantas que hoy siguen en los yacimientos.

Procedimientos de recolecta del muestreo en los cráneos (dientes)

En la secuencia los dientes disponibles para el estudio:

CráneoUR8



Cráneo VN1



Central superior derecho

Lateral superior derecho

Canino superior derecho

Pré-molar derecho

2° pré-molar superior derecho

1° pré-molar superior derecho

3° molar superior derecho

2° molar superior derecho

Centralsuperior izquierdo

1° Pré-molar inferior derecho

2° Pré-molar inferior izquierdo

1° Molar inferior izquierdo

	Caninosuperior izquierdo
	Incisivo-Central inferior izquierdo
44	2° pré-molar inferior derecho

Tabla 1 – Dientes disponibles para muestreo

La preparación de las muestras de cálculo dental retiradas de los dientes de los dos cráneos hallados (UR8 y VN1)

El cálculo dental se tomó de los dientes de los cráneos citados y radiomarcados (^{14}C). La placa mineralizada y el esmalte protector se eliminaron con un pico dental de metal. Se usaron guantes en todo momento para reducir la contaminación. Este método fue hecho en el Laboratorio de Análisis Arqueológicas de la UAB, bajo orientación de la Dra. Karen Kardy.

Las muestras de cálculo fueron pesadas y limpias en agua destilada (hasta tres veces) para eliminar cualquier rastro de sedimento. Después de la precipitación del agua, se limpió las muestras a cada diez minutos y se las colocó en la centrifuga hasta que no hubiese más burbujas y los cálculos se presentasen disueltos completamente. Este método permitió eliminar la suciedad de la superficie, lo que afectó mínimamente el cálculo, asegurando que la superficie estuviera completamente libre de contaminantes. Posteriormente, la piedra/el cálculo se degradó a una solución débil de HCl al 4% diluida con 8,25 ml de agua destilada para extraer las micro trazas depositadas en los cálculos siguiendo los protocolos establecidos. Las muestras fueron centrifugadas y el exceso de agua sacado con una pipeta. La muestra disuelta se montó sobre portaobjetos usando una solución 50:50 de glicerol y agua destilada.

El examen de micro corte se realizó con el microscopio polarizado Olympus IX71 en la Universidad Autónoma de Barcelona, los almidones se identificaron en función de su morfología 3D (laminillas superficiales, hilio, protuberancias y depresiones), característicos de la extinción cruzada bajo microscopía de luz polarizada. Las colecciones de referencia desarrolladas por el Museo de Arqueología UFMS de plantas modernas en las regiones estudiadas se utilizaron para la comparación.

Muestras retiradas de los siguientes dientes y yacimientos arqueológicos

Diente	Ubicación	Yacimiento arqueológico
---------------	------------------	--------------------------------

Diente 12	Lado derecho – lateral superior	UR8 – Urucum 8
Diente 13	Lado derecho - Canino superior	UR8 – Urucum 8
Diente 17	Lado derecho - 2° molar superior derecho	UR8 – Urucum 8
Diente 34	Lado izquierdo - 1° pré-molar inferior	VN1 – Rio Ivinhema 1
Diente 35	Lado izquierdo - 2° pré-molar inferior	VN1 – Rio Ivinhema 1
Diente 36	Lado izquierdo - 1° molar inferior	VN1 – Rio Ivinhema 1

Tabla 2 – Dientes utilizados para el estudio

1ª Pesagen de las muestras con HCL y H₂O

Yacimiento/diente	Peso de la muestra
UR8/12	0,001
UR8/13	0.027
UR8/17	0.028
VN1/34	0.013
VN1/35	0,011
VN1/36	0.012

Tabla 3 – Peso de las muestras sin adición de HCL

2ª Pesagen com adición HCL

Yacimiento/diente	Peso de la muestra
UR8/12	1.25981
UR8/13	1.32236
UR8/17	1.31084
VN1/34	1.28763
VN1/35	1.26750
VN1/36	1.33836

Tabla 4 – Peso de las muestras con adición de HCL

Condiciones generales para los análisis microscópicos

Esta parte de la investigación se realiza con base en dos enfoques, uno es el enfoque actual, éste se encarga de reconocer e identificar micro trazos como almidones, fitolitos y etc. Un según enfoque es del tipo histórico, cuyo objetivo queda ante la reconstrucción del medio ambiente o del uso de plantas en el pasado mediante la aplicación de la técnica en sedimentos naturales o material arqueológico.

Resultado de investigación del cráneo VN1 – cuenca del río Paraná y cráneo UR8 cuenca del Paraguay

El cráneo humano proveniente del Yacimiento Río Ivinhema 1, Municipio de Naviraí-MS estaba en una urna que se utilizó para el entierro de un individuo masculino no mayor de 35 años, según el análisis desarrollado por Sílvia Cristina Piedade y Sérgio Francisco S. M. Silva.

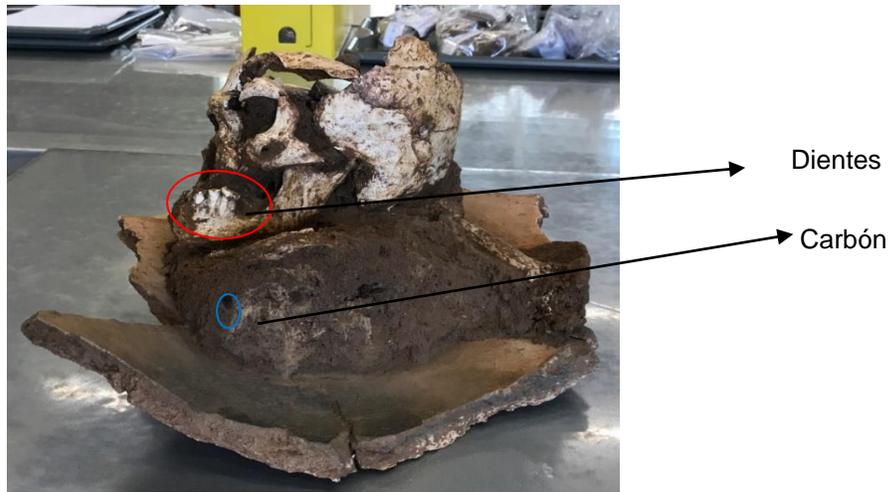


Imagen 5 – Cráneo ceramista agricultor - VN1

El cráneo (VN1), a pesar de estar fragmentado y bien deformado por el peso soportado, presentó buenas condiciones para observaciones a su lado izquierdo. El lado derecho está prácticamente ausente o pulverulento. Se observó el moderado desarrollo del proceso mastoideo, que se sitúa entre los grados 2 y 3, sugiriendo características con posible tendencia a la mujer; sin embargo, la región de la glabella y el arco superciliar bien robustos, además del desarrollo de las márgenes supraorbitarias, eminencia orbital y del proceso frontal del zigomático, son indicadores de individuo del sexo masculino.

Medidas craneanas - Yacimiento Rio Ivinhema 1 -Adulto, masculino

Naturaleza	Dimensiones (mm)
Espesura do frontal	5
Cuerda del frontal	13
Largura frontal mínima	93
Espesura do parietal esquerdo	6
Largura bi dracryonica	24
Largura bi euryon	136
Largura órbita D	35
Largura órbita E	26
Largura mínima do ramo da mandíbula	30

Altura do cuerpo da mandíbula	28
Comprimento antero posterior máximo	175

Tabla 5 – Mediciones posibles tomadas – Fuente: Dra. Silvia Cristina Piedade y Sérgio Francisco S. M. Silva y equipo Muarq – UFMS/2005.

El cráneo presenta micro ranuras y surcos en mayor intensidad en la región endocraneal, indicando posible fitoturbación (radículas). En el frontal, presencia de capullo de insecto, atestando también la presencia de bioturbación.



Imagen 6 – Cráneo en la urna VN1 in situ. VN1: Datación: 600±57, Z: 30 a 40 CM, AD3 - ESTRUCTURA FUNERÁRIA - FATEC 997. Fuente: Kashimoto *et al.* (2005).

Cráneo yacimiento UR8, en Corumbá – MS, cuenca del río Paraguay



Imágenes 7, 8, 9 y 10 – Evidenciación de los huesos humanos. Retirada en yeso – yacimiento - UR8. Fuente: Museo de Arqueología de la UFMS.



Los hu y una base de

Imagen 11 – Cráneo con brazos y piernas del yacimiento UR8. UR8 – Datación - 1350±50. Material: Hueso, Cal AD 610 to 770 (Cal BP 1340 to 1180) - BETA 298154.

yeso fue preparada para la retirada. También fue hecha la consolidación, tanto de los huesos y del bloque de sedimento, utilizando cola “Ph Neutral Adhesive” (indicada por los conservadores-restauradores como apropiada para el tratamiento de huesos humanos). Se emplearon soluciones de PVA neutro en tres niveles de dilución para consolidar los diferentes materiales que componían la pieza.

Dataciones obtenidas en el yacimiento UR8

Material	Fechas	
Hueso humano (Beta - 298154)	1350±50 BP (Cal BP 1340 to 1180)	
Carbón (Beta - 298155)	170 ±40	BP (Cal BP 300 to 60)
Carbón (Beta- 298156)	110 ±40	BP (Cal BP 280 to 170)

Tabla 6 – Dataciones del yacimiento UR8. Fuente: Martins y Kashimoto (2012)

Este individuo presentó poco desgaste dental, con pérdida de la superficie del esmalte sin exposición a la dentina o formación secundaria de dentina. Desgaste en molares (grados 1 y 2, BROTHWELL, 1972, p. 69), incisivos y caninos (grado 2+). Se observaron signos evidentes de resorción ósea alveolar (BROTHWELL, 1981, p. 70) en la superficie bucal de los alvéolos, lo que indica la presencia de enfermedad periodontal. La ausencia de cálculo

dental está subordinada a su observación no macroscópica, aunque se han observado signos de desprendimiento postmortal de estas placas en los molares.

En este contexto, la larga ocupación observada en los yacimientos UR8 y VN1, con el establecimiento cronológico, 110 ±40, 170 ±40, 320 ±30, 1350±50 BP - UR8 y 220±15, 310±30, 520±45, 570±40, 600±57, 4400±30 BP – VN1 de años continuos, parece corroborar la idea de que se estaba llevando a cabo un manejo agroforestal intenso en el dominio Guaraní, debido la cultura material hallada en estos sitios. La datación de 4400±30 BP – VN1, no corresponde a este horizonte de poblaciones no indígenas y si a una cultura de cazadores-recolectores, pero comprueba que este yacimiento desde hace fuera elegido por poblaciones humanas.

Resultados obtenidos con las plantas recolectadas en los yacimientos UR8 y VN1

Se enfatiza que las interpretaciones sobre el uso de las plantas de los guaraníes pre coloniales y Mato Grosso do Sul se presentan a través de resultados preliminares. Para futuras investigaciones sobre este tema, se propone profundizar la identificación de plantas a partir de la micro botánica y el consiguiente diálogo con la literatura etnohistórica y etnográfica ya establecida, reflexionando sobre temas específicos. La recolección de todas las trazas y productos botánicos aquí desarrollados no representan una situación ideal. Sin embargo, se definió el número mínimo de muestras y su tamaño en relación con la especificidad del yacimiento e investigación.

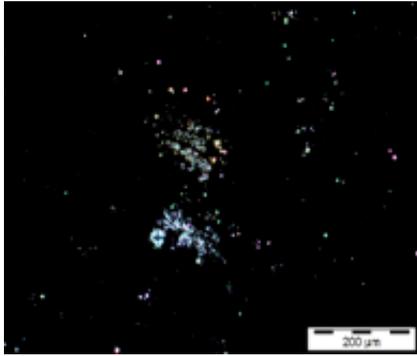
Para este artículo solamente se recolectó plantas de los yacimientos UR8 y VN1, yacimientos estos que poseían los cráneos con dientes para análisis de cálculos dentales, así buscando clasificar los micro vestigios hallados y compararlos con la vegetación local. Este tema no puede ser discutido en detalle aquí, pero considerando la evidencia actual, las formas simples de intercambio en la línea que no involucraron cambios significativos en la población o movimientos de cultivo material pueden explicar mejor la difusión temprana de la planta de cultivo. Las fotos de microscopia de las plantas (raíces) machacadas sirvieron para hacer la comparación y facilitar o intentar hacer la identificación de los almidones no modificados que fueron sacados de los cálculos dentales y las plantas que hoy siguen en los yacimientos.

Que se quede claro que hacer identificación solamente con análisis morfológica puede no ser cien por ciento fiable, pero es lo recurso que hay en el momento de esta

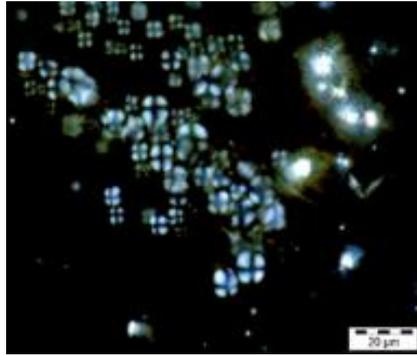
investigación. Tanto las plantas, cuanto las láminas microscópicas hechas de sus raíces y las láminas de los cálculos, se quedarán guardadas en el museo y sus imágenes la base de datos para las análisis actuales y posteriores.

En seguida las fotos de las láminas hechas con las plantas ubicadas en los yacimientos UR8 y VN1 para comparación con los resultados de las láminas de los cálculos dentales. En seguir las fotos de los almidones de las plantas recolectadas y a continuación, se presentan los resultados de la recuperación y el análisis de micro trazas de plantas retenidas en los cálculos dentales de ceramistas indígenas, clasificadas arqueológicamente como poblaciones pertenecientes de la subtradición Guaraní de Mato Grosso do Sul.

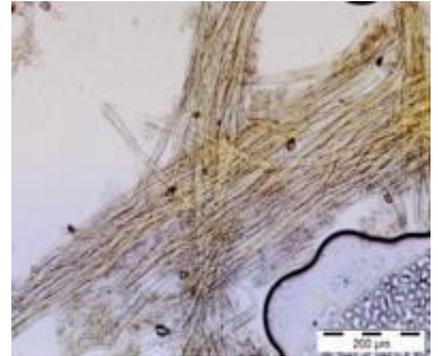
Además, las láminas fotografiadas aquí son el resultado de la aplicación de la técnica de extracción por micro caída de cálculos dentales, utilizada por primera vez em muestras de restos humanos de Mato Grosso do Sul.



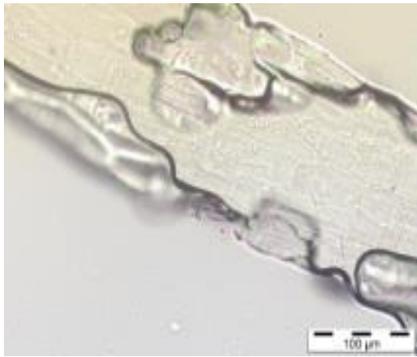
12. *Talinum* (UR8)



13. *Talinum* (UR8)



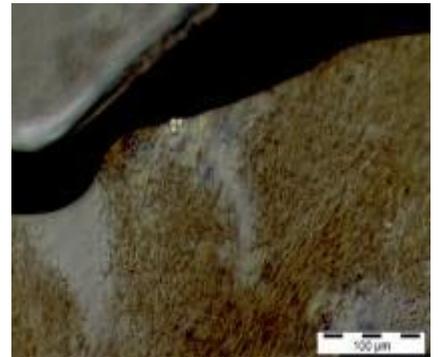
14. *Talinum* (UR8)



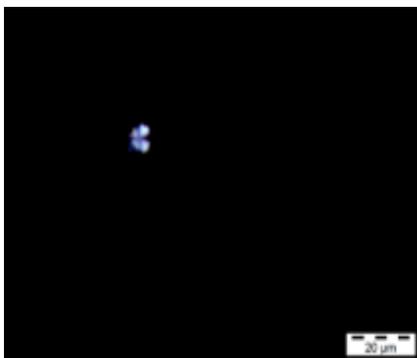
15. *Brachiaria decumbens* (UR8)



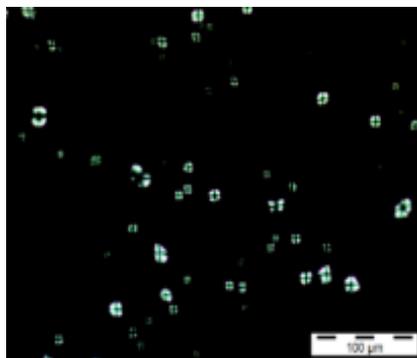
16. *Cuphea glutinosa* (UR8)



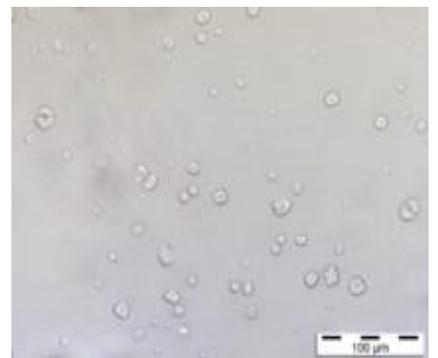
17. *Cymbopogon citratus* (UR8)



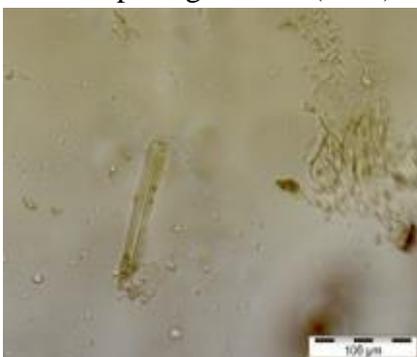
18. *Cuphea glutinosa* (UR8)



19. *Zea mays* (VN1)



20. *Zea mays* (VN1)



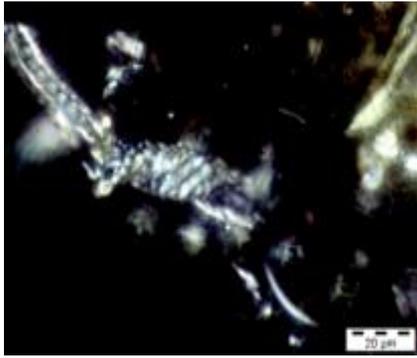
21. *Merremia* sp. (UR8)



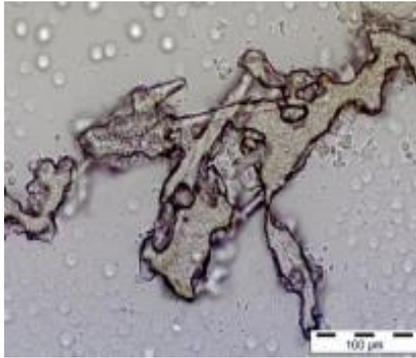
22. *Merremia* sp. (UR8)



23. *Bactris setosa* (VN1)



24. *Leonotis nepetaefolia* (UR8)



25. *Physalis angulata* L. (UR8)



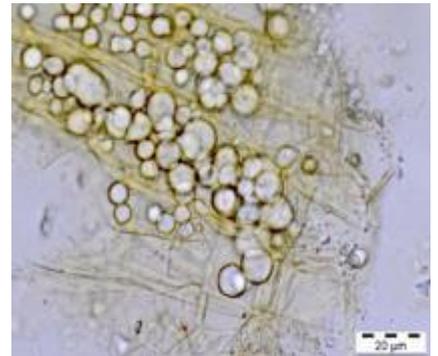
26. *Serralia – Emilia serratifolia* (UR8)



27. *Ruellia brevifolia* (UR8)



28. *Attalea phalerata - Acuri* (UR8)



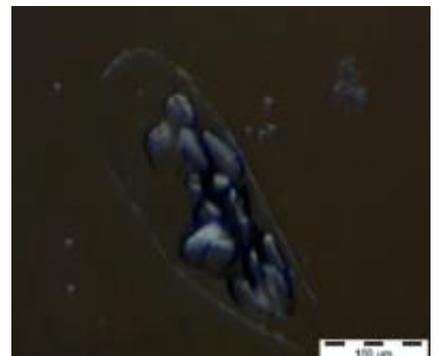
29. *Talinum* (UR8)



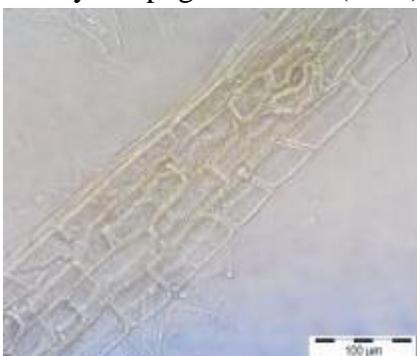
30. *Cymbopogon citratus* (VN1)



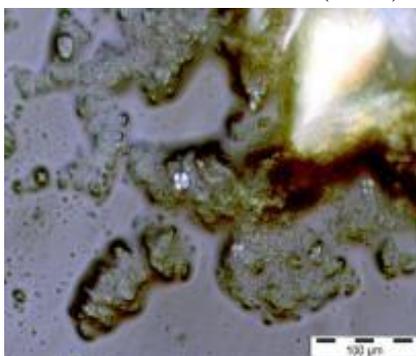
31. *Manihot esculenta* (VN1)



32. *Musa ssp* (VN1)



33. *Bambu - Phyllostachys aurea* (VN1)



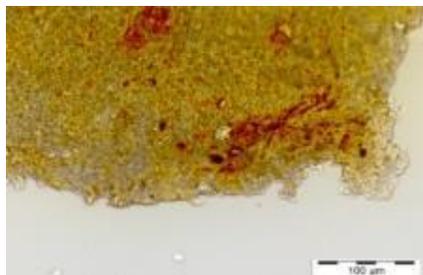
34. *Timbaúva – Enterolobium contortisiliquum* (VN1)



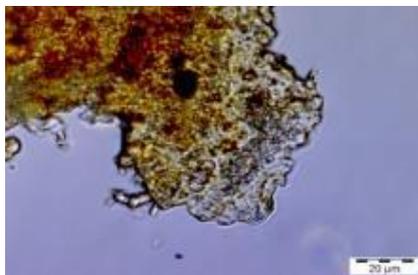
35. *Chamissoa sp* (VN1)

Imágenes 12 a 35 – Láminas microscópicas hechas de las plantas recolectadas para comparación de los almidones allahdos en los cálculos dentales, estas se quedarán para recolección de referencia

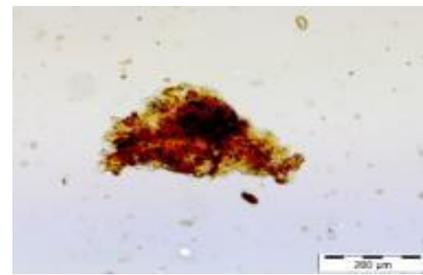
Imágenes de las láminas de los calculos dentales de los yacimientos UR8 y VN1



36. UR8 – 12 – L2 – 20 X –
Calculo no disuelto



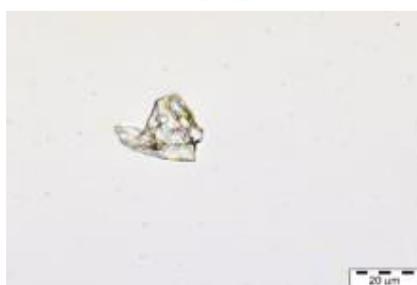
37. UR8 – 12 – L2 – 60 X
Almidones atascados en el
calculo



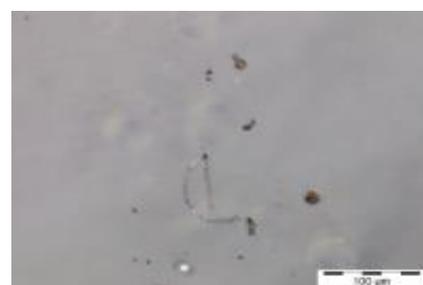
38. UR8 – 12 – L2 – 20X –
Calculo dental no disuelto



39. UR8 - 12 –L1 – 10X – Fibra
de typha o junco del Pantanal



40. UR8 – 13 – L2 – 20X –
Raíz pelo



41. UR8 – 13 – L1 – 20X –
Fibra vegetal



42. UR8 – 13 – L2 – 60X – Pelo
humano



43. UR8 – 13 – L2 – 60 X –
Clorofita quemada



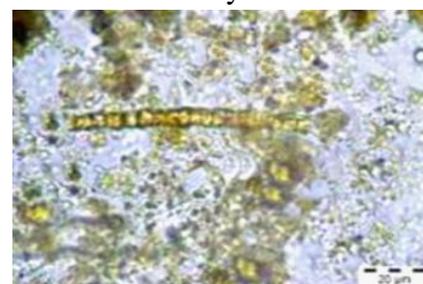
44. UR8 – 13 – L2 – 60X –
Calculo y resina



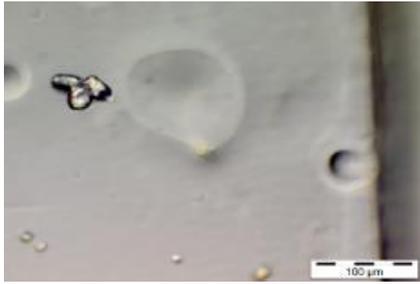
45. UR8 – 13 – L3 – 60 X –
Pelo



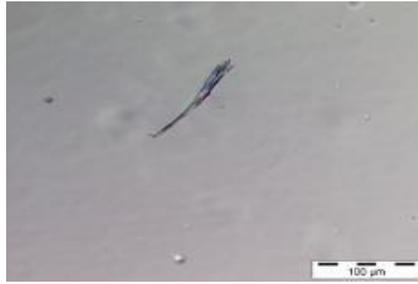
46. UR8 – 13 – L2 – Almidón y
calculo no disuelto



47. UR8 – 13 - L2 – 60X – Pelo
roedor (Capibara?) y micro
carbones



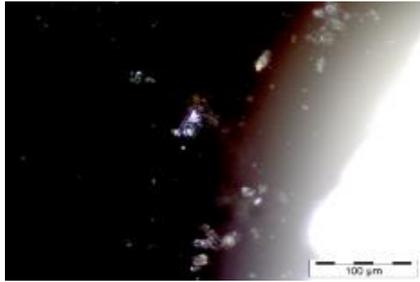
48. VN1 - 36 - L1 - 20X -
Fitolitos no identificados



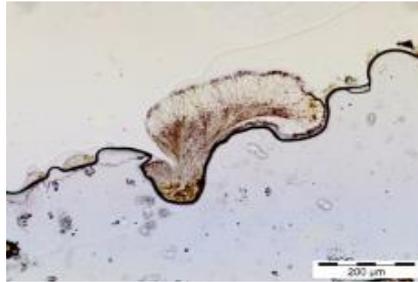
49. VN1 - 36 - L1 - 20X -
Madera/ferpa



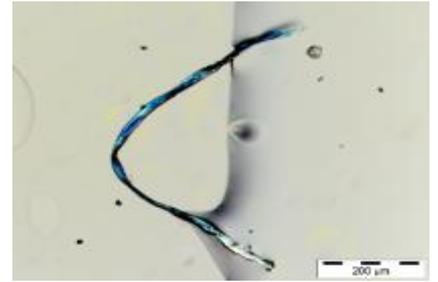
50. VN1 - 34 - L1 - 20X - Pelo
de roedor



51. VN1 - 34 - L1 - 20X -
Fosfato de calcio



52. VN1 - L1 - 35 - 10X -
Actinomyces SP



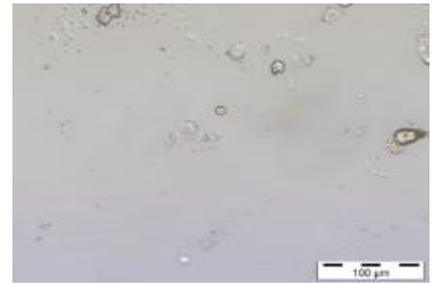
53. VN1 - 35 - L1 - 10 X -
Pelo humano



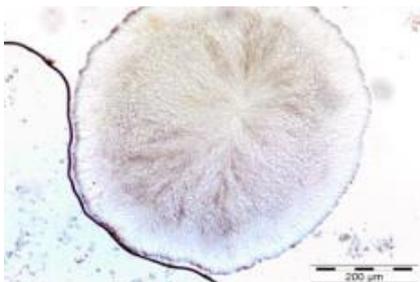
54. VN1 - 35 - L1 - 20X -
Fibras



55. VN1 - 35 - L2 - 20X -
Aalga diatomace



56. VN1 - 35 - L2 - 20X -
Almidón



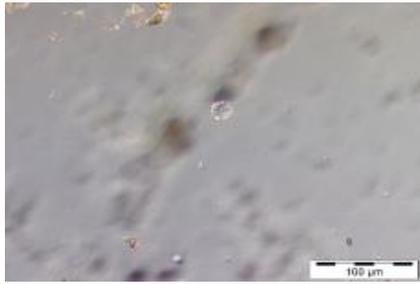
57. VN1 - 35 - L2 - 60X -
Actinomyces SP



58. VN1 - 35 - L2 - 20X -
Alga clorophyta



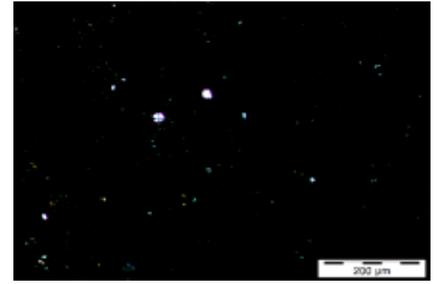
59. VN1 - 35 - L2 - 20X -
Fosfato de calcio y almidones



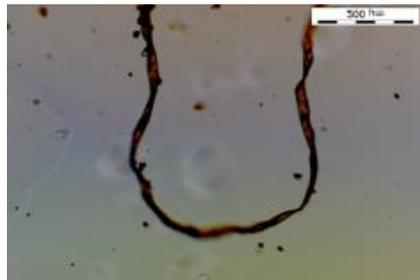
60. VN1 – 35 – L2 – 20X –
Cristal de fosfato de cálcio



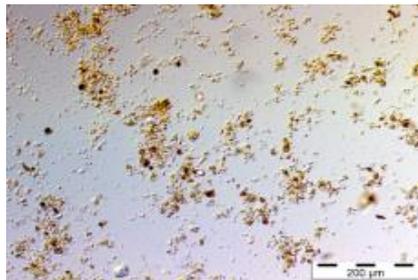
61. VN1 – 36 – L1 – 20X –
Typha domingenses o junco do
pantanal



62. VN1 – 36 – L1 – 20X –
Almidón



63. VN1 – 36 – L1 – 10X –
Fibra typha domingenses o
junco del pantanal



64. VN1 – 36 – L2 –
20X – Almidones al medio de
calculos no disueltos



65. VN1 – 36 – L1 – 20X –
Almidón de zea maíz

Imágenes 36 a 65 – Fotos de Microscopia echas en el laboratorio de la UAB y analizadas por el equipo de botánica de la UAB/UFMS

En las muestras preparadas se encontró una gran variación de micro trazas siendo en su mayoría gránulos de almidón, algas, micro carbonos, hongos, fibras vegetales, pelos de animal/humano y fitolitos. El estudio demuestra, por lo de las algas, que los recursos del río probablemente fueron consumidos regularmente por estos individuos junto con una variedad de alimentos vegetales. Se encontraron resultados sugestivos de patrones de elección de alimentos y materiales que se llevaron hasta la boca, entre los grupos guaraní del Pantanal y el Bosque Estacional del Alto Paraná. Lo que a menudo se atasca en los cálculos puede decir no solo sobre la dieta del individuo, sino también sobre las actividades de higiene oral, la manipulación, la fabricación de artefactos y el medio ambiente. Se halló en el cálculo dental del individuo del yacimiento VN1 el alga Chlorophyta. Son algas de agua dulce y refuerza la teoría que los habitantes pre históricos desde mucho tiempo ven consumiendo recursos fluviales. También se ha hallado trozos del alga Diatomácea, la principal característica morfológica de las diatomeas es la pared celular impregnada de sílice ($\text{SiO}_2 \cdot n\text{H}_2\text{O}$), rodeada por una fina capa de materia orgánica, conocida como fructula, lo que puede confundir con fitolitos. Es probable que se ha

consumido junto al recurso fluvial y no sido utilizada como fuente de alimentos. También se halló almidones crudos y cocidos almacenados en los cálculos dentales de ambos individuos.

Otro hallazgo un tanto curioso fueran los pelos de mamíferos roedores (probablemente de capibara), indican el consumo de animales (caza) y lo de humanos, que se quedaron atascados en el cálculo dental. Sobre los almidones ya se lo sabía que algunas especies tuvieron un uso constante por parte de los guaraníes debido a diversas funciones (NOELLI, 1998a, p. 67), pero su uso generalmente provino de la disponibilidad de la planta en el medio ambiente, sin depender del cultivo o manejo, entre estas especies. Los guaraníes también usaban varios tipos de enredaderas para hacer artesanías, colocar trampas y construir sus casas.

La información de las especies halladas, cuando se relaciona con su uso, hábito, función y otra información presentada en la literatura, muestra que los miembros de la subtradición Guaraní ciertamente contribuyeron a la dispersión de especies en el área, contribuyendo a la formación del paisaje y la diversidad actual. La presencia de algunas especies halladas aún en los días actuales es de gran importancia, como el caso de la *Zea sp* que muestra la posibilidad de manejo de esta especie, y como fuente de alimento (maíz), siendo uno de los alimentos básicos de la dieta. Felipim (2001 p. 17), afirmó para los guaraní el cultivo de hasta 21 especies de camote y 13 diferentes calidades de maíz. El hecho de la especie de *Zea sp.* está representado, muestras actuales fueran recolectadas, en el yacimiento Río Ivinhema 1 – VN1, yacimiento este que posee fechas de aproximadamente 600 ± 57 años BP, para poblaciones de ceramistas agricultores y de 4400 ± 30 años de ocupaciones más antiguas.

Además, la recuperación deliberada o accidentalmente ingerida de micro partículas dentales de los materiales durante la realización de diversas actividades también ha demostrado el potencial del estudio del cálculo dental para proporcionar pistas sobre aspectos de la vida social y la nutrición. Se halló en los cálculos de los dientes estudiados carbones, indicando que estos pueblos cocían sus alimentos, fibras de algodón y fibras animales (clasificadas según la Metodología de identificación cualitativa y cuantitativa de fibras textiles naturales de la Red SUPPRAD - Universidad Católica de Córdoba, Grupo Genética y Grupo Poblaciones). Otros hallazgos fueron los hongos, algas y fitolitos (identificados por el laboratorio de botánica de la UFMS). También se halló en

los cálculos del yacimiento VN1 cristales de Fosfato de Calcio, común en latos suelos o en individuos con dieta rica en pescados y algas. Aunque el fósforo está presente en los tejidos óseos y los dientes como hidroxiapatita ($3\text{Ca}_3(\text{PO}_4)_2 \cdot \text{Ca}(\text{OH})_2$), los grandes depósitos de fosfato en la naturaleza están compuestos principalmente de fluorapatita que se presenta como mineral residual en suelos lateríticos. Los suelos lateríticos tienen una alta tasa de meteorización en sus formas y acumulan una gran cantidad de óxidos de hierro y aluminio, a menudo con minerales húmedos. Los suelos lateríticos son suelos degradados que se encuentran principalmente en las regiones tropicales del mundo. El nombre laterítico es un término utilizado en regiones tropicales cálidas para describir este tipo de suelo que incluye latos suelos y otros tipos de grupos de suelos, como los podzolicos (GUASTALDI; APARECIDA, 2010, p. 1352-1358).

No haber hallado caries visibles en los individuos no infiere que no haya carie o que estos hacían algún tipo de asepsia bucal, pero, la presencia de fluorapatita ayuda a prevenir la caries dental, ya que tiene un pH crítico de 4.5, lo que hace que la estructura dental sea más resistente a las caries dentales. El Fosfato de Calcio tiene una propiedad bacteriostática leve, que ayuda a frenar la proliferación de *Streptococcus mutans*, la bacteria predominante relacionada al proceso de carie dental. Quizás, debido a la presencia de cristales de fosfato de calcio en los cálculos, no se encontró la presencia de caries, que es bastante común en las poblaciones que consumen almidón, como se cree, estos dos individuos.

Consideraciones finales

Entre las principales conclusiones que se han logrado a partir del desarrollo de la arqueobotánica en la región investigada se puntúan: la interacción entre humanos y plantas implicó manipulación, domesticación y cultivo en Mato Grosso do Sul desde hace unos 3000 años AP; los guaraníes desde hace 1500 años usaban los alimentos; utilizaban la boca para hacer o manipular artefactos, debido a la cantidad de fibras halladas en los cálculos dentales analizados; hubo inhalación de algunas de las micro partículas como las de carbón, por ejemplo; comprobando la tesis del cocimiento de los alimentos; es probable que tenga habido contaminación directa como mano en la boca o actividad de higiene bucal; es posible que las algas fueron ingeridas a través de los recursos acuáticos;

las interpretaciones sobre el uso de las plantas por los guaraníes pre coloniales de Mato Grosso do Sul y se las presenta a través de resultados preliminares.

Tales registros pueden incluir, por ejemplo, el uso de plantas que no han sido ingeridas, aunque pueden haber sido utilizadas e incluso procesadas, y pueden pasar por alto otras cuya evidencia no se encuentra como frutas y tubérculos tostados. Como los macrorrestos de tubérculos pueden ser difíciles de encontrar en la gran mayoría de los yacimientos arqueológicos en la región estudiada, un camino a seguir consiste en centrarse en los gránulos de almidón que se pueden encontrar en el material residual y que pueden sobrevivir en determinadas circunstancias.

Referências

BOYADJIAN, C. H. C. Análise e identificação de microvestígios vegetais de cálculo dentário para a reconstrução de dieta sambaqueira: estudo de caso de Jabuticabeira II, SC. 2012. **Tese** (Doutorado), Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRAMBILLA, L. R. T. Almidones modernos para referencia en la región de Çatalhöyük, Turquía. **Dissertação** (Mestrado), Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2010.

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição Policrômica amazônica. **Dédalo**, n. 27, p. 65-82, 1989.

BROTHWELL, D. Palaeodemography and earlier British populations. **World Archaeology**, 4(1), 75-87, 1972.

BROTHWELL, Y. **Digging up bones the excavation, treatment and study of human skeletal remains**. London; Oxford: British Museum; Oxford University Press, 1981.

FAUSTO, C. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. *In*: CUNHA, M. C. da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 381-396.

FELIPIM, A. P. O sistema agrícola guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP [doi:10.11606/D.11.2001.tde-04062002-085431]. 2001. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Ambientais), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2001.

GUASTALDI, A. C.; APARECIDA, A. H. Fosfatos de cálcio de interesse biológico: importância como biomateriais, propriedades e métodos de obtenção de recobrimentos. **Química Nova**, São Paulo, p. 1352-1358, 2010.

HARDY, K. 'Tools were made to be used: use-wear analysis, residues and ethnoarchaeology as a means to determine use. *In*: BOND, C. J. (ed.). **Lithic Technology, Manufacture and Replication: Studies Reconsidered**. London: British Archaeological Reports International series, 2011.

HENRY, A. G., PIPERNO, D. R. Using plant microfossils from dental calculus to recover human diet: a case study from Tell al-Raqā'i, Syria. **Journal of Archaeological Science**, 35(7), 1943-1950, 2008.

KASHIMOTO, E. M. *et al.* Exposição da arqueologia guarani do baixo rio Ivinhema, Brasil: correlações entre patrimônio cultural e desenvolvimento local. **IV Jornadas Técnicas sobre conservación, exhibición y extensión educativa en museos: Resúmenes**. San Miguel de Tucumán, Facultad de Ciencias Naturales e I. M. L./Universidad Nacional de Tucumán/Red Jaguar, p. 28, 2005.

KASHIMOTO E. M.; MARTINS G. E. **Catálogo de Artefatos Cerâmicos Arqueológicos de Mato Grosso do Sul**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2019.

MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M. **12.000 anos: Arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul**. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul/Life, Campo Grande, 2012.

NOELLI, F.S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi, **Revista de Antropologia**, 39(2):7-53.1996.

OLIVEIRA, J. E. Da Pré-história à História Indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. **Tese** (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PEIXOTO, J. L. S. A Ocupação dos Povos Indígenas Pré-coloniais nos Grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense. **Tese** (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

REINHARD, K., CECCANTINI, G. Grânulos de amido e fitólitos em cálculos dentários humanos: contribuição ao estudo do modo de vida e subsistência de grupos sambaquianos do litoral sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 17, p. 191–210, 2007

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guaraní**. Terceira Edição. São Paulo: E.P.U./ EDUSP, 1974, 200 p.

SCHMITZ, P.I.; BECKER, B. Migrantes da Amazônia: a tradição tupiguarani. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Documentos**, 3, São Leopoldo, Insituto Anchietano de Pesquisas/ UNISINOS: 1990-1991.

SCHMITZ, P. I. *et al.* Aterros Indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. **Pesquisas**, n. 54, 1998, p. 1-271.

WESOLOWSKI, V. Cáries, desgaste, cálculos dentários e micro-resíduos da dieta entre grupos pré-históricos do litoral norte de Santa Catarina: É possível comer amido e não ter cárie? **Tese** (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

A TRADUÇÃO E O INTÉRPRETE DE LIBRAS: CONSIDERAÇÕES PARA UMA PEDAGOGIA SURDA

*Danilo Bantim Frambach
Pedro Barbosa Lima Neto*

Ao olharmos para a história dos surdos no mundo inteiro vemos que se trata de uma história de exclusão, de negação da sua própria existência. Um povo que mesmo não sendo mudo, não é ouvido, muito menos visto – ou seja, em boa parte não chega nem a ser percebido. Até mesmo Sacks reconhece em seu livro *Vendo Vozes*, que “nada sabia a respeito da situação dos surdos, nem imaginava que ela pudesse lançar luz sobre tantos domínios, sobretudo o domínio da língua” (SACKS, 2010, p. 9). Isto é, uma pessoa razoavelmente esclarecida, que até 1986 admite não ter conhecimento algum relacionado à surdez, sua história, sua língua, sua cultura.

Neste trabalho, é nossa intenção investigar uma das principais conquistas da comunidade surda para a educação de seus membros: a presença em sala dos TILS, isto é, o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. Para isso, apresentaremos não só os conceitos de tradução e interpretação, mas também analisaremos o papel da linguagem na formação humana e o lugar da importante reflexão filosófica sobre o *outro*. Sem esse apoio da filosofia, acreditamos ser muito difícil romper com a racionalidade vigente acerca da surdez, que atrapalha – quando não impede – tentativas mais concretas de realizar a formação desse grupo.

Iniciamos a nossa análise pela questão da tradução e da interpretação. A diferença básica entre os termos está no tempo do ato. Traduzir depende de um estudo do material, levantamento terminológico e uma análise das possibilidades de tradução; se trata de uma atividade assíncrona, pois é necessário um tempo de preparo. Já a interpretação, muitas vezes, é simultânea – enquanto um fala num idioma, o intérprete já faz a conversão para outra língua (QUADROS, 2019, p. 177)¹⁰.

Segundo Quadros, “há muitas pessoas que são fluentes na língua de sinais, mas não têm habilidades para serem intérpretes”, pois há “técnicas, estratégias e processos de tradução e interpretação”. O fato que devemos destacar logo de início é que “não é verdade que dominar a língua de sinais seja suficiente para a pessoa exercer a profissão

¹⁰ Não é estranho, no entanto, encontrar o termo intérprete referindo-se a uma pessoa que exerça as duas funções e vice-versa.

de intérprete de língua de sinais” pois se trata de “um profissional que deve ter qualificação específica para atuar como intérprete” (BRASIL, 2004, p. 30).

Ao mergulharmos no mundo da surdez é necessário olharmos para nós mesmos. É parte de nossa tradição definir os outros a partir do *mesmo*, isto é, a partir de um ideal já instituído de humanidade¹¹. Se identificamos como surdo aquele que não possui a experiência da audição, vale lembrar que os surdos podem também nos identificar a seu próprio modo: somos *ouvintes*. “A palavra ‘ouvinte’ se refere a todas as pessoas que *não* compartilham de experiências visuais como as pessoas surdas” (LIMA, 2015, p. 43 – destaque nosso).

No entanto, a nossa definição inicial de *surdo* é falha: ela parte de uma perspectiva muito comum na realidade surda que é o ouvintismo, ou audismo. Em linhas gerais, Skliar define o ouvintismo como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998a, p. 15 *apud* STROBEL, 2006, p. 246). Vale salientar, não obstante, que o ouvintismo está para além disso, diz respeito também sobre como a cultura ouvinte é hegemônica e etnocêntrica¹². A cultura ouvinte não é a única que se adequa nessa categorização, o mesmo pode ser dito do não-semita, do hétero, do branco, do homem. Muitas minorias podem ser lidas a partir do mesmo prisma que afeta a comunidade surda, e é nossa intenção elucidar um pouco esta questão. Como Luz mesmo já refere para nós:

A partir da leitura de 350 artigos e livros, Lane [1993 *apud* Souza, 1995:77] listou as características mais frequentemente atribuídas aos surdos e as comparou com os textos que falavam sobre outro grupo que também vivia em desvantagem social: os africanos. (LUZ, 2013, p. 116)

Luz então busca as próprias palavras de Lane, que ressalta:

[...] incríveis semelhanças entre as características atribuídas aos africanos pelos colonizadores europeus com aquelas usualmente assinaladas aos surdos, ou seja, que surdos e negros eram considerados semelhantes e inferiores nos planos [sic] social, cognitivo, comportamental e emocional (LANE, 1993 *apud* LUZ, 2013, p. 116).

O método que reconhecia a oralização como a forma mais “adequada” para educar surdos, e que já possuía certa supremacia mesmo antes de sua aprovação no Congresso

¹¹ Como expõe muito bem Ailton Krenak (2019), na obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, ao tratar dos “mais humanos” e dos “quase humanos” (especialmente nas páginas 29 a 34).

¹² A respeito desse tema alguns autores são fundamentais, como Skliar e Perlin, mas recomendamos o artigo de Martins e Klein, de 2012, como introdução ao assunto.

de Milão em 1880, começou a ser superado a partir de 1960. Foi nesta década que, dentre tantos estudos, se destaca a análise realizada por Stokoe, da ASL¹³, que estabeleceu as bases para o reconhecimento das línguas de sinais enquanto línguas, não mais mímica ou gesto e sim uma forma legítima de comunicação. Mesmo assim, o controverso método da oralização ainda é reproduzido por muitos.

A comunidade surda se empodera para exigir o seu espaço, a sua cultura e a sua língua. “Hoje o povo surdo identifica-se como ‘surdo’, que forma um grupo com as características linguísticas específicas, cognitivas e culturais, sendo considerado como diferença!” (STROBEL, 2006, p. 250). As conquistas já obtidas da comunidade surda não vieram sem muita luta e esforço. Por exemplo, o relato de Sacks sobre a Universidade Gallaudet nos Estados Unidos da América que “é a única faculdade de ciências humanas para surdos do mundo e, além disso, é o núcleo da comunidade surda – mas, em seus 124 anos, nunca teve um reitor surdo” (SACKS, 2010, p.106). Até mesmo em terras brasileiras, caso semelhante pode ser constatado na história da FENEIDA¹⁴, atual FENEIS¹⁵ – criada em 1977, era uma entidade composta apenas por pessoas ouvintes. Por essa razão, em 1983, a comunidade surda criou uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, buscando participação nas decisões da diretoria, o que lhes era negado “por não se acreditar na capacidade de que poderiam coordenar uma entidade”. Só em 1987, 10 anos após a criação da instituição, que a Comissão conquistou a presidência, aproveitando para mudar o nome da instituição, substituindo, inclusive, o “Deficientes Auditivos” por “Surdos” no nome da entidade (FENEIS *apud* LIMA, 2015, p. 54-55).

No âmbito educacional, “seria impossível atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola observando-se suas especificidades sem a presença de intérpretes de línguas de sinais” (BRASIL, 2004, p. 59). Não obstante, na sala de aula é importante termos em mente o papel de cada profissional. “O professor tem o papel fundamental associado ao ensino e, portanto, completamente inserido no processo interativo social, cultural e linguístico. O intérprete, por outro lado, é o mediador entre pessoas que não dominam a mesma língua”. É fundamental entendermos isso, para não acontecer um acúmulo de funções de um mesmo profissional, afinal “não é verdade que professores de surdos sejam necessariamente

¹³ American Sign Language - Língua de Sinais Americana.

¹⁴ Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos.

¹⁵ Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

intérpretes de língua de sinais. Na verdade, os professores são professores e os intérpretes são intérpretes. Cada profissional desempenha sua função e papel que se diferenciam imensamente” (BRASIL, 2004, p. 29-30), o que obviamente não exclui a necessária parceria entre as partes.

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em sala [...]. (BRASIL, 2004, p. 60)

A questão que se presentifica, denota, no caso do intérprete, que “se a ele fossem atribuídas as responsabilidades com o ensino, eles deveriam ser professores, além de serem intérpretes. E se estiverem assumindo a função de professores, porque estariam sendo contratados como intérpretes?” (BRASIL, 2004, p. 60-61).

De fato, ter presente em sala de aula um intérprete é uma grande conquista na educação de surdos, que por muito tempo ficou restrita à comunicação com o mundo ouvinte, ou à ler e escrever somente o necessário para logo mais ingressá-los no mundo do trabalho¹⁶. Mas devemos estar atentos para que a tão sonhada inclusão não seja uma “forçada *‘adaptação’*”, pois um erro muito comum, dada a falta de experiência prática com alunos surdos é “colocar os referidos sujeitos no mesmo patamar dos deficientes visuais, deficientes mentais e outros, sem se dar conta que os sujeitos surdos possuem uma identidade linguística e cultural que os diferencia [...]” (STROBEL, 2006, p. 251-252).

Entender a mera presença do intérprete como a solução do problema, visto que ele “traduziria” para o aluno surdo tudo que está sendo dito pelo professor, ignorando completamente o resto da sala (afinal, quem seria capaz de traduzir, simultaneamente, trinta ou quarenta pessoas?), só é possível na medida em que também ignoramos outros aspectos da própria linguagem, e conseqüentemente, limitamos a própria tarefa da formação. Assim, em um desvio cognitivista, valorizou-se na linguagem apenas as suas funções comunicativa e representativa, ou seja, a comunicação das ideias do nosso pensamento e de signos que representam coisas já determinadas.

¹⁶ Como já é amplamente discutido por Rocha (2009).

De fato, no que se refere à formação humana, a linguagem está sempre presente, não apenas como algo central para as pesquisas, mas também como aquilo que determina as possibilidades e os limites de nosso pensamento. Como, então, ignorar a identidade linguística dos sujeitos surdos? Como já lembrava George Berkeley, a linguagem não se resume a uma simples relação gramatical, que tenta traduzir o mundo pelas palavras:

[...] a comunicação de ideias designadas por palavras não é a principal nem a única finalidade da linguagem, como comumente se supõe. Existem outras finalidades, como a de despertar uma paixão, incitar ou dissuadir uma ação, colocar a mente numa disposição particular. Nesses casos, a comunicação de ideias é simplesmente subordinada e algumas vezes inteiramente omitida quando essas finalidades podem ser alcançadas sem ela [...]. (BERKELEY, 2010, §20, p. 51-52)

Berkeley não foi único, em sua época, a fazer tal crítica. Com efeito, em meio ao momento do iluminismo e da valorização exacerbada de uma razão mecanicista e matemática, Jean-Jacques Rousseau também irá denunciar a tendência, muito presente em seu tempo, que busca encontrar uma espécie de “língua pura”, universal, da qual todas as outras seriam derivadas:

À utopia da gramática – quer dizer, a uma concepção da linguagem que ignora todo lugar, geográfico ou histórico [...] a linguística de Rousseau opõe uma topologia que procura sobretudo as diferenças de lugar, no espaço e no tempo, mas também no interior de uma mesma sociedade. (ROUSSEAU *apud* PRADO JR., 2003, p.80, *apud* VALLE, 2011, p.63)

O momento das Luzes é muito particular na história humana, e foi marcado pela tendência de se universalizar não só a linguagem, mas todos os aspectos da vida humana sob a égide da razão. Não há necessidade de se pensar a diferença, já que todos os humanos são iguais. No entanto, esta bela afirmação não demora a se revelar como falácia, tendo tantos filósofos retratado seus preconceitos em suas obras, e revelando que a igualdade possui um modelo ideal: o homem europeu¹⁷. À primeira vista, o século XIX começa a revelar uma mudança relevante para o pensamento moderno. É a partir daí que a filosofia colocará o “outro” como possibilidade para o pensamento, e passou a admitir que existiam identidades diferentes:

¹⁷ Temos um forte exemplo disso justamente na obra pedagógica de Kant (1999, p.13), quando o autor deixa isso claro: “[...] pode-se ver que os selvagens jamais se habituam a viver como os europeus, ainda que permaneçam por muito tempo a seu serviço. O que neles não deriva, como opinam Rousseau e outros, de uma nobre tendência à liberdade, mas de uma certa rudeza, uma vez que o animal ainda não desenvolveu a humanidade em si mesmo numa certa medida”.

Haviam, portanto, diferenças empíricas a serem respeitadas: todo o mundo não era igual, e cabia dar mais atenção aos outros e suas diversidades. Mas o modelo fundamental do ser humano permanecia o mesmo: uno, único, solitário e, historicamente, masculino – o do homem ocidental adulto, racional, competente. As diversidades observadas eram, pois, pensadas e vividas de maneira hierárquica, o *múltiplo* sempre submetido ao *uno*. Os outros não eram senão cópias da ideia de homem, ideia potencialmente perfeita que todas as cópias mais ou menos imperfeitas deveriam esforçar-se por igualar. Estas cópias imperfeitas não eram, aliás, definidas a partir delas mesmas, de uma subjetividade diferente, portanto, mas a partir da subjetividade ideal e em função do que lhes faltava em relação a ela: idade, sexo, raça, cultura etc. O modelo do sujeito permanecia único e os “outros” representavam exemplos menos bons, hierarquizados em relação ao sujeito único. (IRIGARAY, 2002, p.1-2)

A análise de Irigaray, apesar de ser focada na questão do feminismo, nos parece fundamental para pensarmos o lugar da tradução e do intérprete, e acreditamos não cometer nenhum tipo de injustiça com o pensamento da autora ao realizarmos tal ligação. Dessa maneira, mesmo colocando o *outro* como possibilidade, a tradição filosófica sempre buscou uma igualdade que é, em suma, um projeto para compreender, reduzir, suprimir, enfim, fazer o outro caber na lógica do *mesmo*. Tal tese encontra suporte no pressuposto de que as estruturas epistemológicas de significação elaboram o discurso que “produz” o surdo. Sendo assim, a surdez é produto de estruturas biológicas, mas também sociais, de linguagem, etc. elaboradas sob a lógica do sujeito único, idealizado. Portanto não faria sentido falarmos em igualdade, pois na realidade existiria apenas um único tipo de humano – o homem branco, dotado de todas as capacidades naturais da espécie:

[...] eu digo: “a questão do outro está mal colocada na tradição ocidental, o outro é sempre o outro do mesmo, o outro do próprio sujeito, e não um outro sujeito que lhe é irreduzível equivalente em dignidade”. Isto significa que ainda não houve de fato o outro para o sujeito filosófico e, mais geralmente, para o sujeito cultural e político, nesta tradição (IRIGARAY, 2002, p.2-3).

Em outras palavras, para Irigaray, a luta pela igualdade não pode envolver a recusa ou supressão da diferença. Em nome da igualdade, a filosofia, apesar de assumir e analisar a questão do outro, sempre o submeteu aos parâmetros do *mesmo*. Afinal, somos humanos por aquilo que temos em comum, não por aquilo que nos diferencia.

Em *Speculum*, o que interpreto e critico é como o sujeito filosófico, historicamente masculino, reduziu todo outro a uma relação com ele – complemento, projeção, inverso, instrumento, natureza... – reduziu-o ao interior de seu mundo, de seu horizonte. Tanto no caso do texto de

Freud quanto dos grandes sistemas filosóficos de nossa tradição, mostro como o outro é sempre o mesmo, e não um outro real. (IRIGARAY, 2002, p. 3-4)

A consequência desse movimento histórico da filosofia é a ausência de uma identidade própria de qualquer *outro* diferente do homem branco europeu, ouvinte. Isso implica que as mais diversas identidades e subjetividades precisam ser reconhecidas como irreduzíveis ao outro. Sendo assim, seria necessária uma inversão que passasse a reconhecer a existência do *dois*, noção a partir da qual é possível pensar as relações entre sujeitos no mundo. Em outras palavras, o reconhecimento da diferença em relação ao outro enquanto outro diferente e com o qual é possível estabelecer uma relação *sujeito-sujeito*, e não mais *sujeito-objeto*. Isso é de suma importância para pensarmos a formação humana e a pedagogia, que da mesma forma que a filosofia, transforma o *outro* em um *mesmo*. (IRIGARAY, 2002, p. 6)

Vemos isso na própria “educação inclusiva” e na importante Declaração de Salamanca, que ao equalizar as oportunidades para PCD¹⁸, parece reduzir toda a questão da formação destes indivíduos a apenas uma: “O que o professor, sem necessidades especiais, pode fazer para que seu aluno, com tais necessidades, entenda o conteúdo como os demais colegas?”; isto é, como transformar esse *outro* em um *igual*? No entanto, o próprio grupo genericamente chamado de PCD já possui, em si, inúmeras diferenças, cada uma exigindo uma reflexão própria. Não sendo exceção, a comunidade surda possui algumas características dignas de destaque. A primeira é que “Os surdos não vêem a surdez como problema, pois se sentem culturalmente assim e reafirmam que têm sua língua, cultura, identidade” (MARTINS, KLEIN, 2012, p. 8), ou seja, sua surdez não é para eles uma deficiência, apenas os caracterizaria como uma minoria linguística; partindo disto, chegamos então a uma segunda característica que está para além da escolha da língua de ensino.

Eu já sabia o que eu não deveria fazer com surdos. Isso eu já tinha consciência, porque você vê professores de surdos que acham: “Ah, eu tenho Libras e eu vou usar a língua de sinais para ensinar o Português normalmente”. E quando você vê a prática, *é como se eles estivessem dando aula para ouvintes*. Eu vejo isso em vários lugares. (professora Jéssica Andrade *apud* LIMA, 2015, p. 50 – destaque nosso.)

¹⁸ Pessoa com Deficiência.

A língua de sinais é uma língua, sobre isso não restam dúvidas, mas a sua modalidade é bem distinta das línguas que estamos acostumados. Enquanto o português, por exemplo, é uma língua oral-auditiva, na qual até mesmo a escrita depende dos sons (consciência fonológica) para fazer sentido, as LS¹⁹ são visuo-espaciais, seu órgão articulador é o corpo, principalmente as mãos, e os olhos o órgão receptor. Não é de se espantar que sua lógica seja diferente da de uma língua oral: sua estrutura e a sua gramática dependem de uma compreensão específica que pode nos ajudar a entender o porquê do majoritário fracasso escolar de alunos surdos.

Também é importante compreendermos que por se tratar de uma distinção linguística, as mesmas problemáticas que envolvem a interpretação de uma língua oral para outra língua oral, também ocorre com uma LS. Isto é, os intérpretes ainda estão sujeitos a problemas na tradução, como a perda e a distorção da informação. Tal fato é constatado por Quadros quanto a interpretação feita durante aulas universitárias. Isso se deveria a uma “carência de profissionais intérpretes devidamente qualificados” (BRASIL, 2004, p. 64), mas não se reduz a isso. Acontece que “a medida em que [sic] o tempo passa, se perde qualidade na interpretação. Os erros nas escolhas lexicais, os erros nas decisões quanto ao significado são progressivamente muito maiores após a primeira hora de interpretação simultânea” (BRASIL, 2004, p. 70).

Vemos até aqui alguns problemas: agrega-se ao acúmulo de funções que muitas vezes recai sobre o TILS, também a carência de profissionais devidamente qualificados, onerando ainda mais os que já estão presentes em sala. “Os surdos agradecem o fato de terem intérpretes, mas sofrem com a qualidade da interpretação tendo, muitas vezes, o seu processo de aprendizagem prejudicado” (BRASIL, 2004, p. 65). O papel do intérprete em sala de aula é importantíssimo, não negamos, mas a inclusão escolar não pode se limitar a isto.

Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. (BRASIL, 2004, p. 61)

Por melhor tradutor que possa ser, “o domínio das línguas não garante a qualidade da interpretação” (BRASIL, 2004, p. 72), e é preciso salientar que o TILS ainda está

¹⁹ Língua de Sinais.

introduzido numa lógica ouvintista devido ao fato da aula ser ministrada em português, com todo o arcabouço argumentativo de uma língua oral.

Ainda em 2006, Strobel nos diz:

[...] o ideal sobre a inclusão nas escolas de ouvintes, é que as mesmas se preparem para dar aos alunos surdos os conteúdos pela língua de sinais, através de recursos visuais, tais como figuras, língua portuguesa escrita e leitura, a fim de desenvolver nos alunos a memória visual e o hábito de leitura; que recebam apoio de professor especialista conhecedor de língua de sinais *e enfim, proporcionando intérpretes de língua de sinais*, para maior acompanhamento das aulas. Outra possibilidade é contar com a ajuda de professores, instrutores e monitores surdos, que auxiliem o professor e trabalhem com a língua de sinais nas escolas (STROBEL, 2006, p. 252 – destaque nosso).

Vê-se que o papel do intérprete não pode ser o de protagonista da educação de surdos. Afinal, até mesmo “o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem de ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de intérpretes de língua de sinais” (BRASIL, 2004, p. 63). Apesar de o contexto no momento da publicação de Strobel ser o da escola inclusiva, a autora já defende acima todos os preceitos para uma educação bilíngue de surdos e já prevista no Decreto 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, mas até hoje de difícil implementação em nossas escolas.

Com a educação bilíngue os surdos aprenderiam primeiro a língua de sinais, sendo essa sua língua de instrução. Podendo então, após a aquisição de sua primeira língua, natural, aprender a língua oral local de forma instrumental, isto é, leitura e escrita. Mas o ônus de aprender dois idiomas não pode recair somente nos alunos surdos. Faz-se necessário que os ouvintes também aprendam, desde cedo, a língua de sinais da comunidade surda local. Na realidade, “todas as pessoas que atuam nessas escolas precisam saber as duas línguas” (QUADROS, 2019, p. 173). Pode parecer utópico ao leitor a proposta feita nessas poucas linhas. Trata-se de um árduo trabalho de implementação de inúmeras políticas públicas, pedagógicas e sociais.

Assim, como Rawls, dizemos que partimos de um realismo utópico

[...] no sentido de que retrata um mundo social alcançável que combina o direito político e a justiça para todos os povos liberais e decentes em uma Sociedade dos Povos. [...] Naturalmente, muitos diriam que não é possível e que os elementos utópicos podem ser um sério defeito na cultura política de uma sociedade (RAWLS, 2001, p. 7).

Rawls não inaugura essa maneira de pensar a filosofia política; Rousseau mesmo já abre seu *Contrato Social* falando que seu propósito é considerar os homens tais como são e as leis tais como poderiam ser (ROUSSEAU, 1996, p. 7). O salto dado por Rawls está em transformar este “poderiam ser” num “como deveriam ser”. Concordamos, é uma concepção política de justiça utópica, pois usamos “ideias, princípios e conceitos (morais) para especificar uma sociedade razoável e justa” (RAWLS, 2001, p. 18). Afinal:

[...] os limites do possível não são dados pelo existente pois podemos, em maior ou menor grau, mudar as instituições políticas e sociais e muito mais. Portanto, temos de nos valer da conjectura e da especulação, argumentando da melhor maneira possível no sentido de que o mundo social a que aspiramos é factível e pode existir efetivamente, se não agora, em um futuro sob circunstâncias mais felizes (RAWLS, 2001, p. 16).

Vale ressaltar que esse mundo a que aspiramos é de fato real, já existiu na história da humanidade e pode voltar a ser presente em nossa realidade. É o caso relatado por Sacks, de Martha's Vineyard; o fascínio do autor com a descoberta da ilha o fez correr para o carro munido apenas de uma escova de dente, um gravador e uma câmera (SACKS, 2010, p. 40).

A ilha é, portanto, testemunha legítima, ainda que rara, de uma surdez que não se transforma, através das práticas e dos olhares cotidianos, em uma marca demeritória para os que a apresentam. Na ilha, antes de serem tratados como surdos, os surdos tinham uma presença singular reconhecida, ou seja, eram tratados como uma alteridade respeitável e digna, pessoas com variados traços humanos (LUZ, 2013, p. 96).

É bem verdade que comunidades isoladas com alta incidência de surdez ainda existem. No Brasil, podemos ver um exemplo disso na tribo indígena Urubu-Kapoor no Pará e Maranhão, estando a sua língua de sinais, infelizmente, criticamente ameaçada de extinção. Podemos, ainda assim, manter viva e otimista nossa ‘utopia’ tendo em vista que “[...] se aconteceu, pode acontecer de novo! É uma possibilidade humana. Rara, sejamos sinceros, mas não impossível, e, por isso, digna de luta no aqui-e-agora. Mas sem romantismo. A partir de alguma situação, não apesar dela” (LUZ, 2013, p. 95).

Mas como romper com a lógica reducionista, que tenta sempre transformar o *outro* em uma instância do *mesmo*? Retomando Irigaray, que pensa esta questão, isso se daria pela maneira de falar das meninas, das adolescentes, das mulheres, em suma, em

sua predisposição para o reconhecimento de dois sujeitos. Isso porque a menina, desde o nascimento, encontra-se sempre em uma situação de relação possível a dois sujeitos.

A linguagem mais atenta ao outro é a linguagem da menina. Ela se dirige ao outro – em minha amostragem, sua mãe – pedindo-lhe seu acordo para uma atividade a ser realizada em conjunto: “Mamãe, quer jogar comigo?”, “Mamãe, posso te pentear?” Em tais enunciados, a menina respeita sempre a existência de dois sujeitos, cada um dos quais tendo direito à palavra. Além disto, o que ela propõe é uma atividade implicando os dois sujeitos. A menina poderia, neste ponto, servir de modelo para todos e todas[...]. (IRIGARAY, 2002, p.8)

O gosto pela intersubjetividade é o que nos interessa aqui, e é crucial para uma revolução que pode sustentar o reconhecimento de todas as formas de *outros*, inclusive a *surdez*. Abandoná-la em favor da relação sujeito-objeto, problemática e dificilmente superada pelo homem, seria uma enorme perda:

Realizar esta revolução, da passagem da afirmação de si como outro ao reconhecimento do homem como outro, representa também o gesto capaz de sustentar o conhecimento de todas as outras formas de outros, sem hierarquia, privilégio nem autoridade sobre eles: quer se trate de raças, idades, culturas, religiões. (IRIGARAY, 2002, p.11)

Colocar o intérprete na sala de aula é um passo essencial para este reconhecimento - de todas as formas de outros. Porém, Skliar atenta para não praticarmos o bilinguismo apenas como a “utilização das duas línguas dentro da educação de surdos” (SKLIAR *apud* LIMA, 2015, p. 80). Tal idéia é aprofundada também em Lima, que complementa:

Por isso, a educação bilíngue precisa ultrapassar as discussões acerca da estrutura pedagógica e esquemas metodológicos de ensino, se descentrar dos *imperativos curriculares ouvintes* e se centrar nas *especificidades linguísticas, cognitivas, comunitárias, de participação educativa e culturais dos surdos* (LIMA, 2015, p. 81 – destaque nosso).

Nos parece claro que, diante das exigências atuais, oriundas da luta por participação na vida democrática de grupos que dela foram historicamente excluídos (o movimento negro, LGBTQIA+, ameríndio, os próprios surdos, só para citar alguns exemplos), nosso pensamento herdado pouco teria a dizer. E isso, como diz Lélia Gonzalez ao falar especificamente da mulher negra, seu homem, filhos e irmãos, “Exatamente porque [a tradição] lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber” (GONZALEZ, 1984, p. 232).

Dessa forma:

Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores [...], temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar. Vamos encarar a realidade: a maioria de nós frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamento e experiência [...]. (HOOKS, 2013, p.51)

Assim, gostaríamos de encerrar este artigo, então, com um apelo. Já foi sancionada a Lei 4.909/2020 que propunha a inclusão da modalidade de educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases. É de suma importância não só para a comunidade surda, mas para todos os cidadãos brasileiros a sua execução. Devemos ter em mente que “os grandes males da história humana [...] decorrem da injustiça política, com suas crueldades e brutalidades”, mas “assim que as formas mais graves de injustiça política são eliminadas por políticas sociais justas [...] e instituições básicas justas, [...] esses grandes males acabarão por desaparecer” (RAWLS, 2001, pp. 7-8).

A Lei 4.909/2020 é uma chance de redenção de nossos hábitos ouvintistas / audistas. Os surdos diziam na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008: nada sobre nós, sem nós! Que possamos, finalmente, romper com o pensamento que nos faz ver no diferente um objeto, reconhecendo neles outros sujeitos, que não devem nada em dignidade e capacidades a qualquer outro. E que, assim, a voz dos surdos possa ser cada vez mais presente nas reflexões sobre a educação, especialmente naquela voltada para a sua comunidade.

Referências

- BERKELEY, G. Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano. *In: Obras filosóficas/George Berkeley*. Tradução, apresentação e notas J. Conte. – São Paulo: Ed. UNESP, 2010
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. Brasília: CORDE, 1997.
- BRASIL. **Decreto n.º 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 12 jun. 2021.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC;

SEESP, 2004. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em 20 jun 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de lei nº 4.909/2020**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8898907&ts=1623353002816&disposition=inline>>. Acesso em 12 jun. 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da Liberdade. Trad.: M. B. Cipolla. São Paulo, Martins Fontes, 2013.

IRIGARAY, L. A questão do outro. **Labrys – Estudos Feministas**, n. 1-2, julho/ dezembro 2002. Disponível em: <http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf> . Acesso em: 15/06/2021 às 10:15.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella, 2ª ed., Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, C. M. de. **Educação de surdos**: desafios para a prática e formação de professores. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

LUZ, R. D. **Cenas Surdas**: os surdos terão lugar no coração do mundo? São Paulo: Parábola, 2013.

MARTINS, F. C.; KLEIN, M. Estudos da contemporaneidade: sobre Ouvintismo/Audismo. *In. Anais da IX ANPED Sul – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 2012. Disponível em<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2951/676>>. Acesso em 7 junho 2021.

QUADROS, R. M. de. **Libras**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

RAWLS, J. **O direito dos povos**. Trad.: L. C. Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROCHA, S. M. Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). **Tese** (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

ROUSSEAU, J. **O contrato social**. Trad.: A. de P. Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STROBEL, K. L. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas, **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.245-254, jun. 2006.

VALLE, L. do. Linguagem e Formação Humana, **Revista Terceira Margem**, n. 25, p. 55-72, 2011.

A CIDADANIA NA REPÚBLICA DA PROPRIEDADE

*Danilo de Assis Rodrigues
Bruno Brandão Augusto*

Introdução

[...] O componente cívico supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência (SANTOS, 2007)

O presente ensaio tem como objetivo elencar alguns motivos que colocam em cheque a cidadania na era contemporânea, considerando os estudos de Milton Santos (2007), Michael Hardty e Antonio Negri (2016) e Boaventura de Sousa Santos (2020), propondo a análise de novos indicadores de resistência que se tornaram mais visíveis, após a pandemia COVID-19. A discussão sobre o real quadro de cidadania, vigiada ou mutilada, perpassa pela análise histórica do desenvolvimento do direito de propriedade e das leis de cunho econômico que influenciam as constituições dos Estados modernos.

Santos (2007) demonstra a sua ambição pela cidadania integral, dentro do contexto geográfico, analisando o acesso efetivo aos bens e serviços conforme uma distribuição hierárquica que considera, tanto o lugar socioeconômico quanto geográfico ocupado pelas pessoas. Ao trazer a análise da cidadania pelo viés geográfico, Santos expõe a questão da mobilidade ou do imobilismo no espaço como um grande indicador do componente cívico de uma população.

As enormes aglomerações urbanas que surgiram no terceiro mundo, em pleno século XXI, nos traz a emergência de refletirmos sobre o real espaço do cidadão. Neste contexto, Hardty e Negri (2016) denunciam a existência do poder atual, encarnado em propriedade e capital, embutido nas leis e plenamente apoiado por elas, onde a vida social passa a ser estruturada pelo viés da obediência econômica, gerando a chamada “República da Propriedade”, que determina e dita as condições de vida social em todas suas etapas.

Já Boaventura de Sousa Santos (2020) nos ajuda a concatenar as ideias dos autores supracitados, ao discutir que a pandemia de COVID-19 apenas evidenciou e acentuou problemas sociais que o hemisfério Sul vem sofrendo no decorrer da contemporaneidade. Isso demarca que a cidadania de grande parte da população a “sul da quarentena” se encontra mutilada, sendo agravada pelo silenciamento constante de suas demandas

econômicas mais imediatas, ou por sempre receberem vós daqueles que os dominam e reforçam as bases da diferença.

Por fim, com o surgimento da pandemia de COVID-19, essas estruturas foram abaladas e alguns indicadores de resistência, antes anunciados pelos autores, hoje se tornaram mais visíveis, apresentando a possibilidade de um novo modelo cívico que reconsidere a cultura, o território, o amor e a pobreza, representando o processo decisório interno imanente das multidões constituídas na era atual.

1.Cidadania mutilada

[...] É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá como ela é hoje, isto é, incompleta (SANTOS, 2007)

Segundo Santos (2007), o processo histórico recente e frequente de anulação dos direitos políticos e individuais dos cidadãos vem ocorrendo devido a necessidade dos países, principalmente os de terceiro mundo, como o caso brasileiro, de se estruturarem para anteder às “necessidades econômicas” vigentes do mercado. Neste contexto, tanto o modelo cívico quanto o modelo político foram instrumentais ao modelo econômico (SANTOS, 2007, p. 15). Uma consequência direta deste cenário foi o processo de comando, sem base filosófica, da vida social aos instrumentos e a sua utilização racional, supervalorizando a ciência da economia por meio da formulação teórica de práticas mercantis com diverso conteúdo moral.

Santos (2007) sugere que a única forma de dar conta dos fenômenos ligados à modernidade seria a adoção de uma perspectiva interdisciplinar presente nas concepções econômicas dos séculos XVII e XVIII, sendo bem diferentes das atuais, abraçando:

[...] em um mesmo esforço de compreensão, o homem, a natureza e os instrumentos de sua transformação, entre os quais se encontram fatores diversos, materiais e imateriais, analisados pelas diversas ciências sociais (SANTOS, 2007, p.17)

A defesa de um novo tipo de cidadania, pautada no respeito à cultura e pela busca da liberdade defendida pelo autor, esbarra em uma superestrutura orgânica, cultural e simbólica, que se apropriou nos últimos anos da vida social da maioria para garantir o direito à propriedade de uma minoria. Este assunto se torna ainda mais relevante e emergente nos contextos de pós pandemia evidenciado no mundo inteiro.

1.1.O espaço do cidadão

O simples ingresso do indivíduo na vida humana o faz ter o direito a uma “herança moral” composta por direitos inalienáveis e prerrogativas sociais. Segundo Santos (2007, p. 20) a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado, sendo aprendida e tendo o seu corpo e seus limites como situação social, jurídica e política.

A cidadania integral traz para o indivíduo a capacidade de exercer a sua liberdade, sendo uma conquista do homem em sua essência e um processo de metamorfose da sociedade civil em movimento. Entretanto, o início desta cadeia se dá pelo processo de institucionalização destes princípios através do regime adotado pelo Estado, pelos dispositivos legais criados e as prerrogativas pactuadas para o acesso e o direito de reclamá-la.

Eis o primeiro indicador a ser analisado: nem sempre, ao longo da história, Estado e sociedade civil coincidiram em suas perspectivas. Nas democracias modernas, Marshall (*apud* SANTOS, 2007, p. 20) aponta a existência de uma “tensão permanente” entre o princípio da igualdade (implícito na cidadania) e a desigualdade inerente ao Sistema Capitalista (sociedade de classes). Surge então a dialética da vida social, que considera o movimento e a interação dos dados institucionais, econômicos, culturais e individuais como interdependentes.

A dialética da vida social, inerente às democracias modernas, apresentará quadros mais propícios ao desenvolvimento da cidadania e quadros mais limitados ao contexto de cada país. Temos como prova destes movimentos a própria história das conquistas dos direitos individuais, coletivos e sociais nos séculos anteriores.

Voltando o contexto atual, onde observamos um grande processo de tensão entre o direito a propriedade e a cidadania, Santos (2007) apresenta outros dois indicadores importantes a serem analisados: a cultura e o território. No que se refere à cultura, indicador imaterial, o ponto a ser reconsiderado é a forma como o conceito de cidadão foi substituído pelo conceito de consumidor. A busca pela orientação do consumo, justificativa de necessidades supérfluas, direcionamento do comportamento social mediado pelo pragmatismo e materialismo, ocasionou um processo de subordinação do Estado, do trabalho, da vida material e subjetiva às finalidades econômicas. A visão do futuro, a partir da saúde econômica, passou a pautar as principais agendas internacionais

e as políticas públicas dos últimos anos, gerando o empobrecimento da moralidade internacional.

Este empobrecimento da moralidade internacional se expressou com mais firmeza nos países de terceiro mundo, atribuindo os imperativos do progresso relacionados às distorções na vida econômica e social da população, suprimindo os debates sobre os direitos dos cidadãos em todas as suas formas, limitando-o somente ao voto e impactando diretamente a cultura. (SANTOS, 2007)

Como contribuição do campo geográfico, o direito à propriedade e a cidadania perpassam pelo conceito de território, indicador material. Sua utilização, compartilhamento, exploração e organização impactam diretamente nas formas de inserção social e no exercício dos direitos.

[...] A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia [...] Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua economia e cultura. Ambos ter que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui dado ativo, devendo ser considerado um fator e não exclusivamente um reflexo da sociedade (SANTOS, 2007, p 18)

Analisar o território como um fator de cidadania e não como um reflexo social nos traz a importância de considerarmos o seu uso e gestão tendo como premissa a instrumentalização para que todos possam usufruir de bens e serviços indispensáveis, assim como garantir a distribuição dos serviços públicos a todos, independente do lugar onde estejam.

1.2.A sul da quarentena

[...] As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas a pensar em uma classe média que é uma pequeníssima fração da população mundial. [...] Morrer de vírus ou de fome, eis a opção (SANTOS, 2020, p. 17).

O ensaio do português Boaventura de Sousa Santos (2020), tendo como objeto os reflexos da pandemia de COVID-19, trouxe para o foco da discussão elementos que se tornaram mais visíveis com a pandemia, mas que já faziam parte do contexto econômico atual, tendo como referência direta a relação entre a cidadania e o direito de propriedade. Ao questionar a forma como o processo internacional de quarentena ocorreu, indiscriminadamente e sem considerar as questões sociais, Santos (2020) aponta o seu caráter discriminatório, que expôs as chagas de uma cidadania mutilada.

A metáfora “sul da quarentena” se refere aqueles grupos sociais que já se encontravam em situação de especial vulnerabilidade antes da pandemia. A metáfora do sofrimento injusto causado pela exploração capitalista, e até certo ponto “invisíveis”, como o próprio autor se refere.

As mulheres, que possuem a dupla função do cuidar, segundo o autor, principais representantes dos quadros da saúde e da assistência social, tendo que continuar com os cuidados na família, sendo as principais vítimas de violência doméstica durante o processo de confinamento. Os trabalhadores precários informais e autônomos, que já são vítimas das reformas econômicas, perderam os seus empregos ou renda imediata. Santos (2020) cita como exemplo a Índia, com aproximadamente 70% dos trabalhadores atuando na economia informal.

Os moradores de rua, de comunidade e das periferias das grandes cidades, que segundo o autor, vivem sem o direito de usufruir dela, expondo a grande parcela da população sem cidadania. Santos (2020) questiona se essa população já não vivia uma “quarentena social”, e como obrigar uma população a fazer auto-isolamento em um contexto permanente de hétero-isolamento imposto pelo Estado?

A lista daqueles que se encontram “ao sul” da sociedade é grande. Refugiados, deficientes, presos, idosos entre outros, mostraram para o planeta a emergência de se discutir sobre cidadania, rever o espaço e nossas relações culturais em um contexto ecológico, expondo as rachaduras da “República da propriedade”, que iremos discutir na parte dois deste ensaio.

2.A República da propriedade

[...] A liberdade e a propriedade são tão opostas quanto o fogo e a água, não podendo permanecer juntas (HARDTY; NEGRI, 2016, p. 35).

Hardty e Negri (2016) analisam o cenário político atual apontando o esgotamento da polarização aparentemente exclusiva entre o privado e o público, correspondente a uma polarização política igualmente perniciosa entre capitalismo e socialismo. Os autores sugerem um “*corte transversal*” nestas alternativas, abrindo um novo espaço para a

análise política, e defendem um projeto político de constituição do comum, considerando o que eles chamam de “cerne da produção biolítica²⁰”: a produção da subjetividade.

Neste contexto, é de suma importância analisar os processos de surgimento das democracias modernas, e suas respectivas Constituições Federais que engendram o cenário atual mediado pela ciência da economia e pelo poder encarnado pela “república da propriedade”, que para Hardty e Negri (2016, p. 15) alimentam os novos fascismos que são eclipsados ou encobertos pelos processos constitucionais e jurídicos pautados na constante pressão do lucro.

A tese da “República da Propriedade”, construída historicamente (HARDTY; NEGRI, 2016), tem como premissa as relações entre soberania, lei e capital, permeadas por um poder instituído através de um pensamento jurídico que considera a lei como uma estrutura transcendental, e a propriedade como reguladora do Estado Constitucional. Esta República dita as condições de possibilidades da vida social em todas as suas etapas, determinando, por um lado, a inviolabilidade dos direitos da propriedade privada; e pelo outro a exclusão e subordinação dos destituídos destes direitos.

Podemos observar o reflexo desta tese no processo de formulação das Constituições dos países modernos, principalmente na forma de cambiar os princípios da liberdade social e cercear os espaços de exercício da cidadania na era contemporânea.

2.1.Liberdade e propriedade

O Professor de História do Direito Ronaldo Leite Pedrosa explica algumas mudanças no processo de aplicação do Direito e das Leis com o advento da Modernidade. Ao destacar um dos pilares do Iluminismo Moderno, a liberdade, Pedrosa (2000) afirma que o exercício deste princípio teve o acompanhamento do surgimento da lei e da ordem.

[...] A liberdade era um bem que passou a ser enxergado, enaltecido e, na última fase, perseguido, até desaguar em movimentos que influenciaram todo o resto do mundo [...] (PEDROSA, 2000, p. 236)

As grandes revoluções (Industrial, Francesa e Americana) abriram espaço para o surgimento do novo cenário social: a Ordem Constitucional (população que exerce o seu

²⁰ Biopolítica: Condições e formas de vida, linguagens, movimentos e capacidade de inovação. Para Hardty e Negri (2016) significa a produção e reprodução da vida coletiva; para Foucault (2004), práticas disciplinares (natalidade, fluxos de migração, longevidade, pandemias) para governar os indivíduos (biopoderes locais).

direito à propriedade) x Estado de Direito (multidão dos desprovidos de propriedade). O caminho apresentado por Pedrosa (2000), relacionado à forma como o princípio de liberdade foi se transformando ao longo dos tempos – enxergado, enaltecido e perseguido – tem relação direta com o desenvolvimento jurídico destas sociedades e a influência da economia, igualmente com a inviolabilidade do direito à propriedade.

O caso francês traz como referência, o primeiro movimento desta concepção de liberdade, ao sobrepor os Direitos Reais (sobre a coisas) aos Direitos Dinâmicos (de cunho coletivo). O processo de resistência a Aristocracia da época não eliminou os princípios de segurança e inviolabilidade da propriedade, firmemente fixadas na mentalidade na sociedade. Através do Abade Emmanuel Joseph de Sieyès (1748-1836), e o desenvolvimento do Terceiro Estado (Poder Constituinte), a Constituição Francesa de 1791, que surge tendo influência direta da Declaração Dos Direitos do Homem (1789), cria o conceito de “Cidadania Ativa” para os juridicamente capazes de possuírem os direitos políticos (de votar e ser votado).

Hardty e Negri (2016) apresentam o conceito dos “sem-propriedade” ou a “cidadania passiva” daquela época, utilizando como referência o próprio Sieyès

[...] Uma imensa multidão de instrumentos bípedes, detentores apenas de suas mãos miseravelmente remuneradas e de alma sugada [...] (SIEYÉS *apud* HARDTY; NEGRI, 2016, p. 23)

Inicia-se a partir daí a consolidação de uma estrutura forte e vigente até os dias atuais, principalmente na construção das Constituições Federais dos países de terceiro mundo, que influenciou o desenvolvimento do poder constituinte atrelado ao direito de propriedade, cambiando a concepção de liberdade do espírito, subordinando-a à ordem jurídica e privando-a caso a mesma atente contra a primeira.

A Constituição Americana (1787), ao defender o Poder Constituinte Soberano, tem o direito à propriedade como o indicador essencial, sobrepondo-se aos demais direitos. Ao supervalorizar a cidadania americana, este documento transforma o princípio da liberdade de forma negativa, fazendo-a servir de anteparo à evolução dos conflitos inatos da natureza humana para uma guerra civil (PEDROSA, 2000, p. 260)

Ao colocar o princípio da liberdade supervalorizado na cidadania americana (somente para os nativos), o processo de “defesa dos direitos”, de forma individual e jurídica e não de forma Estatal e coletiva, atrelado aos bens materiais adquiridos, passou

a justificar, até os dias atuais, ações contra aqueles que não os possuem, naturalizando o processo de mutilamento da cidadania a ausência do Estado de Direito.

Ações como facilitar o processo de armamento da sociedade, individualizar e privatizar o acesso aos bens sociais e a globalização da meritocracia passaram a caracterizar o exercício da liberdade na era contemporânea.

O conceito de cidadania integral, pautada na liberdade existencial do indivíduo e na participação nos bens sociais, passa a ser mediada pela Ordem Constitucional (estrutura jurídica) e sufocada pelo imperativo da liberdade de posse (consumo), influenciando as agendas, debates, discussões, políticas públicas e manifestações contemporâneas.

Por fim, Santos (2020) afirma que a Pandemia COVID-19 gerou uma “fratura” entre a economia da saúde e a saúde pública, aumentando o processo de endividamento e austeridade econômica aos Estados, principalmente na sua capacidade agir garantindo a cidadania para a maioria dos cidadãos. O estado de choque gerado por este processo abriu brechas para discussão sobre o cenário de mutilamento social, dando visibilidade aos indicadores de resistência que já existiam e que agora ganharam força. A República da Propriedade, apesar de ainda dominante, não consegue controlar, de forma definitiva, a subjetividade imanente das diversas formas da produção de vida da multidão de excluídos deste sistema de exploração.

2.2.Cidadania e a constituição do comum

O poder instituído da República da Propriedade concentrado a poucos, impondo leis econômicas que naturalizam hierarquias e subordinações, apesar de ter como finalidade o controle da vida social e suas formas de subjetivação, apresenta uma relação dialética com o seu próprio público que é objeto da exploração: a multidão, grande massa de excluídos e desprovidos da cidadania plena e da propriedade. Essa relação é apontada por Hardty e Negri (2016) tendo uma via de mão dupla onde a necessidade de manter e controlar a maioria da população dentro do viés econômico gera, ao mesmo tempo, novas dinâmicas e disposições de produção de subjetividades imanentes do processo decisório que ocorre no interior dos grandes conglomerados urbanos.

Tendo como instrumentos as novas tecnologias de informação e comunicação, a reprodução do comum se torna atualmente o grande desafio a ser explorado e traduzido

em busca de um novo modelo civilizatório. Dois grandes indicadores são apresentados pelos autores como tentativa de acompanhar este movimento: o amor e a pobreza.

A pobreza, indicador material das formas de produção subjetiva daqueles que são desprovidos da cidadania e da propriedade, apesar de se manifestarem dentro do cenário de subordinação, estão perfeitamente dentro dos ritmos globais da produção biopolítica, engendrando culturas, formas de sobrevivência, relações econômicas e trabalhistas, se tornando um grande indicador de resistência ao modelo civilizatório imposto. “[...] Nosso desafio será encontrar maneiras de traduzir a produtividade e possibilidade do pobre em poder” (HARDTY; NEGRI, 2016, p. 12)

O amor, indicador imaterial, atualmente mediado pelo consumo como um meio de escapar à solidão do individualismo, conceituado de forma líquida e inconstante nas relações pós-modernas, onde procuramos uma parceria para combatermos o isolamento, para depois voltarmos ao isolamento da vida familiar privada do casal, enfrenta hoje uma das grandes resistências da subjetividade da multidão. O caldo subjetivo de orientações de gênero, expressões da sexualidade, identidades sexuais, relacionamentos sociais digitais e presenciais diversos, expõem um grande indicador de falência do modelo civilizatório atual.

Por fim, com o advento da pandemia COVID-19, especificamente no que se refere às consequências sociais dos problemas econômicos e da quarentena, estes indicadores se tornaram imperativos na reflexão sobre o futuro do século XXI pós-pandemia. Santos (2020, p. 30) afirma que a pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que se possa pensar em alternativas ao modo de viver, produzir, consumir e de conviver. Só com uma nova articulação entre os processos políticos, econômicos e civilizatórios, será possível recomeçar a pensar em uma nova sociedade.

3. Para não concluir

O presente ensaio atentou-se em apresentar a emergência de um novo modelo cívico a ser rediscutido, considerando a atual situação de grande mutilação da cidadania e intransigência do poder da propriedade sobre a vida das pessoas. Esta situação se agravou e se tornou insuportável com o advento da pandemia de COVID-19 de forma global. Entretanto, os autores estudados apresentam indicadores de resistência e reflexão, como o território e a pobreza no campo material, e a cultura e o amor no campo imaterial,

oferecendo um caminho, uma alternativa de análise a ser construída coletivamente por aqueles que entendem a necessidade de mudança.

A compreensão da dialética da vida social proposta por Santos (2007), o reconhecimento do poder decisório e de produção subjetiva da multidão, proposta por Hardty e Negri (2016), bem como a ideia de que a situação de vulnerabilidade social de uma grande parcela da sociedade global “a sul da quarentena” de Santos (2020), contribuem para auxiliar no processo inicial de questionamento e resistência à cidadania negada.

Independentemente dos caminhos, propostas e discussões encaminhadas, precisamos, urgentemente, reconhecer a necessidade de um futuro onde a biopolítica esteja integrada ao meio ambiente como um todo, propondo uma articulação que pressupõe uma virada epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta.

Referências

HARDTY, M.; NEGRI, A. **Bem estar comum**. RJ: Record, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 20 Ed. São Paulo: Graal, 2004.

PEDROSA, R. L. **Direito em História**. 3ª Ed. Nova Friburgo-RJ: Imagem Virtual, 2000.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A., 2020.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E O MAPEAMENTO SOCIAL NAS OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: OS PLANEJAMENTOS, A ORGANIZAÇÃO E O ENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE CIVIL EM DESENVOLVIMENTO (1840 – 1854)²¹

Gabriel de Azevedo Maraschin

1. Perspectiva geral sobre as Obras Públicas

[...] Quando há pouco tratei das Alfandegas vos disse, que duas portas abertas existiam nela para o extravio dos direitos de consumo e que convinha fecha-las quanto antes: o mesmo acontece na mesa de Diversas Rendas desta Corte, e que a não serem também quanto antes fechadas, o seu rendimento se tornara muito diminuto, como já se experimenta, e são elas: 1º o despacho do açúcar livre do Dízimo para o consumo; 2º as guias do café e do fumo de São Paulo e de Minas [...].

Já de muito e principalmente de 1829, o Governo luta com a arrecadação do dízimo do açúcar e do fumo das Províncias de Minas e S. Paulo e, são tantos os entraves, que ainda até hoje não está definitivamente resolvido o sistema de tal arrecadação. A Provisão de 5 de Junho de 1829 era a mais exequível [executável], porem foi revogada por outra de 5 de Novembro de 1832, que reviveu o antigo sistema de pagamento nas Províncias dando-se guias aos portadores; a continuar este sistema, estou que desaparecerá brevemente o rendimento do Dízimo do Café e do fumo do Rio de Janeiro, por quanto pagando estes gêneros aqui o dízimo de 8 e 9 por %, e naquelas Províncias o de 5%, a diferença do imposto desafia a especulação de se procurar com empenho aquelas guias, para serem despachadas como produção das ditas Províncias: os Coletores abusando, podem dar as guias que bem quiserem; e conseqüentemente a Fazenda se defraudando como se sabe, sem o Governo poder obstar pela opposição que encontra, de que sendo forçados os seus gêneros a pagar no ato da exportação segundo o Decreto de 16 de Abril de 1821, vem a serem sobrecarregados com o aumento do imposto; e parecendo essa resistência fundada na inteligência pretendida da Lei, entendi ser mais prudência apresentar-vos os embaraços que encontra para arrecadar esta renda, a fim de que me habiliteis com uma medida legislativa, que iguale o imposto, como já fizestes com o algodão, ou outro qualquer que ditar vossa sabedoria [...] (CLDIB, 1835, p. 96 – 98).

²¹ Este artigo é oriundo do Capítulo 2 da dissertação de Mestrado, intitulada *A Construção da Província: política fiscal e territorial na consolidação do Estado brasileiro, 1840 – 1850*, concluída em abril de 2016, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), realizada na linha Instituições, Poder e Ciências, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Eduardo Monteiro de Mesquita Marinho.

A análise feita pelo então Ministro da Fazenda, Manoel do Nascimento Castro e Silva, compõe a interessante relação que existe entre o processo de arrecadação tributária e as condições que geram o extravio dos gêneros de exportação que estão sujeitos à cobrança do Dízimo. Quando se reestabelece o sistema de fiscalização por guias sobre tais gêneros, em especial o café, nota-se o tom de pessimismo por parte do ministro sobre os problemas que esse modelo pode gerar para a contabilidade da arrecadação tributária, o que facilitaria o extravio desse produto.

A solução, aparentemente, estaria no aumento do imposto sobre as sacas guiadas, mas mesmo assim isso acarretaria prejuízos para a arrecadação provincial do Rio de Janeiro, devido ao seu imposto de 8% e 9%²² enquanto que o de 5% em Minas e São Paulo tornava mais vantajoso o trilhar das tropas nessas províncias. Um ano depois, o presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, inicia um processo de reformulação na arrecadação tributária fluminense, em especial sobre o Dízimo.

O mais curioso é que, mesmo com o alerta feito pelo Ministro da Fazenda em seu documento acima citado, o sistema de guias não foi modificado, mas sim aperfeiçoado. Nota-se que o cerne da questão não estava no fato de o café ser guiado em sacas, mas sim no método de fiscalização sobre esse sistema, que não era acompanhado pela estrutura que existia nas instituições responsáveis pela coleta de tributos, o que as tornava precárias.

Não se havia com muita clareza, na prática do fisco, a diferença entre determinados impostos como parte da receita provincial ou geral, além de a coleta do valor bruto estar encarregada nas mãos da Tesouraria Provincial, que repassava os impostos gerais para a Mesa de Diversas Rendas, na Corte. Havia confusão de valores, onde a coleta de impostos provinciais também ia para a Mesa e, ali mesmo, misturava-se o que era despesa do Município Neutro e o que era despesa provincial.

Nas casas de coletoria, a contabilidade das sacas de café que vinham pelo comércio de cabotagem era falha e fraudada, facilitando a entrada de cafés que passaram por barreiras e pedágios mais baratos. Na divisa provincial, a falta de estradas adequadas e a grande quantidade de picadas e trilhas informais feitas pelos tropeiros nos caminhos entre

²² Essa diferença do valor está relacionada com o caminho que o café realizava pela área no Vale do Paraíba e nosul de Minas com destino ao porto de Estrela, passando pela serra de mesmo nome. Sendo assim, o imposto cobrado na região acima da serra era de 9%, enquanto que o valor da região abaixo era de 8%.

municípios de São Paulo e Rio de Janeiro estimula o desenvolvimento de áreas comerciais não fiscalizadas, por onde passavam o valioso gênero de exportação.

Na entrada do Vale do Paraíba, em especial por Resende e ao longo da divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, principalmente nos caminhos que chegavam aos portos presentes na Comarca de Magé, a ausência de barreiras e pedágios adequados dificultava a chegada do café. Os funcionários, por sua vez, mal remunerados e sujeitos à distanciamos postos de guarda e fiscalização, longe de suas famílias e com dificuldades de se comunicarem com seus respectivos responsáveis, debandavam de suas responsabilidades ou se sujeitavam à corrupção sobre o fisco, enquanto que os cidadãos não viam vantagens em dedicarem sua força de trabalho para o controle das barreiras, casas de coletoria e pedágios.

Sendo assim, a questão do combate ao extravio e o controle sobre o gênero a partir de guias era uma questão estrutural. A economia fluminense havia mudado, a composição das classes dominantes contava com novos grupos econômicos, a presença do Império do Brasil no desenvolvimento de uma economia global estava iniciando um processo de inserção que fortalecia economicamente e ideologicamente os novos proprietários de terras e escravos que estavam surgindo. A classe senhorial, suas filosofias, objetivos e metas contavam com novas percepções, desenvolvendo novas perspectivas, interferindo diretamente na construção de novas regras de conduta envolvendo homens livres e pobres e escravos.

Em suma, o modo de produção atingiu novo patamar, estava se modificando e precisava ser organizado, precisava ser racionalizado. Em março de 1840, o *Jornal do Commercio* solta coluna a respeito do relatório do presidente de província do Rio de Janeiro, relatando que:

O relatório enumera ao depois as dificuldades que sofrem a cobrança do que à província é devido. Além das causas gerais que obstem a todas as cobranças públicas, e que desde que o benemérito ex. ministro Sr. Calmon propôs a restauração dos juizes privativos da fazenda, são de todos conhecidos, outras há particulares que o presidente determina e aponta, senda a principal o estado da tesouraria da província, e por isso insiste ele em que se crie uma estação provincial que cuide exclusivamente da arrecadação e fiscalização da província, exerça ativa e incessante inspeção sobre as coletorias, e traga em dia a tomada de suas contas e as dos encarregados das obras públicas (*Jornal do Commercio*, 1840, p. 3).

Em torno das investigações sobre a composição da tributação fluminense, se

tornou perceptível que junto da infraestrutura exigida para o aperfeiçoamento da fiscalização estava presente necessidade maior: a organização institucional do Estado imperial. Dessa forma, investigar o fisco de nada adiantaria se não estiver atrelado na ideia de que a arrecadação tributária é aplicada na construção da infraestrutura provincial no momento histórico exato de sua respectiva classe dominante.

Também é preciso ressaltar que, ao pensarmos na economia cafeeira, muitas vezes nos enganamos, achando que todas mobilizações socioeconômicas estão voltadas para defender tal gênero. Muito pelo contrário, o café é um produto que ainda está em desenvolvimento na economia brasileira em um momento propriamente novo, vinculado à novas exigências internacionais e baseado em novas articulações políticas internas.

Analisando a Tabela I²³ abaixo, sobre a arrecadação do dízimo do café, podemos perceber que o total de arrecadação do dízimo desse produto é responsável em mais de 50% pela arrecadação tributária total da província.

Tabela I: Proporção do Dízimo do café com a arrecadação provincial			
Ano	Total arrecadado	Quota do café	Porcentagem
1840-1841	672:973\$525	520:830\$957	77,40%
1841-1842	781:489\$803	567:892\$571	72,60%
1842-1843	911:732\$515	533:923\$482	58,50%
1843-1844	934:167\$369	538:387\$812	57,60%
1844-1845	899:811\$218	531:066\$900	59%
1845-1846	1.040:238\$624	651:937\$182	62,70%
1846-1847	1.157:987\$798	656:615\$711	56,70%
1847-1848	1.191:130\$500	760:542\$461	63,80%
1848-1849	1.168:239\$343	649:489\$030	55,50%
1850-1851	1.684:301\$643	989:054\$133	58,70%
1852-1853	1:724:071\$442	1:022:877\$845	59,30%
1853-1854	1:746:037\$100	983:387\$449	56,30%
1854-1855	2:019:301\$670	1:233:599\$219	61%
1855-1856	2:256:910\$393	1:459:492\$000	64,60%

O dinheiro arrecadado pela exportação do café era em boa parte utilizado para a construção da infraestrutura provincial. Sendo assim, era de crucial importância para os

²³ Essa tabela é uma síntese da que está presente como Anexo III e que foi objeto de estudo para a conclusão do curso de graduação na UFF, em 01/2013. Quanto a esta, seu reaproveitamento e adaptação para a dissertação é essencial para a compreensão do desenvolvimento do recolhimento tributário em parte do recorte cronológico.

conservadores e seus líderes saquaremas utilizarem essas avultadas somas para os investimentos em vias de comunicação, pois garantia a construção da infraestrutura como formade reinvestimento nos negócios cafeeiros.

Traçando um paralelo entre essa pequena tabela e a que está presente no Anexo III, é de se perceber que, mesmo mantendo-se acima dos 50% de média sobre a arrecadação total da província, o café vem teoricamente perdido espaço para determinados outros produtos. Digamos teoricamente, pois o que ocorre é o avanço de outros tributos presentes nos diversos ramos provinciais, quer dizer, impostos que são arrecadados com base na comercialização interna, acúmulo de propriedades e urbanização, todos esses sendo fatores de crescimento conforme as estradas foram sendo desenvolvidas e foram conectando novos mercados dentro da província fluminense.

A identificação da linha do pensamento ideológico por meio de discursos feitos nos documentos oficiais do Império do Brasil nos proporciona uma interessante dimensão sobre como os conservadores e sua fração saquarema enxergavam a ordem da sociedade e do mundo. Nesse sentido, essa fração política, dentro do que a historiografia sobre Segundo Reinado nos mostra, assumiu uma função dirigente, se destacando em momentos de grande correlação de forças e conseguindo diversas conquistas políticas fundamentais para seu projeto de Estado e nação desde o período do Regresso até meados de 1860.

Portanto, para além de quadros políticos em construção de uma ideologia, também estamos analisando indivíduos que estão inseridos em um *modus operandi* que se aprofunda pela prática política aplicada:

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência política e da história é a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filosofia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento. (GRAMSCI, 2007, p. 56)

Essa citação promove ao leitor – e com muita clareza – que o desenvolvimento da administração nacional segue em duas linhas diretamente conectadas. A primeira está na “formulação lógica”, ou seja, na construção de uma linha de pensamento que venha a

convergir diversos posicionamentos inseridos em uma visão de mundo para dentro de uma ideologia que as contemple. A segunda está nas “relações sociais historicamente determinadas”, locais historicamente construídos onde aquela lógica se formou, o campo histórico permeado de ações sociais que criam uma visão de mundo e praticam, dentro de seu próprio campo e em disputa com outros, a manutenção constante dessa lógica.

De forma mais clara, a ação política é executada a partir de uma lógica de pensamento que foi construída a partir das necessidades históricas de suas respectivas autorias que pertencem às determinadas frações de classes sociais. Sendo assim, a ação política conservadora, por meio da direção saquarema, buscava reproduzir a lógica da existência de uma sociedade escravista, patriarcal e centralizada perante um Estado forte e soberano.

Isso também ocorreu mediante as necessidades históricas que se construíram ao longo do século XIX e que tinha em seu seio a possibilidade de essa própria sociedade centralizada e homogeneizada perante a ordem escravista não ocorrer, o que abriria espaço para atuação de outros grupos, outros hábitos e outros campos. Assim, a atuação do partido conservador e de sua fração dirigente dentro do Rio de Janeiro, província central da política (Município Neutro) e da economia (café do Vale do Paraíba) imperiais, encontra na infraestrutura provincial as necessidades de atuação direta do Estado para as disputas por espaços de atuação e aprofundamento ideológico.

Importante frisar que a centralidade político-econômica marcada, respectivamente, pelo Município Neutro e pelo Vale do Paraíba ocorre de forma dialética. O diálogo constante entre essas duas localidades, intercalada pela atuação política saquarema, proporcionou o desenvolvimento de um eixo, ou seja, uma soma de interesses materiais, munida pela mútua contemplação ideológica, que resultou no desenvolvimento do método de atuação política, com base no direito administrativo.

Nesse ponto, a realização de obras públicas na província do Rio de Janeiro tem exposto ao longo dessa pesquisa que para além da organização da infraestrutura para facilitação de povoamento, transporte e escoamento de produção, elas também expõem projetos políticos. No relatório de presidente de província do Rio de Janeiro, ainda de 1840, possui uma peculiaridade apresentada pelo seu autor em observar as obras públicas como fator de construção da administração do país:

As nações entre as quais as obras públicas tem sido sujeitas a alguma regularidade e sistema tem fixado nas suas leis as regras que as devem

reger, as quais tanto mais necessárias e complicadas se vão tornando, quanto maior é o desenvolvimento e importância que tais obras vão tendo. Essas regras constituem uma das partes mais importantes da legislação administrativa.

[...]

A vós, snrs., toca o fundar e desenvolver o nosso direito administrativo, pelo que toca às obras públicas a cargo dos cofres provinciais, quer sejam feitas por administração, ou por arrematação, afim de que possam ser levadas a efeito com sistema, ordem, proveito e economia (RPP-RJ, 1840, p. 63).

A partir de toda essa citação, temos de prestar atenção para a ação política de Paulino em criar um método administrativo. Como vimos nos tópicos anteriores, as exigências das presentes leis sobre todo e qualquer espaço o qual o Estado presencie é constantemente reclamado por esse grupo conservador. O presidente da província do Rio de Janeiro de 1843, João Caldas Vianna, por sua vez, reitera a necessidade de se conduzir as obras públicas para dentro de uma ordem institucional.

Sendo eu, Senhores, da mesma opinião de um de meus ilustrados antecessores ao Relatório, com que abriu a Sessão de 1840 à cerca da Diretoria das Obras Públicas desta Província, chamo a vossa atenção para as considerações, que ele fez com tanta lucidez sobre a Diretoria, e especialmente sobre os princípios luminosos, que desenvolveu sobre as obras públicas como bases a adotar para formar o corpo do nosso Direito Administrativo (RPP – RJ, 1843, p. 22).

Dessa forma, é de se deduzir que as ações de construções e melhoramentos da infraestrutura da província sejam também campo de intensas formulações ideológicas, servindo de palco para a ação política dentro da realidade concreta sobre a ordem econômica e política dentro da província do Rio de Janeiro.

2.A institucionalização das obras públicas e a função dos engenheiros

Ao pensarmos em um Estado, principalmente aos moldes ocidentais, analisamos um conjunto de instituições que diretamente afetam o cotidiano da sociedade, estruturando as relações de trabalho e de produção de cultura dentro de uma ordem específica que está diretamente ligada aos interesses das classes dominantes. Dentro dessas instituições estão maiores destaques no corpo militar, policial, jurídico e no sistema educacional.

Seja por um processo histórico de lutas sociais ao longo do século XIX que foi mais atencioso com essas estruturas, seja por essas instituições estarem em maior evidência na modulação direta da sociedade no status quo, outros fatores que também

servem de análise para compreender as articulações políticas das classes proprietárias nos espaços de dominação passam despercebidas. Como pudemos ver nas tabelas acima, obras públicas e construção de infraestrutura dependem de grande quantidade de capital, que precisa ser acumulado perante a produção e gasto de acordo com os projetos políticos em vigor.

Isso significa que o desenvolvimento, ou melhoria, de determinada estrada, área comercial ou até mesmo divisa entre províncias e municípios dependia da importância que aquela região possuía para seus governantes no sentido de produção econômica e articulação política. Em suma, é preciso estar na consciência do presidente de província que essa área em específico é promissora para escoamento dos gêneros de exportação, ou para a circulação de mercadorias e que é preciso haver gente disponível para desenvolver uma relação de contribuintes entre proprietários de diversos níveis e o poder público.

Em suma, as Obras Públicas estão presentes nas relações de políticas públicas que visam a expandir o máximo possível a organização do modo de produção e a conscientização cultural que fazem parte da visão de mundo das camadas dominantes. Ao estudar determinados trabalhos que tratam do período histórico entre as décadas de 1830 e 1850 é possível analisar que esse momento está caracterizado pelo fortalecimento institucional brasileiro, onde a classe senhorial se encastela nos espaços de dominação pública e desenvolvem um caminho de dependência da sociedade civil, ainda em formação, com relação às estruturas estatais.

Segundo Paulino José Soares de Souza, já em virtude de seu título de Visconde do Uruguai e em momento de compreensão sobre o passado:

Sobre obras públicas ainda nos achamos no embrião da lei, hoje obsoleta, de 29 de Agosto de 1828, tempo de tirocínio e de inexperiência, anterior ao ato adicional. Divide as obras que tiverem por objeto promover a navegação de rios, abrir canais ou construir estradas, pontes, calçadas e aquedutos: 1º em pertencentes à Província e Capital do Império, e são essas promovidas pelo Ministro do Império; 2º em obras privativas de uma só Província e essas são promovidas pelo Presidente; 3º em obras que são do Termo de uma Cidade ou Vila, e essas são promovidas pelas respectivas Camarás Municipais. Tudo isso é muito vago para a prática, e deve ser desenvolvido e explicitado por lei geral, principalmente depois do ato adicional (SOUZA, 1865, p. 77-78, vol. 2).

Esse escrito, feito em 1865, já demonstra o quanto o manuseio institucional com as obras públicas demorou a se consolidar, passando por diversos experimentos

burocráticos que mostram o quanto os políticos ativos daqueles tempos buscavam deliberar um sentido mais complexo para suas execuções. Ao longo das fontes, é possível encontrar alguns posicionamentos dos presidentes de província que buscavam escrever em seus relatórios, na tentativa de ressaltar na Assembleia Legislativa Provincial, as constantes diferenças entre as obras e as instâncias públicas responsáveis pelas mesmas.

Entretanto, após o Ato Adicional e o fortalecimento dos poderes presidenciais, é possível perceber um processo de centralização sobre a administração das obras em torno das mãos dos presidentes, que contavam com um corpo de engenheiros, em sua maioria militares, que ilustravam um sistema mecânico de averiguação e execução de obras. Além disso, o próprio Ato Adicional em si busca determinar o funcionamento do sistema burocrático brasileiro enquanto um sistema institucional complexo, que venha a abranger o máximo de cidadãos ativos possíveis, refletindo em diversas instâncias políticas reformulações centralizadoras, tendo como exemplo as reformas tributária e judiciária, ambas orientadas pelo mesmo Paulino José Soares de Souza²⁴.

É nessa lógica que em 19 de dezembro de 1836 foi deliberada em Assembleia Provincial Legislativa os artigos necessários para a criação da chamada Diretoria de Obras Públicas, “vosso primeiro esforço em matéria tão grave” (RPP, 1844, p. 40). Nela, nos deparamos com mais um ponto comandado pelo presidente de província, sendo este responsável pela seleção dos engenheiros responsáveis para a composição desta Diretoria.

Artigo 2º: Esta Diretoria será composta de Engenheiros, e seus Membros serão nomeados pelo Presidente da Província dentre os Engenheiros Militares ou Civis, podendo também ser nomeados Estrangeiros, contanto que sejam pessoas de relevante merecimento por seus conhecimentos teóricos e práticos neste ramo de serviço [...]

Artigo 3º: O número dos Membros da Diretoria não excederá de cinco [...]. o Presidente será o de maior graduação, quer a Diretoria seja composta de Engenheiros Militares somente, quer de Militares e Civis, será porém nomeado anualmente pelo Presidente da Província, se forem todos Engenheiros Civis²⁵.

A partir daí vem toda uma série de funções encarregadas para a Diretoria, que devido a sua extensão merece ser enumeradas aqui de forma resumida: a) planejar todas as obras públicas, principalmente as estradas, canais e aquedutos; b) fiscalizar as condições dessas obras após suas conclusões, sendo responsáveis pelas suas devidas

²⁴ Sobre a reforma tributária, ver Maraschin (2014). Quanto à tributária, Pinto (2014).

²⁵ Aperj, notação 1089, Lei Nº 36, ano de 1836.

reformas e manutenções; c) garantir a produção dos veículos de transporte de acordo com as dimensões das estradas; d) mapear os pontos onde devem ser instaladas as barreiras tributárias, a partir do cálculo prévio da arrecadação a ser feita nos pontos estratégicos onde devem ficar as barreiras; e) garantir a devida fiscalização tributária nessas barreiras, estando sempre a par das decisões políticas a respeito dos impostos denominados próprios provinciais²⁶; f) organizarem um conjunto de estatísticas da província, abordando um censo populacional, além do cálculo específico do número de mercadorias que passam pelas estradas, assim como a quantidade de carros, bois e tropeiros; g) estarem conectados diretamente com as modernidades no método de organização e execução das obras oriundas da Europa; h) selecionar todos os operários que trabalham nas obras, sendo o diretor da respectiva obra responsável pelo pagamento do trabalho, admissão, demissão e registro dos vencimentos dos trabalhadores. Obviamente, todas essas funções estão em acordo com o mapeamento geográfico da província, que será dividida em sessões regionais para facilitar os trabalhos da Diretoria e as obras só poderão ser executadas e continuadas após o lançamento da Lei Orçamentária respectiva.

Importante é compreender que a função do engenheiro membro não se limita a sessão da província a qual está responsável e nem está fixo nela, mas sim em todo o seu território. Por lei, o engenheiro que está ao lado do presidente de província deve ter em sua profissão o manuseio sobre a totalidade territorial do Rio de Janeiro, sendo revezado pelo próprio presidente ou por sua própria vontade²⁷.

Retomando ao argumento de que a institucionalização das obras públicas se deu em forma de um processo longo, por mais elaborado e centralizado que as ações institucionais no início da década de 1840 fossem, a estrutura alinhada às exigências administrativas do Ato Adicional encontrava obstáculos severos, no que tange ao excesso de funções sobre os engenheiros membros e a carência de pessoal qualificado para os trabalhos os quais eram responsáveis. Diante disso, tem-se a compreensão de que esse primeiro esforço “também não podia [...] deixar de ressentir-se da falta de experiência, que só o tempo cria,

²⁶ Os *próprios provinciais* correspondem aos impostos provinciais especificamente do Rio de Janeiro, excluindo os dízimos do café, açúcar e miunças.

²⁷ Artigo 10º: A nomeação dos Engenheiros para cada uma das Sessões será feita pelo Presidente da Província, que se poderá se mover de uma para outras, quando afim a entenda convenientemente, e para que possa cada um adquirir inteiro conhecimento da Província. Poderá, contudo a Diretoria representar ao Presidente da Província sobre a conveniência de mandar de preferência para uma Sessão este ou aquele engenheiro, se se houverem de executar ali obras em cujo ramo esteja mais habilitado.

e ficou com lacunas que cumpre corrigir” (RPP, 1844, p. 40).

O presidente João Caldas Vianna, o primeiro presidente da década de 1840 a se mostrar favorável à estratégia adotada por Paulino Soares de Sousa, informa que a Diretoria chegou a um limite e que é preciso haver reforma. Seus pensamentos estão ancorados na Europa, analisando que a grande quantidade de funções que estão a cargo dos engenheiros membros os impede de se atualizarem dentro das exigências científicas.

Sintetizando essa afirmação, em oitos anos desde a criação da Diretoria de Obras Públicas, a realidade material da infraestrutura da província fluminense se transformou de tal forma que o presidente Manoel José de Souza França, em 1841, analisa que:

O número porem delas [estradas] tem sido ultimamente tão crescido, que nenhum demaior vulto se tem podido por isso acabar, como muito o exigia o melhoramento necessário das nossas estradas principalmente. A escassez das consignações por elas repartidas, demorando-lhes por insuficientes o divido progresso, e acabamento, tem constituído em verdadeiro fundo morto; quando, se foram atendidas de preferência com suficientes consignações aquelas Estradas, e Pontes que pela sua maior frequência de transito podiam constituir uma grande renda de portagem; já esse fundo morto se teria tornado produtivo de um juro correspondente aos lucros cessantes respectivos, e influído por outra parte grandemente sobre os movimentos sociais da nossa Agricultura, e Comercio até aqui entorpecidos em seu progressivo incremento pelas dificuldades do transito, que encarecem sobre maneira o custo dos transportes dos gêneros do sertão para a beira-mar [parênteses meus] (RPP, 1841, p. 23).

Em suma, a estratégia utilizada com a formação da Diretoria foi a de construção simultânea de diversas obras diferentes, com principais focos em estradas, pontes, canais e aquedutos (estes dois últimos concentrados no Município Neutro), matrizes eclesiásticas e cadeias em toda a província. Dialogando com João Caldas Vianna, esse acúmulo de obras necessariamente significa acúmulo de trabalho material para os engenheiros chefes das sessões, o que lhes impossibilita de realizar o trabalho intelectual, caracterizado pela função científica, tida pelo mesmo presidente como algo a se alcançar o infinito²⁸. Em continuidade com a primeira citação deste tópico, Paulino, em seu Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil, continua sua análise de

²⁸ Não concebo, Senhores, que haja inteligência tão vasta, que compreenda com perfeição e pericia todos os ramos que constituem a Ciência de Engenharia, e suas várias aplicações. Entretanto, o Chefe de Sessão e seus Ajudantes são forçados a ocupar-se de pontes e calçadas, de canalizações, de construções hidráulicas, de trabalhos hidrográficos e geodésicos, de arquitetura civil, de trabalhos de tão variada natureza foram necessários nessa Sessão. Na ilustrada Europa, onde se tem compreendido a necessidade de formar especialidades nos diversos ramos da Ciência, cujo limite é verdadeiramente o infinito, existem classificações que eu penso não de melhorar muito este ramo do serviço (RPP, 1844, p. 40).

conjuntura:

A legislação administrativa Francesa tem classificado com precisão prática e clareza, todos os meios de comunicação debaixo do nome geral de *voirie*, que se divide em grande e pequena. A *voirie* tem por objeto a administração das vias de comunicação afetadas às necessidades da circulação em toda a extensão do Império, a saber rios, canais, com seus caminhos de sirga e margens francas, as estradas imperiais e departamentais, as de ferro, os caminhos vicinais, e *communes*, as ruas e praças das Cidades e aldeias.

A legislação desce a cada uma dessas espécies e regula-a convenientemente. A competência, a responsabilidade e os deveres de cada autoridade estão marcados. Vide, além de outros, Dufour. Droit adm. Appliqué Tom 7º, Tit. 2º Chap. 27 Des travaux publics. Chap 28 de La voirie (SOUSA, 1865, p. 78).

Dessa forma, ao observarmos as constantes referências sobre o continente europeu, é possível encontrarmos para além do desejo de igualar o império aos países europeus, também nos depararmos com a constante ideia de a Europa ser a referência inalcançável de civilização. Não importa o quanto o modelo produtivo brasileiro esteja prosperando, a Europa está sempre à frente e nunca será possível a igualdade, pois é o berço da Ciência. O que se exige de uma referência não é igualdade, mas sim maior aproximação para que ela avance e supere seus níveis presentes de tecnologia, para sempre ser mantida em um patamar de referência. É preciso sempre haver no imaginário algo concreto como ideia de superior, para servir de meta para o progresso.

Nesse momento, a construção civil também faz parte do desenvolvimento da economia nacional, pois mistura a consolidação do mercado interno e do escoamento dos gêneros de exportação com a entrada de novas tecnologias e avanços nas ciências naturais. Não é à toa que a quantidade de funções as quais os chefes das sessões de obras públicas estão encarregados ostenta tão importantes economicamente quanto os próprios políticos em ato, revelando a possibilidade de o engenheiro chefe e membro da Diretoria das Obras Públicas ser um desdobramento do poder do presidente de província, ou uma instância específica do mesmo.

Entender que, para o bom funcionamento das obras e o aprimoramento da infraestrutura fluminense depende do contato direto do engenheiro com o mundo da ciência, é também demonstrar que a função social dele está diretamente atrelada ao desenvolvimento de sua intelectualidade. Ao observarmos o papel que este engenheiro tem ao lado do presidente de província, é de se admitir que a sua função política também se destaca, contribuindo para a construção da estrutura que venha a fortalecer a classe

senhorial. É a partir daí que podemos compreender o engenheiro enquanto um intelectual orgânico.

A atenção dentro do campo profissional em formação da engenharia civil esteve, durante a metade final do século XIX, estreitamente ligada à ação política das frações da classe dominante no segundo reinado e, com isso, a influência dos engenheiros junto aos dirigentes da nação foi aumentando consideravelmente. Mesmo diante das mudanças na formação social brasileira e da ascensão de novas frações ao poder, os engenheiros foram mantendo e ampliando suas esferas de influências. O conhecimento desses homens os habilitava a exercer funções em diferentes instâncias do poder. Perceberam a importância de atuar de forma mais decisiva no cenário político, mobilizando-se em prol de alternativas para questões específicas da profissão. Construíram sua base dentro do campo intelectual para que nele fossem definidas as regras para a formação necessária ao exercício da profissão e, também, as regras de atuação dentro do próprio campo (MARINHO, 2006, p. 68).

O historiador Pedro Eduardo Monteiro de Mesquita Marinho foca suas análises para o Instituto Politécnico Brasileiro, assim como outras instituições de acomodação social dos engenheiros, tais como a Escola de Engenharia e o Clube de Engenharia como campos de aperfeiçoamento das técnicas profissionais dos engenheiros, o que inclui a formação das intelectualidades. Apesar de essas instituições terem suas construções a partir da década de 1860, em um período histórico em que a sociedade brasileira atinge patamares mais complexos em suas relações político-sociais, é possível compreender que o papel dos engenheiros na construção da província do Rio de Janeiro nos anos de 1840 e 1850 serviu de acúmulo histórico que passou a exigir, poucas décadas mais tarde, novo nível organizacional, resultando nas instituições acima mencionadas.

Dessa maneira, estas “associações são analisadas como o lócus onde se operou uma mediação profissional e política entre seus agentes e os dirigentes imperiais, constituindo-se em relevantes esferas de negociação e representação” (Idem, ibidem, p. 56). Alinhando-se ao fato dessas associações estarem em conjunto com a ampliação no número de aparelhos privados de hegemonia que surgem em processo após 1860, mas tendo as décadas de 1840 e 1850 como o desenvolvimento, torna-se possível identificarmos que o local de “negociação e representação” por parte dos engenheiros encontrava-se no Estado em sua fase restrita.

E, assim como o próprio Estado, estão restritos, pois ainda não havia um aparelho privado de hegemonia que contemplasse exclusivamente os engenheiros até o início dos

anos de 1860 em diante. Dependentes do Estado administrativo, sua ação foi melhor valorizada nas instâncias governamentais. Adotando uma perspectiva ampla de classe social, ao observarmos os engenheiros como uma classe distinta, ou em formação, acabamos por deslocá-los do todo, sem compreender que a sua atuação, mesmo que ainda em fase restrita ao Estado, está diretamente ligada com o processo de hegemonia da classe senhorial. Dessa forma, seriam também os engenheiros pertencentes a essa classe, sendo eles apenas uma fração dominada da classe dominante.

Observá-los como agentes históricos que não estão ligados com o processo de distribuição da propriedade privada no Império do Brasil, logo com as disputas existentes na classe senhorial, é subordiná-los eternamente à condição de subalternos da burocracia e esta passaria a ser chamada pelo nome de classe, mas disfarçando análises que a trata por casta. Sob a leitura de Theo Lobarinhas Piñeiro, a ideia de classe senhorial não é algo estanque, mas sim amplo e dinâmico, pois amarra diversos segmentos sociais que se relacionam a favor do acúmulo da propriedade privada.

Dentro da realidade concreta do Brasil Império, essa propriedade se manifesta a partir do acúmulo de capital via agro exportação com base na mão de obra escrava. Então, a classe senhorial não é o somatório de proprietários de terras e escravos com seus respectivos financiadores, os negociantes, mas sim as alianças existentes entre todos aqueles grupos sociais, dos mais pobres aos mais enriquecidos, que corroboram com a produção brasileira com base na grande propriedade e na escravidão.

Deste modo, penso que é preciso compreender que a aliança (entre frações de classe) que deu base à construção do Império foi formada entre classes de extração social distinta. E mais, ao falar-se de uma aliança entre Negociantes e Proprietários de terras e escravos, deve-se ter claro o que está se significando por tais termos, que não são meras denominações. Antes, são conceituações de classes – ou frações de classes –, cujo conteúdo aponta para suas especificidades, tanto no que se refere à sua posição na produção social – logo na base da construção do conceito de classe social – bem como aos seus interesses, sua ação e sua trajetória na sociedade brasileira do século XIX [parênteses meus] (PIÑEIRO, 2006, p. 83).

Sendo assim, PIÑEIRO (2006, p. 83) defende uma visão heterogênea de classe, onde “não se pode colocar, no mesmo ‘lugar social’, todos os grupos que se caracterizam pela propriedade, para não elidir as diferenças existentes entre os diversos tipos de proprietários [...]”. Quer dizer, ao conceituarmos determinados grupos sociais específicos, torna-se preciso observar suas conexões com os grupos sociais de uma

forma mais ampla, principalmente buscando observar seu posicionamento na produtividade e, por conseguinte, no espaço da formação ideológica. É esse tipo de dinâmica que PIÑEIRO defende que a movimentação da classe senhorial, ao invés de homogênea e de formação cultural comum a seus indivíduos, se faz em bloco, o chamado bloco no poder.

Ao retomarmos Ilmar de Mattos (1990), podemos encontrar que a sua definição de Saquaremas está intimamente ligada à de classe senhorial, pois esta é vista como produto das disputas entre proprietários onde os Saquaremas saíram em liderança. Para o criador do conceito principal base dos estudos gramscianos do Império, os Saquaremas seriam apenas fração dirigente que puseram em prática o conjunto de fatores tanto materiais, quanto ideológicos sobre o modo de produção escravista que permeava a sociedade brasileira no oitocentos.

Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a altaburocracia imperial [...] quanto proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes ‘não públicos’ – um conjunto unificado tanto pela decisão aos princípios da Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão (MATTOS, 1990, p. 3-4).

Creio que, a partir daí, podemos incluir os engenheiros como parte dessa classe senhoriale ponto de ligação entre as diversas frações, devido à sua mobilidade pelo império e os serviços prestados. Ao desconstruirmos a ideia de uma sociedade piramidal, de apaziguamento nos campos específicos de cada classe, e incorporamos na análise a contemplação de algo menos hierarquizado e com maior dinamismo, também colocamos em cheque determinadas funções sociais, como as dos próprios intelectuais.

Sendo as classes sociais alianças entre segmentos, os intelectuais também possuem origem e funções mais dinâmicas e complexas, voltadas para amarrar as frações e desenvolver uma base comum para que elas se mantenham unidas. Com isso, a própria imagem do intelectual orgânico como um ser de destaque quase sobre humano, único e, por isso, transcendental em toda a sociedade, há de ser problematizado.

Como agentes históricos responsáveis pela organização da classe dentro da sociedade civil, os intelectuais orgânicos contribuem para a construção da hegemonia da classe dominante, ampliando o Estado, pois são os principais portadores dos valores morais e éticos dos dominadores para o seio da sociedade civil. Todavia, são agentes

complexos, podendo variar desde uma pessoa até associações, ou clubes (MARINHO, 2006).

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre com os grupos sociais fundamentais. Mas é ‘mediatizada’, em diversos grupos, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’. Poder-se-ia medir a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). (Parênteses do autor) (MARINHO, 2006, p. 64).

Pois bem, se o intelectual orgânico está diversificado na sociedade civil, isso significa dizer que ele está diretamente ligado com a organicidade da classe com base na produção. Ele surge de uma fração e se posiciona como articulador, sempre expondo a relação estrutura- superestrutura e reorganizando as frações da classe para a composição da classe dominante.

Sendo assim, se esse intelectual é “mediatizado”, é porque a cada setor produtivo existe um conjunto de relações que estimula a prática intelectual e essa organização gera uma articulação de diversos outros indivíduos da mesma fração que está em contato direto com o intelectual. Esses ditos “funcionários”, portanto, também estão divididos em segmentos e níveis de atuação a cada ramo da produção econômica da sociedade civil e em auxílio daqueles presentes nas funções mais ético-morais.

A organização desses engenheiros caberia, em primeiro momento, na ação direta sobre a estrutura econômica provincial a mando da presidência. Não que todos os presidentes fossem considerados como intelectuais orgânicos, porém estariam em um cargo de responsabilidade de desenvolvimento material e ideológico na província do Rio de Janeiro, o que garantia caminhos para os diversos graus da intelectualidade saquarema atuarem na formação da sociedade civil fluminense.

Conforme os engenheiros foram atuando enquanto funcionários da sociedade política, criando as bases para o desenvolvimento material da província, o acúmulo de experiência que lhes foi atribuído trouxe-lhes a necessidade de se desamarrarem das instituições governamentais e atingirem novo patamar organizacional com a partir da Escola Politécnica. Seriam eles os braços, pernas, olhos e cabeça da presidência nos espaços geográficos em transformação.

Ao tomarmos o raciocínio do engenheiro membro da Diretoria de Obras Públicas,

ou Chefe de Sessões, como desdobramentos do poder presidencial, logo visto como Autoridade, podemos encontrar o artigo em que “Todas as Autoridades locais ficam obrigadas a prestar aos Engenheiros as providencias e esclarecimentos, que exigissem para a boa execução da presente Lei”²⁹. Em outro, a referida lei ainda exige de cada engenheiro chefe um relatório geral sobre sua respectiva sessão, para ser apresentado em Assembleia Legislativa Provincial.

Essa apresentação vai exigindo gradualmente a presença do engenheiro na Assembleia, quando são mencionados em alguns relatórios presidenciais, ainda que de forma sutil, o espaço aberto por determinados presidentes para que os próprios engenheiros chefes apresentassem seus relatórios em sessões ordinárias da Assembleia Legislativa. Outros mais possuíam seus relatórios anexados diretamente aos do presidente, sendo poupados de interpretações diretas pela autoridade provincial, demonstrando certo nível de confiança da autoridade máxima da província sobre a equipe de engenheiros.

Tomemos como exemplo o engenheiro chefe da 1ª Sessão, Frederico Carneiro de Campos, em 1842. Segundo Blake (1895), o baiano destacou-se no Real Corpo de Engenheiros como diretor da fábrica de pólvora de Estrela, em 1822 e, posteriormente, destacou-se politicamente no Império do Brasil ao servir como deputado da primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, em 1835 e, posteriormente, adquire novo destaque político nas legislaturas de 1863 a 1866.

Focado em assuntos de infraestrutura e política, Campos também se fez em assuntos de guerra até sua condecoração final como coronel, frente ao conflito iminente contra o Paraguai, onde :

querendo ter na administração da província de Mato Grosso quem reunisse o valor militar e à atividade [de] ilustração e prudência, Carneiro de Campos, que já se havia pronunciado no parlamento com geral aplauso em debates relativos aos negócios da guerra, foi para este cargo escolhido” (BLAKE, 1895, vol. III, p. 153-155).

Morto em ação paraguaia no sequestro do navio Olinda, onde estava presente em 1867, Campos deixou, para além dos relatórios e apontamentos estatísticos da 1ª Sessão de Obras Públicas entre os anos de 1840 e 1842, um legado político que envolvia tanto sua função enquanto cidadão, como profissional. Em meio a um trabalho geodésico, um

²⁹ Aperj, notação 1089, Lei Nº 36, ano de 1836, Artigo 21º.

mapeamento de governadores e presidentes da província da Paraíba para a revista do IHGB, uma planta da cidade do Rio de Janeiro de 1858 e uma carta cartográfica de contestação entre os terrenos da Guiana Inglesa reclamados pelo Brasil, Frederico Carneiro de Campos também foi presidente da província da Paraíba, em 1848 (Idem, *ibidem*, vol. III, p. 155).

Em seus *Alguns apontamentos estatísticos sobre a 1ª Sessão Das Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro no ano de 1842*, o engenheiro chefe busca na História as razões básicas para a realização de ações governamentais para o fortalecimento da administração estatal, tais como os censos.

Entre os povos antigos, os Romanos faziam debaixo da inspeção de um magistrado, o qual por isso se chamava Censor, o quadro de sua população de cinco em cinco anos; povos guerreiros, suas vistas eram sempre o triunfo de suas armas; assim todos os cinco anos Roma conhecia sua posição para as tentativas de suas novas conquistas. Hoje os povos modernos têm a necessidade de um censo, que mostrando-lhes a extensão de seus recursos, lhes de uma medida completa do seu poder e os ponha ao alcance de julgarem dos esforços de que são capazes com o fim do seu engrandecimento também, mas firmando em bases mais solidas e duradouras, quais ado desenvolvimento da inteligência e da indústria (CAMPOS, 1842, p. 6).

Quer dizer, conhecer a população em sua quantidade significa garantir o controle territorial e produtivo para a sobrevivência imperial! Todavia, esse império brasileiro não deve se manifestar enquanto um conjunto de “povos guerreiros”, mas sim conhecer quantitativamente a sua população com o intuito de conhecimento de seus recursos produtivos, mantendo um império de base econômica, incluindo o Brasil no escasso conjunto dos “povos modernos”.

Outro exemplo a se trabalhar é o engenheiro responsável pela conclusão de parte da Estrada do Comércio, o tenente-coronel Conrado Jacob de Niemeyer. Este possuiu vida política ativa e agitada em momentos do Período Joanino e do Primeiro Reinado. Português por nascimento, Niemeyer era cursado em Matemática pela Escola de Artilharia, servindo ao exército português na Revolução Pernambucana, em 1817, e ao imperador D. Pedro I na Confederação do Equador, em 1824. Constantemente acusado de arbitrariedades durante sua missão em 1824 e de contrariedades ao governo durante 1832, Niemeyer abdicou de seu posto de coronel e passou a servir como engenheiro ao governo imperial, vivendo de consignações e arrematações (BLAKE, 1895, Vol. II, p. 130 – 131).

A princípio, esses dois engenheiros traçam um paralelo de gerações que presenciavam a organização institucional da década de 1840. Se, por um lado, engenheiros mais antigos, tais como Niemeyer, tiveram vida política e belicosa ativa nos conturbados períodos dos anos de 1810 a 1830, já os mais novos, como Campos, possuíram mais vida política que militar, por presenciarem momentos de fortalecimento dos poderes provinciais e novas necessidades, específicas das décadas de 1840 e 1850, de participação no corpo da sociedade política como agentes do consenso político do império visto pelos saquaremas.

Essa diferença pode ser marcada, também, pela formação específica de ambos. Campos esteve em um momento de início da transição do engenheiro militar para o civil, uma vez que sua geração – vinda do primeiro decênio do século XIX – ainda dependia da Academia Militar para obter conhecimento das engenharias e obter maior status político no Estado em formação sem depender das posses da grande propriedade de terras e escravos.

Niemeyer, por sua vez, nascido no ano de 1788, viveu o momento de desmantelamento do reinado absolutista, vendo-se obrigado a vir ao Brasil devido à invasão napoleônica. Sua geração estava imersa na extrema necessidade de vinculação ao serviço público e este resumia-se ao serviço militar, tendo sua especialização para trabalhos de campo e não políticos. Não a toa, frente aos seus posicionamentos políticos, quaisquer que tivessem sido, abdicou de sua patente e continuou a servir o império enquanto engenheiro civil, preso ao seu trabalho de campo.

A geração posterior tanto a de Campos, quanto a de Niemeyer, se encontraram em outro momento: nem a obrigação de serem militares para obterem uma carreira profissional, nem a obrigação de se alistarem para terem acesso ao ensino superior³⁰. Fazendo um panorama geral, os engenheiros nascidos nas décadas de 1830 e 1840 conseguiram realizar cursos de Matemáticas em universidades europeias, obtendo carreira civil e retiraram sua atuação em campo, prática, dos regimentos militares para a ação científica, voltada mais para o consenso do que para a coerção.

Para além dos dois casos mencionados, encontramos quase dentro da totalidade dos engenheiros pesquisados, intensa publicação de artigos científicos nas revistas do

³⁰ Aqui, me refiro ao ensino superior como formação profissional e intelectual, resultando em atuação política clara.

IHGB, assim como suas participações enquanto membros, análises científicas, cartas geográficas e, eventualmente, participação na sociedade política concentrada em outras províncias. Quer dizer, se a partir da década de 1860 esses engenheiros estão se organizando fora do ambiente público em associações e clubes privados, defensores de suas características enquanto fração de classe, aqui eles estão rompendo gradualmente com suas atividades basicamente militares e estão buscando caráter cada vez mais científico no campo político.

Ainda não havendo as associações vistas como aparelhos privados de hegemonia, que contemplassem exclusivamente os engenheiros, garantindo-lhes o campo específico de alimentação intelectual, estes se tornam dependentes do Estado administrativo, tendo sua ação valorizada enquanto funcionários do Estado.

Em suma, os engenheiros brasileiros, enquanto corpo profissional – no sentido técnico – e intelectual não possuía solidez suficiente para sua sobrevivência política na sociedade civil, o que fazia com que estes se manifestassem nos espaços públicos e políticos fornecidos pela própria sociedade política. Logo, a presença de uma Diretoria de Obras Públicas seria o primeiro passo para, além da reorganização da pauta das obras, também abrir caminhos mais frutíferos para a imagem do engenheiro enquanto representatividade provincial.

Porém, a Diretoria vinha apresentando desgaste enquanto instituição. O acúmulo de trabalho para seus engenheiros e ajudantes claramente estava longe de ser enxugado, uma vez que a questão das estradas no Rio de Janeiro não era apenas uma questão de construção, mas também de conservação e fiscalização as quais estavam a cargo dos engenheiros e dos próprios arrematadores.

Muitas das vezes, foram os próprios engenheiros os encarregados de assumirem a finalização de determinadas partes das estradas, assim como da fiscalização tributária nas barreiras e pedágios. Assumiam os projetos enquanto cidadãos, arrematadores, em funções as quais o Estado não conseguiria estar presente devido aos altos custos das obras e das manutenções.

Devido aos altos custos de reparos, à falta de conhecimento e habilidade por parte de muitos arrematadores e ao gradual aumento dos próprios provinciais, que nada mais eram do que impostos relacionados à produção do mercado interno e ao crescimento do espaço urbano, muitas estradas mal tiveram suas construções finalizadas e já necessitavam

de reparos urgentes. Portanto, a Diretoria das Obras Públicas não conseguiu mais resistir ao desenvolvimento provincial consequente de suas próprias estratégias e, por isso, foi extinta em Abril de 1844.

Em março do mesmo ano, o presidente João Caldas Vianna já haveria antecipado em seu relatório a importância de se reformar a Diretoria em prol de uma “sociedade inteiramente nova”:

Não pequenos melhoramentos todavia foram introduzidos pela Lei de 19 de Dezembro de 1836 [lei de criação da Diretoria], e pelas Administrações ilustradíssimas, e zelosas, que me precederam; muito resta porém a fazer n’uma sociedade inteiramente nova, com existência de ontem, na qual tudo neste ramo estava por organizar [parênteses meus] (RPP, 1844, p. 39).

Relembrando que Vianna foi o presidente que dissertou a respeito dos prejuízos das múltiplas obras ao longo da província, esta crítica se legitima ao demonstrar que a Diretoria reafirmou a estratégia utilizada por Soares de Souza em realizar diversas obras simultâneas, ou conseguiu vingar no território fluminense o desenvolvimento econômico mínimo. Independentemente do resultado dessas hipóteses, o que se fez valer foi que a Diretoria de Obras Públicas não conseguia mais estar a par de toda a movimentação de suas ações.

Não à toa, Vianna utiliza uma cadeia de argumentos que muito se assemelha ao de Soares de Souza, porém em outro contexto.

Além de quinhentos contos de reis podem e devem ser empregados d’ora em diante neste ramo do serviço público, as obras públicas da Província [...] ligam-se entranhavelmente, com a felicidade pública e individual, e são poderosíssimo meio de promovê-la. Sem estradas e pontes, sem canais, os produtos da indústria que formam a riqueza pública e privada, pereceriam no mesmo lugar onde nasceram [...]. Sem a edificação de Templos impossibilita-se o culto externo, e sem ele desapareceria a Religião e a moralidade pública. Sem o saneamento e esgoto dos imensos paços da Província, sofrerá de salubridade pública e minguará a população. Sem Cadeas e casas para Correção e penitenciárias, perigará a segurança pública. Sem construções hidráulicas obstruir-se-ão nossos portos, outros não poderão melhorar-se, e a navegação interior dos rios e lagoas, ficará empecida. Sem Teatros e Hospitais, ficará a Sociedade privada de um grande adminículo (ajuda) para corrigir os costumes, distrair o povo, e socorrê-lo. [parênteses meus] (RPP, 1844, p. 39-40).

Aqui, Vianna está reproduzindo a importância das obras públicas para o desenvolvimento social e o peso que essa infraestrutura possui para a nova sociedade, quer dizer, ele está pontuando que novas necessidades estão surgindo e que não é mais possível

manter o mesmo ritmo administrativo sobre as obras. Soares de Souza, em 1840, tinha escrito:

As nações entre as quais as obras públicas tem sido sujeitas a alguma regularidade e sistema tem fixado nas suas leis as regras que as devem reger, as quais tanto mais necessárias e complicadas se vão tomando, quanto maior é o desenvolvimento e importância que tais obras vão tendo. Essas regras constituem uma das partes mais importantes da legislação administrativa (RPP, 1840, p. 63).

A diferença está clara: Soares de Souza preocupava-se com o desenvolvimento de uma administração básica sobre as obras públicas para o crescimento moral e econômico, Vianna, quatro anos mais tarde, preocupava-se com a reformulação administrativa para manter vivo esse desenvolvimento. Essa própria diferença contextual nos permite, ao menos inicialmente, compreender as diferentes estratégias existentes que ocorreram sobre o caminhar das obras.

Primeiramente, a instituição também era uma repartição cara. Analisando a Tabela II³¹ abaixo, é possível compreender os altos gastos que a Diretoria ocupava, preenchendo uma média de 2,3% do orçamento provincial, tendo uma despesa semelhante à dos ramos da Representação Provincial e Secretaria Provincial, que tinham gastos que variavam entre 16:000\$000 a 19:000\$000 réis.

Tabela II Gastos com a Diretoria de Obras Públicas I		
Ano:	Despesa:	Porcentagem sobre a renda:
1838	14:520\$000	~ = 2,6%
1839	16:246\$000	~ = 2,1%
1840	17:740\$000	~ = 2,6%
1841	17:910\$000	~ = 2,3%
1842	19:850\$000	~ = 2,2%
1843	22:585\$150	~ = 2,4%
1844	18:930\$000	~ = 2,1%
Média:		~ = 2,3%

³¹ Sobre esta tabela: os anos de 1836 e 1837 não foram acrescentados devido a ausência da Lei Orçamentária do segundo na Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro e, quanto ao primeiro, pela ausência de informações sobre a Diretoria na mesma Coleção, deixando inviável seu cálculo. Quanto aos anos de 1842 até 1844, seus dados foram retirados dos respectivos Relatório de Presidente de Província, devido às leis orçamentárias dos respectivos anos estarem ausentes na Biblioteca Nacional. As porcentagens foram feitas com base nos dados apresentados no Anexo III.

Pegando o ano de 1843, por exemplo, sua disparidade está marcada pela quitação das dívidas de anos anteriores, que foram todos orçados pelo presidente em seu relatório, o que trouxe o maior valor. Tais dívidas estão voltadas para pagamento de pessoal e material, estando capital, em maior parte, voltado para o pagamento do primeiro (RPP, 1843, Tabela 8).

Muito provavelmente, a quitação dessas dívidas já era marca da desconstrução da Diretoria, uma vez que seu próprio criador, Paulino José Soares de Souza, afirmava a necessidade de reformar essa instituição, pois a mesma já não conseguia cumprir seus exercícios devido tanto a “impersistencia dos presidentes”, o que tornava este cargo “quase inteiramente inútil” (RPP, 1840, p.65), quanto a inconsistência dos trabalhos dos engenheiros chefes, que nem sempre formulavam o orçamento e os planos da obra, deixando a presidência da província com poucas informações. Vale ressaltar, também, que os valores expostos no relatório provincial antecedem aqueles presentes na Lei do Orçamento, o que não nos assegura que o valor de 22:585\$150 réis foi aprovado e cobrado pela Assembleia Legislativa Provincial, podendo ser barganha da presidência para que ao menos um valor maior fosse legislado.

Assim o era com as despesas voltadas para as obras públicas, onde a Diretoria também ocupava lugar de destaque, com média aproximada de 5,8%³².

Tabela III Gastos com a Diretoria de Obras Públicas II		
Ano:	Despesa:	Porcentagem sobre as obras:
1838	14:520\$000	~ = 11,7%
1839	16:246\$000	~ = 3,4%
1840	17:740\$000	~ = 4,4%
1841	17:910\$000	~ = 3,8%
1842	19:850\$000	~ = 5,7%
Média:		~ = 5,8%

Em segundo momento, uma Diretoria que foi desenvolvida em 1836 e que foi

³² A construção dessa tabela segue a mesma problemática da anterior, sendo que os valores de despesa destas são todos provenientes das Leis Orçamentárias. A porcentagem tirada sobre as obras públicas foi feita com os valores apresentados nessas mesmas leis que orçaram as despesas respectivas de cada ano.

extinta em 1844 encaixa-se, quase que perfeitamente, no momento de necessidade que o Partido Conservador teve em buscar medidas centralizadoras que caracterizaram o período do Regresso. A preocupação de Paulino estava no fortalecimento do poder regional que as medidas liberais adotadas na década de 1830, principalmente o Código do Processo Criminal e o Ato Adicional à Constituição de 1824, abriam portas para a desordem pública.

Como afirma Clarice de Paula Ferreira Pinto:

Crítico ao Ato Adicional de 1834, Paulino entendia que este dividiria as tarefas entre o poder central e o poder provincial, cabendo, ao primeiro, a elaboração da lei e a determinação dos cargos e das suas atribuições e, ao segundo, a o controle sobre o encarregado designado para executar as resoluções do poder central. Essa descentralização permitiria, segundo Paulino, que grupos locais controlassem a aplicação das leis, adaptando-as às suas circunstâncias e aos seus interesses (PINTO, 2014, p. 47).

O presidente, em sua época, sabia que era impossível à província arcar com todas as obras necessárias e que, para isso, era preciso o peso imediato da sociedade civil em formação. Perfeito momento. Institucionalizar as obras com base na Diretoria que, como vimos, aumentamos o teor de autoridade dos engenheiros e os colocamos em contato direto com a presidência e a Assembleia Provincial Legislativa garante que a ação estatal coloque um freio no crescimento da ação particular.

Entretanto, essa ação não deveria ser extinta, porém controlada. Era preciso que o cidadão, seja em posição de empresário, ou arrematante; soubesse que seu serviço era público e que o capital utilizado para as obras deveria estar presente nas construções, tendo suas sobras retornadas aos cofres provinciais.

Por outro lado, a perspectiva de Pinto (2014) nos mostra que a própria ação particular não seria suficiente para o desenvolvimento das obras públicas. Dialogando com as fontes aqui presentes, esse argumento é legítimo, pois a ação dos arrematantes e empresários está presente em pontos específicos da província, como veremos, que reforça o intuito de Soares de Souza em expandir este ramo nas mãos dos interesses privados para maior amplitude das obras.

Sendo assim, o poder Administrativo abre a lacuna para a ação particular, mas se faz presente para que a mesma não se reconheça como ponto central do desenvolvimento:

[...] convém muito mais confiar à indústria dos particulares a execução e propriedade de estradas e canais, por meio de empresas [...], porém [...] a carência de capitais, o fácil, mais seguro e talvez lucroso emprego

dos que existem e a falta de exemplo e do espírito de empresa não permitir que a ação isolada da Administração seja substituída [...] (RPP, 1838 *apud* PINTO, 2014, p. 44).

Esse posicionamento está enquadrado na luta contra o desenvolvimento da ação privada livre, principalmente no contexto da Maioridade. Com a queda do gabinete maiorista e, vinda as Revoltas de 1842, a centralização nunca se tornou tão necessária.

Para Hörner (2011) e Pinto (2014), as revoltas seriam resultado do retrocesso legislativo no período do Regresso e que, com a falha dos maioristas e a ascensão do gabinete Conservador, as forças políticas locais em São Paulo e Minas Gerais não viam alternativas senão pegar em armas e atacar os ministérios conservadores.

[...] as leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841 – respectivamente do Conselho do Estado e da reforma do Código – teriam desempenhado um papel unificador no contexto dos descontentamentos locais e da existência de feridas políticas mais antigas. (HÖRNER, 2011, p. 333).

Na parte paulista do Vale do Paraíba, onde a ação rebelde é “pouco clara e sugere uma ação autônoma” (HÖRNER, 2011, p. 337), é possível encontrar algumas pistas a respeito das causas ali existentes. Acredito que a razão dos conflitos no Vale terem sido diferentes das do interior das províncias de São Paulo e Minas Gerais está no fato de serem eles dois polos de produção cafeeira em constantes disputas fiscais e territoriais com o Rio de Janeiro.

O ministro do Império Candido José de Araujo Viana, em 1843, afirma que:

Achando-se interrompidas as comunicações entre a Capital da Província de São Paulo, e os Municípios de Cunha, Bananal, Areas, Queluz, Silveriras, Lorena, e Guaratinguetá, foram estes Municípios anexados à Província do Rio de Janeiro por Decreto de 18 de Junho do ano passado: outro Decreto de 29 de Agosto seguinte os restituiu à Província a que anteriormente pertenciam, tendo cessado os motivos que aconselharam aquela providencia (RMI, 1843, p. 4-5).

Sobre Minas Gerais, afirma que:

[...] indícios veementes se manifestavam de que suas longas e válidas raízes se estendiam pela Província de Minas Gerais. As Câmaras Municipais de Barbacena, S. João D’El Rei e Presidio (além de Barbacena e Arraial de Santa Luzia) ousaram dirigir ao Trono Imperial representações semelhantes à mensagem da Assembleia Provincial de São Paulo [...] (RMI, 1843, p. 5).

Confirmando as suspeitas sobre a questão territorial do Vale nos conflitos de 1842, o já analisado Frederico Carneiro de Campos, em sua chefia na 1ª Sessão de Obras

Públicas no anode 1842, afirma:

A simples vista d'olhos sobre o lado Oeste da Carta da 1ª Sessão fará desde logo apreciar muitos dos inconvenientes de divisas, que, como estas, não tem pontos determinados, e algumas das quais são feitas pelos diferentes moradores daqueles lugares; de modo que os primeiros que para ali entraram, e se foram estabelecendo, se eram Paulistas ficaram sempre pertencendo à Província de S. Paulo, e se Fluminenses se conservaram na do Rio de Janeiro. Esta variação continuada, conforme a naturalidade dos diferentes possesores, tem prosseguido; ela é evidentemente oposta aos interesses gerais do País, aos da Província do Rio de Janeiro, e aos habitantes do Município de Resende, os quais tendo de passar por terrenos da Província de S. Paulo para seguirem com suas produções aos portos desta Província são obrigados a pagar taxas de barreiras naquela Província, além das exigidas presentemente nas desta (CAMPOS, 1842, p. 8).

Para Campos, portanto, as motivações entre as rivalidades existentes para as duas províncias era estrutural. Independentemente de razões de grande política – obviamente que não a isolando do processo – as questões que abordariam as revoltas no Vale estariam atreladas à definição dos habitantes enquanto paulistas, ou fluminenses, o que interfere diretamente na relação de identidade com a terra.

Nesta identidade teríamos não apenas a legitimação cultural do povo local, pois definir-se paulista traz uma carga simbólica e representativa diferente do definir-se fluminense, mas também a relação direta com a produção econômica. Ser fluminense e pagar tributos paulistas em territórios que, cartograficamente, seriam fluminenses era uma afronta à autoridade da terra, aos proprietários locais.

Da mesma forma, ser paulista e pertencer a uma terra que é dita como pertencente ao Rio de Janeiro é trazer a sensação de tomada de território e esvaziamento das relações sociais ali presentes, tendo de sucumbir às fluminenses. De qualquer forma, Campos reafirma em seu relatório que:

A nossa Carta da Província mostra a verdadeira posição do dito Sertão, ao Sul do limite marcado no Alvará de 28 de Novembro de 1816, que criou a Vila de Areas; e portanto não podendo fazer parte da Província de S. Paulo; e muito menos sendo esta incorporação ordenada por uma autoridade, no meu pensar, para insto incompetente (CAMPOS, 1842, p. 9).

Isso sem falar de outros pontos territoriais que, segundo as análises de Campos, também não pertencem à São Paulo e que, por isso, as incorporações foram deliberadas pela Assembleia Legislativa Provincial de forma ilegítima. Dessa maneira, segundo nosso engenheiro citado, os conflitos entre São Paulo e Rio de Janeiro seriam motivados

por inexatidão cartográfica e, possivelmente, oportunismo.

É preciso frisar que o objeto desta pesquisa não é, ou está, nas Revoltas Liberais de 1842, mas as mesmas esbarram com o processo de estudo das obras públicas, sendo importante ressaltar que a análise acima é simplista e necessita de um número maior de fontes. Todavia, essa rápida análise talvez ajude a compreendermos a “ação extremada de abandonar suas lavouras, seus negócios, suas famílias e tomar em armas arriscando suas próprias vidas” (HÖRNER, 2011, p. 333) feitas pelos cidadãos distanciados das decisões da grande política e afetados indiretamente por ela, pois envolve a produção econômica – pelo menos no lado paulista do Vale do Paraíba – que dialoga diretamente com a estrutura social, suas hierarquias, éticas e convicções morais sobre os locais em que vivem.

Para as disputas entre a classe senhorial,

Os acontecimentos, que em 1831 e depois dessa época, temos presenciado nesta Corte; os que ocorreram nas Alagoas, no Pará, em Mato Grosso, em S. Pedro no Rio Grande do Sul, na Bahia, e ultimamente em S. Paulo, e Minas Gerais, devem convencer de que, no seguimento de uma liberdade sem limites, se vai precipitar na voragem da anarquia (RMI, 1843, p. 5).

Está no “exagerar o elemento democrático da nossa Constituição” (RMI, 1843, p. 3-4) as motivações de ações centralizadoras que contextualizam ações como a criação da Diretoria de Obras Públicas como instituição única a realizar múltiplas obras que venham a orientar os passos a serem tomados pelo Partido Conservador.

Findo esse momento, presenciando o chamado Quinquênio Liberal, o que antes era necessário para controlar os avanços do regionalismo dentro da província fluminense e o fortalecimento contra o desenvolvimento dos de São Paulo e Minas Gerais, agora é preciso reformular o ranço deixado pela ação intensa do Regresso e iniciar um novo capítulo, a sociedade inteiramente nova.

Nesse ínterim, no lugar da Diretoria de Obras Públicas foram desenvolvidas algumas tentativas de reorganizar a relação entre a presidência e a fiscalização das obras. A de maior destaque nelas foi a composição de uma junta administrativa, formada por “[...] três inspetores, e um arquivista, e presidida pelo presidente da província [...]” (RPP, 1845, p. 13-14).

Essa junta teve em paralelo uma nova divisão territorial no Rio de Janeiro. Se, pela Diretoria existiam quatro sessões, com essa nova junta haveria sete distritos, melhor

divididos e distribuídos pelo terreno fluminense. Para Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba e autor do projeto, a divisão da província em quatro sessões impedia a boa fiscalização das obras que “[...] saíam na maior parte imperfeitas, e de pouca duração, além de muito dispendiosas” (RPP, 1846, p. 17-20).

Compõe o corpo de empregados da repartição o presidente, os quatro engenheiros chefes de suas respectivas sessões, oito ajudantes, sendo dois para cada sessão; seis aspirantes a engenheiros chefes, um Desenhador – o que provavelmente seria uma ocupação semelhante à de um cartógrafo –, dois Amanuenses (copista de documentos à mão) e um porteiro. Já a lista de material é composta por tudo o que envolva a produção dos documentos e o aluguel da casa, que também é o mesmo espaço da Escola de Arquitetos Medidores (RPP, 1846, Tabela 8).

O gasto com seus empregados ocupava cerca de 93% do valor calculado e orçado, ou até mais, pois os valores com o material variavam entre 500\$000 a 1:000\$000 réis.

Cada distrito teria seu engenheiro chefe e, assim, manteria relações próximas com a junta administrativa a partir de reuniões, projeções e, é claro, apresentação de relatórios. Com Coutinho, retomamos à preocupação de tornar o engenheiro a conexão entre a província e a civilização, pois essa junta teria a função de atualizar constantemente os projetos e tecnologias a serem empregadas nas obras públicas, para facilitar cada vez mais o desenvolvimento da infraestrutura provincial.

Reconhecendo eu a necessidade tanto de estreitar mais o círculo da direção e inspeção das obras da província, como da existência de um corpo científico a que o governo pudesse consultar sobre os projetos, orçamentos e utilidade das obras, que pretendesse empreender, o qual sendo fixo, fosse, por assim dizer, o arquivo vivo da história de todas as obras executadas ou projetadas, e sendo mais independente, oferecesse à presidência melhores garantias para uma inspeção e fiscalização geral [...] (RPP, 1846, p. 17-20).

Entretanto, o regulamento da junta governativa não foi aprovado e o corpo científico, portanto, não foi para frente. O relatório de 1848 expõe indicações de que esse projeto de Oliveira Coutinho ainda passou por maiores discussões na Assembleia Legislativa, pois apenas em 1º de julho de 1847 foram deliberadas a nova divisão em distritos junto com “ajudantes na parte científica” (RPP, 1848, p. 22-23), o que significa dizer que apesar da rejeição sobre uma junta científico-administrativa, havia a séria necessidade de colocar em funcionamento o desenvolvimento das técnicas e tecnologias de construção.

Somente em 1851 é que a institucionalização das obras públicas começou a tomar melhor forma, uma vez que a correlação de forças que se estendia desde a década de 1830 para a disputa sobre o governo imperial passou a se apaziguar. Era o processo que resultara no chamado período da Conciliação.

Em 1849, o presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz lança a necessidade de renovar a administração das obras públicas:

Tenho tratado o mais possível de restringir esse pessoal (funcionários ajudantes dos engenheiros), sem contudo prejudicar o andamento regular dos trabalhos, e conhecendo alguns inconvenientes na divisão existente já porque não é por ela bem guardada a precisa proporção quer no número de obras, quer na sua extensão, já porque não há um centro que sirva de examinar certos trabalhos como planos, e orçamentos dos engenheiros empregados nos distritos e a quem o presidente ouça nos casos duvidosos, pretendendo dar uma nova organização a esse ramo do serviço público; tendo já feito as bases da reforma em cujo desenvolvimento se trabalha e nelaprocurarei acomodar as necessidades do serviço, e sua maior regularidade com a devida economia da fazenda provincial [parênteses meus] (RPP, 1849, p. 18).

O presidente nos traz dois pontos importantíssimos para esse momento: centralismo e controle orçamentário. Tendo em vista os gastos que todo o setor de obras gera – desde as obras em si, até a organização administrativa – e a carência de fiscalização, a presidência da província claramente coloca aqueles dois pontos como suas referências para a nova administração, buscando retomar o centralismo de acordo com o contexto vivido, mas com baixos custos, ou ao menos suportáveis, para manter a repartição.

O quinquênio que envolve os anos de 1849 a 1854 teve como participantes ativos os presidentes Luiz Pereira do Couto Ferraz (1849 e 1850) e Luiz Antonio Barbosa (1851 até 1854), tendo como respaldo o vice-presidente João Pereira Darrigue Faro (1850 – 1854). Essa tríade tem como principal destaque o momento de maior desenvolvimento econômico provincial, tendo um maior número de obras sobre estradas a serem realizadas e a formação de novos núcleos econômicos na província, tais como Cantagalo, Nova Friburgo, Petrópolis e a retomada econômica de Campos. Buscam, gradativamente, substituir o deslocamento do café e outras mercadorias em costas de animais guiados por tropeiros, por carros e estradas de ferro.

Foi nessa lógica que Couto Ferraz protagonizou não somente a nova repartição para as obras públicas, como também foi o assinante, como Ministro do Império, do

primeiro contrato para a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que apesar de ter tido seu início em 1855, passou por um longo processo entre os anos de 1850 e 1854 de debates e transformações que desencadearam em acúmulo de capitais e sociedades de ações capazes de por a estrada de ferro em prática (EL-KAREH, 1982). Em 1854, o presidente Luiz Antonio Barbosa afirmava:

O regulamento de 14 de dezembro de 1849, que já fiz imprimir, resume, e coordena os estudos anteriores; define claramente as atribuições dos empregados de repartição de obras públicas, e marca as condições com que devem ser executadas, descendo a todos os detalhes que um regulamento pode alcançar: é um trabalho do maior merecimento, porém o fato mesmo de não se lhe haver dado execução até agora, parece bastante para justificar-me de tomar algum tempo para meditar sobre a eficácia de suas disposições, no ponto de vista de remover os inconvenientes que fizeram condenar, depois de 8 anos de experiência, a diretoria da lei de 19 de dezembro de 1836, cujas bases adota o novo regulamento [...]. Quanto a mim, a presidência não pode dispensar o auxílio de uma repartição com conhecimentos profissionais que examine, corrija, e sistematize os trabalhos dos engenheiros, e exerça a fiscalização indispensável sobre as obras, suas despesas, e modo de as executar (RPP, 1854, p. 21).

Para a tríade, a nova organização das obras públicas deveria retomar a lei de 19 de dezembro de 1836, ou a já falada Diretoria das Obras Públicas. Era preciso, como já foi dito, retomar o centralismo. Porém, em mesmo relatório a seguinte proposta é lançada:

Mas deverá essa repartição ter o caráter de simples conselheiro, e de auxiliar da presidência, ou existir à parte com ação própria dentro do círculo que lhe for traçado, e não pode ser muito estreito? Eu inclino-me pelo primeiro arbítrio, que, além de outras vantagens, tem a de evitar os embaraços notados no relatório de 1º de março de 1841 (RPP, 1854, p. 21).

Nas páginas anteriores mencionamos o relatório de 1841 e sua importância, principalmente por estar em diálogo com o de 1843 a respeito das múltiplas obras simultâneas e o quanto isso dificultava o comércio interno entre os municípios. Com vistas a evitar esse suposto caos, juntamente com um corte maior nos gastos e melhor restituição da autoridade provincial sobre as obras é no que se baseia essa nova repartição.

É possível que o fator de maior interesse dessa nova administração seja o de colocar a repartição como ponto de comando, mas sem chegar ao ponto de trazer uma autoridade excessiva para ela, portanto, tendo-a como conselheira. Nesse ínterim, seria anulada a ampla autonomia que existia para a Diretoria das Obras Públicas e que, possivelmente, garantia-lhe os altos gastos e a estratégia já conhecida.

Dessa maneira, colocar a repartição mais subalterna aos poderes provinciais poderia diminuir “algum vício que cumpre remediar” (RPP, 1854, p. 21), como pensa o presidente ao traçar uma rápida análise sobre como as estratégias sobre as obras possuíam planejamento positivo, mas sempre na parte administrativa elas falhavam e, a partir daí, todo o resto. Inclusive, o atraso em sua execução estaria de acordo com os aperfeiçoamentos precisos para a realização da nova repartição. Assim, a principal preocupação provincial estaria relacionada com os meios de transporte. Era o momento de preparar o terreno para a entrada das estradas de ferro e dos canais.

Uma nova tendência, mais profícua e civilizatória, tem-se manifestado geralmente. Essa tendência faz convergirem todos os espíritos para o progresso material, como elemento de riqueza e de prosperidade, que servirá de base ao progresso moral.

Facilitar os meios de transporte, abrir novas estradas e melhorar as antigas, substituir o atual sistema de condução que é tão demorado e oneroso à lavoura, eis aí o empenho comum em que lidamos todos, quer administradores, quer administrados. E esse empenho é tanto mais sério, quando as estatísticas e documentos ficais nos confirmam que à proporção que se aperfeiçoam, as estradas e os transportes, a agricultura vai tomando maior desenvolvimento (RPP, 1854, p. 6).

Por fim, é preciso salientar que em meio a um Estado de características restritas, logo imerso na necessidade política e econômica de ser interventor na produtividade e nas formas de pensar, existe uma dependência mútua. De um lado a sociedade civil, carente de instituições privadas que contemplem sua pluralidade social, de outro a sociedade política monopolizada pela classe de proprietários.

Para a primeira, era preciso que o poder público legitimasse suas ações para que não fossem consideradas frutos de desordem, ou até mesmo fruto de individualismos. Para a segunda, era preciso organizar a sociedade civil para a unidade nacional e escravocrata e a classe dominante só conseguia enxergar, dentro de suas necessidades materiais, o ímpeto em atrair a população para as repartições públicas, ou para funções de trabalho público, como arrematações e fiscalizações.

Por isso, as tentativas de organização e institucionalização das obras públicas não poderiam ir para muito além do que fornecia a própria Diretoria. Ela correspondia em “estreitar alianças entre os grandes proprietários de terras e escravos, e entre o governo da Casa e o do Estado” (PINTO, 2014, p. 70) através das relações públicas que exigiam o chamado da população para a realização das obras e, principalmente, o chamado do governo para que essa mesma população fornecesse os indivíduos necessários para

construir e reformar as obras que atrasariam o progresso do governo, nas chamadas arrematações, como veremos a seguir.

3. Laços diretos entre o Estado restrito e a sociedade civil em crescimento: os arrematadores

Apesar de estarem presentes na construção das estradas, pontes, canais e estradas de ferro da província, o sistema de arrematação não constitui em uma ação exclusiva na realização das obras públicas. Neste meio, as arrematações seriam uma experiência dentro da outra, quer dizer, seu uso nas obras foi posterior ao uso na fiscalização tributária.

A arrematação das barreiras fiscais trouxe a experiência necessária que a classe senhorial precisava para suprir a necessidade de contenção de gastos públicos, assim como a de pessoal. Deixando nas mãos de particulares, a atividade fiscal se tornava mais atraente, solucionando os problemas de esvaziamento dos postos de cobrança e do desinteresse da população pelo trabalho.

A prática de 5 anos mostra que pelo meio das arrematações das barreiras tem a província lucrado muito mais, do que quando eram elas administradas; e por isso pretendo mandar por em hasta aquelas duas, logo que haja base suficiente para se orçar o seu rendimento provável (RPP, 1850, p. 10).

O controle fiscal, mesmo tendo passado por um processo de reformulação e centralização semelhante a Diretoria de Obras Públicas, com a chamada Junta da Fazenda Provincial, feita entre os anos de 1840 e 1841, ainda manteve suas tradições quanto ao exercício do poder público feito por particulares. Segundo Wilma Peres Costa, desde os tempos coloniais a cobrança de impostos se fazia por meio de indivíduos em contrato com o governo, poupando o Estado de maiores gastos e mobilidade de funcionários.

Esse sistema, portanto, também passou a ser utilizado para que o Estado pudesse desenvolver as obras projetadas, mas que eram muito onerosas aos cofres públicos. Sua organização lidaria com duas formas: as chamadas obras de administração e as de arrematação. As primeiras correspondem às obras controladas pelo governo, quanto à segunda, por particulares. Segundo Paulino José Soares de Souza:

A experiência tem constantemente mostrado que as obras feitas por administração de agentes do governo, são, com mui raras exceções, mais dispendiosas e demoradas, do que as que se fazem por empresa, ou arrematação. Nestas é a ação de um agente muitas vezes indiferente a uma despesa que não o prejudica, e interessado na demora, pela continuação

dos seus vencimentos, substituída pelo interesse e atividade do particular (RPP, 1840, p. 63).

Todavia, a utilização desse sistema trazia riscos, sejam eles marcados pelo reforço do poder local, caracterizado pelo regionalismo, sejam eles pela diminuição do poder do Estado sobre a sociedade, tendo o resultado de ambos ligados à desordem. Então, era preciso garantir a intervenção positiva sobre o arrematante, deixando-o sob as seguintes regras:

1º Que se fixem as formalidades que devem preceder. 2º Que as condições sejam porátal modo organizadas, e com tal minuciosidade e exatidão redigidas, que fiquem com clareza as obrigações dos contratantes, prevenidas quaisquer dividas que possam ocorrer. 3º Que os orçamentos que tem de servir de base às arrematações, em lugar de serem englobados sejam feitos com a maior individuação possível, carregando-se sobre a sua totalidade uma razoável porcentagem em benefício do arrematante, tantomaior, quanto menor for a importância pecuniária da obra. 4º Que a preferência não seja somente regulada pelo menor preço, mas que seja o governo autorizado a preferir o concorrente, que ainda mesmo que exija maior quantia, é mais hábil para executar as obras, ou pelo seu caráter probo, habilidade e reputação, oferece maiores garantias. 5º Que uma lei regule a responsabilidade dos arrematantes, e estabeleça meios prontos e fáceis a tornar efetiva, dando-lhe ao mesmo tempo todas as necessárias garantias. 6º Que não se verificando a arrematação, por ser baixo o orçamento que lhe serve de base, possa o governo elevar razoavelmente a porcentagem em benefício dos arrematantes. 7º Que o mesmo fique autorizado a por nas obras arrematadas, que ou pela sua importância, ou pela sua natureza, o exigirem, agentes seus, habilitados com os necessários conhecimentos teóricos e práticos, que fiscalizem a sua execução, e o emprego dos materiais, recusando aqueles que não tiverem as condições exigidas. Este serviço não pode ser prestado pelos chefes de sessão ou pelos seus ajudantes, os quais, tendo ordinariamente muitas incumbências para satisfazer, não podem permanecer em um lugar por muito tempo. Demais seria para esse fim o seu número insuficiente (RPP, 1840, p. 64).

Com mais precisão, a lei que cria a Diretoria das Obras Públicas já determina as bases iniciais para a arrematação:

Art. 16º. Todas as obras serão com preferência feitas por arrematação, debaixo das condições organizadas pela Diretoria, e aprovadas pelo Presidente da Província, e sob a fiscalização do Engenheiro da respectiva Sessão, no que respeita à execução do plano, verificação de materiais dimensões de resistência, e permanência da obra. Não se podendo porém verificar a arrematação, serão as obras feitas por administração [...].

Art. 17º. Feita ou consertada uma estrada ou parte dela ou uma ponte, será a sua conservação posta em arrematação, segundo o plano e condições organizadas pela Diretoria, com aprovação do Presidente da

Província, sendo a execução do contrato fiscalizada pelo Engenheiro, em cuja Sessão estiver a estrada ou ponte.

Art. 18º. Não concorrendo arrematantes, serão as obras de conservação das estradas e pontes feitas por conta da Fazenda Provincial, por meio de homens colocados em determinada distancia, os quais deverão percorrer frequentemente a extensão da Estrada que lhes for marcada, e fazer os pequenos reparos para acautelar maiores estragos, segundo as instruções dadas pelo Engenheiro, devendo porém dar imediatamente parte a este, quando tais estragos forem maiores, a fim de acudir-se com prontidão ao necessário conserto. Estes Empregados serão da escolha do Engenheiro da Sessão, a quem ficarão subordinados e ele proporá à Diretoria, e esta ao Presidente da Província, as gratificações que devem vencer³³.

Como podemos perceber, o sistema de arrematações, apesar de não possuir uma lei específica sobre o mesmo, mantém uma rígida linha de controle. Possivelmente a herança de práticas anteriores, que proporcionaram erros e acertos para a confecção teórica e minimamente legal do sistema, condicionaram essas esmiuçadas regras para a utilização nas obras públicas, mas que ainda precisavam se adaptar a este ramo provincial.

Dessa forma, a década de 1840 é marcada pela participação tanto de grupamentos sociais capazes de fortalecer o poder conservador, quanto de outros que possuem menos compromisso com as relações da grande política, pensando em benefícios mais imediatos. É dessa maneira que o sistema de arrematações se mostra instável, pois é o subterfúgio utilizado pelo governo para a integração dos agentes da sociedade civil, assim como da redistribuição populacional da província.

A Diretoria era vista como uma forma de reverter uma situação que vinha desde o período colonial: a população, atraída pela indústria das minas, dispersava-se pelo interior, sem uma ordem específica. Após o florescimento da agricultura de exportação e do comércio interno, o litoral passou a atrair a atenção dos indivíduos, deixando o interior ‘coberto de populações decadentes ou estacionárias’, que migravam de região em região, de acordo com a expansão da indústria cafeeira e açucareira (PINTO, 2014, p. 70).

Dos erros típicos de um sistema em adaptação, podemos encontrar a constante presença de arrematantes incapazes de produzir e conservar obras de boa qualidade, por indisponibilidade de conhecimento para isso, assim como de arrematantes que acabam por tornar as obras ainda mais onerosas para os cofres provinciais. Portanto, Paulino ressalva que “pudessem prestar esse serviço, os aspirantes a engenheiros civis, debaixo das ordens, e segundo as instruções dos respectivos chefes de sessão” (RPP, 1840, p.64).

³³ Aperj, notação 1089, Lei Nº 36, ano de 1836.

Seu intuito estava em desenvolver uma parceria entre os engenheiros civis e cidadãos interessados nas arrematações, criando um link onde pudessem surgir novos “arrematantes hábeis”, trazendo um nível de experiência básico e também uma compreensão sobre a responsabilidade da arrematação. Com o passar dos anos e o aumento do número de arrematantes sobre as estradas, a problemática orçamentária surge: se antes o objetivo principal da arrematação é poupar os cofres provinciais, a facilidade com que se pode arrematar uma obra atraiu arrematantes despreparados para o serviço e, ainda mais, que não retornavam aos cofres públicos o dinheiro que lhes foi concedido por contrato para a execução da obra referida.

Começa-se pela dificuldade atual ou antes impossibilidade de organizar orçamentos exatos, e de verificá-los pressuposta à moralidade deles: um dos objetos para chamar a vossa atenção. O Arrematante do ordinário ou lucra ou se arruína; e nessa segunda hipótese, que aparece algumas vezes por sua imperícia, atropela a obra. É posta uma obra em hasta pública, para qual convidam-se concorrentes. Tenham ou não qualidades necessárias para ser arrematantes, isto é, diretor em chefe de uma obra, aliás importante; cuja construção demande vários conhecimentos; é a Presidência forçada a aceitá-lo, se ele apresenta o menor lance. Qual Administrador assaz corajoso para repelir um limite mais baixo, ofertado por um inábil, para aceitar outro mais elevado da pessoa em que ele reconhece as necessárias habilitações para empreender e executar com sucesso, perfeição e solidez a obra arrematada nestes tempos em que vivemos? (RPP, 1844, p. 41).

Após o fim da Diretoria e a maior autonomia que se estabeleceu entre os engenheiros e os recém-formados distritos, a problemática foi sendo melhor analisada. Para Oliveira Coutinho, os inconvenientes ocorridos nas arrematações estariam ligados diretamente à falta de centralidade nas fiscalizações das obras, principalmente pelas atribuições dos engenheiros chefes e seus ajudantes, o que os impedia de orientar os caminhos técnicos a serem utilizados pelos arrematantes em suas respectivas obras.

As obras da província têm sido isentadas simultaneamente pelo sistema de administração e de arrematação, e ambos eles, a meu ver, tem apresentado inconvenientes talvez pela dificuldade da direção e inspeção científica, e da ponta fiscalização do governo; talvez mesmo em consequência da facilidade que houve em fazer-se nos contratos de arrematação certas concessões aos arrematantes. Se por um lado as obras administradas ficam muito mais caras do que arrematadas, muito principalmente quando para elas se concedem nas leis do orçamento consignações muito diminutas, [...] por outro lado também não é menos certo que das arrematadas algumas tem ficado caríssimas à província, e tão mal construídas que dentro em pouco tempo se tem achado arruinadas, exigindo consertos (RPP, 1846, p.17).

Como exemplo, Oliveira Coutinho retoma aos relatórios de 1842 e 1844 sobre o caso de uma das sessões da estrada de Cantagalo até Macaé que, segundo João Caldas Vianna, em 1844, se tornou grande caso de fraude em que se encaixa o argumento de que é “indispensável atirá-lo para a tela judiciária, e aí ele apresentará bastantes (artimanhas) para emaranhar a Justiça da Província (Parênteses meus)” (RPP, 1844, p. 41). Segundo a Tabela IV³⁴ abaixo, podemos observar a relação entre o orçamento, o recebimento do capital e o retorno do mesmo aos cofres públicos na execução da referida obra:

Tabela IV			
Relação de gastos entre as sessões da estrada de Cantagalo à Macaé			
Sessão arrematada:	Orçamento:	Recebidos:	Não retornados:
Cantagalo - Córrego de Luciana	41:172\$000	74:018\$840	32:846\$840
Córrego de Luciana - Sanglard	18:971\$616	73:233\$195	56:263\$509
Sanglard - Porto de Sapucaia	66:226\$000	90:843\$545	24:619\$545
Total do prejuízo acumulado:			113:729\$894

João Baptista Midosi, responsável pela porção que sai do Córrego de Luciana até Sanglard, ainda, “não repôs nos cofres provinciais a quantia de 49:539\$826 em que ficou alcançado para com a província pelos avanços que lhes foram feitos, para construir a porção da estrada hoje arrematada a D. José de Saldanha da Gama”. Além disso, não “tendo pago o seu fiador, foi necessário chama-lo ao juízo dos feitos, e aí longe de satisfazer o seu debito, que lhe foi pedido sem juro, reconvém ele a província, exigindo que esta lhe pague ainda a forte somade 107:478\$571!!” (RPP, 1846, p. 17-20).

A disparidade entre o que foi orçado e recebido na sessão daquele arrematante estaria de acordo com as constantes reclamações municipais sobre as reduzidas consignações que a província disponibilizava, fazendo com que a Assembleia Legislativa Provincial reavaliasse os valores concedidos. Levando-se em consideração a importância daquela estrada, muito provavelmente o capital fornecido estaria de acordo com a exigência local, somado às dificuldades de construção e manutenção da mesma.

Interessante frisar que, pela avaliação do mesmo presidente, apesar do grande prejuízo tomado por essas falhas, as construções dessas três sessões da estrada ainda seriam mais caras se fossem tomadas por administração, que ficaria a cargo do Barão de Araruama e que possuía um planejamento de máxima economia. Nesse sentido, a escolha

³⁴ Dados apresentados pelo Relatório do Presidente de Província (1846, p. 17-20).

sobre o sistema de arrematação nos coloca em outro ponto de reflexão: quem são os arrematadores?

Alcir Lenharo, que trabalha as vias de abastecimento entre os anos de 1808 e 1842, compreende que a construção dos espaços internos na província do Rio de Janeiro são ações próprias de seu tempo. Caracterizadas pela pressão inglesa sobre o mercado externo que, somado a outros fatores da Corte, influenciaram comerciantes portugueses, integrantes da Corte e proprietários de terra em mais altos patamares da elite proprietária de então a deslocarem seus recursos mercantis para o interior da província, integrando o mercado consumidor do centro do Rio de Janeiro com as áreas produtoras de abastecimento no interior, tendo o Centro-sul de Minas Gerais como principal polo fornecedor de produtos e ponto de deslocamento de proprietários (LENHARO, 1992).

Nisso, a integração mercantil, conceituada por Lenharo, nos mostra toda uma estruturação da conexão da Corte com o Centro-sul de Minas Gerais, desenvolvendo crescimento demográfico e ocupação naquele espaço geográfico:

Avançando esta argumentação um pouco mais: a própria colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira foram, basicamente, lastreadas sobre recursos egressos do setor de subsistência mercantil. As rotas de abastecimento facilitaram a penetração e colonização da região, cujas estradas foram povoadas principalmente para dar cobertura aos tropeiros e viajantes que por aí transitavam. Isto para não falar no contingente migrante e no capital oriundo das zonas mineiras em crise e das áreas abastecedoras propriamente ditas (LENHARO, 1992, p. 24)

Dessa maneira, a ocupação de terras no interior da província do Rio de Janeiro trouxe em sua tendência a participação da alta elite proprietária e comerciante para dentro da região do Vale do Paraíba, onde se fortaleceu inicialmente com a produção de subsistência mercantil e, posteriormente o desenvolvimento do café como novo polo exportador. Sendo assim:

O outro grupo [segundo grupo analisado por Lenharo, o primeiro seria o abastecedor do mercado da Corte com poderes políticos limitados ao localismo] procede da Corte e foi recrutado principalmente no alto comércio, nobreza e alta burocracia de estado. Graças a uma política 'generosa' de d. João, também levada adiante por seu filho, vasta extensão de terras foi doada a poucas e ricas famílias da Corte. Complementando a tendência, vários comerciantes compraram terras na região do Paraíba, investindo na produção, em parte para escapar à pressão exercida pelos ingleses no comércio do Rio de Janeiro.

[...]

O segundo grupo apresenta traços de evolução curiosos. Primeiro porque evolui do comércio para a produção agrícola de açúcar e café

principalmente. Segundo porque, sendo esteio do Estado no Primeiro Reinado, foi apeado do poder pelo movimento de 1831 que depôs o imperador.

Nos anos 30, no entanto, pós-período de acomodação com outros contingentes sociais, o grupo formado na região cafeeira do Vale do Paraíba ganhará identidade própria e constituir-se-á na base social do movimento regressista e, portanto, do conservadorismo no Brasil. Em outras palavras, o então grupo de altos comerciantes, nobres e burocratas, identificados com o governo imperial, volta ao poder, lastreado na propriedade escravista de café, fundamentando o Regresso e as bases infra estruturais do Estado nacional (LENHARO, 1992, p. 24).

Por conseguinte, se levarmos em consideração que a proposta de um sistema sólido de arrematação está sendo feito sobre o desenvolvimento de uma sociedade escravocrata e que preza sua hierarquia em prol da propriedade privada, também pode imaginar que esses arrematantes não são indivíduos alheios a este sistema. Seriam, portanto, proprietários em diversos níveis diferentes.

A acomodação da classe dominante nos espaços relativos ao domínio do Estado trouxe as relações existentes que tramitavam entre a ação propriamente estatal, em uma figura pública de autoridade; e a ação da iniciativa privada, que poderia variar mediante a correlação de forças presente no contexto histórico fluminense. De qualquer forma, a preocupação dos conservadores em se aproximar da sociedade civil se manifestava em formas de editais de concursos e chamadas para leilões, que eram realizadas por intermédio dos jornais.

Em cumprimento das ordens de S. Exc. o Ministro do Império, procede-se à arrematação de quem por menos fizer, a obra e conserto da rua da Santa Luzia, à vista de plano e instruções que serão apresentadas. As pessoas que se quiserem encarregar da dita obra, compareçam no Escritório do Largo da Carioca até o dia 16 do corrente, para entender-se com o Sr. Inspetor geral das obras públicas, Rio, 7 de Janeiro de 1837. O Tenente Luiz Carlos da Costa Lacé, Fiscal das obras públicas³⁵.

As arrematações eram leilões que funcionavam de acordo com as necessidades do governo sobre a infraestrutura provincial. Eram através desses concursos que a classe dominante e suas frações tinham acesso aos indivíduos determinados a contribuir com o desenvolvimento estatal e a manutenção da ordem escrava.

Dessa forma, a busca por cidadãos que pudessem suprir os gastos das diversas obras que eram levantadas na província garantia o andamento e desenvolvimento da

³⁵ Biblioteca Nacional, Sessão de Periódicos, Rolo PRC-SPR 1(12), Jornal do Commercio, 1837.

infraestruturaprovincial. O governo, ao lançar o concurso, selecionava aquele cidadão que tivesse o projeto que menos preço trouxesse ao governo provincial, ou seja, o projeto que exigisse a menor ajuda financeira dos cofres provinciais e, a partir daí o arrematante teria contrato assinado junto às autoridades competentes.

Esses arrematadores são colocados em uma categoria abrangente pelo presidente, chamada cidadãos. Dentre os diversos nomes encontrados nos relatórios, não estão esclarecidas suas funções econômicas e títulos, mas estão expostas as funções sociais de alguns arrematadores mencionados. Relembrando que o Estado imperial brasileiro, nas mãos daqueles de pensamento hobbesiano, tem em sua necessidade a centralização e de fomentar relações hierárquicas que estimulem as disputas entre as diversas frações de classe em prol desse mesmo Estado, a classificação de cidadãos também está imersa nos círculos de poder que rodeiam o seu referencial soberano.

Retomando Ilmar de Mattos (1990), ao longo de sua obra, o historiador categoriza o conjunto de cidadãos entre ativos e inativos. Sob a visão do pesquisador que vos escreve, a diferença está pautada, sobretudo, no nível de atuação política entre ambos, sendo o cidadão ativo aquele grande plantador escravista, de forte poder político para seu partido correspondente e para a região a qual faz parte. Os cidadãos inativos seriam, portanto, aqueles que estão imersos no mundo dos homens livres e com diferentes níveis de acúmulo de propriedade capazes de serem vistos enquanto cidadãos pela Constituição de 1824.

Tanto um quanto o outro exercem suas funções intelectuais em prol da sociedade mercantil-escravista e disputam espaços de influência presentes para crescimento social, político e econômico. Sendo assim, uma vez chamados de cidadãos pelo presidente de província, torna-se inviável saber que propriedades acumulavam, que cargos exerciam e se possuíam algum título sem o uso de fontes secundárias e terciárias.

Entretanto, já é possível salientar a abrangência que existe no termo utilizado quando nos deparamos com o seguinte relato:

Para levar a efeito [a construção de duas pontes que venham auxiliar a projeção de uma estrada que atravessa o Rio Paraíba] existe uma subscrição promovida pelos cidadãos coronel Joaquim José Pereira de Faro, José Luiz Gomes, e João Pereira Darrigue Faro, por entre os fazendeiros daquelas partes de Valença, Vassouras e Pirai, e cuja lavoura muito aproveita esse caminho, e monta já seu produto a 3:921\$000, além de serviços de escravos e mantimentos, com que muitos concorrem [grifo meu] (RPP – RJ, 1840, p. 36-37).

Nosso já conhecido João Pereira Darrigue Faro fora vice-presidente da província do Riode Janeiro por quatro vezes, nos anos iniciais de 1850, sendo elevado de Barão à Visconde do Rio Bonito. Joaquim José Pereira de Faro, por sua vez, era negociante português, pai de João Pereira Darrigue Faro, que enriqueceu firmado no comércio e, posteriormente, na lavoura, sendo militar e político ativo no Brasil (SISSON, 1999, p. 369-376).

Além disso, a citação diz que o rendimento de 3:921\$000 é oriundo também de “serviços de escravos e mantimentos”, o que traz a possibilidade de esses cidadãos estarem incluídos no campo da produção de abastecimento no Vale do Paraíba, diretamente vinculado ao Centro-Sul e foco do historiador Alcir Lenharo. Sendo assim, a construção de estradas e melhoramento nos serviços dos tropeiros estaria diretamente ligada aos seus interesses comerciais e políticos.

Outro caso está novamente em Jacob Conrado de Niemeyer. Como já foi traçada a parte de sua biografia que mais nos interessa, Niemeyer reaparece enquanto engenheiro encarregado de arrematar a parte da estrada do Comércio entre os rios Iguaçu e Paraíba.

Segundo o contrato exposto em um relatório, feito pelo próprio engenheiro após a conclusão da obra, seus serviços foram aprovados e celebrados no dia 2 de julho de 1839, com cláusulas adicionais em 7 de agosto do mesmo ano e alterações finais em 17 de dezembro de 1842. A obra correspondia a parte da estrada do Comércio situada entre o rio Iguaçu e a serra do Tingua.

Com toda a sua trajetória e acúmulo sobre os serviços de engenharia, Niemeyer garantiu uma obra que servisse aos interesses econômicos provinciais a partir de baixos custos. Segundo ele, “[...] tudo isto conseguindo com a diminuta quantia de 16:000\$000 rs., [...] é, no meu fraco entender, uma obra efetuada o mais economicamente possível [...]” (NIEMEYER, 1844, p. 6).

Primeiramente, é preciso entender que há um valor simbólico dentro dessas obras para a reputação desses engenheiros. O relatório de Niemeyer apresenta um aspecto dramático de redenção, de alguém que fez um trabalho que julga excelente, mas que precisa apresentar os resultados de maneira modesta, na forma de quitar alguma dívida pendente.

Desejando conservar ilibada a minha reputação, especialmente para com a Assembleia Provincial, e para com os diversos Presidentes, que, desde o Exm.º Snr, Joaquim José Rodrigues Torres, até ao Exm.º Snr. Aureliano de Souza e Oliveira (Coutinho), me tem honrado com a sua

confiança, obtendo de todos, sem a menor exceção, as mais decisivas provas de estima e consideração: sendo o Exm.º Snr. Paulino José Soares de Souza, a quem muito devo, o que mais concorreu para a franqueza das condições com que foi organizado na Vice – Presidencia do Exm.º Snr. Santos Lobo, o 1º Contrato da Estrada do Commercio a 2 de julho de 1839 [...] (Parênteses meus) (NIEMEYER, 1844, p. 3).

Retomando o histórico de punições que o engenheiro recebeu ao longo das décadas de 1820 e 1830, é possível que tenha adquirido imagem negativa com seus pares e agora esteja retomando sua hospitalidade de classe através desse serviço público. Afinal, são as obras que garantem o bom currículo e “provas de conhecimentos profissionais” (RPP, 1854, p. 22) dos engenheiros.

Não obstante fossem necessárias provas, já que, pelo relatório, Niemeyer passou constantemente por avaliações de outros cidadãos, presentes em diversos setores da produtividade econômica, passando de tropeiros até proprietários rurais, a quem chama de “Fazendeiros”. Segundo o engenheiro, o início do procedimento lhe trouxe uma série de reclamações, principalmente dos tropeiros, que tinham dificuldades na passagem das tropas e mercadorias.

Cumpre-me finalmente declarar que muito ocorreu além de meus esforços pessoais, para levar a efeito a empresa, o auxílio dos Fazendeiros, Proprietários, e mais moradores da Estrada; nenhum reclamou, depois que venci as Serras do Tinguá e S. Anna, indenizações, nem murmurou, apesar dos graves prejuízos que muitos sofreram, todos me frequentaram suas Casas, Matos, Boiadas, Tropas, e mais auxílios de que careci, sem nada exigirem, e achando-me com todos na melhor harmonia, ambiciono ocasiões de mostrar-lhes minha gratidão (NIEMEYER, 1844, p. 13).

Quanto ao contrato propriamente dito, o engenheiro se deparou com um compromisso bastante sério, de acordo com o nível de detalhes que o documento trata. A primeira exigência do governo provincial está, o que torna irônica a relação de Niemeyer com os tropeiros, na realização da obra sem afetar drasticamente o trânsito pelos caminhos.

Após a determinação de valores, prazos e possíveis prorrogações, os artigos do contrato revelam verdadeiro manual da engenharia civil, pois já deixam explícitas o que deve ser feito para a construção da estrada e sua pavimentação. É bem verdade que, mediante algumas falas nos relatórios provinciais, essas exigências expõem basicamente o que era fazer uma estrada no Rio de Janeiro durante o século XIX.

Fundamentalmente, o que o arrematante precisava fazer era construir uma

alternativa para o trânsito, nivelar o terreno em áreas de declive, reforçar os precipícios com pedra ou madeira de Lei, construir um sistema de drenagem para evitar a destruição pelas chuvas, construir um sistema de esgoto que escoasse as águas pluviais, construir pontes em áreas de rios e reconstruí-las onde estivessem muito desgastadas ou de tecnologia antiga. A partir daí, a estrada seria devidamente pavimentada e, logo em seguida, deveria passar por toda a manutenção necessária para manter seu perfeito estado em um prazo anual estipulado pelo próprio contrato.

É preciso ressaltar que esse processo era longo e árduo, com duração de anos e eventualidades que poderiam afetar diretamente o orçamento. Por isso, para evitar prejuízos tanto para o arrematante, quanto para a província, o governo exigiu no contrato a presença de fiadores, para o pagamento das multas caso atraso nas construções, e um sistema de pagamento em parcelas do dinheiro voltado para as obras.

3°. O pagamento da mencionada quantia (correspondente ao capital investido na obra pelo governo) será feito adiantado em prestações mensais de cinco contos de réis (5:000\$000) cada uma, excetuando a correspondente ao primeiro Quartel, do corrente ano financeiro, que se realizará integralmente dentro do corrente mês de Julho (Primeiro parênteses meus) (NIEMEYER, 1844, p. 15).

Caso a obra não cumprisse o prazo estipulado e o arrematante pedisse, com antecedência, a prorrogação da entrega da obra, novos cálculos seriam realizados e acrescentados no valor inicial da obra inteira, proposto pelo Artigo 1°, mantendo a mesma forma parcelada de pagamento. O retorno que o engenheiro recebeu fora amplo, o que nos mostra a já falada transcendência social existente entre os arrematadores.

Também chamados de Contratadores, pelo fato de ser considerado o arrematador como aquele que busca o contrato para seus serviços, teriam propriedade sobre a obra assumida por meio de pagamento, como podemos ver no seguinte artigo:

6°. O Contratador também se obriga a ter sempre, dentro de um ano, a partir da data de hoje, sem grandes atoleiros, precipícios, ou circunstancias que vedem o trânsito público em qualquer Estação, a porção d'Estrada acima referida, mediante a quantia anual de dois contos e quatro centos mil réis pagos em cotas no princípio de cada um mês (NIEMEYER, 1844, p. 16).

Ao cumprir suas obrigações enquanto arrematador/contratador, Niemeyer seria responsável pela parte da estrada a qual construiu, conservando-a e recebendo a quantia de 24:000\$000 de réis, ou em dinheiro, ou em apólices tanto gerais quanto provinciais, de acordo com os valores da Junta da Fazenda Provincial. Não são mencionados

privilégios tributários, ou sequer os valores de mão de obra utilizados.

A surpresa que surgiu ao ter acesso ao contrato está justamente no retorno financeiro estipulado ao arrematador. Segundo os relatórios provinciais, o que mais atrai indivíduos para os leilões são justamente os privilégios fiscais que receberiam, seja por abono de alguns tributos, seja pela possibilidade de fiscalizá-los, levando uma porcentagem do que lhe foi coletado sobre determinada barreira, coletoria ou pedágio.

Todavia, pela complexidade de conhecimentos e técnicas que devem compor as habilidades do arrematante, conforme vimos na análise do contrato acima, é de crer que não seria qualquer cidadão a se aventurar nos leilões/concursos abertos pela Assembleia Legislativa. Para as estradas e pontes, o que exige conhecimentos de engenharia, não seriam aqueles mesmos que se fixam na arrematação de barreiras para a coleta dos tropeiros e barcas de passagem. Temos, portanto, algo em torno de um recorte de classe.

Com o avanço das estradas ao longo da província, Darrigue Faro, já como vice-presidente, no segundo relatório de 1854, aponta determinados desenvolvimentos nas arrematações, contando agora com a presença de empresas. Além disso, ressalta que os agentes sociais que considera principais, como fazendeiros “importantes, negociantes ricos, homens ilustrados, colocam-se à testa dessas empresas, e em sua posição e influencia oferecem abonos de que semelhantes ideias passarão brevemente de projeto para realidade” (RPP, 1854, p. 7).

Nesse sentido nos encontramos com o processo de construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Nomeados como empreiteiros, os arrematantes que estariam responsáveis pela construção de determinado pedaço da estrada também entrariam na lógica de propriedade sobre aquele único espaço, tendo privilégios e retorno financeiro sobre sua saga.

Entretanto, também passavam pelas mesmas situações que envolvem as relações financeiras com o governo, já mencionadas anteriormente:

As sessões eram entregues em empreitadas. Os empreiteiros, por sua vez, costumavam subempreitar algumas divisões. Nem sempre este sistema de subempreitadas dava certo. O motivo porque a Companhia não lhes adiantava soma alguma talvez fosse a falta de capital para a instalação do serviço, derrubada e limpeza do terreno; ou porque reconhecessem, depois de assinar o contrato com o empreiteiro, que haviam aceito preços muito baixos. A verdade é que era frequente o abandono dos trabalhos, mal haviam sido começados (EL-KAREH, 1982, p. 65).

É necessário ressaltar que as obras da estrada de ferro estavam a cargo do governo geral em parceria com o do Rio de Janeiro. Portanto, esses empreiteiros não seriam, acredito, nem mesmo arrematadores de grandes estradas que auxiliavam na construção da província fluminense. Dessa maneira, a relação de contrato seria diferente, marcada por quantias fixas – chamadas de “contratadas ‘em globo’” (EL-KAREH, 1982, p. 65) – em que o empreiteiro deveria abraçar e fazer o possível para que a obra não ultrapassasse tais valores.

Tanto o caso dos Darrigue Faro, quanto o de Niemeyer e o da Estrada de Ferro D. PedroII nos aponta que as arrematações seriam mais um dos elos entre frações da classe proprietária e a classe dominante. Sejam arrematações ligadas ao funcionamento da fiscalização de impostos, seja naquelas voltadas para construir estradas e pontes, o marco que a aproximação entre a sociedade civil e a política gera a partir dessa relação de dependência consolidaram a construção da infraestrutura provincial, pois criam a semente onde floresce um modelo administrativo mais avançado e complexo, sendo resultado da experimentação e acúmulo histórico.

Dessa forma, poderíamos dizer que a relação entre as experiências com os arrematadores e os empreiteiros é muito próxima. A partir das experiências adquiridas com o sistema de arrematação e suas diversas tentativas de aperfeiçoamento, foi possível haver a consciência política governamental de arrendar partes da estrada de ferro para a sua construção, assim como foi com diversas estradas ao longo da província fluminense.

Essa situação, bem como diversas outras formas de aproximação entre indivíduos da sociedade civil e a sociedade política, pode ser vista como “sucessivas interpenetrações entre o poder público e o privado que, por sua vez, atestam níveis de aproximação entre o Estado e o setor da classe proprietária [...]” (LENHARO, 1992, p. 70). A situação é relacional no sentido de que o privado age não necessariamente porque o público é momentaneamente incapaz, mas sim por haver uma movimentação de classe para se apropriar dos espaços de relações que estruturam as relações estatais.

Além disso, essa mesma movimentação de classe reconhece as dificuldades materiais que impedem o florescimento desse Estado, o que também impede o desenvolvimento pleno da classe senhorial. Com uma grande população dispersa em áreas interioranas, consideradas como sertão, era preciso atrair a população fluminense para o seu interior e fixá-la de forma a desenvolver a agricultura no local.

Sendo assim, trazer a possibilidade de participação na construção do Soberano, facilitando a circulação de mercadorias com a isenção tributária e com seu crescimento econômico a partir da arrematação de impostos e manutenção de estradas e pontes criou o ambiente propício para a melhor distribuição populacional para o interior, o desenvolvimento do mercado interno e o florescimento econômico-social daqueles que sustentariam culturalmente a classe senhorial.

A “função hobbesiana” e o utilitarismo de Benjamin Bentham dentro da ação das obras públicas se apresentam de acordo com sua principal essência: a existência das leis tanto como legitimação da ação coletiva e do soberano, quanto da cooptação daquele espaço geográfico para o controle do Estado. A atividade legislativa é vital para o funcionamento do Estado, pois é o produto dos debates e acordos ocorridos entre os políticos representantes da nação em disputa pela Soberania.

Portanto, a partir do momento em que o Estado se aproxima e aplica sua Autoridade a partir da Lei Orçamentária sobre determinada obra, ele está dialogando que aquela obra ainda se mantém como pública, mas que está sob responsabilidade privada, ou seja, a Casa teve uma concessão de espaço para onde o Estado não conseguiu atuar (MATTOS, 1990). Fazendo essa análise, é possível que problematizando essa tríade Casa – Rua – Estado e enxergando que as relações políticas são vias de mão dupla, a Casa está sendo reformada para o bom funcionamento da Autoridade e do Estado, deixando de utilizar a Rua como espaço de manifestação, para ser a ampliação do campo da Ordem.

Nesse caso, a criação do costume por parte da sociedade política em exigir participação ativa da sociedade civil na construção da infraestrutura provincial, nos remete a alguns pensamentos: a) uma vez tendo sua Autoridade reconhecida pelos cidadãos que reconhecem a Ordem e se propõem súditos, financiam parte da obra para seus interesses particulares ou coletivos; b) uma vez realizada a obra, o Estado exige a continuação da cidadania com a conservação das mesmas obras, mas caso não seja possível nem arrematar a construção, ou a conservação, o sustento é realizado pelas rendas provinciais, com a presença de seus agentes, os engenheiros; c) a ação do Estado toma maiores proporções, mostrando verdadeiro diálogo entre sociedade civil e política em prol da Ordem, tendo a sociedade política modulando as relações político - econômicas com base nas Leis Orçamentárias, enquanto que a civil enxerga aquelas exigências oportunidades que impulsionem as disputas sociais que ocorrem em seu seio.

Reconheço esses arrematadores, portanto, como segmento social ligado à classe senhorial. A partir do momento em que o arrematador se origina ao propor um projeto economicamente vantajoso para a construção de uma obra para o governo provincial, ele está transcendendo diversas estratificações das classes dos proprietários, sendo difícil definir uma origem específica deles, uma vez que é necessário oferecer ao governo provincial o projeto economicamente mais vantajoso para a execução da obra.

Dessa forma, entram em disputas indivíduos que variam desde grandes até médios proprietários, voltados em seus interesses de progresso pessoal, tanto no campo da política, quanto no da economia. É claro que, ao garantir destaque em meio aos Proprietários de Terras e Escravos, a esse indivíduo naturalmente lhe é exigido a demonstração de sua responsabilidade, dependendo de sua estratificação. O caso dos Faro, por exemplo, de plantadores passou para o círculo da grande política.

A complexidade que existe no campo das arrematações consegue nos mostrar, também, a complexidade que existe na sociedade civil neste período da história brasileira. Já não bastasse as desconstruções produzidas por Piñeiro, citadas no tópico anterior, a respeito da concepção de classe, a ideia de como funcionam as relações dentro da sociedade civil como um todo também aborda as múltiplas ações entre grupos da mesma classe, mas também de classes diferentes, não tornando suas relações sociais estanques, mecânicas e determinadas pelas distinções simbólicas de classe, ou fração de classe.

Terreno de controvérsias ideológicas, de concepções contrapostas de valores e interesses, mas também de diálogo e de consenso, a sociedade civil, para Gramsci, é uma categoria dinâmica, de movimento, capaz de ‘combinar’ na ação grupos sociais diferentes, forças convergentes e situações conjunturais dentro de amplos objetivos estratégicos. É no âmbito das organizações da sociedade civil [...] que se define a política e se opera a ‘compreensão crítica de si mesmos por meio de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes – antes no caminho da ética, depois da política – para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real (SEMERARO, 1999, p. 83).

E ainda:

A formação dessa concepção passa do momento econômico-corporativo, fechado em si mesmo, à consciência de ‘solidariedade’ de interesses entre os membros de um grupo social, no início no campo meramente econômico, até alcançar a consciência de que os próprios interesses devem ‘superar o círculo corporativo [...] e podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados’ (SEMERARO, 1999, p. 83).

Levando-se em consideração que o período estudado pode ser considerado como

uma fase de transição, ou seja, momento de experimentação histórica, logo material, das relações sociais à nível estatal, marcado por uma sociedade civil em complexificação e controlada por instituições públicas fortes, centralizadas e cooptadoras, esse momento de restrição do Estado brasileiro também é marcado por uma fase econômico-corporativa. Significa dizer que o principal meio de acesso que os políticos conservadores, dentro da sociedade política, possuam para os diversos grupos proprietários da sociedade civil está no âmbito da participação econômica.

A abertura dos concursos/leilões para que o cidadão possa se apropriar temporariamente sob responsabilidades legais de uma propriedade pública tem como principal papel a solidariedade entre a sociedade civil e a política. A primeira apresenta seus esforços para a manutenção da segunda, em busca da maturidade própria, enquanto que a segunda exige participação da primeira com a expansão dos valores sociais característicos das frações de classe que a compõem e, assim, constituindo hegemonia.

Entende-se, também, a essa altura da reflexão a difícil e elevada equação política que Gramsci traça: 'Estado ético = sociedade civil = sociedade regulada', onde o Estado se torna ético porque promove o crescimento da sociedade civil sem anular as suas liberdades; e esta, ao amadurecer, dispensa as intervenções exteriores do Estado, porque o grau de socialização e o de responsabilidade alcançados inauguram os tempos novos de uma sociedade regulada pelas suas próprias iniciativas (SEMERARO, 1999, p. 77).

Por isso que afirmo, aqui, que essa relação de solidariedade também é uma relação de dependência, algo quase que simbiótico. O desenvolvimento pleno do Estado parte, dentro da sociedade civil sob o controle conservador, da necessidade real de que a sociedade civil se desenvolva e dela surjam diversos grupamentos sociais capazes de fomentar aparelhos privados de hegemonia.

Obviamente que, dentro da liberdade limitada imposta pela própria filosofia política utilizada pelos conservadores, esses aparelhos devem estar em prol do bom funcionamento social dentro da Ordem. Não à toa são os esforços dos políticos saquaremas, logo em períodos de Regresso, em afirmar as boas oportunidades de atribuírem as obras públicas aos setores particulares da sociedade, colocando-as em arrematação. Também não é à toa o uso dessas arrematações em outros setores para além das obras e fiscalização tributária:

Art. 7º. O sustento, vestuário e curativo de presos pobres será feito por arrematação sempre que for possível efetuar-se esse suprimento por contrato, sendo o preço da arrematação pago por quartéis no tesouro da

província, ou nas coletorias, como for mais conveniente aos arrematadores. O presidente da província marcará em competente regulamento, que servirá de base aos contratos, a qualidade e quantidade do sustento e vestuário, que deve ser fornecido; dando conta dele à assembleia, na subsequente sessão, para ser aprovado, sem prejuízo porém da sua imediata execução (CLDRPRJ, 1840).

Quando não há arrematadores, o poder público assume enquanto administrador. Isso seriam tentativas constantes de a sociedade política buscar na civil aqueles grupos sociais que seriam capazes, de imediato, em auxiliar na formação do Estado, focando os gastos públicos em suas administrações na parte objetiva da classe dominante – exportação de café e uso da força de trabalho escrava – e garantindo a formação superestrutural, subjetiva, de seus cidadãos – educação – enquanto que a infraestrutura, ou seja, o campo material de construção da ordem pública, ficaria sob a ação solidária – dependente – das forças sociais presentes na sociedade civil.

Além do aparelho governamental, portanto, o Estado também compreende ‘o aparelho privado’ de hegemonia ou sociedade civil’. Aqui aparece de maneira muito clara a função que a sociedade civil ocupa dentro do Estado: é o lugar onde se decide a hegemonia, onde confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura (SEMERARO, 1999, p. 76).

Por fim, essas tentativas constantes vêm abrindo os caminhos para grupos sociais mais organizados, ou até mesmo mais afortunados, e garantindo espaços na relação entre o público e o privado, a ponto de construírem seus próprios núcleos de reprodução de conhecimento e hábitos, que futuramente constituiriam aparelhos privados de hegemonia. É possível que, para além da segunda metade de 1850 esses grupos venham surgindo com maior eficácia e se reproduzindo ao longo de todo o império, pois a sociabilidade dentro da sociedade civil vem ganhando espaço com o aumento demográfico e a ampliação das relações econômicas com a expansão de novas áreas cafeeicultoras, mas também industriais, comerciais e bancárias, fortalecendo outros grupos sociais e diversificando as relações econômico-culturais, trazendo mais autonomia para a sociedade civil.

Lista de abreviaturas e fontes

CLDIB: Coleção de Leis e Decretos do Império do Brasil;

CLDRPRJ: Collecção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro;

APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro;

RPP: Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro;

RMI: Relatório do Ministro do Império.

Fontes secundárias

BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 7 vols. 1970.

CAMPOS, F. C. de. **Alguns apontamentos estatísticos sobre a 1ª sessão das Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro no ano de 1842**. Tipografia do Diario, de N. I. Vianna, 1842.

Jornal do Commercio, 7 de janeiro, Ano XI, nº 5, 1837: Rolo PRC-SPR-1(12).

Jornal do Commercio, 3 de março, Ano XV, nº 60, 1840: Rolo PRC-SPR-1.

NIEMEYER, C. J. de. **Relatório dos trabalhos concluídos na Estada do Commercio entre os rios Iguassú e Parahiba, em cumprimento do contracto, aditamento, e alterações a que se obrigue com o governo provincial do Rio de Janeiro**. Tipografia de J. E. S. Cabral, Rua do Hospício, N. 66, Rio de Janeiro, 1844.

SISSON, N. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Coleção Brasil 500 anos. Editora do Senado Federal, Brasília, 1999, 2 vols.

SOUSA, P. J. S. de. **Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil pelo Visconde do Uruguai**. Ed.: B. I. Garnier, Livreiro editor. Rio de Janeiro, 1865, Parte I, tomos I e II.

Referências

COSTA, W. P. **A Espada de Damocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império**. Ed.: HUCITEC, Ed.: UNICAMP, São Paulo, 1996.

EL-KAREH, A. C. **Filha branca de mãe preta: a companhia da estrada de ferro de D. Pedro II**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre política de Maquiavel. *In*: COUTINHO, C. N. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**, vol. 3. Editora: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2007, Rio de Janeiro.

HÖRNER, E. Cidadania e insatisfação armada: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. *In*: DANTAS, M. D. **Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

LENHARO, A. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação político Brasil: 1808 – 1842**. Coleção BIBLIOTECA CARIOCA, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. 2ª edição, Rio de Janeiro, 1992.

MARASCHIN, G. de A. Economia liberal de base escrava: colônias, fazendas e racionalismo econômico no Rio de Janeiro (1840-1850). **Revista Mosaico**, v. 5, n. 1. Vassouras, Rio de Janeiro. 2014. Link de acesso em: <http://editorauss.uss.br/index.php/RM/article/view/913/941>

MARINHO, P. E. M. de M. O Centauro Imperial e o “Partido” dos Engenheiros: a Contribuição das Concepções Gramscianas para a Noção de Estado Ampliado no Brasil Império. *In.*: MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Historiografia no Brasil**. Ed.:EdUFF e FAPERJ. Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

PIÑEIRO, T. L. As Classes Sociais na Construção do Império do Brasil. *In.*: MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Historiografia no Brasil**. Ed.: EdUFF e FAPERJ. Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

PINTO, C. de P. F. “O Imperador reina, governa e administra”: o Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial (1836-1843). **Dissertação** (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2014. Niterói, 2014.

SEMERARO, G. **Cultura e Educação para a Democracia: Gramsci e a sociedade civil**. Ed.: Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999.

O TEMPERO E A RECEITA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA DISCIPLINA DIDÁTICA POR ALUNOS E PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA

*Gabriela Clotilde dos Santos Monteiro
Helenice Maia Gonçalves*

Introdução

A história da Didática tem a sua gênese com a emergência do ensino e o desenvolvimento da sociedade e das ciências, como atividade planejada e intencional dedicada à instrução (LIBÂNEO, 1994). Desde o seu surgimento, com Amós Comênio (1592-1670) que escreveu a *Didáctica Magna* em 1657, a Didática se tornou fundamento da prática educativa, constituindo um conjunto de conhecimentos com o objetivo de fazer conexão entre a teoria e prática educativa.

Para Libâneo (1994), a Didática está situada entre a teoria e a prática docente, tendo como objeto de estudo o processo de aprendizagem na sua totalidade, ligada à teoria da educação, às teorias da organização escolar, às teorias do conhecimento e à psicologia da educação. É o principal ramo de estudos da Pedagogia por investigar os fundamentos, condições e modos de realização do ensino, dos métodos, conteúdos e organização das aulas, fornecendo embasamento para a relação ensino-aprendizagem, eliminando o distanciamento entre a teoria e a prática.

Diante desta definição, e considerando o caso brasileiro, a Didática se desenvolveu na década de 1980, durante o processo de redemocratização política. As pesquisas realizadas nesse período objetivavam conhecer o interior da escola para buscar compreender o cotidiano e as ações do fazer pedagógico, além da preocupação de “como ensinar” de modo fundamentado, a partir de procedimentos e recursos que visassem a eficiência do desenvolvimento da aprendizagem (PIMENTA, 2002).

Estudos sobre a história da Didática no Brasil vêm sendo realizados em maior escala, nos últimos anos, devido a uma maior preocupação com as questões educacionais e pela busca de ações educativas mais comprometidas com as problemáticas sociais e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Mas, para isso, há a necessidade de interligar as dimensões humanas, políticas, sociais e técnicas.

O objetivo desse trabalho é buscar as crenças e valores, as vivências do grupo, consensos, os silêncios, os risos, figuras de linguagem e metáforas que pudessem unificar significados e indicar o núcleo figurativo das representações sociais de alunos e

professores do curso de Pedagogia a respeito da disciplina Didática.

A Didática no Curso de Pedagogia

O Curso de Pedagogia no Brasil foi constituído pelo Decreto-lei n. 1.190 de 1939, que definiu as finalidades da Faculdade Nacional de Filosofia e, como consequência, a preocupação com o preparo de docentes para o Curso Normal. Visava-se a dupla função de formar bacharéis e licenciados para as várias áreas do ensino, dentre as quais a pedagógica, seguindo a forma conhecida como “3+1”, em que as disciplinas de caráter pedagógico - com duração de um ano - estavam justapostas às disciplinas de conteúdo - com três anos. Assim, nos primeiros três anos formava-se o bacharel ou técnico em educação e, posteriormente, após a conclusão do curso de Didática, era conferido o diploma de licenciado em Pedagogia (CRUZ, 2009). Esse Decreto-lei vigorou por 23 anos e manteve a organização curricular baseada na separação entre bacharelado e licenciatura, “causando a dicotomia entre dois elementos componentes do processo pedagógico: o conteúdo e o método, a teoria e a prática” (MARTELLI; MANCHOPE, 2004, p. 3).

Com a licenciatura em Pedagogia, o recém-formado podia atuar como professor da Escola Normal, campo não exclusivo a pedagogos, uma vez que, de acordo com o Capítulo V, Art. 49 da Lei Orgânica do Ensino Normal - Decreto-Lei n. 8.530 de 2 de janeiro de 1946, que se refere aos professores de Ensino Normal, para lecionar nesse nível era suficiente o diploma de ensino superior. Estes, podiam, também, lecionar História e Matemática no antigo ginásio.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, o Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer 251/62, estabelece o currículo mínimo para o curso de Pedagogia. Logo após o Parecer 292/62, que regulamenta as matérias pedagógicas para a Licenciatura, mantendo a estrutura Bacharelado/Licenciatura - embora tenha tentado abolir o sistema “3+1” - foi instituído o princípio da concomitância do ensino do conteúdo e do método. A duração dos cursos de Bacharelado e de Licenciatura passam para quatro anos, respectivamente, sendo seis matérias obrigatórias (Psicologia da Educação; Sociologia Geral, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar) e duas a serem escolhidas pela instituição de ensino entre Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação

Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Teoria e Prática da Escola Média, Introdução à Orientação Educacional. Chaves (2004) esclarece, ainda, que a Didática e a Prática de Ensino deveriam ser acrescentadas, obrigatoriamente, para os alunos que estivessem interessados com a Licenciatura.

Com a reorganização do curso de Pedagogia em 1969, e as nomeações das “habilitações”, conforme determinava a Lei n. 5.540/68, conhecida como Lei da Reforma Universitária, o Parecer 252/69 regulamentou cinco habilitações (Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar) e aboliu a distinção entre o Bacharelado e Licenciatura em Pedagogia. Para qualquer uma das habilitações, o título obtido era o de licenciado, sendo a Didática matéria obrigatória do currículo no Núcleo Comum³⁶. Além disso, instituiu a obrigatoriedade da prática de atividades correspondentes às habilitações sob a forma de estágio supervisionado.

O curso passou então a ser predominantemente formador dos denominados “especialistas” em educação (supervisor escolar, orientador educacional, administrador escolar, inspetor escolar), além de oferecer, na forma de habilitação, a licenciatura em “Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais” e uma formação alternativa para a docência nos primeiros anos do ensino fundamental, onde a disciplina de Didática estava inserida. A dicotomia presente no antigo modelo permaneceu: de um lado as disciplinas dos chamados fundamentos da educação e, de outro, as disciplinas das habilitações específicas.

Nos anos 70, o Conselho Federal de Educação aprovou Indicações e Pareceres relacionados à formação para o magistério, que incluíam as funções docentes e não-docentes para o 1º e 2º Graus, em função da promulgação da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Estas indicações foram: a Indicação 22/73 traçou normas gerais a serem seguidas em todos os cursos de Licenciatura; a Indicação 67/75 prescreveu a filosofia a ser seguida na área pedagógica; a Indicação 68/75 redefiniu a formação pedagógica de todos os cursos de Licenciatura; a Indicação 70/76 regulamentou o preparo de especialistas em Educação; a Indicação 71/76 regulamentou a formação de professores para a Educação Especial. O

³⁶ O currículo no Núcleo comum era composto por Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática.

curso de Pedagogia continuou a formar docentes para o magistério pedagógico de 2º grau (Curso Normal) e especialistas não-docentes para a escola de 1º e 2º graus (CHAVES, 2004).

Oliveira (2001) explica que a formação do professor, a partir do artigo 30 da Lei 5.692/71, é evidenciada por dois esquemas: 1) formação em cursos regulares e 2) a formação regular acrescida de estudos adicionais. Esta última podia ser realizada por meio de cinco níveis de formação de professores: a) em 2º grau para formar o professor para atuar nas quatro primeiras séries do 1º grau; b) em 2º grau com um ano de estudos adicionais, destinada ao professor para lecionar até a 6ª série do 1º grau; c) superior em licenciatura curta, para preparar para o magistério de uma área de estudos e tornar o professor apto a lecionar em todo o 1º grau; d) superior em licenciatura curta mais estudos adicionais, para preparar o professor de uma área de estudos com alguma especialização em uma disciplina dessa área, apto a lecionar até a 2ª série do 2º grau; e) superior em licenciatura plena, destinada a preparar o professor de disciplina, apto a lecionar até a última série do 2º grau.

É nessa década que o curso é desdobrado “ou seja, as antigas tarefas anteriormente concentradas no curso são transformadas em variadas alternativas de habilitações que fariam parte do que passou a chamar de licenciatura das áreas pedagógicas” (FURLAN, 2008, p. 6).

Nos anos 80 e 90 os movimentos em prol da reformulação do curso de Pedagogia são intensos. Em 1981, uma proposta lançada pelo Comitê Pró-participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura – Regional de São Paulo, indicava não apenas a redefinição do curso, como também do destino do bacharelado e da licenciatura. No período é vasta a produção acadêmica voltada para a aproximação dos campos de Didática e Prática de Ensino, tendo como marco o primeiro Encontro de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), realizado em 1982. Nesse encontro, participaram 60 profissionais da área de educação “com o objetivo de revisar os conteúdos das áreas da Didática e Prática de Ensino de forma a contextualizá-los a partir dos determinantes sócio-político, econômico e cultural do país” (TORETTAZEN, 2006, p. 17).

As últimas décadas, marcadas por uma acentuada visão crítica sobre as questões educacionais e pela busca de ações educativas mais comprometidas com as problemáticas sociais e à construção de uma sociedade mais justa e democrática, se voltaram para as

fases iniciais da Educação Básica Nacional (Educação Infantil e Ensino Fundamental), uma vez que nestas etapas inicia-se o processo de escolarização e socialização da criança. A grande preocupação é ainda com a formação docente, principalmente com a formação para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e com o distanciamento entre teoria e prática pedagógica (GATTI, 2010).

A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 introduziu a formação didático-pedagógica como requisito para a docência na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. A Didática passa a ser entendida como elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho docente e foi identificada como um “saber-fazer” (ANDRÉ; OLIVEIRA, 1997).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura (Resolução CNE/CP n. 1/2006), publicadas dez anos depois, enfatizaram a formação docente para o exercício do magistério e definiram atividades docentes como aquelas relacionadas ao “planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas e projetos próprios dos setores educacionais e espaços não-escolares, como também produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico educacional” (Art. 4º, CNE/CP n. 1/2006). A estrutura do curso de Pedagogia deverá respeitar a diversidade nacional e a autonomia das instituições de ensino superior no âmbito de sua gestão pedagógica. Porém, “constituir-se-á de pontos em comum como núcleo de estudos básicos, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltados à área profissional e um núcleo de estudos integradores - enriquecimento de currículo” (Art. 6º, CNE/CP n. 1/2006).

Na estrutura do núcleo de estudos básicos no curso de Pedagogia, encontram-se disciplinas referentes à organização e ao desenvolvimento do trabalho docente, sendo a Didática uma daquelas que têm como objeto de estudo o ensino e como objetivo levar à aprendizagem aos sujeitos-docentes. Está inteiramente ligada à teoria da educação, às teorias da organização escolar, as teorias do conhecimento e a psicologia da educação, sendo considerada a base da prática educativa. Para Libâneo (1994), nos cursos de Pedagogia, a Didática deveria operar entre o conhecimento teórico-científico e o técnico-prático; atuando como uma ponte que interliga a prática e a teoria.

Libâneo (2009) reconhece que a Didática possui dois campos conexos e integrados com o saber e o ensino, e que para ensinar uma matéria não basta dominar os

conteúdos ou ter o domínio da prática de ensino dessa matéria. Para ele, a Didática investiga os fundamentos, condições e modos de realização do ensino, métodos, conteúdos e organização da aula.

Na mesma direção, Martins (2008) considera que a função básica da Didática é dar condições e preparar o futuro professor para criar e produzir conhecimentos, problematizando a sua prática pedagógica, analisando, refletindo novas possibilidades e socializando os conhecimentos adquiridos. A especificidade desta disciplina está na busca de transformações das relações que o discente mantém com o saber, trazendo à tona questões do dia-a-dia escolar para serem analisados por alunos e professores. Deste modo, o ensino de Didática voltado apenas para a operacionalização do processo de ensino e aprendizagem, desvinculado do contexto social, contribui para a formação de um futuro profissional conservador, fundamentado em “receitas”, deixando de lado possíveis conteúdos implícitos nas atividades trabalhadas. Já a Didática voltada apenas para um ensino crítico e transformador, acaba por deixar para trás o fazer pedagógico, os métodos de ensino.

A Didática e o pensamento pedagógico

A disciplina Didática sempre esteve relacionada ao momento histórico pedagógico do país. Segundo Alves (2007), são três os importantes momentos no pensamento pedagógico brasileiro: a Pedagogia Escolanovista, a Pedagogia Tecnicista e as Pedagogias Críticas.

O movimento Escolanovista pode ser associado às grandes mudanças econômicas, políticas e sociais do início do século XX, guiado pela elite intelectual brasileira com o objetivo de levar o país à modernidade, através da Educação. A sua proposta pedagógica tinha um caráter humanista com ideias vindas dos Estados Unidos e da Europa, sendo o seu principal pensador, John Dewey, filósofo considerado um dos fundadores do Pragmatismo. Os escolanovistas difundiam uma concepção liberal de educação e sociedade, onde o processo educativo era centrado no aluno e o seu objetivo era formar um homem integral, levando em consideração o seu desenvolvimento psicobiológico. O professor era visto como um organizador das ações em sala de aula em prol do aprendizado dos alunos. A Didática volta-se para os meios necessários para que ele alcance esse objetivo.

A Pedagogia Tecnicista teve o seu apogeu com o crescimento econômico vivido do país entre os anos 1955 e 1961. Com o aumento do parque industrial, a necessidade de mão de obra qualificada aumentou significativamente, levando a população a uma procura pela qualificação e escolarização suficiente, visando atender a demanda econômica e social do país. O pensamento educacional focaliza agora a instrumentalização e a Didática enfatiza aspectos didático-metodológicos, métodos e técnicas de ensino.

Entre o final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, surge a Pedagogia histórico-crítica em meio à insatisfação da sociedade com o regime militar. Tenta deixar de lado as teorias reprodutivistas para objetivar contribuir no processo de transformação social em prol da classe trabalhadora, com ênfase a aprendizagem dos conhecimentos sistematizados, cabendo ao professor organizar o processo educativo com o objetivo de possibilitar ao aluno uma cultura historicamente elaborada. Nesse momento, a Didática centra-se na democratização dos conteúdos sócio-culturais, científicos e artísticos para as classes populares.

Os anos 90 vão colocar a Didática em foco e tem início o movimento de sua reconstrução, o “movimento da didática em questão”, que, de acordo com Silva (2003), mostrou-se “bastante quebradiço”. Tal movimento pôs em debate a problematização sobre a natureza técnica da didática, a necessidade de situá-la historicamente, contextualizando a prática pedagógica mediadora entre a sociedade e a escola, levantou questões epistemológicas, mas faltou definir os seus fundamentos (SILVA, 2003).

Para André (2000) é nas últimas décadas do Século XX que surgiu a proposta da Didática enfatizar questões do dia-a-dia escolar para que essas fossem analisadas pelos futuros professores nos cursos de formação, favorecendo a articulação entre a teoria e a prática. Nesta mesma direção, Pimenta (2000) defende a construção da teoria didática por meio da triangulação professor, aluno, conhecimento, valorizando a construção de saberes e partindo da prática em consonância aos conhecimentos teóricos. “A didática não se limita ao fazer, só ação prática, mas também se vincula às demais instâncias e aspectos da educação formal” (LIBÂNEO, 2002, p.144).

Candau e Koff (2006, p. 471) entendem que, nos dias de hoje, a Didática deve incorporar, “de maneira crítica, a questão das diferenças culturais, na pluralidade de suas manifestações e dimensões”, mas afirmam que isso ainda está longe de acontecer. A

incorporação de enfoques teóricos-metodológicos, tais como o de um professor reflexivo, um professor-pesquisador, uma identidade docente, as questões relativas ao cotidiano escolar são temas que ganharam força e continuam à influenciar as prática pedagógico-didáticas dos professores.

A pesquisa e os seus resultados

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que objetiva investigar os indícios das representações sociais da disciplina Didática elaborada por alunos e professores de curso de Pedagogia e compará-las. Nas pesquisas qualitativas, os pesquisadores procuram entender e interpretar os fenômenos, através da perspectiva dos participantes da situação pesquisada, tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social.

Para a coleta de dados foi utilizada uma abordagem multimetodológica, com a intenção de se aproximar do objeto sob diferentes perspectivas, o que permitiria penetrar na complexidade do objeto. Como a abordagem multimetodológica parte do princípio que não existe um método específico que seja mais adequado, foram usados diferentes instrumentos, tais como entrevistas, questionários e análise documental, que reforçaram os aspectos qualitativos deste estudo, sem que a sua fidedignidade fosse perdida.

A partir das informações coletadas nos documentos da IES, dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas foi feita uma análise criteriosa dos dados. Buscou-se crenças e valores, as vivências do grupo, consensos, os silêncios, os risos, figuras de linguagem e metáforas que pudessem unificar significados e indicar o núcleo figurativo das representações sociais de alunos e professores do curso de Pedagogia a respeito da disciplina Didática.

As análises empreendidas mostraram que os professores consideram que a Didática apresenta caráter instrumental, embora alguns deles apontem um caráter multidimensional da disciplina em suas falas. Ao retratarem a prática em sala de aula, a Didática é definida sempre como instrumental. Os alunos, em consequência, têm as mesmas expectativas em relação à disciplina e apontam a Didática como uma disciplina capaz de dar suporte instrumental ao que farão quando professores. É a disciplina onde são ensinados métodos e técnicas de “como dar aula”, de como “comportar-se em sala de aula”. Acreditam, então, que haja “receitas” de como ministrar uma boa aula. Portanto, é

possível identificar também uma metáfora que condensa as representações sociais de Didática por meio da análise das falas dos alunos: “Didática é como se fosse uma receita”, muito próxima à metáfora associada à disciplina pelos professores. São os instrumentos que não podem faltar a qualquer professor.

Tanto professores quanto alunos ancoram os significados atribuídos à disciplina na Didática Instrumental, cristalizada nos compêndios e manuais utilizados nos cursos de Pedagogia. Uma evidência disso está presente nas falas dos sujeitos ao caracterizarem a Didática como uma disciplina voltada para o “aprender a fazer”, para a técnica.

Com relação à objetivação, parece que professores e alunos suplementam a função instrumental da disciplina e subtraem sua função reflexiva, distorcendo as informações que obtém da literatura mais recente sobre o tema.

Considerações Finais

A pesquisa que originou este texto teve como objetivo buscar indícios das representações sociais da disciplina Didática elaboradas por professores e alunos de Curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada no Município de Maricá no Rio de Janeiro.

As análises empreendidas mostraram que os professores parecem não perceber a relação entre teoria e prática proporcionada pela disciplina Didática e consideram o seu caráter instrumental, embora alguns deles apontem a multidimensional da disciplina em suas falas. Ao retratarem a prática em sala de aula, a Didática é o que os ajuda a serem criativos, a temperarem o ensino.

Os alunos, em consequência, têm as mesmas expectativas em relação à disciplina e apontam a Didática como uma disciplina capaz de dar suporte instrumental ao que farão quando professores. É a disciplina que ensina métodos e técnicas de “como dar aula”, de como “comportar-se em sala de aula”. Acreditam que haja “receitas” de como dar uma boa aula e é isso que gostariam de aprender. Portanto, é possível identificar também uma metáfora que condensa as representações sociais de Didática por meio da análise das falas dos alunos: “Didática é como se fosse uma receita”, muito próxima à metáfora associada à disciplina pelos professores. São os apetrechos que não podem faltar a qualquer professor para dar aula: a criatividade (o tempero) e os métodos e técnicas (a receita).

Tanto professores quanto alunos parecem ancorar os significados atribuídos à

disciplina na Didática instrumental, cristalizada nos compêndios e manuais utilizados nos cursos de Pedagogia. Uma evidência disso está presente nas falas dos sujeitos ao caracterizarem a Didática como uma disciplina voltada para o “aprender a fazer”, para a técnica e os métodos de como fazer.

Com relação à objetivação, parece que professores e alunos suplementam a função instrumental da disciplina e subtraem a sua função reflexiva, distorcendo as informações que obtém da literatura mais recente sobre o tema.

A disciplina Didática ministrada nesta IES tenta articular a teoria e a prática, ainda que, com pouca relevância. Esta articulação está mais evidente nas disciplinas Fundamentos Teóricos e Metodológicos, mas não na disciplina Fundamentos da Didática I, que tem equivalência com a Didática Geral.

Todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem da IES defendem que a disciplina Didática é fundamental para o curso de Licenciatura em Pedagogia, que é importante na formação docente por promover debates sobre aspectos educacionais relevantes, sobre métodos de ensino, técnicas e ações referentes ao trabalho docente. No entanto, o que prevalece é a instrumentalidade que a disciplina proporciona e que remete ao “o que ensinar”, “como fazer”, “sob que condições” e “para quem se ensina”, em detrimento das reflexões sobre a prática educativa. Mesmo informando que a Didática não pode ser mais vista como um simples instrumento para ensinar as ações práticas a serem desenvolvidas em sala de aula, os professores a defendem dentro da perspectiva da racionalidade técnica.

O que se propõe hoje para a disciplina é uma Didática voltada não só para a instrumentalização, mas também uma Didática que tem função social, humana e política, vinculada à prática de ensino. Porém, isso implica uma nova estruturação da disciplina, onde o professor possibilitará aos alunos reflexões acerca de suas crenças, ideais e valores e, sobretudo, sobre o seu papel na sociedade. É necessário empreender esforços para restituir à Didática o seu papel de mediação entre os conhecimentos técnico-científicos e os teórico-práticos inerentes ao trabalho docente, tomando a realidade do cotidiano escolar como ponto de partida.

A Didática é uma disciplina imprescindível para a formação docente, uma vez que possui um corpo de conhecimentos próprios, que não é e nem pode ser importado de outras áreas do conhecimento. O seu objeto de estudo é a prática pedagógica – o “como

fazer” – porém este só tem sentido quando entrelaçado ao “para que fazer” e ao “porque fazer”.

Referências

ALVES, W. P. A formação de Professores e as Teorias do saber docente: Contextos, dúvidas e desafios. **Pesquisa e Educação**, São Paulo, n. 002, ano/vol. 33, p.263-280, maio-agosto. 2007.

ANDRÉ, M.E.D. Tendência no ensino de didática no Brasil. *In*: PIMENTA, S. G. (org.). **Didática e formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e Portugal**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.191-204.

ANDRÉ, M.E.; OLIVEIRA, M.R.N.S. **Alternativas do ensino da didática**. Campinas: Papirus, 1997

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 15 de maio de 2006. Publicada no Diário Oficial da União em 16 de maio de 2006.

CANDAU, V. M.; KOFF, A. M. N. S e. Conversas com... Sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 95, p. 471-493, maio/ago. 2006 471. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 01/06/11..

CHAVES, E. O. C. O curso de Pedagogia: um breve histórico e um resumo da situação atual. **Caderno CEDES**, São Paulo, v.1, n.2, p.47-69, 1981.

CRUZ, G. B. da. 70 anos do Curso de Pedagogia no Brasil: uma análise a partir da visão de dezessete pedagogos primordiais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1187-1205, set./dez., 2009.

FURLAN, C. M. A. **História do curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005**, p. 3862-3875. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164_885.pdf Acessado em: 3/4/2021.

GATTI, B. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação**. São Paulo: Cadernos Pedagogia Universitária – USP, 2009.

MARTELLI, A. C.; MANCHOPE, E. C. P. A história do curso de Pedagogia no Brasil: da sua criação ao contexto após LDB 9394/96. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, v. 3, n. 1, p. 1-21. 2004. Disponível em <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/517/400>. Acesso em: 24/04/11.

MARTINS, P. L. O. O campo da didática: expressão das contradições das práticas. *In: Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores*. XIV ENDIPE, 2008.

OLIVEIRA, P. M. de S. Formação pedagógico-didática de professores do curso de pedagogia e desempenho docente. **Dissertação** (Mestrado em Educação) 2009, Universidade Católica de Goiás, Goiânia 2001.

PIMENTA, S. G. Para uma resignificação da didática – ciência da educação, pedagogia e didática (uma revisão conceitual e uma síntese provisória). *In: PIMENTA, S. G. (org.). Didática e formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e Portugal*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 19-76.

PIMENTA, S. G. A pesquisa em Didática – 1996 -1999. *In: CANDAU, V. (org.). Didática, currículo e saberes docentes*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, E. N. da. A Didática pós moderna em questão. **Intellectus**. Revista Acadêmica Digital do Grupo Polis Educacional, ano 1, n. 1, p. 61-70, jul/dez 2003. Disponível em <http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/>. Acesso em 31/05/11.

TORETTAZEN, E. Pedagogia da Terra: A Formação do Professor sem-terra. **Dissertação** (Mestrado em Educação) 2006, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES 2006.

A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA, ENTRE DESAFIOS E SOLUCIONISMOS

*Luis Filipe Bantim de Assumpção
Bruno Brandão Augusto*

Como parte das Ciências Humanas, é papel da História se preocupar com o desenvolvimento dos seres humanos, em sua integridade. Essa característica reforça a sua responsabilidade política, social e cultural do conhecimento histórico na vida das pessoas. Dessa maneira, tanto um ensino empenhado em favorecer a História, quanto um que venha a minimizá-la, reiteram que a sua responsabilidade extrapola os limites das instituições de ensino.

Consideramos como objeto desse trabalho dois debates manifestados na Base Nacional Comum Curricular, cuja versão final foi publicada em 2018. O primeiro remete à premissa de que o ensino venha favorecer a “crítica sistemática à ação humana, as relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes” (BRASIL, 2018, p. 353). Desse modo, a História Ensinada deve contribuir para que o sujeito se constitua enquanto cidadão, ciente de seu papel político-social e disposto a tornar a sociedade um espaço democrático de convivência. O segundo consiste na problematização do Ensino de História na Educação Básica em meio à difusão tecnológica, considerando como fundamental à discussão sobre os desafios de se promover uma educação crítica empenhada com pessoas conscientes de seu papel em meio à sociedade que as cerca, em meio à tendência tecnicista e ao imediatismo da “Geração Z”³⁷. Dessa maneira, tomaremos a BNCC como o ponto de partida para discutirmos a relação entre ensino e o uso de tecnologias, para daí pensarmos o Ensino de História em particular.

Tecnologia e BNCC: algumas considerações

Ao longo de seu texto, a BNCC mobiliza com insistência o uso da tecnologia na formação dos estudantes, concomitantemente à necessidade de se tornar os jovens críticos. Logo a correlação entre esses termos torna-se o objetivo maior proposto pela

³⁷ A geração Z corresponderia às pessoas que nasceram entre 1989 e 2010, cuja principal característica é “zappear”, ou seja, se utilizam de um controle remoto para mudar rapidamente a atenção daquilo que fazem, além de quererem fazer várias coisas ao mesmo tempo e, raramente, se envolverem plenamente com aquilo que fazem. Essa seria uma geração “silenciosa”, visto que se utilizam de fones de ouvido em demasia e por falarem pouco, levando o jovem ao “egocentrismo” (CERETTA; FROEMMING, 2011, p. 19-20).

Base, considerando que o esforço científico interpretativo é capaz de revelar concepções específicas para o Ensino de História. Isso porque na sua abordagem – oficial – identificamos limitações e usos funcionalistas de seus conteúdos, servindo mais à precariedade do ensino na compreensão e na problematização de acontecimentos históricos, do que ao esperado coeficiente de capacidade de intervenção no mundo, autonomia e outros objetivos primários indicados na proposta.

Dito isso, o nosso objetivo é discutir sobre o uso de tecnologias no Ensino de História na Educação Básica, em conformidade às determinações da BNCC. Para tanto, mobilizamos o conceito de solucionismo, formulado por Evgeny Morozov, cuja devida adaptação nos permite criar meios de ponderar criticamente a relação entre as possibilidades e limitações que a BNCC estabeleceu com os usos das TIC e das TDIC na educação brasileira. Desse modo, duas coisas precisam ser inicialmente reforçadas: 1) a tecnologia é uma realidade que não deve ser ignorada, nem mesmo nos ambientes de ensino; 2) ela precisa ser melhor utilizada para fomentar, em particular, o conhecimento histórico e a produção historiográfica. Por essa razão discutiremos os contextos aplicados que podem deformar as concepções “ideais” do uso da tecnologia, produzindo na prática uma conotação de panaceia, onde o instrumental tecnológico se sobrepõe às demandas sociais e estruturais, criando a falsa impressão de que os seus produtos são soluções automáticas para problemas profundos.

Refletir sobre a plausibilidade e os desvios contidos nas propostas da BNCC para o Ensino de História, está muito além de situa-la entre os termos de adequado ou inadequado, viável ou inviável. Nesse sentido, abordaremos os desdobramentos teóricos e empíricos de suas proposições, que emergem das interlocuções entre professores e estudantes, mas que o texto da BNCC por vezes ignora, por outras silencia. Com isso, vemos a produção de um emaranhado de códigos e estruturas programadas, que geram tanto o risco de diluição do debate quanto à ameaça de “desidratar” o currículo do Ensino Escolar, em geral, e o Ensino de História, em particular.

Mediante o exposto, na introdução da BNCC (BRASIL, 2018, p. 9), os seus organizadores são enfáticos quanto ao uso da tecnologia no Ensino Básico, pois, esta resolverá diversos problemas em sociedade. Nas “Competências Gerais da Educação Básica”, no tópico 5, temos:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação [TDIC] de forma crítica, significativa, reflexiva e ética

nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 9).

Embora essa assertiva se alinhe às demandas do mundo “globalizado” que vivenciamos, ela parece solapar problemas que se tornaram evidentes para os brasileiros em tempo de pandemia, a saber, a exclusão e as barreiras digitais. O potencial pedagógico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) é evidente, mas, o atual cenário do país demonstra que essas não podem ser tomadas como resposta para os problemas vivenciados pela a educação no país. Na verdade, tanto as TDIC quanto as TIC são ferramentas datadas e precisam ser tomadas em função do seu contexto histórico. Juana Sancho-Gil (2018, p. 611) adverte que todos os desenvolvimentos tecnológicos voltados à educação foram celebrados como a solução dos problemas pedagógicos de suas épocas. No entanto, muitas dessas inovações se mostraram ineficazes e logo se tornaram inviáveis, por vezes, pela própria condição de superação tecnológica característica de sua época. Assim, Sancho-Gil (2018, p. 612) declara que tais aspectos promovem uma vivência de “ansiedade tecnológica”, que nos leva a buscar e a investir – tempo e recursos – em aprimoramentos didáticos em TDIC com a falsa esperança de que estas nos tornarão “[...] indivíduos capazes de aprender e contribuir positivamente para o seu entorno, o ambiente à sua volta”.

Se tomarmos a afirmação de Sancho-Gil com o trecho da BNCC citado, nos parece que a crítica da autora se tornou uma realidade no Brasil. Os autores do documento normativo parecem empolgados com o uso de novas tecnologias junto ao ensino, destacando que os estudantes – em uma relação de causa e efeito – poderão criar TDIC capazes de resolver problemas individuais e sociais. Longe de sermos pessimistas, o posicionamento da BNCC não coaduna à realidade da maioria de nossa população, sobretudo pela sua diversidade socioeconômica.

Outro aspecto ignorado pelo documento, em relação ao dado contexto, inscreve-se nos argumentos de Bernardo Sorj (2018, p. 150) ao enfatizar que ainda precisamos investir significativamente na cidadania digital dos brasileiros, pois, carecemos de uma democratização do acesso digital. Embora a difusão no uso de smartphones tenha permitido que uma ampla parcela da sociedade acessasse a internet e se utilizasse de aplicativos diversos, a maior parte dos brasileiros subutilizam a rede por estarem em uma

situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso nos leva a questionar se, de fato, existe inclusão digital em nosso país.

Com a pandemia de Covid-19, fomos levados a empregar as TDIC em sala de aula para que o ano letivo de 2020 tivesse continuidade. A situação foi difícil, pois muitos professores tiveram que investir em recursos tecnológicos, como computadores e a melhoria de sua internet, enquanto que os estudantes se viram imersos no processo de ensino-aprendizagem a partir de suas residências. Em suma, tanto os professores quanto os jovens não tiveram garantidas a mesma contrapartida, ou seja, condições de acesso aos aparatos tecnológicos compatíveis à nova proposta de ensino, contingenciada pela situação sanitária³⁸.

O cenário pandêmico fez com que os profissionais da educação, as instituições de ensino e as famílias se mobilizassem para juntos, superarem essa lacuna no processo educacional. Em pouco tempo, a grande maioria das pessoas se manifestaram contrárias ao ensino remoto, visto que nunca foram levadas a pensar essa modalidade como uma realidade pedagógica. Isso também evidenciou a severa disparidade entre os estudantes de escolas privadas – que tiveram condições de continuarem o ano letivo, ainda que não estivessem habituados com um ensino plenamente remoto – e os jovens matriculados em escolas públicas brasileiras de diferentes regiões do país.

Ana Bárbara Gomes, Felipe Duarte e Paloma Rocillo (2020, p. 25) citaram dados da Cetic.br de 2018, para informar que 97% das escolas urbanas brasileiras têm acesso à internet, enquanto que em áreas rurais somente 37% das unidades escolares contam com computadores conectados à rede³⁹. Os autores esclarecem que esses dados indicam somente que a escola detém pelo menos um computador conectado à internet, o qual pode servir para funções administrativas. Esse cenário se agrava quando pensamos a questão do acesso domiciliar à internet. Gomes, Duarte e Rocillo (2020, p. 25-26), ao citarem uma pesquisa realizada pelo IPEA em 2010, evidenciaram que o gasto dos brasileiros com banda larga era de 4,5% da renda *per capita*, em 2009. De acordo com o relatório *Assessing Internet Development in Brazil*, da UNESCO (2019, p. 101), existe um grande disparate entre as regiões com acesso à internet no Brasil, onde o Sul e Sudeste se

³⁸ Embora antes a pandemia, muitos professores de instituições privadas tenham realizado capacitações visando o uso gradativo de materiais didáticos em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a sua aplicação em sala de aula era tímida.

³⁹ Para tanto, vide <https://www.cetic.br/tics/educacao/2018/escolas-rurais/B2A/>. Consultado em 5 de outubro de 2021.

destacam pelo acesso, enquanto o Norte e o Nordeste mantêm uma diferença de quase 50% se comparados aos primeiros.

Mesmo com o aumento da conectividade brasileira, este se deu com a ampliação do consumo de celulares e smartphones. Para Gomes, Duarte e Rocillo (2020, p. 26) esse é o resultado do estímulo e do suporte das “empresas de telecomunicação e às políticas de inclusão de consumo, que fizeram com que a aquisição de smartphones fosse possível para uma grande massa da população”. Os dados apresentados pelos autores destacam que a população mais pobre no Brasil passou a ter acesso à internet por meio de redes de dados móveis. Embora esse tipo de conectividade seja mais barato, o seu uso/consumo não pressupõe a devida apropriação das TDIC, posto que os planos de internet mais acessíveis à população, não favorecem o uso de todos os recursos da rede pelas pessoas (GOMES; DUARTE; ROCILLO, 2020, p. 26-27). Para complementarmos as informações apresentadas, a página “Brasil, país digital”⁴⁰ destaca que mais de 90% dos estudantes da região Sudeste – seja em escolas públicas seja em escolas particulares – tiveram acesso à internet durante a pandemia. Mesmo entre esses estudantes, a diferença no uso da rede foi de 7,7%. Por fim, a página informa – com base na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) contínua – que 94,7% dos estudantes utilizavam o celular para estudar.

Ao cotejarmos essas informações temos que o último percentual apresentado é alarmante, afinal, como havia sido exposto, o acesso à internet por dados móveis a preços acessíveis não garante a plena utilização das TDIC. Na sua maioria, o uso da internet móvel pelos estudantes era somente para assistir as aulas, seja de forma síncrona seja assíncrona, sem levarmos em consideração atividades avaliativas, trabalhos e demais recursos cobrados pelas plataformas de ensino remoto e AVAs.

Diante dessas questões, retomamos à BNCC e a sua expectativa quanto ao emprego de TDIC no Ensino Básico brasileiro. As informações estatísticas apresentadas e a análise crítica de uma parcela desses dados demarcam a incongruência entre as determinações curriculares governamentais e a realidade de nossa população, com ênfase às parcelas que residem em áreas carentes ou fora de grandes centros urbanos. De todo

⁴⁰ Vide <https://brasilpaisdigital.com.br/pesquisa-do-ibge-revela-que-41-milhoes-de-estudantes-da-rede-publica-nao-tem-acesso-a-internet/#:~:text=pa%C3%ADs%20digital%20%2D%20%23BrasilPaisDigital-Pesquisa%20do%20IBGE%20revela%20que%204%2C1%20milh%C3%B5es%20de%20estudantes,n%C3%A3o%20tem%20acesso%20%C3%A0%20internet&text=Em%202019%2C%20cerca%20de%204,s%C3%A3o%20alunos%20da%20rede%20p%C3%ABlica>. Acessado em 5 de outubro de 2021.

modo, a eficiência esperada dos estudantes com o uso de TIC e TDIC nos leva a repensar o tipo de atividade pedagógica na qual estamos imersos. Segundo Andréa Villela Mafra da Silva essa é uma característica do neotecnicismo, ou seja:

[...] um processo de ensino e aprendizagem centrado nos resultados, no qual se propõe a mesma racionalidade técnica dos anos setenta, para assim garantir a ‘eficiência e a produtividade’ na educação [...] em função desse contexto, as políticas educacionais passam a enfatizar o critério da qualidade com base em um fundamento – a utilização intensiva das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, como estratégia [...] de adequação da educação escolar à sociedade de informação (SILVA, 2018, p. 10).

Não sem motivos, muito do conteúdo regular do currículo escolar foi resumido, em prol dos “itinerários formativos da BNCC”. O pretense objetivo destes é assegurar o “protagonismo juvenil” em busca de resultados práticos na vida dos estudantes e, conseqüentemente, da sociedade na qual estes estão inseridos. De imediato, isso não é um problema, mas, a ênfase dada ao empreendedorismo com o uso de tecnologias esbarra nas características socioeconômicas brasileiras que culminam na exclusão e nas barreiras digitais. Se a organização curricular, a partir da BNCC, lida com a flexibilização visando resultados práticos e a elaboração de produtos que melhorem a sociedade, a mesma parece ignorar a realidade diversa na qual a nossa população se encontra imersa. Como os nossos estudantes poderão desenvolver “[...] produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso de tecnologias”⁴¹, se o acesso básico à internet continua deficitário?

É nesse cenário que citamos a contribuição teórica de Evgeny Morozov com o conceito de solucionismo, o qual se define como a ideia de que problemas complexos são solucionados com práticas, atividades e/ou medidas, sobretudo, digitais. Embora a efetividade e o excesso de informações trazido pelo ideal solucionista evidencie os problemas vivenciados em sociedade, este só define uma problemática e não busca a sua uma efetiva solução⁴² (MOROZOV, 2013, p. 1-5). Essa postura simples presume os problemas que almeja resolver ao invés de esquadrinha-los. Assim, o solucionismo busca por respostas antes de serem feitas as perguntas, fazendo da forma como os problemas

⁴¹ Trecho da Resolução CNE/CEB nº3/2018, Art. 12, §2º, item IV.

⁴² Morozov (2013, p. 57) cita o caso de empresas que, por meio de plataformas de serviço digital, conectam consumidores aos fornecedores do serviço. No entanto, o fato de conectar exime a empresa que conecta as partes de se responsabilizar pela atitude dos participantes – sendo que essas leis de convivência são um dos pilares do Estado regulador moderno. Para tanto, temos os exemplos da Uber e do iFood, as quais são empresas de comunicação e não de transporte e entrega, respectivamente.

serão elaborados tão importante quanto à maneira como serão resolvidos (MOROZOV, 2013, p. 6).

Conjeturando Morozov (2013, p. 48) para pensar o cenário educacional brasileiro, a tecnologia transmite a falsa impressão de que as suas necessidades são facilmente solucionadas com o compartilhamento de dados. Isso culmina em um “socialismo defeituoso”, cujo enfoque é afirmar que tanto o pobre quanto o seu vizinho (cada vez mais rico) estão tendo condições igualitárias de consumo de dados e informações em rede (MOROZOV, 2013, p. 48-49). Dito isso, afirmamos que o conceito de solucionismo se adéqua aos ideais da BNCC, posto que esta enfatiza a importância do tecnológico para suprir problemas profundos e antigos que acometem a educação brasileira. Tal posicionamento é endossado pelos dados citados anteriormente, os quais demonstram que existe uma barreira digital abrangente que inviabiliza a democratização do uso da rede e não favorece à realização dos objetivos propostos pela Base Nacional.

A partir do conceito de solucionismo é possível analisar os aspectos pedagógicos que, pelo formato inscrito na proposta da BNCC, devem ser retomados com cautela. Isso porque, defendemos que o direcionamento descuidado para os objetivos propostos pela Base, reproduzirá uma condição alienada e alienante dos conjuntos dos sujeitos sociais envolvidos pelo processo de ensino-aprendizagem previsto. Portanto, não tratamos aqui de um antagonismo cego às propostas da BNCC, cuja participação de professores e demais profissionais da educação em sua gestão está presente, mas sim, chamar a atenção para o atual contexto de avanço neotecnicista que, ao mesmo tempo, é potenciado e justificado pelas mazelas sociais e sanitárias que vivenciamos. Dessa forma, vemos tecer um enredo de superdimensionamento no discurso de “solução tecnológica” como descrito no conceito de solucionismo, tal qual já apresentado nesse estudo.

Em termos do entendimento crítico do conjunto de sujeitos e interações envolvidas nesse processo, cabe localizar um ponto importante nesse debate: a gestão de Michel Temer e a decorrente reforma do Ensino Médio, a qual reduziu ou marginalizou as disciplinas reflexivas da BNCC.

O posicionamento acima evidencia as contradições da História Ensinada, posto que a nossa experiência docente manifesta que a Pedagogia Tradicional – em seus termos, métodos e propostas – ainda constitui realidade no Rio de Janeiro. Muitas instituições, sobretudo privadas, em meio à dinâmica mercadológica, exigem que os professores sigam

fielmente o conteúdo do material didático, não como elemento potenciador da aprendizagem, mas como produto do “pacote” de serviços que deve ser consumido, muitas vezes indiscriminadamente – mesclando o uso de livros/apostilas com aplicativos e AVAs. Esse cenário lida com a relação contratual entre as escolas, os responsáveis e as editoras, cuja propaganda assegura que ao final do processo de consumo de seus “pacotes” de aprendizagem, acrescidos dos anos de estudo regular, os estudantes terão uma quantidade exacerbada de conhecimento, estando preparados para as avaliações de seleção das universidades ou afins. Logo, temos uma nova interpretação do ensino tradicional e bancário, pois espera-se que os estudantes memorizem o conhecimento “transmitido” pelo professor que, ao “depositar” o seu saber no aprendiz, torna-o capaz de realizar provas e concursos acadêmicos e profissionais – sendo este o “único meio” de garantirem um “futuro digno” em um mundo globalizado e consumista (ANDRADE; FELIPE; MEDEIROS, 2020, p. 72).

Logo, os apontamentos aqui levantados somados aos indícios apresentados e a nossa experiência docente, evidencia que o solucionismo é uma realidade na educação brasileira, como se demonstra com a BNCC. De todo modo, os instrumentos e produtos tecnológicos – muitas vezes resumidos às TDIC – se tornaram “promissores” no Brasil com a emergência da pandemia. Contudo, o disparate socioeconômico da população brasileira reforça a necessidade de revermos a nossa atuação em sala de aula, mesmo com as determinações legais advindas da BNCC. Sendo assim, iremos analisar a relação da tecnologia e o Ensino de História em função do atual cenário social e com o estabelecimento da Base Nacional como instrumento curricular norteador.

O uso da Tecnologia, a BNCC e... o Ensino de História?

Se a História, enquanto ciência e disciplina, se utiliza do passado como objeto para conjeturar percepções, interpretações e soluções para problemas contemporâneos, o ato de ensinar História também se insere nos debates atuais. Afinal, o Ensino de História está diretamente associado às demandas de uma sociedade para com a “sua memória”, mantendo viva a lembrança daquilo que é considerado elemento identitário e digno de figurar os materiais didáticos desta disciplina. Com isso, nos cabe ressaltar que essa construção sempre estará sujeita à produção de significados e, por esse motivo, deve ser pensada em função das necessidades e anseios das pessoas que dela se utilizam e que

contribuem para a sua construção. O conhecimento histórico proporciona, nesse contexto, o fomento de mecanismos que nos ajudam a pensar o nosso lugar no mundo e a relação desse lugar com os outros.

Embora as discussões mais atuais possam se adaptar para pensarmos o tempo pretérito – como questões de gênero no mundo antigo, as conexões políticas entre entidades culturais diversas e geograficamente distantes, a densidade de mercado em comunidades pré-capitalistas etc. – a História ensinada nas escolas conserva o elitismo de sua abordagem e temáticas. Basta considerarmos a História do Brasil Republicano que, em grande parte dos livros didáticos, é dividida em função dos seus governantes, tecendo imagens dos grandes homens que são lembrados pelos seus feitos esplendorosos. Por outro lado, o resto da população é esquecida e deixa de figurar nos anais da memória nacional, esvaziando os sentidos propostos por uma infinidade de sujeitos históricos, que ao terem as suas trajetórias de vida relegadas inviabilizam novas abordagens, interpretações e conhecimentos dos acontecimentos históricos. Na prática, essa dinâmica invalida o maior objetivo posto pela BNCC em debate, a saber, o estímulo à capacidade de reflexão crítica das novas gerações.

Isso se torna manifesto quando tomamos as “Competências específicas de História para o Ensino Fundamental” (BRASIL, 2018, p. 402), onde vemos a mescla entre o conteúdo temático, uma abordagem crítica e o uso consciente dos instrumentos tecnológicos nas aulas de História.

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Ainda que os tópicos 1 e 2 tenham os conteúdos semelhantes, ambos prezam pela criticidade do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes em aulas de História, no decorrer do Ensino Fundamental. O tópico 3 se mostra promissor, posto que manifesta a necessidade de levar o discente a expor as suas ideias e percepções de mundo, com vias à História. Trabalhar com hipóteses é importante para iniciarmos um processo de ensino pautado na cidadania, uma vez que a elaboração de argumentos em uma via dialógica é algo que se inicia na escola – em muitas situações – e se aprimora com a vida em comunidade. Ainda no tópico 3, vemos possibilidades efetivas de se implementar as TDIC como instrumentos de estudo e pesquisa, afinal, o acesso a muitas mídias e linguagens foi facilitado com o desenvolvimento das tecnologias digitais.

No item 4, a percepção do outro nos ajuda a (re) afirmar a diversidade no ensino, cuja plena realização acontecerá com a formação de cidadãos mais tolerantes e respeitosos. Essa perspectiva coaduna não somente o propósito da História, como também as Ciências Humanas, em prol de uma sociedade mais justa. O tópico 5 nos chama a atenção para um termo, a saber, o de mercadoria. Essa visão se mostra generalista, haja vista que os bens que circularam entre comunidades no decorrer do tempo e em territórios diversos, nem sempre foram considerados como “itens de mercado”. É possível que esse tipo de abordagem esteja naturalizando a troca comercial como uma prática antropológica, que ao ser tratada de modo descuidado, torna o capitalismo e a globalização como “destinos” da “evolução humana”.

Uma alternativa possível a esse tipo de abordagem seria a utilização da Teoria de Redes⁴³, a qual nos fornece mecanismos teórico-metodológicos para analisar – por meio de indícios de naturezas diversas – as relações e vínculos estabelecidos entre sujeitos e comunidades no decorrer do tempo, mas, sem obrigatoriamente priorizar a supremacia de um grupo sobre outro. Segundo Claire Lemerrier (2015, p. 285-291), as análises em rede nos levam a cruzar estruturas e instituições, e não somente os seres humanos e as suas dinâmicas. Se considerarmos que as redes fomentam relações e dependências mútuas,

⁴³ Para um exemplo detalhado da aplicação da Teoria de Redes em um estudo de História, vide Assumpção (2019).

vinculando pessoas umas às outras, temos um referencial metodológico para repensar o Ensino de História no Brasil, para além de possíveis visões centralizadas em uma única cultura e que reforçam preconceitos e nacionalismos xenófobos.

Por sua vez, o item 6 faria mais sentido se viesse no lugar do tópico 5, pois complementar a perspectiva teórico-metodológica expressa nos tópicos anteriores, ou seja, ele ajudaria a sistematizar os procedimentos e as escolhas tomadas para o desenvolvimento de uma dada abordagem histórica. Portanto, o assunto que trata o item 6 é interessante por nos ajudar a demonstrar que a História não é um conhecimento natural, mas o resultado de um processo científico que lida com tomadas de decisão, com seleções, recortes e possibilidades, afastando-nos de uma premissa inerente à História Política Tradicional.

Para a realização do tópico 7 vemos potenciais e limitações, afinal, as TDIC podem aprimorar a nossa atuação em sala de aula com a utilização de aplicativos e recursos digitais. O problema desse tópico reside no enfoque às mídias digitais, em particular, e na sua produção pelos estudantes. Se considerarmos o que foi discutido nos tópicos anteriores, a produção de tecnologias digitais pelos estudantes, evidenciando a sua capacidade de intervenção e aprimoramento técnico-científico escolar, a ponto de desenvolverem um produto que melhore a sua dinâmica em sala de aula e o seu processo de ensino-aprendizagem não têm como ser uma realidade para a maior parte dos brasileiros, em virtude das barreiras digitais e a exclusão que elas causam. Talvez, se a criação como resultado da aprendizagem fosse um objetivo, esta não precisaria ser digital. O estudante que se sente agente – social, cultural e/ou histórico – do seu processo de formação, tende a se envolver com a produção do conhecimento.

Todavia, o enfoque dado às TDIC lida com um cenário global e mercadológico que enxerga o desenvolvimento tecnológico como inevitável e a vida sem esses aparatos impossível. A nossa experiência no Ensino Básico e Superior evidencia que a elaboração de jogos de tabuleiro, a socialização promovida por brincadeiras e a filmagem de um documentário são tão eficientes, ou mais, que a produção de um *app*. A intervenção de um estudante, na condição de agente de sua História, na promoção de seu saber, ocorre de maneira coletiva e, nesse caso, o uso excessivo de tecnologias digitais pela “Geração Z” favoreceu o isolamento da sua maioria. Portanto, se o objetivo da História é contribuir para a edificação do cidadão crítico e atuante em sua sociedade, disposto a agir

democraticamente e em prol do coletivo, então a maneira como a BNCC trata as TDIC apenas reitera a preponderância dos interesses empresariais ao invés da melhoria de nossa existência. Com isso, endossamos essa premissa com o “solucionismo” de Morozov, posto que as TDIC estão sendo tomadas como um meio de suprir problemas mais amplos e profundos de nosso país – como o acúmulo de renda, a falta de uma democracia digital, os custos com internet etc.

De todo modo, não podemos responsabilizar a tecnologia por isso. Como afirma Michael Apple (2001, p. 39), vivemos uma crise estrutural na sociedade, a qual impacta em todos os âmbitos de nossas vidas. Os meios de comunicação de massas nos relembram todos os dias que estamos longe de uma ficção, posto que sentimos na pele os seus impactos – no trabalho, nas escolas, nas famílias, nos governos etc. Conjeturando Apple (2001, p. 42) essa situação é agravada pelo controle que as tecnologias de informação exercem em nossas vidas, posto que atinge as nossas ações direta ou indiretamente, influenciando sobre os nossos trabalhos e relações pessoais, além de agravar a instabilidade do cenário educacional. Diante desse contexto, as tecnologias se tornam um produto ideal para a solução de uma cadeia sucessiva de problemas, ignorados pelo Estado, propagados por um discurso de esperança pautado na ideia de que as TIC e as TDIC podem resolver todos os nossos problemas sociais.

Sendo assim, esse é um aparente contrassenso diante de uma Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 60) que preconiza a importância de o adolescente interagir criticamente com os conteúdos e informações desenvolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo que a BNCC parece exigir que a instituição escolar estimule a reflexão crítica de seus estudantes, os vestibulares e processos seletivos afins exigem que inúmeros conteúdos sejam interiorizados, caso as pessoas desejem uma vaga em instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas. Assim, mesmo em tempos de inovação tecnológica e pedagógica, o conhecimento histórico escolar continua submetido às velhas amarras de outrora. Ainda que os temas e problemáticas contemporâneos sejam ótimos instrumentos para repensarmos os acontecimentos históricos, na maioria das escolas a História é uma disciplina “decoreba”.

Dito isso, defendemos que a BNCC estabelece a importância de uma democratização do ensino com o apoio das TIC e TDIC, mas, não assegura a sua plena realização. Logo, as tecnologias no ensino brasileiro conformam a estrutura social

hegemônica, se tornando instrumento do solucionismo de nosso poder público para fornecer recursos momentâneos para problemas profundos e complexos de ordem histórica. Ou seja, a linguagem tecnológica quando aplicada como solução final, além de não ser garantida pelo Estado como forma de democratização do ensino, não favorece o surgimento de aprendizagens significativas, críticas ou autônomas, seja em relação ao ensino de história, ou qualquer outro campo de ensino, pois, ignora tópicos importantes das relações necessárias a esse objetivo.

A precariedade dessa “solução” quando confrontada à condição educativa desenhada pela BNCC, nos permite convergir com a denúncia de Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (2011). Freire retoma exatamente o processo dialógico que estudantes e professores devem travar a fim de desenvolverem a curiosidade epistemológica. Esta, ao ser devidamente conduzida, permite que o jovem e o mestre se transformem por meio do diálogo – o primeiro por ter a sua liberdade assegurada e, por isso, as suas percepções de mundo, e o segundo por assegurar uma autoridade democrática que não desmerece e não submete o outro, mas se coloca à disposição de garantir o direito de se falar o que pensa respeitosamente em sala de aula. A partir dessas considerações, notamos uma enorme disparidade entre os itinerários formativos da BNCC e aquilo que Freire manifesta como característico de uma educação democrática, onde “o saber-fazer da autorreflexão crítica e o saber-se da sabedoria exercitados, permanentemente, podem nos ajudar a fazer leituras crítica das verdadeiras causas da degradação humana e da razão de ser do discurso fatalista [...]” (FREIRE, 2011).

Uma aplicação inadvertida da tecnologia nos moldes previstos pelo conceito de solucionismo, desequilibra a relação campo/aluno/professor, reduzindo as complexidades inerentes à mera aceitação de que todas elas podem ser superadas, em via única, pela tecnologia. Por essa razão torna-se fundamental compreendermos que há valores na dinâmica de aprendizagem que precisam ser preservados, justamente por permitirem um ciclo de etapas dialógicas, que longe de prever uma solução final, um conhecimento pré-determinado, promovem as verdadeiras competências críticas que transcendem o volume de informação e a ingenuidade epistemológica, em conhecimentos científicos válidos para a sociedade de nosso tempo.

Recapitulando Freire (2011) consideramos vantagens no acolhimento dos diferentes pontos de vistas, uma vez que, a BNCC foi construída com base consultiva

num representativo número de docentes e outros profissionais da educação. De certo, diversos tópicos da Base Nacional não merecem se tornar alvo de descrédito nesse estudo. O problema não reside em distinções conceituais para o uso da tecnologia, ou mesmo para a legitimidade da BNCC como norma capaz de conduzir alunos em criticidade, mas considera-lo, seja qual for, como um critério absoluto, desconhecendo que: “mesmo do acerto do seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele” (FREIRE, 2011). O conceito de solucionismo, pauta a reflexão sobre o discurso fatalista, unidirecional que esvazia as relações de diálogo e da curiosidade necessária à busca do conhecimento e desenvolvimento crítico, substituindo por um formato reducionista que pouco ou nada valoriza os saberes dos educandos.

Considerações Parciais

Uma análise preocupada em discutir e evidenciar as limitações do discurso oficial, mas também em lançar sugestões à realidade pedagógica que vivenciamos no contexto pandêmico brasileiro é sempre bem-vinda e não esgota as possibilidades investigativas. Seguindo esse viés, e em consonância aos pressupostos da BNCC, a elaboração de um artigo com essa feição e formato serve de instrumento para promover uma percepção crítica de mundo, esperada de nossos estudantes quando se tornarem cidadãos ativos.

Para tanto consideramos a indissociabilidade entre a reflexão teórica rigorosa e a ação pela transformação da realidade, que nesse contexto cabe ao professor e as suas práticas docentes. Por esse motivo, o estudo do tema recupera e destaca questionamentos que sempre se renovarão, enquanto as questões postas incidirem em uma realidade social desigual como a observada em nosso território, em especial, no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, trata-se de uma proposta real de modificação das relações verticais dos sujeitos no interior de nossa sociedade.

Assim, discutirmos a BNCC e apontarmos as suas limitações, em função do cenário político-social, destacamos que a História é uma disciplina de seu tempo e preocupada com o seu papel junto à sociedade. Enquanto pesquisadores e professores comprometidos com a atuação em sala de aula, desenvolver um texto suscitando alternativas ao Ensino Básico – com ênfase ao Fundamental – ressalta que exercemos a nossa cidadania e contribuímos para as gerações vindouras. Essa postura endossa o apelo da BNCC, mas se opõe ao solucionismo que adota ao tratar da tecnologia na educação.

Sendo assim, defendemos o uso de TIC e TDIC como ferramentas de ensino-aprendizagem, e não como a panaceia do sistema educacional brasileiro. Logo, acreditar que somente com o uso de aparelhos eletrônicos e de mídias digitais modernas é que alcançaremos a realização de nossa sociedade, a partir das instituições de ensino, ignora as desigualdades de nosso país, bem como a sua diversidade. Nos parece que, o passo mais importante a ser dado nesse momento é entender que a BNCC é uma determinação legal e precisamos lidar com ela da melhor maneira. Posto isso, nos cabe pensar em meios de tornar a sua aplicação efetiva, comprometido com o papel e a importância das Ciências Humanas para a melhoria de nosso meio social.

Referências

ANDRADE, A.C.de.; FELIPE, E.; MEDEIROS, S.A. de. Da pedagogia tradicional a uma aprendizagem significativa: Ações inovadoras que fazem a diferença na vida do aluno, **Revista Episteme Transversalis**, Volta Redonda-RJ, v.11, n.2, p. 69-95, 2020.

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto: Porto Editora, 2001.

ASSUMPCÃO, L.F.B. de. As redes e as conexões políticas de Esparta e Agesilau II no século IV: um exercício de História Cruzada. **Tese** (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-graduação em História Comparada, 2019, 259 f.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CERETTA, S.B.; FROEMMING, L.M. Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente. **RAUnP**, v.3, n.2, p. 15-24, Abr./Set. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 (versão epub).

GOMES, A.B.; DUARTE, F.; ROCILLO, P. **Inclusão digital como política pública: Brasil e América do Sul em perspectiva**. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2020.

LEMERCIER, C. Formal Network methods in history: why and how? **Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies**, Brepols, p.281-310, 2015.

MOROZOV, E. **To Save Everything, click here: The Folly of Technological Solutionism**. New York: Public Affairs, 2013.

SANCHO-GIL, J.M. Tecnologia educacional. *In*: MILL, D. (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018, p. 609-613.

SILVA, A.V.M. da. Neotecnicismo – a retomada do tecnicismo em novas bases. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, Londrina, v. 19, n.1, p. 10-16, 2018.

SORJ, B. Democracia e sociedade da informação. *In*: MILL, D. (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018, p. 149-151.

UNESCO. **Assessing internet development in Brazil**. Paris: UNESCO, 2019.

A CIRCULAÇÃO DOS VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL NAS CIDADES DO SÉCULO XIX: UM OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E ESTADUNIDENSE

Marcus Vinicius Kelli

Construindo o nosso percurso

As páginas a seguir fazem parte, com algumas modificações, da tese intitulada *Circulando pelo Rio de Janeiro: infraestrutura, consumo e produção de veículos de tração animal (1808-c.1880)*, defendida no ano de 2018, no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A sua escolha foi orientada visando contribuir para o debate acerca do desenvolvimento dos meios de transportes urbanos, em especial, os veículos de tração animal (tílburis, seges, carruagens, coupés, landaus etc.) utilizados por particulares ao longo do século XIX.

A digitalização do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, colocando a nossa disposição farta informação sobre o cotidiano da capital imperial, e alguns estudos em língua inglesa, mais especificamente os textos dos pesquisadores Benjamin Ford e Thomas Kinney, ambos estadunidenses, permitiram, a nós, darmos um passo adiante na questão. Dos seus escritos, por exemplo, foi possível constatar uma convergência temporal na chegada de mão de obra europeia especializada (mestre segeiros) tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro (SANTOS, 1996). Esse ponto é importantíssimo para a construção da nossa linha de raciocínio.

Sabendo que o *know-how* na confecção do material rodante era amplamente conhecido entre os pares, fato que pode ser comprovado pela extensa publicação de manuais⁴⁴ voltados para a construção de carros no decorrer do século XIX, era de se esperar produtos de qualidade similar em ambos os países. Todavia, o que se verificou no decorrer do período apontado foi o reconhecimento das manufaturas de origem estadunidenses no mercado internacional, algo que não encontramos para as de procedência nacional⁴⁵. Acreditamos que essa posição desfrutada tenha sido atingida

⁴⁴ Sobre a publicação voltada para a construção de carros ver <<https://carriagemuseum.pastperfectonline.com/archive>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

⁴⁵ Ler Kelli (2018), em especial o capítulo 4.

pelas exigências impostas pelo dinâmico e competitivo mercado consumidor que se desenvolveu nos Estados Unidos no decorrer do século XIX.

Contudo, o presente trabalho não fica restringido à comparação entre os dois países mencionados. Reduzindo a nossa escala para o local, graças à leitura de periódicos como o *Jornal do Commercio* e o *Almanak Laemmert*, temos a oportunidade de observar, por intermédio da frota rodante, o desenvolvimento urbano de alguns centros brasileiros à época além, é claro, de explorarmos outros tópicos como consumo, capitalismo e tecnologia. Para nós, os carros não ficam circunscritos apenas ao transportar de pessoas e de mercadorias, eles também revelam experiências, seus agentes e talvez o mais importante: permanências e rupturas no decorrer do tempo.

A nossa narrativa foi construída sobre um total de quatro capítulos. O primeiro deles é intitulado *A chegada da família real e os efeitos sobre o transporte particular na cidade do Rio de Janeiro*. Aqui, buscaremos observar como os melhoramentos urbanísticos implementados a partir de 1808 contribuíram, também, para o surgimento de novos endereços voltados para a construção e comercialização das manufaturas rodantes no espaço que viria a ser a futura capital do Império.

Nos capítulos *A Guerra da Secessão e seus efeitos sobre a produção e o consumo de veículos de tração animal no mercado doméstico* e *Acelerando o ritmo nas oficinas: o fim de um antigo ofício*, o segundo e terceiro respectivamente, nossas atenções ficaram circunscritas à experiência estadunidense. Diferentemente do presenciado no Brasil, onde as esferas de produção e consumo estiveram majoritariamente concentrados em um mesmo espaço, nosso vizinho do Norte vivenciou momentos distintos nessa questão. Assim, se no período que antecede o *Antebellum* a região Sul era o grande centro comprador, o mesmo não se vê no último quartel do século XIX. A inflação e a deterioração da renda provadas pelo conflito interno atuaram decisivamente como forças transformadoras da geografia econômica do país. Outro aspecto importante foi a implantação da terceirização (*outsourcing*) pelas oficinas dedicadas à confecção de carros. Não observada em nosso país, essa estratégia foi crucial para reduzir os custos internos de fabricação, como também para tornar mais acessível as manufaturas rodantes em um mercado interno em forte expansão.

Por fim, em *Duas cidades, dois ritmos: um olhar sobre Nova York e Rio de Janeiro por intermédio das suas frotas rodantes*, nosso último capítulo, buscaremos observar

como os carros foram utilizados pelos contemporâneos para dimensionar o momento vivido em suas cidades. Aqui, fica claro que o objeto em questão não atuou apenas na promoção da circulação dos indivíduos e das mercadorias, atuou igualmente como um importante elemento para a construção de um discurso enaltecendo a grandeza e a pujança.

A chegada da família real e os efeitos sobre os meios de transporte particular na cidade do Rio de Janeiro

Elemento responsável pela conexão entre as áreas de produção e consumo, os meios de transporte foram essenciais para o desenvolvimento das cidades, bem como, para a promoção da integração entre os espaços regionais e nacionais. Um exemplo desse esforço ocorreu no ano de 1763, quando se dá o deslocamento do centro administrativo de Salvador para o Rio de Janeiro visando, a um só mesmo tempo, exercer maior controle e acelerar a transferência dos metais oriundos da região central do Brasil em direção à metrópole. Outro momento importante no que diz respeito ao amadurecimento dos transportes, em especial o urbano, ocorreu a partir do ano de 1808. Período associado à chegada da família real e às subsequentes transformações implementadas em solo carioca pela sua presença, pouca atenção é dada aos veículos de tração animal⁴⁶ que, a partir de então, passaram a circular com maior frequência pelo perímetro em expansão da cidade mais importante do Império.

O redimensionamento do espaço pode ser interpretado como resposta por parte do poder público à progressiva expansão demográfica, assim como, à intensificação do volume de mercadorias que trafegavam pelas imediações do porto. Assim sendo, podemos trabalhar com a premissa de que quanto mais intenso e complexo o meio urbano em questão, mais necessário se fazia a utilização e a ampliação do material rodante necessário para promover os compromissos firmados por particulares e/ou comerciantes no seu cotidiano.

Um bom indicador do cenário vislumbrado é constatado quando recorremos às licenças solicitadas para o exercício da atividade de mestre segeiro⁴⁷, denominação

⁴⁶ Para não tornar a leitura enfadonha, os termos “veículos de tração animal”, “carruagens” e “carros” são utilizados como sinônimos.

⁴⁷ Comum à época, a denominação mestre segeiro abarcava a confecção dos diversos modelos existentes para o transporte dos indivíduos. Para mais detalhes sobre as diferenças e a complexidade dos veículos ver

empregada para identificar o indivíduo responsável pela elaboração dos carros. Pesquisando sobre os artífices instalados em solo carioca nos primeiros anos do século XIX, Carlos Alberto Medeiros Lima encontrou o seguinte quadro para a cidade:

no período 1803-1805 entraram em atividades 4 mestres desta especialidade, ao passo que só no triênio 1806-1808 os novos mestres foram 12, demonstrando o aumento de uma demanda originada nos **setores mais abastados da população da cidade** (LIMA, 2007, p. 65. Grifo nosso).

No que concerne aos períodos indicados, verifica-se o expressivo aumento de 200% na disponibilidade de mão de obra qualificada. A diferença revelada pelo segundo corte temporal coincide com o desembarque da Corte e do seu séquito na jovem capital do Brasil. Portanto, podemos crer que o novo momento foi impulsionado pela instalação de consumidores mais abastados, já acostumados a transitar pelas ruas portuguesas em suas próprias carruagens e que, chegando ao seu novo destino, não iriam abrir mão de possuir o seu próprio meio de transporte.

Todavia, a expansão observada acima não implicou necessariamente na redução das importações. O que podemos averiguar, ao findar o primeiro decênio do século XIX, é a expansão do comércio destinado ao abastecimento de carros. Destarte, com novas unidades circulando, paulatinamente o trânsito da sede do Império do Brasil ganhava novas cores, formas e complexidade em seu dia a dia. Os ingleses, a partir das medidas liberalizantes impostas pelo príncipe regente, exerceram grande protagonismo na construção desse instante. Sobre o momento, Gilberto Freyre fez o seguinte comentário:

em 1809, 1810, 1811 - a Gazeta do Rio de Janeiro anunciava carruagens vindas de Londres; carrinhos ingleses com seus arreios; carruagem inglesa de quatro rodas, "muito ligeira" - detalhe digno de atenção - "lanternas de patente, almofadas de marroquim". Era o prestígio da roda, da máquina, do cavalo, seu triunfo sobre o palanquim, o braço do escravo e o boi vagaroso de carro (FREYRE, 1996, p. 337. Grifo do original)

A passagem em destaque não identifica somente a disponibilidade de novos acessórios para os consumidores locais, uma novidade que estimulava as vendas e, também, a diferenciação e a melhoria dos veículos destinados à circulação. Além disso, as palavras de Freyre revelam o confronto entre o passado e o presente, entre a cidade colonial e a futura cidade imperial. Nesse embate temporal que se configura, a velocidade

a página do Museu do Coche. Disponível em <<http://museudoscoches.gov.pt/pt/explore/colecao/>>. Acesso em 20 jun. 2021.

atua como elemento importante para diferenciar os momentos em questão. Aqui, a velocidade ganha um duplo entendimento para os homens oitocentistas. Se, por um lado, ela proporcionou conforto ao reduzir o tempo de deslocamento nas viagens diárias, por outro lado, ela era sinônimo de progresso e de melhorias urbanas para os seus residentes (GELZER, 2015).

Como é bem sabido, as transformações políticas não foram encerradas com o desembarque e as subsequentes medidas tomadas pelo regente. A partir da elevação do Rio de Janeiro à capital do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarve, fato consumado no ano de 1815, um novo conjunto de exigências foi imposto à nova sede da monarquia. Diante desse contexto, tornava-se imperioso enquadrar o perímetro e os seus residentes aos moldes de uma grande metrópole europeia. Para executar esse ambicioso projeto, aportaram na capital brasileira, em 1816, um grupo de especialistas identificados com o neoclassicismo. Denominada como Missão Artística Francesa, seus integrantes foram responsáveis por marcarem a paisagem local com seus feitos como, por exemplo, Grandjean de Montigny, responsável por projetar o prédio da Praça do Comércio e Alfândega, e os pintores Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret, ambos professores e fundadores da Academia Imperial de Belas Artes.

No entanto, os ares da mudança não ficaram restringidos aos mencionados campos da arquitetura e da cultura, o setor dedicado aos transportes também foi contemplado no ambicioso projeto *civilizatório*. Logo, para que isso fosse possível, a *missão* também trouxe consigo mestres nos ofícios mecânicos como o serralheiro Nicolas Migliori Enout, os carpinteiros Louis e Hipolite Roy, e Jean Level, ferreiro e construtor naval (PRADO, 1973). A presença desses profissionais altamente qualificados reforça a ideia de que não bastava apenas importar material rodante da Europa, era igualmente preciso formar mão de obra local capaz de oferecer prontamente serviços de reparo além, é claro, de confeccionar os diversos modelos solicitados *in loco* para uma clientela seleta e exigente que se ampliava paulatinamente.

Portanto, nesta busca pela construção da *Versailles tropical*, os carros não exerceram apenas a sua função primordial, ou seja, a de promover o deslocamento dos seus usuários com segurança e rapidez. Além disso, coube aos mesmos outras duas atribuições: a de embelezar as vias de circulação, reforçando o momento de transformação

da capital brasileira, e o de evidenciar as diferenças socioeconômicas entre os seus adquirentes.

O bom momento vivenciado pelo Rio de Janeiro serviu de atrativo para a chegada de novos mestres segeiros. Com o avançar das décadas, mais endereços foram inaugurados na cidade. Nomes como Bourbousson, Bolleydier, Röhe, Suckow e Strümpener, para citarmos apenas alguns, passaram a oferecer seus serviços de construção, reparo e aluguel de veículos aos cariocas (SANTOS, 1996). Sobre o momento em questão, a publicação *O Rio de Janeiro Imperial*, de Adolfo Morales de Los Rios Filho, acrescenta outras informações preciosas sobre o período. No capítulo intitulado “Transportes”, o autor faz menção ao pioneirismo e ao avanço técnico proporcionado pelos Röhe, família apontada como centro de referência quando o assunto era material rodante:

A primeira grande oficina desse gênero aqui montada – **em 1833** – foi a de João Ludolfo Guilherme Röhe, natural de Altona. **Sabedor de que as carruagens do Brasil eram importadas da Europa**, ele para aqui veio com o firme propósito de fundar a indústria de carruagens. E o consegue, pois **trouxo material, máquinas aperfeiçoadas e ideias novas**. A fábrica Röhe, [...] tornou-se popularíssima pelos tipos de carruagens que criou, de acordo com o meio brasileiro (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 2000, p. 138. Grifo nosso).

Em função do seu protagonismo, nada mais natural do que as inovações tecnológicas e os itens mais luxuosos circulassem, primeiramente, pelas vias centrais da modernizada capital imperial. No entanto, em função das disparidades econômica e urbanas existentes no interior do país, nem todas as províncias gozavam de um dinamismo local capaz de atrair um número significativo de mestres segeiros para o exercício da sua profissão. Isso pode ser constatado quando recorremos à leitura do artigo intitulado *A greve negra de 1857 na Bahia*, escrito pelo historiador João José Reis. A certa altura do seu texto, Reis faz o seguinte comentário sobre os meios de transporte soteropolitano:

Em 1851, Wetherell escreveu que a ‘marcha do progresso’ chegara à Bahia na forma de duas linhas de bondes e muitos carros de aluguel com tração animal. Além disso, bandos de mulas seriam usados para carregar cal, pedra, terra, etc. [...]. E o aluguel de carros era caro, pois, ao contrário dos saveiros, o preço não era tabelado pelo governo. Além disso, consta tratar-se de um setor monopolizado. O *Almanak da Bahia* de 1857 listava apenas dois ‘alugadores de carros, seges e carrinhos’ (REIS, 1993, p. 22. Grifo do original).

O emprego da expressão “marcha do progresso” subentende, inequivocamente, uma mudança de situação, uma melhora substancial nas condições até então apresentadas, correto? Não sabemos como estava Salvador antes da passagem de James Wetherell. O que temos em mão, além do seu grande otimismo, é que a instalação dos bondes e a presença numerosa de carros conferiram uma nova vitalidade ao cotidiano local. Contudo, o quadro desenhado apontava alguns empecilhos como, por exemplo, o preço elevado dos alugueis, fruto direto do desequilíbrio entre oferta e procura, afinal, o viajante contabilizou apenas dois estabelecimentos durante a sua estadia.

Diante disso, a “marcha do progresso” pode ser questionada quando colocamos frente a frente os dois centros mais importantes do Brasil à época: Salvador e Rio de Janeiro. Como já temos os números para a primeira cidade, o nosso exercício comparativo é possibilitado quando recorremos aos anúncios publicados nas páginas do *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Corte*, mais conhecido como *Almanak Laemmert* pelos leitores oitocentistas. Responsável por divulgar os inúmeros serviços oferecidos à população carioca, em seu interior localizamos a seção intitulada *Cocheiras de alugar carros, seges, carruagens, carrinhos, coches, etc*, nomenclatura similar à encontrada na passagem escrita por João José Reis. Pois bem, se para a província do Norte foram registrados apenas 2 endereços para o ano de 1857, cenário oposto foi encontrado no Rio de Janeiro, onde localizamos um total de 22 endereços para a mesma atividade (Almanak Laemmert, 1858, p. 617-18). A diferença apontada permite pensarmos em uma circulação deficiente e mais, em vislumbrarmos a capital baiana como um espaço que oferecia poucos atrativos para a instalação de oficinas dedicadas à manufatura de veículos de tração animal. Diante do quadro desenhado é inevitável a pergunta: que fatores contribuíram para a diferença constatada? Uma possibilidade para respondermos a indagação é recorrermos ao aspecto natural, ou melhor, à topografia.

O processo de expansão territorial do Rio de Janeiro não esteve isento de contratempos. A presença da Corte foi, sem sobra de dúvidas, o fator responsável em promover as melhorias urbanísticas necessárias. As suas extensas áreas alagadiças foram, durante um bom período, uma barreira natural para a dilatação do seu perímetro. Serviços de drenagem, aterramento, calçamentos, retificação das vias, diques, barragens e a abertura de estradas, por exemplo, representaram o esforço sistemático do poder público

em tornar habitável novas regiões da cidade (ABREU, 1987). A paisagem que se desenhava era atrativa para aqueles que buscavam construir suas casas longe da aglomeração, do ruído, do mau cheiro e todos os demais empecilhos que um grande centro econômico produzia diariamente (BRESCIANI, 1992). Todavia, para que fosse possível esse distanciamento era imprescindível ter em mãos o seu próprio meio de locomoção, neste caso, um veículo de tração animal.

Logo, se a capital imperial conseguiu solucionar os seus problemas urbanísticos, o mesmo não se pode dizer de Salvador. Sobre a relação entre meio ambiente e transporte, Eloísa Petti Pinheiro oferece o seguinte comentário:

Numa cidade dividida em parte alta e parte baixa, é fundamental que haja uma boa ligação entre elas. Durante todo o século XIX, os diversos governantes preocupam-se em facilitar esse deslocamento e, ao mesmo tempo, evitar os desmoronamentos da encosta sobre as casas da parte baixa. São propostas soluções como a construção de ladeiras, que sirvam também como elemento de contenção da montanha e a instalação de elevadores e planos inclinados. O grande problema encontra-se na inclinação das ladeiras que unem as duas cidades, que não permitem o uso de veículos com rodas, e, para realizar o trajeto, a única opção é a utilização das cadeirinhas de arruar, ou outros meios de transporte, sempre conduzidos por escravos (PINHEIRO, 2011, p. 202)

Indispensáveis na promoção do fluxo entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, as ladeiras também tiveram um outro papel relevante no contexto urbano. A sua inclinação, explicada anteriormente, atuou decisivamente na oferta de veículos para a população soteropolitana. Deste modo, se grande parte do deslocamento feito era mais rápido via braços humanos, as famosas liteiras, do que pelas unidades assentadas sobre rodas e eixos, surge a pergunta: quais seriam os atrativos econômicos para a abertura de endereços dedicados à venda ou locação de viaturas rodantes em uma cidade onde o seu uso era bem limitado?



Imagem 1 – Senhora na liteira com dois escravos, c.1860. Salvador, BA Disponível em <https://epoca.oglobo.globo.com/regional/sp/cultura/noticia/2013/10/bdestaques-da-semanab-28-de-outubro-3-de-novembro-de-2013.html>. Acesso em 12 ago. 2021.

Como podemos observar na imagem acima, a unidade de transporte mencionada possuía uma estrutura física simples, o que tornava fácil a sua manutenção e, o melhor, de custo não muito dispendioso para o seu proprietário. Mesmo com a expansão das linhas de bonde, um símbolo da renovação urbana, o passado ainda resistia bravamente no cotidiano dos moradores da primeira capital brasileira. No que diz respeito ao conflito entre o antigo e o moderno, Amanda de Almeida Oliveira ressalta que

ainda havia baianos que insistiam em ser transportados por homens em pleno final do século XIX, em manutenção de costumes e valores produzidos por uma sociedade escravista. O diário de viagem de Jerolim Freiherr von Benko e Arthur Müldner, realizado entre 1885 e 1886, comprovou esse fato. Os oficiais austríacos observaram nas ruas de Salvador que pessoas continuavam a usar cadeirinha [...] (OLIVEIRA, 2018, p. 35)

Portanto, às vésperas da Abolição, ainda era possível se deslocar por uma cidade do porte de Salvador utilizando uma modalidade de transporte iniciada no século XVII no Brasil (ANDRADE MATOS, SÁ DE CARVALHO, 2012). O sentimento de estranheza aumenta quando olhamos para o Rio de Janeiro, ou melhor, quando recorremos aos periódicos cariocas e observamos que o último ano de menção para o uso de liteiras ocorreu em 1820 (SILVA, 2007, p. 44).

As diferenças apontadas revelam dinamismo ímpar exercido pelo Rio de Janeiro no desenrolar do século XIX, quando o assunto em questão era o transporte urbano. No

que diz respeito às esferas da produção e do consumo, ambas estiveram sediadas no mesmo espaço: a capital imperial. Acreditamos que a sua centralidade tenha sido fruto da presença da nobreza, do aparato burocrático em constante expansão e dos homens responsáveis pela circulação de nossa maior riqueza no período, o café.

Em uma sociedade requintada como a carioca, a procura pela distinção nos espaços de sociabilidade era uma regra, um *modus operandi* necessário para permitir a circulação entre os pares, objetivando ganhos dos mais variados. Logo, no interior do teatro das aparências, o ver e ser visto exigiram o emprego de gestos e práticas calculados além é, claro, de uma gama de bens materiais como, por exemplo, os carros de tração animal. A experiência observada nas linhas anteriores não pode ser compreendida como uma regra. Podemos comprovar essa afirmação quando concentramos nosso olhar para o desenvolvimento do setor de transporte nos Estados Unidos, tema da seção subsequente.

A Guerra da Secessão e seus efeitos sobre a produção e o consumo de veículos de tração animal no mercado doméstico

Até a primeira metade do século XIX, a região nordeste dos Estados Unidos foi responsável por concentrar volume expressivo da produção nacional de veículos de tração animal, sendo as cidades de Nova York e New Haven os polos mais representativos desse quadro inicial (KINNEY, 2004). Parte das suas manufaturas tinha como destino a região sul, excelente mercado em função das receitas oriundas das suas exportações de algodão para as fábricas de tecidos inglesas. No que tange aos compradores, podemos dizer que os mesmos eram divididos em dois grupos. O primeiro grupo era constituído pelo poder público, um excepcional cliente devido as suas grandes encomendas; o segundo grupo era composto pelas famílias e comerciantes locais que buscavam adquirir a sua liberdade de ir e vir por intermédio dos inúmeros modelos disponibilizados para compra (HOFFECKER, 1974). Ainda com relação a estes, vale frisar que a aquisição dos veículos de tração animal exerceu mais uma função importante: sua posse contribuiu para materializar as hierarquias socioeconômicas. Segundo os estudos realizados por Benjamin Ford,

membros da aristocracia sulista estavam investindo pesadamente em símbolos com status para reforçar a diferenciação perante aqueles que estavam abaixo na hierarquia social. O símbolo escolhido já era usado

pela realeza há séculos, a nobreza rural do Sul investiu massivamente nas carruagens⁴⁸ (FORD, 2012, p. 57).

Contudo, os bons ventos mudariam drasticamente de direção a partir do enfrentamento entre as forças do Norte e do Sul. A Guerra da Secessão (1861-65) afetou profundamente os Estados Unidos do ponto de vista político, social e econômico. O segmento de transportes, obviamente, não ficou imune aos seus acontecimentos. Palco do embate entre Confederados e Yankees, a região sul foi penalizada em níveis infinitamente superiores quando comparada com a sua rival. Um bom exemplo desse quadro é dado pelos números abaixo:

Ano	União		Confederados	
	Preços	Salário	Preços	Salário
1860	100	100	100	100
1861	101	100	121	86
1862	113	93	388	35
1863	139	84	1452	19
1864	176	77	3992	11
1865	175	82	-	-

Tabela 1 – Índices de preços e salários durante a Guerra Civil (1860=100)⁴⁹ Fonte: RANSON, 2001. Disponível em <<http://eh.net/encyclopedia/the-economics-of-the-civil-war/>>. Acesso em 10 jun. 2021

Como podemos ver, os anos entre 1862 e 1864 registraram a explosão do custo de vida para os sulistas, situação que trouxe consigo elevadas taxas de inflação e desemprego, fatores que contribuíram severamente para desestruturar o *El Dorado* dos fabricantes de material rodante. Os efeitos devastadores do conflito não ficaram circunscritos ao período indicado; eles atravessaram as décadas seguintes e mais, tiveram força suficiente para atingir um reduto histórico na confecção de carros. Com relação ao momento, Benjamin Ford oferece o seguinte panorama:

A porcentagem de carruagens dos EUA produzidas na Costa Leste caiu de 99% em 1820 para 33% em 1860. Quando a *Carriage Builder's National Association* foi fundada em 1872, apenas 1 dos seus 42 fundadores era de New Haven, enquanto boa parte do restante era dos estados do Meio-Oeste. Em 1886, New Haven ocupava papel periférico no segmento, fato proporcionado pelos construtores de Cincinnati, Ohio⁵⁰ (FORD, 2012, p. 60)

⁴⁸ Texto original: “members of the Southern aristocracy were investing heavily in status symbols to differentiate themselves from those they felt were beneath them. Adopting a symbol that had been used by royalty for centuries, the landed gentry of the South invested heavily in carriages”. Tradução livre.

⁴⁹ Texto original: “Indices of Prices and Real Wages During the Civil War”. Tradução livre.

⁵⁰ Texto original: “The percentage of US carriages produced on the East Coast fell from 99% in 1820 to 33% in 1860. When the Carriage Builder's National Association was founded in 1872 only one of the forty-

Além dos números observados na passagem, ela também oferece a nova configuração que ganhou forma a partir do término do conflito bélico. Assim, se ocorreu uma queda significativa na produção das oficinas situadas na Costa Leste houve, como contrapartida, a ascensão de novos protagonistas no disputado mercado estadunidense. O surgimento do Meio-Oeste como centro produtor e consumidor simultaneamente, pode ser compreendido quando direcionamos nossas atenções para o P.I.B (Produto Interno Bruto). Ao debruçarmos sobre os dados oferecidos para os decênios de 1850, 1860 e 1870, observamos o aumento progressivo da sua participação no que tange à formação da riqueza nacional. Para a década de 1850, por exemplo, o espaço geográfico em questão contribuiu com aproximadamente 12% para construção da receita estadunidense; em 1860 com 16% e em 1870 com 20% (US Census, 1872).

O movimento ascendente apresentado no arco temporal não era em nada desprezível, seu impulso foi dado por itens como maquinário, madeira serrada e mobílias, para citarmos apenas alguns (MEYER, 1989). Assim, conforme as cidades ampliavam suas estruturas físicas (ruas, pontes, prédios, armazéns, lojas), expandiam seus quadros demográficos e intensificam o seu fluxo comercial, mais necessários se faziam todos os tipos de veículos de tração animal, fossem eles para transportar seus habitantes ou mercadorias como a que vemos na figura abaixo.



two founders was from New Haven, while many of the rest were from Midwestern states. By 1886, New Haven had been pushed almost entirely out of the Market by western builders, in particular those in Cincinnati, Ohio”. Tradução livre.

Imagem 2 – Frota de carros para a entrega de gelo. Disponível em <https://architectofthecapital.org/posts/2016/8/5/american-ice-co>
Acesso em 04 de agosto 2021

Elemento intrínseco à prosperidade, o segmento dedicado aos transportes urbanos colheu bons frutos desse momento. O cenário, obviamente, foi permeado por uma intensa disputa entre os fabricantes, afinal, o momento era ideal para incrementar as vendas e, por consequência, as receitas. Inerente ao capitalismo, a concorrência exigiu novas estratégias visando não apenas a redução dos custos, mas também, a do tempo de entrega dos pedidos para os seus compradores.

Acelerando o ritmo nas oficinas: o fim de um antigo ofício

Na seção anterior, vimos que a segunda metade do século XIX foi palco da reordenação geoeconômica do setor de transporte, transformação ocorrida pelos efeitos econômicos da Guerra Civil (1861-65) nas décadas subsequentes. Ainda na mesma centúria, agora em suas décadas iniciais, as oficinas estadunidenses testemunharam uma ruptura no que diz respeito ao seu modelo e ritmo de produção. Do ponto de vista da sua confecção, os veículos eram tradicionalmente elaborados no mesmo espaço físico, obedecendo apenas as divisões impostas pelos distintos materiais e fases responsáveis pela sua materialização.

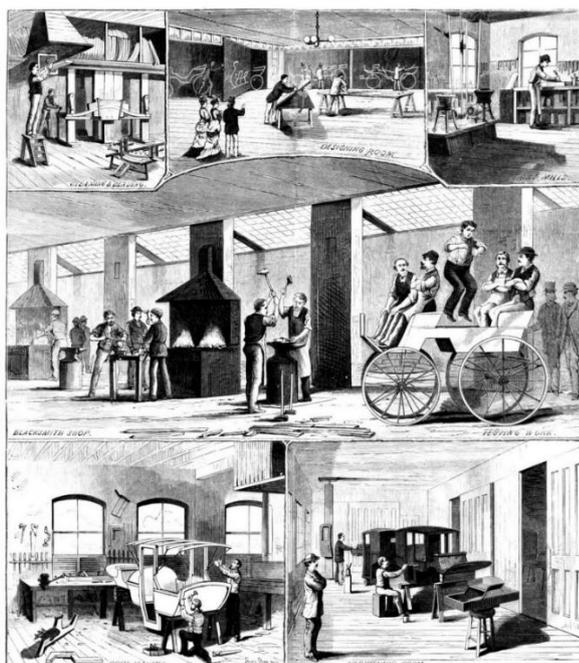


Imagem 3 – Etapas da construção de um veículo de tração animal
Fonte: KINNEY, 2004.

Madeira, vidro, tecido e ferro eram elementos que estavam presentes em boa parte de todos os carros. Por possuir uma estrutura física heterogênea, o seu tempo de execução demandava cálculos diferenciados para cada uma de suas etapas, a saber: *Steaming & Bending* (área dedicada ao corte e a dobragem das partes em madeira); *Designing Room* (a sala de projeto dos veículos); *Paint Mills* (seção dedicada à pintura); *Blacksmith Shop* (área dedicada aos ferreiros); *Testing Work* (local de verificação e funcionamento do veículo); *Body Maker* (espaço para a construção das carrocerias) e *Varnishing Room* (a divisão de polimento e envernizamento) (KINNEY, 2004).

Como observado anteriormente, a manufatura em questão exigia tempo, recursos e dedicação por parte dos seus envolvidos. Contudo, no decorrer da década de 1830, o setor presenciou uma transformação importantíssima no tocante ao fluxo da sua produção. Se as unidades eram concebidas integralmente em um mesmo estabelecimento, a partir de então, algumas peças passaram a ser elaboradas por agentes externos. A terceirização, *outsourcing* em inglês, foi uma prática adotada almejando a redução dos custos e do tempo de entrega ao adquirente. As mudanças, como na maioria dos seus casos, provocaram sentimentos controversos, afinal, nem todos foram atingidos da mesma maneira pelo avanço da nova prática. Sobre o novo horizonte que se constituía, Benjamin Ford oferece a seguinte passagem:

Os construtores de carruagens lutaram brevemente contra a mudança, mas os benefícios em termos de custo e qualidade dos fornecedores especializados (também conhecidos como auxiliares) superaram a perda de autonomia, e os fornecedores especializados rapidamente se tornaram a norma. Daquele ponto em diante, os construtores de carruagens tornaram-se cada vez mais montadores do que fabricantes⁵¹ (FORD, 2012, p. 57)

As modificações apontadas revelam as faces de um capitalismo inovador e agressivo que deitava raízes pelos Estados Unidos. A modernização imposta pela terceirização (*outsourcing*) conferiu novas práticas de trabalho e de uma percepção de tempo mais acelerado; transformações que permitiram reescrever a história dos veículos

⁵¹ Texto original: “Carriage builders briefly fought the change, but the benefits in terms of cost and quality of specialized suppliers (also known as ancillaries) outweighed the loss of autonomy, and specialized suppliers quickly became the norm. From that point forward, carriage builders increasingly became assemblers more than manufactures”. Tradução livre.

de tração animal no país. Mesmo havendo resistência por parte daqueles que temiam perder ainda mais a sua autonomia ou, em casos mais graves, o seu emprego, a luta foi em vão. Com a mudança da economia, impulsionada pela expansão crescente do número de consumidores, era imperiosa a busca por estratégias exitosas. Podemos constatar o momento em questão pelo anúncio abaixo:



Imagem 4 – Anúncio de fabricante de rodas. Disponível em: <<https://archive.org/details/gdcookcosillustr00cook>>. Acesso em: 04 de jun. 2021.

O informe acima pode ser encontrado nas páginas do *G. & D. Cook & Co's. Illustrated Catalogue of Carriages and Special Business Advertiser*, publicação do ano de 1860. O item escolhido para a publicidade foi a roda, e isso não foi ao acaso. Sendo um dos itens que mais demandava tempo e precisão em sua confecção, oferecer o serviço em questão era, sem sombra de dúvidas, uma grande demonstração de perícia perante os pares. Além disso, há um outro ponto interessante no interior da publicação. De maneira resumida, encontramos a história do setor, as mudanças impostas pelo momento e os efeitos obtidos pela adoção da terceirização. Conforme podemos ler,

No início de seus negócios, eles adotaram um princípio inteiramente novo entre os fabricantes de carruagens, a saber: o de sistematizar, dividir e subdividir seu trabalho de tal maneira que cada homem tivesse apenas uma única parte para realizar, permitindo-lhe assim aprendê-lo com tal perfeição que ele poderia executá-lo muito rapidamente e com uma grande redução de custo. Pode-se facilmente conceber a vantagem desses concorrentes, que executavam seu trabalho segundo o plano anterior - cada homem executando todas as diferentes partes por vez,

até que o transporte fosse concluído. A operação bem-sucedida de seu sistema permitia que produzissem uma carruagem por dia, o que na época era considerado um feito maravilhoso e logo atraiu a atenção geral da embarcação. Esta empresa bem conhecida agora completa, pelo mesmo sistema, não menos que *dez por dia*, com a mesma facilidade e sucesso com que eles poderiam então completar um por dia⁵² (s.a, 1860, p. 226. Grifo do original)

O elemento que mais chama a nossa atenção no fragmento é, sem dúvidas, o salto que ocorre na produção diária. Logo, diante do quadro exposto, surge a pergunta: como resistir aos números oferecidos pela terceirização? Para aqueles que ainda não estavam convencidos dos benefícios, o seu discurso teve como base a defesa da exclusividade, da técnica e do zelo, elementos associados comumente ao trabalho artesanal. Contudo, o que veio a prevalecer no mercado estadunidense foi a quantidade, a massificação do consumo.

Os efeitos da pujança e da versatilidade encontradas nos Estados Unidos não ficaram circunscritas ao âmbito doméstico. A dinâmica encontrada no interior das oficinas do país recebeu comentários elogiosos na publicação intitulada *Reports on the Carriages in the Paris Exhibition*, de 1878. Nas palavras do seu responsável, o inglês Charles Saunderson: “os construtores de carruagens americanas, como os franceses, fizeram um grande progresso nos últimos anos”⁵³ (SAUNDERSON, 1879, p. 26). Não está explícito, mas podemos subentender que para o observador, o centro da produção mundial está localizado na Inglaterra, e que centros como a França e os Estados Unidos estão um degrau abaixo. Todavia, não sabemos até que ponto essa hierarquização é crível e quais foram os valores empregados para a sua construção.

De fato, o que podemos depreender é que os britânicos reconheciam os avanços conquistados pelos estadunidenses, algo em nada desprezível, tendo em vista a enorme reputação que os carros da *oficina do mundo* gozavam pelos principais mercados do

⁵² Texto original: “At the commencement of their business they adopted a principle entirely novel among carriage-makers, viz.: that of systematizing, dividing, and sub-dividing their work in such manner that each man had but a single part to perform, thereby enabling him to learn it to such perfection that he could execute it very rapidly and at a great reduction of cost. One can readily conceive of the advantage this competitors, who performed their work after the old plan – each man performing all the diferente parts in turn until the carriage was completed. The successful operation of their system enabled them to turn out one carriage per day, which at that time was considered a wonderful achievement, and soon attracted the general attention of the craft. This well-known firm now complete, by the same system, no less than *ten per day*, with the same ease and success with which they could then complete one per day”. Disponível em <https://archive.org/details/gdcookcosillustr00cook>. Acesso em 04 junho 2021. Tradução livre.

⁵³ Texto original: “The American carriage-builders, like the French, have made great progress during the last few years”. Tradução livre.

globo. E mais, que qualidade e quantidade não foram valores antagônicos, mas sim, os responsáveis pelo surgimento de um novo *player* no setor de transportes internacional.

Duas cidades, dois ritmos: Nova York e Rio de Janeiro vistas pelas suas frotas rodantes

Em 1878, o norte-americano Ezra Stratton publicou o livro intitulado *The World on Wheels*, obra onde o mesmo narra o desenvolvimento dos meios de transporte através dos séculos., partindo da civilização egípcia e finalizando na Exposição Universal de 1876, sediada na cidade da Filadélfia. No interior dessa longa duração, o capítulo *American* oferece dados interessante para a construção do nosso exercício comparativo: o número de carros de um dia de tráfego na cidade de Nova York. O ano escolhido por Stratton foi o de 1863.

Não há informação de como foi feita a contagem, nem o bairro ou rua utilizado como referência para a sua averiguação. O que temos em mãos como registro é um total de 13.562 veículos, sendo que desses, 5.000 eram destinados ao uso particular e 558 ao uso coletivo, os chamados *omnibus* (STRATTON, 1878), como podemos observar na imagem abaixo.



Imagem 5 – Omnibus circulando por Londres. Disponível em: <https://transportgeography.org/contents/chapter8/urban-mobility/omnibus-london-19th-century/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

É bem provável que o quadro oferecido tenha sofrido substanciais alterações com o avançar do século XIX, afinal, entre a observação realizada e a publicação indicada temos um intervalo de 15 anos. Nossa posição pode ser sustentada quando recorremos aos dados demográficos coletados pelo censo estadunidense. Na década 1860 a população

da cidade de Nova York era de aproximadamente 814 mil habitantes, já para a década seguinte, seu contingente já estava beirando a casa do milhão (US CENSUS, 1870). Infelizmente não encontramos indicadores para o último período, mas é seguro pensar que a frota rodante tenha sido ampliada para dar, minimamente, vazão ao novo contingente que transitava por suas vias.

Quando buscamos dimensionar o tráfego na cidade do Rio de Janeiro por intermédio dos seus números, esbarramos na escassez de fontes disponíveis, constatação que não permite dizer que seja impossível realizar esse exercício. Para a nossa sorte, a obra intitulada *A produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil* de Sebastião Ferreira Soares, publicada em 1860, oferece informações que nos interessam para o exercício em questão. Vejamos o seguinte comentário sobre a capital imperial:

O crescimento desta cidade tem sido admirável nestes últimos anos, pena é porém que **nenhum plano sistemático presidisse à sua edificação, pela que as ruas da cidade velha são muito estreitas e por isso incomodativas para os viandantes de pé, porque a quantidade de carros que cruzam em todos os sentidos, salpicão de lama aos transeuntes.** Os veículos de condução que existem na corte sem contar os dos particulares, **elevão-se a mais de 5000: é uma grande capital a cidade do Rio de Janeiro [...]** (SOARES, 1860, p. 198. Grifo nosso)

Do mesmo modo que o autor estadunidense, o trecho escrito por Soares também não informa ao seu leitor quais foram os procedimentos adotados para chegar ao universo indicado. Mesmo podendo conter equívocos, fato que também não podemos desconsiderar ao lermos *The World on Wheels*, dois pontos merecem destaque.

O primeiro ponto diz respeito às condições das vias de circulação à época. Ao mencionar o salpicar de lama, podemos entender que a sua a produção era fruto dos inúmeros trechos de terra batida ainda existentes, além da ausência de sistemas eficientes de drenagem instalados pela cidade. Quadro que era agravado pelo chuvoso verão carioca, período que transformava o ir e vir, fosse ele a pé ou por intermédio dos carros, em um profundo exercício de paciência por parte dos seus residentes.

Todavia, nem só de críticas era feita a pulsante capital do Império. O segundo ponto pode ser compreendido como uma exaltação ao Rio de Janeiro enquanto espaço urbano; e Soares a faz utilizando como elemento de sua fala os veículos existentes em seu perímetro. As 5000 unidades rodantes apontadas, pelo que podemos concluir, permitiram

o autor imaginar a cidade como um grande centro no contexto sul-americano. No entanto, o que sabemos é que a paisagem mencionada não condiz com os dados levantados pela nossa pesquisa. Podemos afiançar a nossa colocação por intermédio do *Jornal do Commercio*. Em sua edição do dia 26 de outubro de 1858, na seção *Gazetilha*, podemos ler as seguintes informações sobre o tráfico da maior cidade do Brasil:

Na recebedoria do município da corte achão-se matriculados 2,730 vehiculos de condução, sendo 1,917 particulares e 819 de aluguel. Os primeiros devidem-se em 333 carros de quatro rodas, 93 tilburys, 4 seges, 15 sociaveis, 36 carros de eixo fixo, 6 de eixo móvel e 1430 carroças. Os de aluguel são 7 carros e 3 seges de enterro, 18 gondolas, 14 omnibus, 8 cabs, 206 carros de quatro rodas, 202 tilburys, 11 seges e 350 carroças. Parece evidente que ainda se não matricularão todos os vehiculos que ha nesta cidade (Jornal do Commercio, 1858, p. 1)

Entre a passagem acima e a obra de Sebastião Ferreira Soares verifica-se um intervalo de apenas dois anos, tempo, em nosso entendimento, insuficiente para que a frota rodante da capital imperial atingisse o número apontado por Soares, ou seja, praticamente dobrasse quando comparada com o cenário ilustrado pelo *Jornal do Commercio*. Além disso, vale a pena observar o sentimento de insatisfação com o número apontado pelo órgão competente. O desconforto com as cifras levantadas não residia no descumprimento por parte dos proprietários, que deveriam matricular seus veículos, ou no descuido dos agentes públicos com a sua tarefa, mas sim, com a possibilidade de angariar menos recursos do que se imaginava.

A frota rodante, assim como os imóveis (comerciais e residenciais) e os escravos, por exemplo, era uma excelente fonte de arrecadação para os cofres da municipalidade. Logo, era importante manter o rigor sobre a fiscalização evitando, desta maneira, possíveis prejuízos com a sonegação das taxas devidas pelos seus proprietários. Para ilustrarmos a questão, iremos recorrer novamente às páginas do *Almanak Laemmert*. Na seção *Suplemento*, da edição de 1860, encontramos a composição da receita orçamentaria da Corte para o mesmo ano. Dos 666:414\$000 (seiscentos e sessenta e seis contos e quatrocentos e quatorze mil réis) calculados, a rubrica intitulada “Dito de seges, carros, carroças, etc.” contribuiu com a quantia de 100:000\$000 (cem contos de réis), o maior valor dentre as quarenta e uma fontes pagadoras arroladas (*Almanak Laemmert*, 1860, p. 247). Portanto, podemos constatar que a frota não serviu apenas para a construção do discurso de grandeza, ela também teve serventia econômica, exerceu papel de destaque no quadro das receitas públicas do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX.

Diante dos números apresentados aqui é possível tecermos algumas considerações. Por ter vivenciado um processo urbano mais intenso e complexo, a cidade de Nova York comportou, em seu interior, uma frota rodante superior ao da capital imperial. A diferença observada foi essencial para a implantação e o êxito da terceirização (*outsourcing*) pelas oficinas. Logo, a sua presença refletia um mercado pulsante e altamente competitivo em nosso vizinho do Norte. Mesmo comportando a sede política, o porto mais importante e o principal espaço de consumo de importados, a rua do Ouvidor, essa convergência de elementos não exigiu do espaço mais importante do Brasil, o Rio de Janeiro, a adoção da estratégia mencionada anteriormente pelos seus mestres segeiros.

O que os carros podem nos falar?

Essenciais ao cotidiano, os veículos de tração animal ainda são pouco contemplados pela historiografia brasileira (SEDLACEK; KELLI, 2016). Estudá-los, como visto anteriormente, permite mais uma perspectiva analítica sobre as cidades e, obviamente, sobre a história. Sua aquisição demandava gastos que variavam de acordo com a complexidade estrutural apresentada pela manufatura rodante como, por exemplo, o número de eixos, a utilização de acessórios ou a qualidade do tecido empregado para o acabamento interno. Conjugados, esses itens conferiram luxo e conforto diferenciados aos seus proprietários, já para nós historiadores, os mesmos permitem a possibilidades de captarmos mudanças no interior da sociedade, exemplo que pode ser observado por intermédio da literatura brasileira.

Utilizando as ruas do Rio de Janeiro como seu campo de observação, Machado de Assis atestou, por intermédio dos meios de transportes, a reprodução das hierarquias sociais de sua época. Segundo Raymundo Faoro, a quem devemos essa constatação, o “Bruxo do Cosme Velho”

Elegeu [...] consciente ou inconscientemente as carruagens para representar a realidade, em lugar do homem. A coisa fala e vive, tem uma função social e efeitos psicológicos, como se tivesse sua própria alma, haurida de madeira e ferro (FAORO, 1977, p. 41).

Ao promover a antropomorfização dos veículos, Machado de Assis conferiu-lhes um novo protagonismo, deu a eles um entendimento que não se restringia mais apenas ao mundo material e inerte. No olhar do escritor, o objeto adquiriu “vida” e “voz”, contribuiu para o desenrolar da trama, é um sujeito do seu tempo (APPADURAI, 1991). Para a nossa

sorte, o exemplo acima não se encerra na literatura, é possível tecer diálogos frutíferos com outros campos do saber como a economia e a cultura material, ampliando, deste modo, não apenas o nosso entendimento acerca dos carros de tração animal, mas também, construindo novos questionamento sobre esta *coisa que fala e vive*.

Enfim, o presente trabalho teve a pretensão de apontar para as potencialidades do objeto em questão e de sua capacidade de acrescentar novas interpretações sobre o cotidiano das cidades e dos seus agentes históricos. Testemunha do seu tempo, os carros comportam assim, historicidade, são reveladores de experiências e hábitos que, para nós historiadores, oferecem um campo fértil de pesquisa e de compreensão sobre o passado.

Documentação

Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Universal de Laemmert, 1858, 1860.

G. & D. Cook & Co's. Illustrated Catalogue of Carriages and Special Business Advertiser. New Haven [Conn.]: Baker & Godwin, 1860.

Jornal do Commercio. 26 outubro 1858.

Northwestern Sleigh CO, and Northwestern Carriage CO. Wholesale Price List. Milwaukee: Northwestern Sleigh Co., 1889.

SAUNDERSON, C. **Reports on the Carriages in the Paris Exhibition, 1878:** By Artisan Reporters, with Appendix. London: Hardwicke and Bogue, 1879.

UNITED STATES. **Census Office. 1870,** and Francis Amasa Walker. [Census Reports]: Compiled From the Original Returns of the Ninth Census (June 1, 1870,) Under the Direction of the Secretary of the Interior. Washington: Govt. print. off., 1872.

Referências

ABREU, M. de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

ANDRADE MATOS, E.; SÁ DE CARVALHO, S. Mobilidade urbana em salvador: da cadeira de arruar ao interminável metrô. **Revista Transporte y Territorio**, n. 7, p. 119-149, 2012.

APPADURAI, A. **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías.** México [D.F.]: Grijalbo, 1991.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. 7. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

FAORO, R. **Machado de Assis:** a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

- FORD, B. The Cruttenden Carriage Works: The Development and Decline of Carriage Production in New Haven, Connecticut. **IA. The Journal of the Society for Industrial Archeology** 38, no. 1, p. 55-74, 2012.
- FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 9. ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GELZER, C. Speed is a virtue: travel in the mid-nineteenth century United States. **Technology's Stories** vol. 3, no. 2, p. 1-15, 2015. Disponível em: <<https://www.technologystories.org/speed-is-a-virtue-travel-in-the-mid-nineteenth-century-united-states/>>. Acesso em: 07 jun. 2021.
- HOFFECKER, C. E. **Wilmington, Delaware**: portrait of an industrial city, 1830-1910. Charlottesville: Eleutherian Mills-Hagley Foundation by the University Press of Virginia, 1974.
- KELLI, M. V. Circulando pelo Rio de Janeiro: infraestrutura, consumo e produção de veículos de tração animal (1808-c.1880). 2018. **Tese** (Doutorado em História Social). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- KINNEY, T. **The carriage trade**: making horse-drawn vehicles in America. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2004.
- LIMA, C. A. M. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)**. Rio de Janeiro: Ateliê 2007.
- MEYER, D. R. Midwestern Industrialization and the American Manufacturing Belt in the Nineteenth Century. **The Journal of Economic History**, 49, no. 4, p. 921-937, 1989.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, A. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- OLIVEIRA, A. de A. A cadeirinha de arruar do Museu de Arte da Bahia. **Dissertação** (Mestrado em Museologia). Programa de Pós-graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.
- PRADO, J. F. de A. **Jean-Baptiste Debret**: com reprodução de quarenta paisagens do artista, do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.
- RANSOM, R. "Economics of the Civil War". **EH.Net Encyclopedia**, edited by R. Whaples. August 24, 2001. Disponível em: <<http://eh.net/encyclopedia/the-economics-of-the-civil-war/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- REIS, J. J. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, São Paulo, n. 18, p. 6-29, 1993.
- SANTOS, F. A. de N. **Meios de transportes no Rio de Janeiro**: história e legislação. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Departamento Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1996.
- SEDLACEK, G. B.; KELLI, M. V. História e historiografia dos transportes na Corte imperial. **História Econômica & História de Empresas**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 347-376, 2016.

SILVA, M. B. N. da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SOARES, S. F. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. e Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860.

STRATTON, E. M. **The world on wheels: or, Carriages, with their historical associations from the earliest to the present time, including a selection from the American centennial exhibition**. By Ezra M. Stratton. With nearly four hundred illustrations. New York: The Author, 1878.

AINDA É NOVA A “NOVA HISTÓRIA INDÍGENA”?

Maria Cristina Bohn Martins

A história dos povos indígenas no Brasil está mudando [...]. Até os anos 1970, os índios, supunha-se, não tinham nem futuro, nem passado. [...] Os historiadores, afeitos a fontes escritas – e escritas por seus atores – hesitavam ainda em pisar nas movediças areias da tradição oral ou de uma documentação sistematicamente produzida por terceiros [...].

Os índios, no entanto, têm futuro: e, portanto, têm passado. Ou seja, o interesse pelo [seu] passado, hoje, não é dissociável da percepção de que eles serão parte do nosso futuro. [...] Os direitos dos índios à sua terra, diz a Constituição, são históricos, e a história adquire uma imediata utilidade quando se trata de provar a ocupação. Mas ela tem também o caráter de resgate de dignidade que não se pode esquecer. (CUNHA, 2009).

Este artigo visa indagar sobre o lugar que hoje ocupa a chamada “Nova História Indígena” no cenário da produção historiográfica brasileira atual. Como buscaremos argumentar, compreendemos que este campo apresenta, atualmente, uma visível robustez, embora manifeste, em seu interior, debates em torno de questões de natureza conceitual e mesmo epistemológica. Para tanto, iniciamos propondo uma genealogia do campo no Brasil, para, depois, examinar brevemente, a relação entre esta produção acadêmica que consideramos importante e renovadora, e a chamada “história escolar”.

Desta maneira, propõe-se um roteiro de explanação e discussão distribuído em três momentos de desigual aprofundamento e extensão. Inicialmente, traçaremos uma genealogia, ou uma tentativa de delinear o percurso deste campo na historiografia brasileira [1]. Desenvolvemos, depois, uma breve avaliação das possibilidades de conhecimento abertas por ele [2], para concluir com uma reflexão sobre seus sentidos e importância, bem como sobre o papel desta renovação para história escolar [3].

1. Ainda é nova a história indígena?

Embora seja um lugar comum a afirmação de que o nome e o trabalho de John Manuel Monteiro estejam no cerne e na origem do que chamamos “Nova História Indígena” no Brasil, e o argumento já tenha sido explicitado à exaustão, não há como

escapar desta constatação. Em um artigo que prestava homenagem ao colega falecido em 2013, Regina Celestino de Almeida afirmou:

[...] a trajetória acadêmica de John Monteiro caminh[ou] junto ao desenvolvimento de uma historiografia que passou a considerar os índios como sujeitos históricos, questionando as antigas concepções que lhes reservavam o lugar de vítimas passivas dos processos de conquista e colonização. Defensor das causas indígenas, John militava por essa revisão historiográfica. Para ele, dar voz e vez aos índios na condição de agentes históricos é tarefa dos historiadores e deverá resultar no enterro definitivo de uma historiografia, muitas vezes, conivente com políticas de apagamento de identidades indígenas” (ALMEIDA, 2013, p. 397).

Com efeito, a Tese de Doutorado do historiador publicada sob o nome “Negros da Terra” [1994], desestabilizou o paradigma da historiografia paulista (e nacional) que colocava o movimento bandeirista no centro das narrativas sobre o passado colonial de São Paulo. Monteiro não apenas desnudou, pioneiramente, a importância do trabalho escravo indígena, como apontou para a necessidade de considerar-se a relevância das economias não exportadoras na história da região. Paralelamente, por meio de uma pesquisa fartamente documentada, ele deixava marcada a importância de revisar a compreensão solidamente estabelecida entre os historiadores brasileiros, quanto a inexistência de fontes que possibilitassem reconstruções do passado indígena.

Desta maneira, o livro revisa a história social de São Paulo no período de sua formação, propondo interpretações que eram incomuns para temas centrais da história colonial brasileira. Além das contribuições já indicadas, há uma outra que foi essencial para abrir a revisão de nossa compreensão do passado dos povos nativos. Atento à dinâmica interna das sociedades tupis, John Monteiro, de maneira original, desvelou respostas indígenas ao contato com a sociedade colonial luso-brasileira. Em seus trabalhos, com efeito, o pesquisador encaminhou reflexões no sentido de apresentar os povos indígenas como capazes de discernir sobre os eventos que vivenciavam, ótica bastante diferente de interpretações pautadas na chamada “visão dos vencidos”⁵⁴, bastante

⁵⁴ Tendo como nomes representativos Miguel Leon-Portilla, para os estudos sobre a Mesoamérica, e Nathan Wachtel, quanto aos estudos sobre os Andes, a chamada “Visão dos Vencidos” criticou as visões eurocêntricas da conquista e colonização da América, construídas especialmente a partir de documentos provenientes da sociedade ocidental. “Se trata, en cierto modo, de pasar al otro lado del escenario y escrutar la historia al revés, porque estamos, efectivamente, acostumbrados a considerar el punto de vista europeo como el derecho: en el espejo indígena se refleja el otro rostro de occidente. Sin duda, jamás podremos revivir desde el interior los sentimientos y los pensamientos de Monteczuma o Atahualpa. Pero podemos, al menos, intentar desprendernos de nuestros hábitos mentales, desplazar el punto de observación y transferir el centro de nuestro interés a la visión trágica de los vencidos” (WACHTEL, 1976, p. 21). Os

em voga naquele momento. Como demonstrou o autor, era possível encontrar, nesta história, ações e reações dos indígenas, inclusive na contramão do que esperavam os colonizadores.

A advertência sobre a necessidade de repensar o lugar dos povos indígenas na história brasileira, sua ação consciente (*agency*), já havia sido apresentada por Manuela Carneiro da Cunha em uma obra que, por sua característica e importância, deve também ser considerada um “divisor de águas” na cena intelectual brasileira: “História dos índios no Brasil”, de 1992. O próprio título emprestado ao livro, aponta para uma perspectiva que foge das tradicionais visões generalizantes sobre as sociedades indígenas, visões estas que eram, entre outros, um obstáculo para a compreensão mais acurada de suas histórias. Na Introdução deste texto, o primeiro que se produziu no Brasil sobre o tema, Carneiro da Cunha reflete sobre o equívoco – muitas vezes bem-intencionado, em denunciar as óbvias violências do colonialismo – de considerar-se que os indígenas foram “vítimas inermes” do processo histórico. Afirma ela, que eles se constituíram em “atores importantes de sua própria história”, sendo possível, “nos interstícios da política indigenista, vislumbrar algo do que foi a política indígena” (CUNHA, 1992, p. 18).

Separadas por apenas dois anos, as duas obras introduziam uma cunha na produção historiográfica nacional, trazendo para ela a premissa de que os indígenas foram sujeitos históricos, “agentes de sua própria história”, como se passou a afirmar. O Brasil sintonizava-se, assim, com algum atraso, a um movimento que já se fazia presente na produção de historiadores na América Latina e nos Estados Unidos.

Nos cerca de 30 anos que nos separam destes trabalhos, a cena historiográfica nacional mudou amplamente no que tange à história dos povos nativos. Ela se mostra, assim, em boa medida, alinhada ao que afirmou Guillaume Boccara (2005) para a historiografia americana em geral, no sentido de ter sido ultrapassada a discussão sobre a necessidade de restituir às sociedades indígenas toda sua “espessura histórica”. Para tanto, foi preciso superar compreensões que haviam sido assentadas nas ideias de “pureza original”, “contaminação cultural”, “aculturação”, bem como na valorização das “resistências indígenas”, expressas essencialmente por meio de movimentos de rebelião. Ganharam força, em contrapartida, perspectivas como a que foi descrita por Marshall

autores identificados com esta perspectiva postulavam a necessidade de serem usadas fontes indígenas produzidas a partir de registros orais ou do folclore, ao lado de crônicas e documentos da administração colonial, como as visitas.

Sahlins (1997, p. 126) por meio da ideia de que “a continuidade das culturas indígenas consiste nos modos específicos pelos quais elas se transformam”; ou do conceito de “resistência adaptativa” relativa à compreensão de que os indígenas encontram formas de viver as novas realidades em que se veem inseridos, através da aproximação com setores ou instâncias da sociedade estrangeira (STERN, 1987). Segundo Steve Stern, por exemplo, a aproximação indígena dos estabelecimentos coloniais e mesmo a colaboração com projetos dos colonizadores, podem ser compreendidos como uma forma especial de resistência, o que conduz a análise do tema por caminhos que não o da rebelião.

Uma prospeção em torno da produção de teses e dissertações elaboradas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, neste período, desenharia, com certeza, um panorama que até pode parecer surpreendente para quem não acompanha o campo com mais atenção. Os estudos sobre história indígena conhecem uma enorme vitalidade, além de apresentar grande riqueza no que se relaciona aos temas pesquisados, fontes compulsadas e rigor teórico metodológico na condução das pesquisas. Os muitos trabalhos produzidos se voltam a reinterpretações acerca de temas clássicos da historiografia sobre períodos mais recuados, tanto quanto a matérias contemporâneas. Neste último segmento, são sobressalentes as questões ligadas à processos de reemergência étnica, às organizações e movimento indígena, às disputas pela terra, assim como ao tema das escolas indígenas e seu direito constitucional a uma educação diferenciada e bilíngue, entre tantos outros.

Se, como dissemos, este dado pode parecer surpreendente, isto é, porque ainda temos que nos perguntar sobre o quanto esta produção retorna para a sociedade fecundando o ensino escolar, bem como informando a sociedade em geral, de forma a superarem-se armadilhas como as insidiosas ideias do “primitivismo” e da “aculturação”. Com efeito, carregando com elas um amplo arco de preconceitos e mal-entendidos, estas duas noções, até algumas décadas atrás bastante fortes nos estudos acadêmicos, permanecem presentes no senso comum. É como uma derivação delas que se expressam formulações sobre indígenas “inautênticos”, acenando para a incompatibilidade entre ser indígena e acompanhar e requisitar elementos e artefatos da cultura ocidental.

De fato, como está fartamente estabelecido, a noção de primitivismo, por exemplo, e, como um seu correlato, a de “povos evanescentes”, orientou a percepção sobre as sociedades indígenas desde o século XIX, e se constitui em uma das “armadilhas”

mais capciosas ao seu estudo e compreensão (MONTEIRO, 1999). Sob a inspiração do evolucionismo, formulou-se o entendimento de que certas sociedades haviam ficado nas escalas iniciais do desenvolvimento da humanidade: eram uma “janela” para o passado remoto dos homens, e um testemunho do que havíamos sido, um dia. Paradas no tempo, estas sociedades resistiam à mudança, afrontando a dinâmica da história. Desta forma, não passavam por transformações que costumam ser a tônica dos estudos históricos. Ou, na mesma medida em que passavam por elas, desassociavam-se de sua condição de indígenas. Tidas por “transitórias”, as sociedades indígenas eram condenadas a desaparecer porque a obstinação em abandonar suas culturas originais as levava a uma resistência que se concluía na derrota e morte frente a expansão do Ocidente. Ou, por outro caminho, mas chegando a resultado igualmente deletério, desapareceriam na medida em que “evoluindo”, transformavam-se em algo novo mediante a “aculturação”.

Ultrapassar a série de estereótipos que se apresentavam como sucedâneos destas ideias constituiu-se em um desafio teórico, o que foi favorecido pela abertura dos historiadores às reflexões do campo da antropologia. Podemos dizer que da confluência de elementos importantes resultou uma feliz renovação na cena historiográfica nacional, abrindo-se um campo, hoje bastante copioso, de estudos sobre história indígena. Na avaliação de John Monteiro (1995) estes elementos foram: a tendência de aumento demográfico entre as populações indígenas; o avanço do movimento em prol dos direitos históricos dos indígenas; e um renovado diálogo entre a Antropologia e a História. O incremento destes estudos, além de adensar o conhecimento da história indígena, passou a oferecer contrapontos instigantes para dinâmicas históricas locais e regionais.

A pesquisa recente, portanto, coloca em relevo que a história americana está indelevelmente marcada pela presença indígena. Isto não significa que o terreno esteja completamente pacificado e não haja desafios no campo e para o campo. Entre outros pontos importantes, discute-se o significado dos conceitos “história dos índios” e “história indígena”. Para muitos especialistas, esta última só terá sentidos e conteúdos necessários, se levar em conta o tema da expressão oral, das cosmologias e da memória social indígena. E, também, é claro, uma especial atenção para a própria noção de tempo – fundamento essencial para a história - das sociedades nativas. Há, assim, uma importante discussão, ora em curso, sobre a necessidade de um deslocamento de uma história escrita

sobre os povos indígenas em direção a histórias propriamente indígenas, em termos de autorias, perspectivas, metodologias e objetivos.

2. Como fazer história indígena? Novos olhares para as fontes coloniais

Ao já comentado trabalho pioneiro de John Manuel Monteiro, foram se acrescentando outros no sentido de ajudar a ultrapassar a equivocada compreensão de que a “história indígena” se via obstaculizada, no Brasil, pela carência de documentos. Do mesmo modo referencial, neste sentido, é a contribuição de “Metamorfoses Indígenas” (2003), livro que resulta da Tese de Maria Regina Celestino de Almeida⁵⁵. O trabalho exercita de maneira muito feliz e com resultados importantes, o diálogo com a literatura antropológica e com questionamentos que dela advém, para compreender a experiência dos indígenas diante dos colonizadores portugueses, em especial quanto ao processo de aldeamento junto aos jesuítas. Foi essencial neste sentido, para a autora, a noção de “resistência adaptativa” sobre a qual nos referimos anteriormente, oportunizando a ela uma instigante reflexão a respeito das experiências indígenas na relação com o mundo colonial.

A partir desta inflexão e de rico material empírico, a autora abordou, de forma inovadora, a história da capitania do Rio de Janeiro, em sua formação e ao longo de todo período colonial. Um dos aspectos de grande importância da obra refere-se à compreensão que ela oportuniza sobre o tema da força de trabalho indígena, seja a que foi agenciada por missionários a partir das aldeias, seja a que era escravizada por meio das entradas nos sertões. Assim sendo, a pesquisa acompanha as várias atividades laborais desenvolvidas pelos nativos, e as suas muitas estratégias para negociar as condições de trabalho ou fugir dessa obrigação bem como, e com especial êxito, o processo pelo qual os aldeamentos vieram a ser espaços de ressocialização e reelaboração de identidades e culturas indígenas.

Consubstanciando a tese de que a carência de trabalhos históricos sobre as sociedades nativas -que vai sendo gradualmente superada- deve ser explicada a partir de outra chave que não a inexistência de documentação, um artigo recente de Mariana Dantas (2021) analisou três importantes estudos que se valeram dos fundos documentais

⁵⁵ A Tese “Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial - Novos Súditos Cristãos do Império Português” foi defendida em 2000, na Unicamp, no Programa de Ciências Sociais, sob orientação de John Manuel Monteiro.

sob a guarda do Arquivo Nacional para trazer contribuições valiosas neste campo. Além de Celestino de Almeida (2003) a qual nos referimos acima, ela apresenta e discute, “As diversas formas de ser índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa”, de Elisa Frühauf Garcia (2007), e “Dimensões da participação política indígena na formação do Estado Nacional Brasileiro: Revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)” (2015), de sua própria autoria.

A seleção e exame destes trabalhos pela autora, buscaram desconstruir o argumento que sustentou a impossibilidade de uma história indígena dada a inexistência da documentação necessária, o qual, como estabelecemos anteriormente, já havia sido criticada por John Monteiro (1984; 1999) e Manuela Carneiro da Cunha. Em ambos os autores transparece a assertiva de que a invisibilização dos indígenas em nossa história decorre de outros fatores. De fato, ainda que as fontes sejam pobres e lacunares se as compararmos com a de outros países americanos, elas tornam possível o exercício de “identificar e interpretar os eventos, processos e percepções que marcaram as experiências das populações indígenas no passado” (MONTEIRO, 1999, p. 239).

Um dos trabalhos resenhados por Dantas (2021) de autoria de Elisa F. Garcia, discute um tema em relação ao qual a presença indígena é sensível: o das fronteiras, em particular, a fronteira platina no século XVIII. O título da obra já é revelador do pressuposto que recusa as abordagens tradicionais ao tema: “As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo sul da América portuguesa” (2007).

De fato, a expressão “diversas formas de ser índios” convida a considerar posições que se estabelecem no jogo das circunstâncias, isto é, em situações relacionais, abdicando de sustentações teóricas e metodológicas estabelecidas a partir do binômio antitético “resistência” *versus* “aculturação”, tão fortemente presente, até tempos recentes, nos estudos sobre as relações dos indígenas com a sociedade ocidental.

Como mostra a autora, para viabilizar sua expansão na região platina, os portugueses valeram-se do expediente de entabular relações amistosas com as populações indígenas, inclusive atraindo para os seus domínios índios vassalos do Rei de Espanha, principalmente os habitantes das missões jesuíticas situadas na margem oriental do rio Uruguai. Pretendiam, com isto, aumentar as suas forças na região e, paralelamente, debilitar as espanholas. Para atrair os índios, os lusitanos desenvolveram uma série de

políticas, chamadas genericamente de "bom tratamento", as quais deveriam convencê-los da superioridade dos portugueses em relação aos espanhóis.

Elemento distintivo da análise de Frühauf Garcia, é a proposta de buscar entender como os índios utilizaram tais políticas em favor de seus próprios interesses. Isto é, o quanto foi possível a eles fazer suas políticas em meio à política dos colonizadores. Assim sendo, ela coloca em xeque interpretações esquemáticas sobre as alianças entre indígenas [tupis e guaranis] e colonizadores [portugueses e espanhóis]. Isto em um território em que as fronteiras eram objeto de negociação e guerra, haja vista o tensionamento estabelecido em torno da Colônia de Sacramento, das missões jesuíticas e dos Tratados de Limites, em especial o de Madrid (1750).

A obtenção de alianças com os índios aparece aí como parte fundamental da política expansionista dos estados europeus, as quais eram ainda mais importantes nas regiões fronteiriças, onde os estados competiam entre si por territórios e vassalos⁵⁶. O que a autora nos convida a acompanhar, em meio à política colonial, são “*os interstícios de uma política indígena*”, para voltarmos à feliz expressão de Manuela C. da Cunha (1992, p. 18). Ela o faz, evidenciando o caráter relacional e contextual das alianças e acordos estabelecidos, a fim de compreender quais eram as vantagens obtidas pelos índios e por quais caminhos eles se construíram, em certas situações, como aliados dos lusitanos.

Finalmente, Mariana Dantas apresenta, também, o seu próprio trabalho que se relaciona ao período imperial e discute a participação de indígenas de diferentes aldeamentos nas revoltas ocorridas em Pernambuco e Alagoas, no início do Oitocentos, em especial a insurreição conhecida como Cabanagem. De acordo com Dantas, o convencimento de populações indígenas que constituíam boa parte do contingente das tropas cabanas, mesmo à base de “pequenos dinheiros e retalhos de panos”, era uma das estratégias utilizadas pelos governos provinciais para alcançar o sucesso na guerra. Os

⁵⁶ Em “The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region”, Richard White explora justamente as oportunidades de agência das sociedades indígenas em áreas que se apresentam como fronteiras entre impérios. Segundo ele, situações desta natureza - “middle ground” - só podem ocorrer em áreas de fronteira, embora nem toda fronteira seja um espaço desta natureza. White analisa o que considerou ser um “arrangement and appointment system” entre brancos e indígenas no conflagrado território dos Grandes Lagos, área disputada pelos impérios francês e britânico, em que os indígenas eram “fiel da balança” entre os poderes coloniais europeus. Foi esta situação que, para ele, permitiu o surgimento de uma realidade singular. “The middle ground is the place in between cultures, peoples, and in between empires and the nonstate world of villages. It is a place where many of the North American subjects and allies of empires lived. It is the area between the historical foreground of European invasion and occupation and the background of Indian defeat and retreat” (WHITE, 1991, p. 10).

“índios de Jacuípe” cujas posições ela estuda, eram, assim, parte crucial das disputas e dos embates armados, dependendo, muitas vezes, das suas escolhas, o sucesso das táticas de negociação. Em determinado momento, para a maior parte deles interessou acompanhar os cabanos em suas investidas contra engenhos e tropas legalistas. Em outro, quando os cabanos se encontraram em situação desfavorável, tais indígenas aceitaram se render ao comando das forças opostas, demonstrando boa vontade e disposição. Não só se renderam, como também passaram a perseguir seus antigos aliados, o que os deixou receosos de represálias.

Tanto no estudo de Elisa Garcia quanto no de Mariana Dantas, quando as dinâmicas locais são articuladas aos contextos mais amplos, torna-se possível visualizar o impacto na arena pública de grupos sociais quase sempre invisibilizados pelas narrativas historiográficas. Importa ressaltar que, ali onde concepções tradicionais podiam encontrar apenas evidências da irracionalidade, inconstância ou inclinação à “traição”, as autoras encontram racionalidade e consciência, isto é, ação política. Conseguiram, assim, adaptar-se às mudanças políticas e econômicas, o que conferia fluidez às suas alianças com autoridades, reelaborando-as em função de suas necessidades e expectativas, e reafirmando a sua importância nos jogos políticos. Desta maneira, podemos perceber os indígenas como sujeitos políticos e históricos.

Há muitos outros excelentes estudos gerados igualmente em pesquisas acadêmicas que podiam ser lembrados aqui como recentes contribuições relevantes para o conhecimento da história das populações indígenas no Brasil. Como este seria um exercício de fôlego incompatível com a proposta deste trabalho, recorro dois trabalhos escolhidos por representarem tendências importantes e esclarecedoras, começando por “O botoque e o açúcar: índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul” (século XIX), de autoria de Lauro Pereira da Cunha⁵⁷.

O trabalho buscou dar uma resposta ao que o seu autor percebeu como uma grave lacuna na historiografia regional (e local) no Rio Grande do Sul: o silêncio em relação à presença e protagonismo histórico de índios do grupo Jê no litoral do estado. Este silêncio poderia fazer supor que “esta região tivesse se tornado definitivamente esvaziada de índios” depois das razias feitas pelas bandeiras escravagistas dos séculos XVI e XVII

⁵⁷ Publicada em 2012 sob o título “Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul” (século XIX), a Tese foi defendida neste mesmo no Programa de Pós-Graduação de História da Unisinos.

contra os guaranis-carijós que a ocupavam”, assevera ele (CUNHA, 2012, p. 16). A partir daí, sua pesquisa orientou-se a rebater o equívoco que permeia o senso comum sobre a situação de que os xoklengs seriam “índios de Santa Catarina”. Manejando uma série de argumentos e dados empíricos, o autor sustenta que eles estiveram presentes, também, no litoral norte do Rio Grande do Sul até que a intensificação da presença dos “brancos”, especialmente com a introdução das lavouras de cana de açúcar, inviabilizasse esta condição.

A constatação de que as áreas da encosta oriental do Planalto Meridional cobertas pela Mata Atlântica eram, ainda no XIX, no atual RS, o extremo austral do “território de uso” dos xoklengs, levou-o a formular algumas questões centrais que serão desenvolvidas na obra:

- 1 - Como os indígenas agiram/reagiram diante da expansão da sociedade ocidental nestas regiões?
- 2 - Considerando os xoklengs como agentes dos processos históricos em curso, de que forma ocorreu sua interação com a colonização luso-brasileira e, depois, com as frentes de imigração europeia?
- 3 - Sob quais ideias “do outro”, brancos e índios se posicionaram e agiram neste processo?

Segundo o autor, a pesquisa buscou conhecer “este ignorado cenário, composto por homens, mulheres, crianças, ‘índios selvagens’, ‘índios mansos’, brancos, negros e mestiços que não fazem parte dos relatos épicos da historiografia local, mas desempenharam vários papéis nos projetos de ocupação econômica e populacional da região. Resistindo, fugindo, matando, morrendo ou assustando, os índios xokleng também foram agentes históricos neste processo” (CUNHA, 2012, p. 16).

Para desenvolver a dissertação, Cunha percorreu muitos arquivos, na maioria das vezes para se frustrar diante da escassez de documentos que tratassem das relações entre os xoklengs e as populações ocidentais com as quais eles travaram contato. Mas não deixou de encontrar estes registros, muitas vezes nos conjuntos documentais referentes às autoridades militares, haja vista as ações repressivas conduzidas contra eles. Também leu muitos livros, teses e dissertações sobre a história do litoral norte do Rio Grande do Sul, para novamente se desencantar diante da desatenção dos historiadores para com o tema. Justamente por isto, a parcela da investigação que talvez lhe tenha sido mais cara – e que se apresenta muito rica como possibilidade metodológica – foi aquela que o autor

conduziu visitando “comunidades tradicionais” do litoral para uma pesquisa com fontes orais. Desta forma, conciliando a operação de identificação e transcrição de documentos oficiais, com a consulta e análise de uma produção que costumamos chamar “histórias municipais” e com o trabalho a partir de fontes orais, ele pode resgatar estes indígenas do silêncio a que foram confinados pela escrita da história oficial⁵⁸.

O trabalho de Lauro P. da Cunha é, em vários aspectos, tributário da obra de Luíza Tombini Wittmann (2007), “O vapor e o botoque”, que estudou as relações entre colonos alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí em Santa Catarina, importante contribuição para a historiografia regional. Nos dois casos, podemos acompanhar como especialmente no século XIX, no intuito de abrir espaço para o assentamento de colonizadores europeus, os governos provinciais desenvolveram políticas francamente agressivas, enviando expedições organizadas para entrar nas matas e “resolver o problema indígena”, uma vez que estes eram um entrave e uma ameaça “ao progresso e segurança”.

Se Lauro Pereira da Cunha queria contar a dramática histórica deste desaparecimento, esquecido pelos livros de história regional, este não era seu único intento, uma vez que pretendia, também, refletir sobre as ações e escolhas dos xoklengs, que não foram vítimas inermes do avanço dos brancos, mas “praticaram seus furtos e dispararam suas flechas”, agiram e se transformaram, “pois era impossível permanecerem imutáveis no conflituoso contato com o outro” (CUNHA, 2012, p. 215).

Foram, desta forma, agentes fundamentais na construção da sociedade do litoral norte do Rio Grande do Sul, ajudando a delinear os seus limites e possibilidades. Reavaliando suas categorias culturais e o significado deste contato, optaram por expropriar o branco em bens que poderiam lhes ser úteis, em especial no que tange aos instrumentos de ferro. Eles pensaram, assim, em seus próprios termos, a recusa quanto a alianças ou contatos amistosos, mantendo-se em permanente estado de guerra “e arcando com as consequências da escolha feita” (CUNHA, 2012, p. 215).

Como disse, parte da pesquisa para este estudo foi feita a partir de fontes orais, recuperando histórias dos “antigos” moradores do Litoral Norte do RS. As fontes orais

⁵⁸ Talvez fosse pertinente ainda registrar que, embora não tenha se proposto a estudá-los neste trabalho, a pesquisa revela muitos outros agentes sociais com os quais os xoklengs se enfrentaram e que igualmente pouco frequentam as historiografias oficiais: madeireiros, mercadores, companhias de perseguidores de negros quilombolas, e mesmo bandidos comuns que passavam a frequentar a mata.

foram também fundamentais para outra investigação, com cuja apresentação concluo este panorama.

Trata-se da Tese de Amilcar Aroucha Jiménes, “Sobre flechas e canetas: faces da política indígena na Manaus contemporânea (1980-2019)⁵⁹”, cujo foco é a formação do que ele chamou de uma política indígena na cidade de Manaus. Seu objeto foram as organizações indígenas na capital do estado do Amazonas, buscando entender a ação organizada de grupos indígenas naquela cidade. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se concentrou no trabalho de campo realizado entre as organizações indígenas atuantes naquela capital, em complemento com bibliografia pertinente ao tema e outras fontes escritas. Todo o esforço analítico empregado ao longo da narrativa resultou na tentativa de estabelecer uma nova leitura sobre a emergência política indígena, nas últimas décadas. A partir do percurso de indivíduos que migraram de aldeias do Alto Rio Negro para Manaus, de suas trajetórias, de sua inserção ou liderança em movimentos e associações naquela cidade, a Tese indaga como estes grupos organizam suas lutas neste contexto.

O trabalho se dirige diretamente às faces da política indígena na cidade de Manaus, discutindo alguns casos de emergência política de determinados grupos indígenas, a partir da década de 1980, a partir de seus momentos iniciais, e as diferentes estratégias formuladas como respostas aos reptos da vida na cidade. Seu autor entendeu que a organização política indígena em Manaus carrega o peso dessas trajetórias, de indivíduos, famílias e comunidades inteiras, com seus respectivos desafios, traumas, dificuldades e esperanças. Paralelamente, mostra ele, essas histórias se situam em arranjos históricos e espaciais diversificados (aldeia, o grupo étnico, região de origem, etc.). De acordo com ele, a escolha pela vida na cidade revela muito a capacidade de tais grupos sobreviver e conviver em um meio estranho e desafiador. Desta maneira, considerando um espectro mais amplo de significações, os deslocamentos recentes de indígenas para cidades podem ser vistos como uma das faces de um contexto de profundas transformações nas relações interétnicas.

O horizonte teórico que norteou a pesquisa, dialogou com o trabalho com o qual dei início a esta apresentação: a noção de “resistência adaptativa” que, em boa medida, sustentou o trabalho de Maria Regina Celestino de Almeida, leitura por meio da qual

⁵⁹ A Tese foi defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação de História da Unisinos

Aroucha Jimézes encontrou o conceito que foi oportuno para sua própria reflexão. Ele está presente em muitos estudos vinculados ao que, creio, podemos a estas alturas chamar de “tradição historiográfica” conhecida como Nova História Indígena.

É verdade que, como em qualquer “operação historiográfica”, os estudos direcionados a povos indígenas podem seguir caminhos diversos, tanto em relação à escolha do contexto histórico-espacial, quanto no que tange às próprias “lentes” utilizadas na prática investigativa. Porém, quando falamos em História Indígena, dentre as possibilidades de abordagem, as reflexões que dizem respeito às relações interétnicas são, de modo geral, o campo mais intensamente frequentado pelos historiadores e esteve presente em todos os casos aqui apresentados.

E é inegável que esta produção historiográfica tem conseguido lançar novas e importantes luzes à discussão sobre nosso passado e sobre nosso presente, e que sua vitalidade pode ser explicada pela renovação dos paradigmas que movimentam o campo desde as duas últimas décadas do século XX. Mas, também explica-se pela própria trajetória recente dos povos indígenas, para muitos, caracterizada por uma nova relação com o mundo dos brancos.

Podemos dizer, desta forma, que uma *Nova História Indígena*, na expressão cunhada por John Manuel Monteiro, surgiu como uma das tentativas de conceptualização desse cenário emergente. Em termos gerais, os estudos ligados a ela se destacam por explorar os vários aspectos inerentes aos movimentos de autodeterminação indígena. São, sob este ângulo, um contraponto às concepções históricas colonizadoras (e colonizadas), que fazem residir seu epicentro espaço-temporal Velho Mundo.

3. Os sentidos e a importância da história indígena

O futuro é ancestral...
Ailton Krenak

De outro lado, se a Constituição Federal de 1988 consagrou – não sem grandes dificuldades – algumas garantias legais voltadas para o presente e para o futuro das populações indígenas [o reconhecimento de direitos socioculturais e territoriais e o abandono de orientações assimilacionistas e integracionistas tão presentes ao longo de toda história brasileira], atualmente vemos recrudescerem palavras e gestos pautados na ideia de que os índios “querem ser o que nós somos”, “querem o que nós queremos.” E

também, a antiga noção de que os que não querem “ser o que nós somos” ou “não querem o que nós queremos, são um entrave ao progresso do país.

Estes posicionamentos ecoam políticas que foram vigentes ao longo de toda história do Brasil e que, até muito recentemente, desenhavam estratégias de “civilização” e de “redenção” que deveriam ocorrer através da assimilação e integração, quando não do extermínio físico e cultural dos indígenas.

Frente a isto, permanece o desafio de que as pesquisas e estudos acadêmicos tenham sentido e lugar também, na sociedade que está fora dos seus muros. Trata-se do repto de estimular o respeito e o valor para com povos que apresentam visões alternativas de mundo e de sociedade, que vivam por uma lógica que não a ocidental.

Sem dúvida, um dos caminhos para se chegar à sociedade é a escola. Se a história acadêmica, como tentamos evidenciar, abriu-se para este campo, o desafio de traduzir estes conhecimentos para a história escolar, para além de exotismos e relicários de antiguidades, permanece aberto.

Desde 2008 a legislação federal institui a presença do tema “História e Cultura Indígena” como elemento a transversalizar todos os componentes curriculares escolares da Educação Básica [Lei 11.645/2008]. Por outro lado, as discussões em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não muito tempo atrás [2016], mostram o quanto podem ser diferentes as compreensões entre os especialistas sobre o que deve compor esta “base comum”, e como é complexo avançar sobre uma periodização típica do século XIX, bem como sobre o lugar que devem ter os “temas clássicos” e os “temas emergentes” em nossa história escolar.

Uma proposta que privilegiava fortemente a história do Brasil e das Américas, e se pautava no que considerava ser a necessidade de descolonizar conceitos, atitudes e procedimentos, enfrentou grande oposição dentro da área e fora dela. Os embates que então se travaram, deixaram claras as dificuldades de entendimento sobre o que deve ancorar o ensino da história escolar.

Não é, pois, de estranharmos a dificuldade de professores de História no Brasil lidarem com temas não canônicos. A formação de professores, as propostas curriculares, bem como a produção de materiais didáticos, notadamente os livros, pouco acompanham os debates de ponta na área, sendo necessário que o acervo de pesquisa e produção de conhecimentos que envolvam a História Indígena sejam colocados à disposição de toda a

sociedade. Ou seja, que se rompam os restritos círculos acadêmicos de apropriação destes saberes. É necessário que os cursos de Licenciatura acompanhem este movimento e apresentem aos futuros professores uma reflexão menos “*decimonônica*”.

É preciso, fundamentalmente, que se valorize o cada vez mais expressivo contingente de indígenas preparados, inclusive pelo sistema escolar formal, em situação de graduados e pós-graduados, mostrando-nos prontos para ouvi-los, em vez de apenas falar a eles. Eles devem nos levar a repensar a História Indígena e o seu Ensino, trazendo aos debates outras lógicas, outras vivências, protagonizando o registro (escrito, oral, iconográfico, etc.) de suas existências em tempos e espaços variados.

Pode-se, assim, avançar no sentido de restringir o espaço para ideias preconceituosas, atitudes discriminatórias, para se questionar formações marcadamente eurocêntricas, para relativizar as informações (equivocadas, estereotipadas) trazidas em propostas curriculares e em materiais didáticos que chegam às escolas.

Neste momento, creio que é importante voltar ao tema pelo qual iniciei esta reflexão, qual seja o da visível expansão e riqueza dos estudos que, ao menos ao longo dos últimos 25 anos, se abrigam sob a etiqueta da “nova história indígena”. A questão seria pensar sobre onde nos levou esta expansão.

Acredito que ela nos leva a rechaçar a compreensão de que a história indígena se apresenta como uma impossibilidade na medida em que careceríamos de fontes, que seriam raras, dispersas e, marcadas pelo eurocentrismo; ou, ainda, de difícil validação. Os trabalhos comentados apresentam um panorama bastante abrangente das possibilidades metodológicas de que dispomos para o tratamento e análise de dados de fontes diferentes. Se, é certo, há ainda muito que avançar para a incorporação dos resultados dessas pesquisas na elaboração de quadros mais amplos sobre processos históricos das América, também é claro que um consistente e diversos conjunto de estudos recentes aponta caminhos importantes para recusar estereótipos e imagens cristalizadas sobre os indígenas na história do Brasil.

Referências

ALMEIDA, M. R. C. de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e culturas nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, M. R. C. de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n° 65, p. 397-401, 2013.

- BOCCARA, G. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. **Mundo Nuevo Nuevos Mundos** – Revista Eletrônica, Paris, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.426> > Acesso em 10/04/2005.
- BITTENCOURT, C. F. Abordagens Históricas Sobre a História Escolar. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011. Disponível em: https://www.ufrgs.br/edu_realidade/ Acesso em 05/03/2021.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CUNHA, L. P. da. **Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- CUNHA, M. C. (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.
- DANTAS, M. A. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1849**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- DANTAS, M. A. Repensando a temática indígena através das fontes. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2021
- GARCIA, E. F. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- JIMENES, A. A. Sobre flechas e canetas: faces da política indígena na Manaus contemporânea (1980 - 2019). **Tese** (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, 2019, 317 p.
- LEON-PORTILLA, M. **Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la conquista**. Ciudad de México, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1959.
- MARTINS, M. C. B.; MANDRINI, R. Historia y historiografía sobre los pueblos indígenas: Entrevista con Raúl J. Mandrini. **História Unisinos**, v. 19, p. 113-119, 2015.
- MARTINS, M. C. B. As sociedades indígenas, a história e a escola. **Antíteses** (Londrina), v.02, p. 153-167, 2009.
- MARTINS, M. C. B. Sobre histórias não contadas. **História Unisinos**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315061450_Sobre_historias_nao_contadas. Acessado em May 05 2021.
- MONTEIRO, J. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. **Tese** (Livre docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.
- MONTEIRO, J. O desafio da História Indígena no Brasil. *In*: LOPES DA SILVA, A.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1^o e 2^o Graus**. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995. p. 221-228.
- MONTEIRO, J. M. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. *In*: NOVAES, A. (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-256.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SAHLINS, M. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I)". **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1997 [a], p. 41-73.

SAHLINS, M. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II)". **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, 1997[b], p. 103-150.

STERN, S. **Resistance, rebellion and conscioues in the Andean Peasant World, 18th to 20th Centuries**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1987.

WACHTEL, N. **Los vencidos**. Los indios del Perú ante la conquista española. Madrid: Alianza Editorial, 1976.

WHITE, R. **The Middle Ground**: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815. Cambridge University Press, 1991.

WITTMANN, L. T. 2007. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL DA CRIANÇA NEGRA À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Nayra Carolina da Silva Luiz Santos
Márcia Sena Barbosa Monsores Ribeiro
Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcanti*

Introdução

No presente artigo discutiremos o processo de construção da identidade racial da criança negra nos espaços escolares de ensino fundamental, com base na análise das políticas públicas que introduziram o ensino da história da cultura africana nos currículos escolares. A nossa reflexão pretende auxiliar na conscientização e valorização das origens étnicas desses sujeitos, bem como formular estratégias para o combate ao preconceito e à discriminação racial nos espaços escolares.

Procuramos demonstrar, neste trabalho, que a proposta de construção de identidade racial da criança negra, quando baseada nas vivências históricas e culturais oriundas da África, contribui para o conhecimento das origens étnicas que constituíram a formação histórica do nosso país.

Percebe-se que este é um problema que ainda persiste na sociedade, e julgamos que seja de fundamental importância garantir uma reflexão sobre estas propostas de conscientização sociocultural, mas também de ordem política. Neste intuito, apontamos para a possibilidade de uma gestão que favoreça a educação democrática, através de conteúdos que objetivem o ensino da história da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do ensino fundamental.

Neste contexto, percebemos, com base nas análises das políticas públicas, que é possível contribuir para a construção da identidade da criança negra na escola e assim comprovar que as diferenças raciais entre alunos/as negros/as e brancos/as não podem ser reconhecidas como uma percepção negativa.

O embasamento teórico apresenta diálogos entre autores que descrevem a historicidade do modo como as crianças negras foram incluídas no processo de escolarização. Pretendemos, com isso, retratar o contexto histórico-cultural desta inclusão. Apesar de tal ação ser entendida, por muitos, como uma correção histórica pela falta de amparo aos negro/as após a abolição. Ainda assim precisou-se que políticas públicas fossem homologadas para deliberarem sobre a introdução do ensino da história

da África nos currículos escolares. Trata-se diretrizes que apontam os caminhos a serem percorridos pelas instituições escolares, a fim de levarem ao (re)conhecimento da contribuição da cultura Africana na construção sócio-cultural no nosso país e serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

Assim sendo, valorizamos o conceito de identidade racial configurando, analiticamente, a representação racial para auto-aceitação da criança negra do processo de escolarização. Para tanto, empregamos o método de revisão de literatura, por meio de uma abordagem qualitativa, de artigos e da análise das diretrizes contidas nas políticas públicas homologadas que regem sobre o tema.

Para o embasamento teórico apreciamos trabalhos e artigos como a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), que considera a escola como um espaço privilegiado de aprendizado do racismo pela forma que são passados os conteúdos. Por sua vez, Silva Júnior (2002) afirma que as práticas discriminatórias existem e ferem, tanto o sujeito discriminado quanto o discriminador. Já Munanga (2005) nos ajuda a perceber que a escola e a família precisam andar juntas e trabalharem com referências positivas para os sujeitos. Nascimento (2005) explicita a dificuldade de assumir-se uma identidade racial no nosso país e Fazzi (2006) argumenta que há uma espécie de jogo de classificação e autoclassificação racial. A partir desses referenciais teóricos iremos discorrer sobre à maneira como as identidades negras são discutidas nas políticas públicas brasileiras.

Contexto histórico da inclusão de negros/as nas instituições escolares

A história dos negros no Brasil começou no século XVI, com a chegada dos negros escravizados trazidos do continente africano. A partir de então, houve um impacto cultural, pois, o processo de colonização e a convivência foi muito forçada e violenta (ANDRADE, 2015). A Constituição de 1824 concedeu acesso à educação primária gratuita a todos os cidadãos, mas excluía os escravizados. Apenas eram aceitos a população negra liberta (ANDRADE, 2015). Com o fim da escravidão, ainda assim, os negros foram impedidos de acesso à sociedade, tampouco à educação.

Para Gonçalves e Silva (2000, p. 140), foi na ausência de políticas públicas que as associações e organizações negras passaram a oferecer escolas e educação para adultos e crianças negras, visando alfabetizá-los com o intuito de promover uma formação antirracista.

Nesse mesmo sentido, Florestan Fernandes e Roger Bastide (*apud* MARCELINO, 2019) sinalizaram a necessidade de os negros lutarem por uma “segunda abolição”, tendo a educação como um caminho de mobilidade social vertical. A escola era, então, entendida como forma de civilizar os segmentos vistos pelas elites como impeditivos da coesão social brasileira. A abolição trouxe a libertação dos negros escravizados, mas não trouxe nenhum projeto de inclusão dos mesmos na sociedade, no mercado de trabalho e nas escolas. O estado deveria assumir uma estratégia para integrar o negro nesses espaços, mas isso não aconteceu.

Assim, os negros não foram impedidos de entrar nas escolas, mas foram alijados desses espaços por mecanismos muito sutis. Segundo Barros (2005) algumas dessas dificuldades se retratavam na ausência de um responsável por fazer a matrícula, ausência de recursos para aquisição de itens como merenda e uniforme, deficiência de materiais escolares adequados, entre outros. Conforme discorre Andrade (2015), isso acontecia devido à questão de os pais não terem possibilidades de acompanhar a vida estudantil dos filhos, somada às condições de vida que tinham.

Dentre os acontecimentos que permitiram que os afrodescendentes alcançassem o direito à educação, temos em 1878, a permissão para a matrícula de negros libertos, maiores de 14 anos aos cursos noturnos. Tempos depois, com a reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho, o veto que proibia os escravizados de frequentarem as escolas públicas caiu e estes passaram a frequentar escolas profissionais e também passaram a ter acesso ao letramento em outros espaços informais (DOMINGUES, 2007; SANTANA; MORAES, 2009).

Depois de muito tempo sem se pensar realmente na educação dos negros, na década de 1850, mais precisamente em 17 de fevereiro de 1854, o Decreto nº 1.331 aprovou as medidas de regulamentação do ensino primário e secundário. Esse decreto tornou gratuitas, na Corte, e estabeleceu aos maiores de 7 anos a entrada nas escolas primárias, porém, não seriam aceitos os escravizados nas escolas públicas do país, em nenhum dos níveis de ensino (SANTANA; MORAES, 2009; SILVA; ARAÚJO, 2005).

As ações políticas relacionadas à Lei do Ventre Livre começaram a ser discutidas no final da década de 1860 até 1879. Na época, se enfatizava a necessidade de uma educação-moral e religiosa, além da profissional (BARROS, 2005). Em consonância, foram criadas várias associações de caráter filantrópico ou industrial, como colônias

orfanológicas e asilos agrícolas, com verbas e terras, que assumiram a educação das crianças, em prol de combater o atraso escolar e as más condições que a população negra se encontrava, dando a elas uma educação sob os padrões culturais da elite brasileira. Muitas crianças não foram entregues ao Estado, pois era mais vantajoso para os senhores manterem as crianças sob a sua tutela, trabalhando de forma gratuita. Porém, em 1911, devido a Reforma Rivadária, foi implantado a realização de exames e pagamentos para o ingresso nas escolas, impossibilitando a entrada de grande parte da população negra (GARCIA, 2007).

Nessa conjuntura, intelectuais negros iniciaram a sua militância pelos direitos da população negra. Surgiram então, os primeiros grupos do Movimento Negro brasileiro, que na época eram conhecidos como Movimento Associativo dos Homens de cor (DOMINGUES, 2007), dando origem a inúmeras manifestações para acesso e permanência do negro nas instituições escolares livres de qualquer preconceito ou discriminação. Dessa maneira, vemos que houveram esforços de grupos militantes em prol dos direitos dos negros, já no início do século XX e, ainda que estes tenham alcançado diversas conquistas, muito havia a ser feito.

Avançando no tempo, vemos que ao ser promulgada em 1988, a Constituição Federal⁶⁰ estabelece no artigo 5º os direitos fundamentais, como a Igualdade de Gênero, a Liberdade de Manifestação do Pensamento e a Liberdade de Locomoção, que têm como objetivo assegurar uma vida digna, livre e igualitária a todos os cidadãos de nosso País, pois “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (BRASIL, 1988).

Deste modo, os direitos fundamentais encontram meios, segundo a Constituição, de alcançar os seus objetivos, previstos em seu próprio artigo 3º.

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II – garantir o desenvolvimento nacional;
III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
(BRASIL, 1988).

⁶⁰ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

Mas, ainda seria necessário que as instituições garantissem conhecimentos onde os alunos fossem levados a compreender a cidadania, enquanto participação social e política; a posicionar-se de modo crítico e construtivo; a conhecer características sociais, materiais e culturais do país; a identificar e valorizar a pluralidade cultural; a posicionar-se contra a discriminação cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras.

Esses temas foram adotados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 e estão presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica instituídas (MEC, 2013). Em termos de estrutura curricular, as garantias para a valorização da cultura afro-brasileira vieram com a Lei 10.639/2003 que valoriza a cultura e as contribuições dos africanos e dos afrodescendentes para a constituição da história e da cultura do Brasil, tornando obrigatório o ensino da História da Cultura Afro-Brasileira em todos os segmentos de ensino.

Os fragmentos acima apresentados concretizam o que foi preconizado na Carta de Intenções do Movimento Negro Unificado de 1978, que reivindicando que o ensino e a história do negro não começaram quando ele chega escravizado ao Brasil, mas sim que existe toda uma história antes disso e que ele é parte integrante dessa estrutura que o antecede.

Análise das políticas públicas pertinentes à valorização da cultura africana

Anteriormente, citamos o artigo 5º da Constituição Federal que traz a garantia de igualdade entre todos perante as leis, sem distinção de qualquer natureza. Apesar das urgências que se apresentam, o que ocorre, em geral é um silenciamento das memórias e a atual situação do afrodescendente – não planejada –, visto que foi concebida a liberdade, mas não oportunidades.

Falhamos na ausência da criação de políticas de inserção do afrodescendente na sociedade brasileira; não lhes foi garantido o acesso imediato à educação, nem aos meios de produção, entre outros. O espaço ocupado pelo negro socialmente pouco foi modificado no período pós-abolicionista e tal declaração estende-se ao tratamento despendido a esse pela comunidade não-negra. (MIZAEL; GONÇALVES, 2015).

Nesta perspectiva, reproduzimos a afirmativa traduzida pelos movimentos negros, ressaltando a importância de (re)educação para as relações étnico-raciais de forma a combater o racismo: é necessário conhecer, estudar, aprender sobre a história e cultura

dos povos que vieram da África e sobre a história e a cultura que os seus descendentes produziram, favorecendo, assim, a construção da identidade da criança negra no ambiente escolar (MIZAEL; GONÇALVES, 2015).

Partindo deste princípio, abordaremos os temas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que recebeu alteração com a inclusão da Lei nº 10.639/03, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e a Lei nº 11.645/08 que também fala sobre a obrigatoriedade do estudo da História afro-brasileira e também da Indígena. Observamos também, a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e o Parecer CNE/CP nº 3/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Resoluções Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Analisando primeiramente a LDB (BRASIL, 1996), que antes da inclusão da Lei nº 10.639/2003, exibia a seguinte redação no parágrafo 4º do artigo 26: “[...] § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Com a inserção do artigo 26-A da Lei nº 10.639/2003, fica determinado que em todas as escolas de ensino fundamental e médio, sendo ela pública ou privada, devem incluir no currículo escolar o estudo da história e cultura afro brasileiras.

A referida lei tem uma especial importância à valorização da cultura africana, pois além de ampliar os conhecimentos prévios que já temos dessa cultura, também auxilia na reconstrução de referências positivas da história e cultura Afro-Brasileiras.

[...] antes de ser sancionada passou por diversos estágios, resultando dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva (PEREIRA; SILVA, 2012).

A homologação dessa lei não significa uma mudança somente nas práticas e nas políticas, mas também no cenário pedagógico brasileiro. É nesse contexto que a referida lei pode ser entendida como uma medida de ação afirmativa. As ações afirmativas são políticas, projetos e práticas públicas e privadas que visam à superação de desigualdades que atingem historicamente determinados grupos sociais, a saber: negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros. Tais ações são passíveis

de avaliação e têm caráter emergencial, sobretudo no momento em que entram em vigor. Elas podem ser realizadas por meio de cotas, projetos, leis, planos de ação etc.

Notadamente, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar os seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (MUNANGA, 2005).

A lei nº 11.645/2008 também é de suma importância para a história afro-brasileira e Indígena. O parágrafo do artigo 26 A afirma que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras. (BRASIL, 11.645/08)

Assim como outras políticas, está expressa uma orientação quanto à valorização das relações étnico-raciais, tanto dentro quanto fora da escola. Assim sendo, compreendemos que o papel das instituições é formar cidadãos atuantes, de caráter multiétnico e pluricultural.

Entretanto, a Lei nº 11.645/2008 não se resume somente à questão da escravidão e do preconceito, ela também aborda e retrata o valor dos negros e dos indígenas como pilares da formação da sociedade brasileira. Essa lei foi uma conquista para todos os alunos afrodescendentes e indígenas que estão em fase escolar por dinamizar as relações étnico-raciais, em um espaço que tende a não reconhecê-los. Via de exemplo, nas aulas de História, ainda se valoriza uma história branca e poucos são os espaços para outras culturas e povos em suas narrativas oficiais. O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação preconceituosa, também tiveram as suas estruturas psíquicas afetadas (MUNANGA, 2005).

Há que se ressaltar a Resolução (CNE/CP, 1/2004) e o Parecer (CNE/CP, 3/2004), originados da Lei 10.639/03, que estabelecem as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, trazendo diretrizes necessárias para o alcance de um currículo democrático.

A distinção presente no Parecer entre educação para relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana não é retórica, e permite pensar na política educacional e a curricular do nosso país. Neste contexto, tais dispositivos asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira.

Ainda assim, a Resolução (CNE/CP, 1/2004) auxiliou no desenvolvimento de propostas do movimento negro no século XX, quando estes apontaram para a necessidade de diretrizes que orientassem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como projetos comprometidos com a educação das relações étnico-raciais. Tal resolução tem por objetivo auxiliar na luta por uma educação de qualidade e também na formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Conjeturando a partir de Costa e Santos (2022), notamos que o Parecer CNE/CP (3/2004) oferece uma resposta referente às políticas afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade, buscando principalmente, combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Essas políticas de ações devem ser observadas pelas instituições em todos os níveis de ensino com imensa clareza e empenho.

Reflexões sobre a construção da identidade racial da criança negra

Ao considerarmos as políticas públicas em prol de uma educação étnico-racial, interessada em combater o preconceito e ensinar sobre a diversidade que nos constitui, discutiremos sobre como os professores podem fomentar esse tipo de aprendizagem. Para tanto, nos utilizamos da literatura, vista como instrumento que leva o estudante a (re)pensar a sua realidade.

Os seres humanos são submetidos a constantes interações sociais responsáveis por sua formação, no que diz respeito a sentimentos, ações, ideologias e pensamentos. O ambiente escolar é reconhecido como local de interação onde há o desenvolvimento de

aprendizagens, mas infelizmente, converteu-se também em espaço de conflitos e exclusões que são naturalizadas em seu cotidiano pelas práticas sociais. Esta realidade nos revela a necessidade de promover a construção da identidade na diferença (SOUZA, 2014). Neste contexto, temos a vasta cultura negra traz as diferenças que se revelam na história, através da ancestralidade e de suas tradições, que vão sendo traduzidas e ressignificadas de modo a subsidiar a construção da identidade considerando as diferenças.

Deste modo, cabe o reconhecimento de que a identidade negra se constrói na resistência do povo negro contra toda e qualquer forma de discriminação racial, que acaba por criar produtos culturais, como a música, o rap (ritmo e poesia), o qual vai se modificando e cantando o novo contexto, consciente desse pertencimento racial (MIZAEAL; GONÇALVES, 2015).

A identidade, segundo Sanches (2016), significa a delimitação ou definição de alguém, que não é fixa ou definitiva e juntamente com uma cultura ela se fortalece e, não se rende a outra identidade. A identidade negra segue com a luta pela valorização das origens africanas, como forma de reconhecimento. Segundo Oliveira (2004, p. 57):

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura.

Diante do exposto, é importante refletir sobre a importância da construção da identidade, sendo necessário construí-la na diferença, na resistência contra toda e qualquer forma de discriminação racial (SANCHES, 2016). Através de relações e ações políticas que promovem a valorização da identidade, é preciso vencer a segregação racial que favorece o eurocentrismo e o racismo “velado” (MIZAEAL; GONÇALVES, 2015). Neste sentido, a identidade racial deve ser compreendida como uma construção mental que expressa a experiência da dominação e do controle (MARCELINO, 2019).

Dessa maneira, quando a criança busca na memória a história de seus ancestrais, não encontra referências que possa positivar a origem negra de nossa cultura. Cabe as instituições escolares estimular a educação étnico-racial com metodologias construtivas (ANDRADE, 2005). Segundo Silva (2010) o ato de ler e de ouvir histórias é de suma importância para a criança, pois possibilita que esta expanda o seu campo de conhecimento, tanto na língua escrita quanto na oralidade. A literatura demonstra que a

construção da identidade da criança acontece de forma interativa no meio no qual esta se encontra inserida. Silva (2010, p. 35) afirma:

[...] uma literatura com proposta de representação do negro, que rompa com esses lugares de saber, possa trazer imagens enriquecedoras, pois a beleza das imagens e o negro como protagonista são exemplos favoráveis à construção de uma identidade e uma autoestima. Isto pode desenvolver um orgulho, nos negros, de serem quem são, de sua cultura. [...] Investir na construção de uma identidade significa abrir caminho para a revolução no jeito de pensar da sociedade de amanhã. A literatura nesse ínterim, pode ser um espaço de problematização do movimento ocorrido em nossa sociedade (SILVA, 2010, p.35).

Apontamos como exemplificação, como a literatura influencia de forma definitiva no processo de construção da identidade, levando o aluno a recriar a sua realidade (ABRAMOVICH, 1989). Enfim, percebe-se que a escola tem papel fundamental na confirmação de uma imagem positiva da história e cultura afro-brasileira (MARIOSIA; REIS, 2011) conforme os citados a seguir:

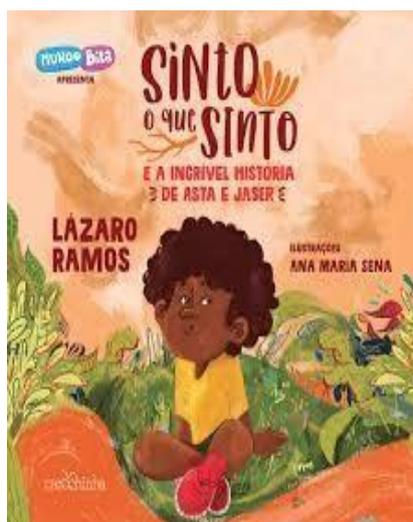


Figura 1. Capa do livro: Sinto o que sinto- Esse livro auxilia as crianças a entenderem que é normal ter alguns sentimentos e também mostrar a importância de se valorizar a nossa ancestralidade. Fonte: RAMOS, L.; SENA, A. M. **Sinto o que sinto**: E a incrível história de Asta e Jaser. Brasil: Carochinha, 2019.

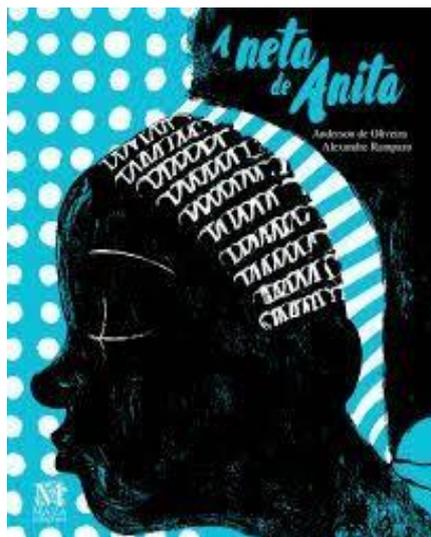


Figura 2. Capa do livro: A neta de Anita- Fortalecida por sua ancestralidade, é uma criança bela e sensível, mas que também vivencia o racismo e a discriminação. Mas vence de maneira delicada, mas com muito vigor e conhecimento. Fonte: OLIVEIRA, A. de; RAMPOZO, A. **A neta de Anita.** Brasil: Mazza, 2017.

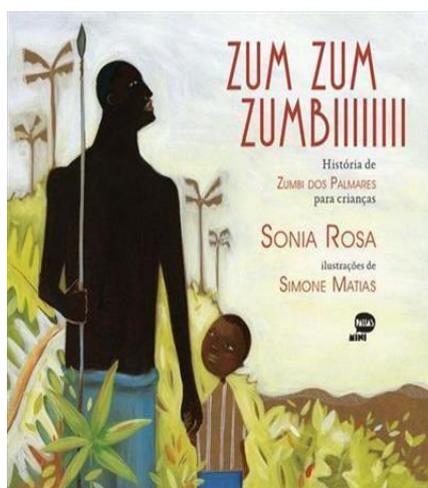


Figura 3. Capa do livro: Zum zum zumbiiiiiiii- Um livro relacionado ao dia da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares, um herói que lutou contra a escravidão. Fonte: ROSA, S. **Zum zum zumbiiiiiiii:** História de zumbi dos Palmares para crianças. Brasil: Pallas Mini, 2016.

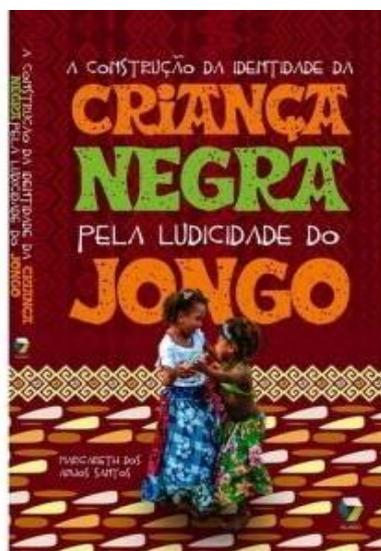


Figura 4. Capa do livro: A construção da identidade da criança negra pela ludicidade Jongo- O livro analisa o que as rodas de Jongo representam para as crianças e elementos que constituem o Jongo. Ele também ajuda as crianças na aceitação de sua cultura e em todo esse processo de construção identidade. Fonte: SANTOS, M. dos A. **A construção da identidade da criança negra pela ludicidade do jongo.** Brasil: Villardo, 2017.

Figura 5. Capa do livro: O cabelo de cora- Ajuda a criança a se aceitar, contando a história de Cora, uma menina que se orgulhava muito do seu cabelo crespo. Fonte: CAMARA, A. L. **O cabelo de Cora.** Brasil: Pallas, 2013.

Trata-se de propostas que surgem do anseio de investir na formação de professores através das políticas públicas existentes, acreditando que somente assim será possível preparar educadores para a construção de um futuro com mais igualdade de direitos e respeito às diferenças.

Considerações finais

Está no senso comum que a população negra é a maioria da sociedade brasileira e que sofre racismo todos os dias, em diferentes ambientes. Diante das repetitivas ações de preconceito, estamos propondo uma reflexão sobre o desenvolvimento de atividades pedagógicas intencionais que tratem das relações raciais no sentido de desconstruir os estereótipos e a discriminação racial.

Paralelo a este contexto, faz-se necessário a utilização de material didático que aborde a temática numa perspectiva decolonizante e antirracista. A falta de projetos políticos e sociais de inclusões e inserções dos negros no estado brasileiro, após a

assinatura da lei Áurea, em 13 de maio de 1888 (BRASIL, 1888), foi uma das formas mais perversas de eximir da responsabilidade das instituições, seja o Estado, seja a Igreja ou qualquer outra instituição que assumisse encargos especiais, pela manutenção e segurança dos libertos e sem prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. E as reflexões do pós-abolição são o cerne das estruturas organizacionais da nossa sociedade e para o entendimento sobre o crescimento dos conflitos raciais e os índices de desigualdades entre brancos e negros no país.

A construção da identidade negra positiva em meio a esse cotidiano da sala de aula se torna um processo complexo e até mesmo solitário, no qual os alunos/as negros/as buscam representações que resistam à imagem estereotipada e preconceituosa que lhes é atribuída. Através da análise das políticas públicas sobre a inserção da história da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, percebemos que as diretrizes apresentam sugestões de práticas para serem trabalhadas em sala de aula e serão apresentadas ao longo deste trabalho.

No transcorrer da construção do currículo, temos o incentivo de políticas públicas que trazem diretrizes para a inserção da História da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

Por fim, consideramos de grande relevância que a escola se engaje na temática sobre a história da cultura africana e afro-brasileira, não somente quando se comemora o dia a consciência negra em 20 de novembro, mas, promova a inserção de temas relevantes em todo planejamento curricular utilizando-se de atividades literárias e da implantação de projetos. Deste modo atende-se às políticas públicas que visam à formação através de uma educação étnico-racial.

Referências

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

ANDRADE, I. P. de. Construindo a auto-estima da criança negra. *In*: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

ANDRADE, M. Os negros na expansão da escola. *In*: Canal da UNIVESP. **Aula da Disciplina História da Educação do Curso de Licenciatura**, Youtube, 5 de novembro de 2014. <https://www.youtube.com/watch?v=2i-fA4toCBE&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 de julho de 2021.

BARROS, S. A. P. de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 79-92.

BRASIL. **Lei nº 3.353**, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso 13 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 15 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Parecer do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 3, de 10 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Resolução do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

COSTA, C. S. da; SANTOS, S. P. dos. Educação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira: concepções, princípios e determinações. **Roteiro**, v.47, p. e26478, 2022. Acesso em: 20 de março de 2022.

DOMINGUES, P. Movimento negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói/RJ, n.23, 2007. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

FAZZI, R. de C. Noções de preconceito e igualdade entre as crianças: a potencialidade do discurso relativizador. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2006. Acesso em: 13 de julho de 2021.

MARCELINO, S. R. de S. Racismo e (in)sucesso escolar: percepções e vivências escolares de adolescentes dos anos finais do ensino fundamental II. **Tese (Doutorado em Educação)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2019.

MARIOSIA, G. S.; REIS, M. da G. dos. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Estação Literária Londrina**, Vagão-volume 8 parte A, dez. 2011. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

MIZAEL, N. C. O; GONÇALVES, L. R.D. Construção da Identidade Negra na Sala de Aula: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder. **ItinerariusReflectionis**, v. 11, n. 2, 2015. Acesso em: 14 de julho de 2020.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, UNESCO, 2005. Acesso em: 10 de maio de 2020.

NASCIMENTO, V. P. Pressupostos básicos da formação de professores no projeto Escola Plural: A diversidade está na sala. *In*: LIMA, M. N. M. de (Org.). **Escola Plural: a diversidade está na sala**. Vol. 03. São Paulo: Cortez, 2005. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, A. de; RAMPOZO, A. **A neta de Anita**. Brasil: Mazza, 2017.

OLIVEIRA, F. Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? **Dissertação** (Mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos, 2004. Acesso em: 13 junho de 2021.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagem & Cidadania**. Santa Maria, v. 14, n.1, jan./dez.2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810>. Acesso em 11 de junho de 2020.

RAMOS, L.; SENA, A. M. **Sinto o que sinto: E a incrível história de Asta e Jaser**. Brasil: Carochinha, 2019.

ROSA, S. **Zum zum zumbiiiiiiii**: História de zumbi dos Palmares para crianças. Brasil: Pallas Mini, 2016.

SANCHES, R. F. O negro brasileiro: questões identitárias, raciais e de africanidade no contexto da luta e resistência negra no Brasil. **Integratio**, Campinas (SP), v. 1, n. 2, p. 94-112, abr. 2016. Disponível em: <http://fnbonline.com.br/revista/integratio/index.php/INT/article/view/2>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

SANTANA, J. V. J. de; MORAES, J. O. História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá/PR, n. 103, Dez 2009. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

SANTOS, M. dos A. **A construção da identidade da criança negra pela ludicidade do jongo**. Brasil: Villardo, 2017.

SILVA, J. P. da. A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SILVA, G. da; ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. *In*: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005.

SILVA JÚNIOR, H. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

SOUZA, M. de M. **África e Brasil africano**. 1ª. Ed. São Paulo: Ática, 2014.

HÉRACLES E O ELOGIO A ATENAS: MITO E POLÍTICA EM EURÍPIDES

Renata Cardoso de Sousa
Luis Filipe Bantim de Assumpção

Introdução

Eurípides é um autor que escreve em tempos de crise, ou seja, a Guerra do Peloponeso (431-404)⁶¹. Este conflito catalisa uma série de situações-limite as quais aparecem em grande parte de sua obra. Há quem afirme que a sua tragédia seja marcada por uma crise de valores (REINHARDT, 2011, p. 20), em função dos acontecimentos vividos pelos helenos da época. No entanto, ao invés da descrença nas instituições *políades* e até mesmo da atenuação da dicotomia entre o “Nós” e os “Eles”, vemos, pelo contrário, o recrudescimento dessas questões.

Em Atenas, a necessidade de se defender a democracia contra a tirania e consolidar, sobremaneira, as fronteiras étnicas⁶² entre os helenos e os bárbaros (mais ainda, as fronteiras entre os atenienses e as outras *póleis*) se faz presente em boa parte das tragédias de Eurípides. Aqui, vamos analisar como se dá a construção da relação entre atenienses e espartanos no discurso trágico, bem como a ideia de que Atenas é a cidade ideal para liderar os helenos, a partir da tragédia *Héracles*.

Ao considerarmos os valores e práticas culturais da *pólis* de Atenas, no século V, o teatro pode ser tomado como um dos elementos mais característicos desta sociedade. Em um período no qual as pessoas não dispunham de televisores, jornais impressos, rádios e internet, o teatro era um dos locais voltados para exprimir e veicular informações no âmbito *políade*.

O teatro, no entanto, não servia somente ao entretenimento, mas era uma festa cívica. Nos concursos, primeiro havia as libações e sacrifícios inaugurais, executados pelos dez líderes militares e políticos da *pólis*. Depois, eram anunciados os nomes dos cidadãos benfeitores, que serviam à cidade e eram honrados com coroas. Ainda era exibido o tesouro de Atenas, como um modo de mostrar a primazia dessa *pólis*, assim

⁶¹ Todas as datas presentes no artigo se referem ao período antes de Cristo.

⁶² As fronteiras étnicas são o conjunto de características que um grupo étnico imputa a outro, a fim de definir critérios de identidade e diferenciação. Esse grupo étnico não é sinônimo de sociedade ou cultura. Barth (2011, p. 209) afirma que “a identidade étnica é associada a um conjunto cultural específico de padrões valorativos”. Para uma definição completa do termo *etnicidade* e os elementos associados a ele, ver Barth (2011).

como os órfãos de guerra, cuja criação era assumida às expensas da cidade. Eles seriam os futuros hóplitas e, por isso, vinham paramentados com adereços militares⁶³.

Todo esse ritual antes das apresentações em si era uma demonstração pública de poderio e compromisso ateniense com os seus cidadãos, bem como o próprio caráter político e religioso dessas celebrações trágicas. Como bem lembra Khrístos Kátsikas (2002, p. 15), o sujeito destinatário das tragédias são os cidadãos da Ática. Portanto, o discurso trágico era composto visando esse *politês* como o seu destinatário⁶⁴, almejando tocar-lhe profundamente em seu âmago cívico.

Eurípides, no nosso caso, tinha esse público em mente quando escrevia as suas tragédias. Ele trabalhava com as questões gerais da humanidade (e, por isso, a sua influência no teatro posterior é bastante notória), mas também com as políades. Isso não era uma novidade na obra dele: Ésquilo e Sófocles já se mostravam preocupados com os rumos da democracia ateniense e com a manutenção desse sistema político. Ésquilo tanto cristaliza a ideia de uma Hélade como grande potência quanto chama atenção para a primazia da democracia sobre as outras formas de governo. Afinal, ele escreve em uma época de democracia nascente, que precisava se consolidar. Sófocles o faz porque vê, assim como Eurípides, a democracia se desvanecendo com a Guerra do Peloponeso e a ambição de determinados políticos dentro da *pólis*.

Nesse contexto, caberia ao teatro veicular as ideias circundantes na Ática entre os grupos sociais mais abastados, uma vez que os homens mais ricos⁶⁵ eram os responsáveis pelo financiamento e a organização das festividades – Dionísia Cidadina e as Leneias – nas quais aconteciam as representações trágicas e cômicas. Se tomarmos o teatro como um ambiente de disputa política, seria em seu interior que os debates e as críticas das elites chegavam de maneira mais incisiva ao resto do *dêmos*. Com isso, de forma semelhante ao que ocorre em nossos telejornais e folhetins impressos, a encenação tinha a capacidade de expressar – através da arte – informações que permitiam a identificação do sujeito com os interesses dos segmentos políticos de maior influência entre os atenienses.

⁶³ Para maiores detalhes sobre a Grande Dionisíaca e os momentos que antecedem as apresentações teatrais, ver Goldhill (1987, p. 68 ss.).

⁶⁴ O sujeito destinatário é em quem um autor pensa quando compõe um texto.

⁶⁵ Esses homens eram os *khôregoi*, literalmente, “líderes do coro”. Era o nome dado àqueles que custeavam as representações teatrais nas competições.

Ellen Millender (1996, p. 185) acaba por corroborar a nossa assertiva ao afirmar que o teatro era um produto destinado à audiência das massas, sendo este uma forma de arte que pretendia expressar valores e atitudes da *pólis* de Atenas. As palavras de Millender nos leva a problematizar a maneira como as representações inerentes aos discursos trágicos influenciavam a percepção político-social da audiência dos poetas, durante a Dionísia e/ou a Leneia. Neste caso, Eric Csapo (2010, p. 2) parece nos fornecer subsídios para pensarmos tal situação. O autor expôs que o teatro ateniense se utilizava da tradição como um mecanismo intradiscursivo para fomentar a familiaridade do público com o que era exposto nas peças. Logo, foi por meio das narrativas míticas, cantadas em diversas ocasiões e amplamente conhecidas por praticamente toda a população, que muitas encenações trágicas mostraram situações e circunstâncias comuns à cultura de Atenas. Entretanto, os mitos encenados, ao serem ressignificados e reapropriados, estabeleciam uma relação direta entre um passado heroico e a realidade contemporânea. Portanto, uma análise crítica daquilo que era representado acarretaria a interiorização de ideias, práticas e valores pela via do entretenimento, o qual tinha a sua plena realização na catarse promovida pela peça.

Todavia, em nossas análises, consideramos a especificidade do gênero trágico. Christopher Pelling (1997, p. 215-217) expande as possibilidades de análise dos textos trágicos ao defender que o teatro criava um paralelo com a vida real do *dêmos*. Para o autor, os aspectos fundamentais da vida das pessoas eram refletidos durante os festivais da Dionísia e da Leneia. Do mesmo modo, a tragédia sugere leituras e interpretações de eventos contemporâneos, sem que a representação tentasse exprimi-los em sua essência.

Segundo a Análise do Discurso, a literatura não tem o papel apenas de refletir a sociedade da época (até porque ela representa essa realidade com o filtro perceptivo do autor, com a sua interpretação e visão de mundo), mas também é uma formadora de opinião. As pessoas que leem um texto ou assistem a uma peça de teatro são tocadas por aquele conteúdo, fazendo-as, no mínimo, refletir acerca das questões expostas/exibidas, por mais que não mude de postura ou de ideia⁶⁶.

⁶⁶ É como na metáfora das bolas de bilhar de Norbert Elias (1994, p. 29): por mais que elas sejam duras, quando se chocam, acabam gerando uma força que as aparta e, mesmo não sendo visível a olho nu, a superfície delas não é mais a mesma depois desse choque. O mesmo acontece com a comunicação humana: quando você conversa com uma pessoa, pequenas e às vezes imperceptíveis moedas são feitas em nossa visão de mundo, por mais que não demonstremos, *a priori*, que aquilo nos fez refletir. Por mais que alguns

O mito, adaptado ao sentido que os trágicos querem dar a um determinado acontecimento, serve como pano de fundo para a representação da própria *pólis*. É normal, por exemplo, que Helena apareça no *corpus* de Eurípides tanto como uma mulher desprezível, responsável pela Guerra de Troia (1250-1240), quanto uma boa esposa, como é o caso da tragédia *Helena*. Do mesmo modo, é comum que Hércules apareça como aquele quem vai resolver o problema da morte de Alceste na peça de mesmo nome da heroína, mas, ao mesmo tempo, em *Hércules*, se mostre como aquele incapaz de tomar seu próprio rumo.

Sendo assim, a narrativa mítica é um campo ideal de exploração das relações étnicas entre os jônicos (cuja principal *pólis* é Atenas) e os dórios (tendo os espartanos como mais expressivos). Isso acontece porque os mitos “eram usados para mediar encontros e conceitualizar a etnicidade e a identidade grupal nos períodos arcaico e clássico” (MALKIN, 1998, p. xi). Irad Malkin chama atenção para esse aspecto ao falar sobre como o herói Odisseu pode ser considerado um “protocolonizador” por conta das viagens que ele empreendeu, deixando a sua marca helênica pelos locais onde passou. Em certa medida, as narrativas míticas que tratam do retorno de Odisseu à Ítaca nos permite verificar os contatos do herói com o Outro, isto é, a sua alteridade, legitimando a sua identidade cultural. É justamente esse aspecto que permite aos poetas mobilizarem os mitos para tratar do lugar social dos atenienses no século V, o que também nos leva a dialogar com o arcabouço teórico de Fredrik Barth⁶⁷.

Aliada ao trabalho com a etnicidade, temos a ideia de que Atenas era uma cidade diferenciada dentro da Hélade. *Hércules* (assim como *As Suplicantes*, *Íon*⁶⁸, *Medeia*,

cidadãos continuem pensando do mesmo jeito, após sair de uma encenação trágica, ao mínimo, ele refletiu sobre algo em algum momento.

⁶⁷ A etnicidade, segundo Barth (2011), é um conceito relacional: não é possível pensar em diferenciação entre grupos étnicos sem que estes se relacionem. É preciso esse contato com o Outro, esse diálogo com a identidade-alteridade, para que as relações étnicas sejam estabelecidas, bem como para se consolidar as fronteiras étnicas entre esses grupos. No entanto, a etnicidade não é um sinônimo de alteridade, porque implica em um rol de peculiaridades como a pertença a um grupo com origem em comum, descendência e ligação intrínseca com um território. Muitos são os critérios que podem ser usados para definir uma fronteira étnica –como língua, religião, hábitos etc. –, mas esses três aspectos são verificáveis nas relações étnicas. Um grupo pode se diferenciar de um outro por uma série de questões, mas não necessariamente estaremos falando de uma criação de identidade étnica. É preciso haver esse território, essas origens como o norteador dessas relações. Abner Cohen (1969, p. 4) afirma que “de acordo com o meu uso, um grupo étnico é um grupo de interesse informal cujos membros são distintos dos membros de outros grupos dentro da mesma sociedade”. Ou seja: nem sempre os casos de etnicidade se dão com grupos étnicos estrangeiros. A alteridade social pode catalisar relações étnicas ao longo do tempo, como foi o caso desses dois grupos étnicos dentro da própria Hélade.

⁶⁸ Sobre a ideia de Atenas como uma *pólis* ideal para se viver nessa peça, ver Sousa (2015).

também de Eurípides, e *Édipo em Colono*, de Sófocles), mostra a *pólis* ateniense disposta a abrigar aqueles que passam por necessidades. A ideia de uma Atenas boa, como o melhor lugar para se viver, foi construída desde a época de Péricles. É o que Fábio Turato chamou de “ideologia pericleana”:

Quanto à celebração de Atenas como primeira cidade e modelo de cidade, em resumo como protopólis [...], nasceu com certeza para justificar um determinado tipo de evolução institucional (o estado “democrático” pericleo-protagóreo como saída exemplar e última da sociabilidade do homem) e determinadas relações sociais (o éthos da lei e da concórdia em função da mediação da contradição fundamental que opõe, dentro do estatuto comum dos cidadãos, ricos e pobres, poucos e muitos), e para legitimar ao exterior a política imperialista (TURATO, 1979, p. 31 – grifos do autor).

Tais aspectos nos permitem lançar mão de hipóteses com as quais pretendemos identificar denúncias sociais e históricas através do discurso de Eurípides, mostrar como o autor trabalhava com as relações étnicas para legitimar a hegemonia ateniense e a própria construção do espartano, como alguém cuja postura era indigna de governar/liderar a Hélade. Além disso, objetivamos analisar como isso estava ligado a uma ingratidão por parte de Esparta, que sempre teria sido ajudada por Atenas, corroborando a ideia de que ela é uma *protopólis*. Para tanto, selecionamos a obra *Hércules* cujo enfoque recai no herói homônimo a esta que, após uma trajetória de vida gloriosa pacificando o mundo helênico, se vê destroçado ao assassinar a própria família.

Hércules e a denúncia de Eurípides

A escolha desta peça se deu por ter sido encenada entre os anos de 420 e 415, em uma Atenas imersa na Guerra do Peloponeso, com o intuito de assegurar a sua autoridade diante dos helenos. Para se alcançar e/ou consolidar essa supremacia na Hélade, a *pólis* ateniense tinha contra si uma confederação formada por, praticamente, todo o Peloponeso e liderada por Esparta. Assim, consideramos que o discurso de Eurípides, enquanto poeta e ateniense, promovia os interesses de sua *pólis* em detrimento dos opositores da mesma. Nesse caso, toda e qualquer representação que pudesse enaltecer os feitos de Atenas e desqualificar as ações de seus inimigos legitimaria a participação ateniense em um conflito como este.

Antes de nos dedicarmos à análise do documento selecionado, alguns esclarecimentos se fazem necessários. A tragédia *Hércules* de Eurípides nos remete a

questões de ordem política⁶⁹, social⁷⁰ e étnico-culturais⁷¹ que se fizeram presentes na *pólis* ateniense do século V, durante a Guerra do Peloponeso. Portanto, analisamos a tragédia de Eurípides em conformidade ao contexto histórico da segunda metade do século V, o que nos fez convergir com indícios provenientes de outros documentos clássicos.

Edith Hall (1997, p. 94; 2010, p. 168) critica os autores que procuram relacionar a qualquer custo as tragédias a um acontecimento da época, geralmente relativo à Guerra do Peloponeso, afirmando que elas não representam a vida cotidiana de Atenas, mas um ideal do que ela deveria ser. Concordamos em parte com essa afirmação: estamos lidando com um discurso, no qual a ideologia dominante está presente, visto que se trata aqui de uma legitimação dos valores ideais que um cidadão deve possuir. No entanto, Eurípides, quando escreve as suas peças, não é completamente indiferente aos acontecimentos da sua época, pois todo texto literário representa o ponto de vista do autor, a sua visão de mundo. De fato, seria uma imprudência acadêmica querer encaixar cada tragédia num acontecimento específico, forçando uma correspondência falaciosa, mas é possível reconhecer dilemas intrínsecos às discussões acerca da guerra e de questões da vida comum em algumas tragédias.

Em outra análise Hall (2018, p. 118-122) adverte de que, embora a historiografia tenha edificado a lógica da oposição entre atenienses e espartanos, no contexto da Guerra do Peloponeso, nem todas as críticas elaboradas por Eurípides idealizaram Esparta e as práticas socioculturais desta *pólis*. Tal como os outros poetas de seu tempo, Eurípides teria se utilizado do contexto social em que vivia para manifestar as suas inquietações diante dos conflitos armados entre os helenos, dentre os quais Esparta foi uma das cidades envolvidas. Logo, ainda que os espartanos figurem, em muitas ocasiões, como a alteridade ateniense, Eurípides se utilizou da circunstância de seu tempo para narrar, problematizar e representar em suas peças aqueles que se manifestavam como um empecilho para a realização de uma causa pan-helênica.

⁶⁹ Identificada com a tentativa de Lico, tirano de Tebas, de matar os filhos/herdeiros de Hércules para garantir a sua “legitimidade” ao trono ou ainda a postura de Teseu em auxiliar o seu amigo e parente em um momento de crise.

⁷⁰ A postura do coro de anciãos sobre a necessidade de defender o governo, bem como o governante, de sua pátria quando estes dividem práticas e interesses em comum.

⁷¹ A identificação das atitudes justas de Teseu com a conduta e a índole da sociedade ateniense, bem como a denúncia de que os descendentes de Hércules foram incapazes, durante a Guerra do Peloponeso, de serem gratos a gentileza e a camaradagem que Teseu tivera pelo seu ancestral. Com isso, os heráclidas são tomados como os governantes de Esparta, cujas atitudes injustas promoveram a Guerra do Peloponeso, e os atenienses seriam os herdeiros de Teseu, de sua justiça e de seus valores.

Dentre as nossas hipóteses temos que a *representação* de Hércules e de suas atitudes fossem uma denúncia ao comportamento de Esparta, durante a Guerra do Peloponeso. Outra questão levantada foi a do pressuposto étnico que as figuras de Hércules e Teseu são referenciais, afinal, na perspectiva de Eurípides, a boa conduta do *basileús* ateniense se manifestaria nas ações contemporâneas de Atenas, enquanto os excessos de Hércules se faziam presentes no comportamento espartano.

Nesse caso, Eurípides traz à tona a *xénia* (amizade ritual) enquanto prática político-social para legitimar a civilidade, nos moldes helênicos, de Teseu e denunciar as atitudes espartanas durante a Guerra do Peloponeso. Afinal, quando Hércules – o ancestral mítico dos *basileús* lacedemônios e um herói vinculado às sociedades dóricas – mais precisou de auxílio coube ao governo de Atenas socorrê-lo. Aqui a gratidão (*kháris*) esperada dos espartanos não foi alcançada, pois, a Guerra do Peloponeso marcava o embate entre comunidades que deveriam ser aliadas em virtude da *xénia* de seus ancestrais míticos⁷².

Isso deflagra mais uma hipótese: a de que Eurípides cristaliza as fronteiras étnicas a fim de aproximar os espartanos do limite da barbárie. Embora nenhum habitante de Esparta seja chamado de bárbaro nas tragédias⁷³, os seus comportamentos se assemelham, sobremaneira, ao desse grupo étnico homogêneo. Além disso, chama atenção ao fato de que um dos objetivos de Eurípides com as suas encenações teatrais era de mostrar o quanto Atenas, a sua *pólis*, merecia a hegemonia da Hélade, por ser a guardiã dos valores helênicos.

Dentre os heróis helenos, Hércules é considerado um dos mais famosos. A glória está em seu próprio nome: sua etimologia aponta para uma junção das palavras *Héra* (nome da esposa de Zeus, a protetora, guardiã) e *kléos* (glória). Ele seria a “glória de Hera” após os doze trabalhos que empreendeu (BRANDÃO, 2014, p. 302). Em virtude de suas práticas civilizatórias, o filho de Alcmena foi considerado o fundador de inúmeros assentamentos pelo Mediterrâneo, como nos mostra Annie Schnapp-Gourbeillon (2010, p. 137), que coloca a jornada de Hércules e a Guerra de Troia num mesmo patamar

⁷² Esse tema da injustiça e ingratidão dos descendentes de Hércules foi retomada na obra *Heráclidas* de Eurípides.

⁷³ O mais próximo disso acontece em *Orestes* (v. 485), quando Tíndaro afirma a Menelau: “Tornaste-te bárbaro, por teres estado muito tempo entre os bárbaros [os troianos]”. Tradução de Augusta Fernanda de Oliveira e Silva.

civilizatório (esta última, por ser um marco de união das diversas regiões helênicas em prol da defesa contra um inimigo em comum):

Eliminador de monstros por excelência, ele representa para os gregos a dominação do selvagem, o controle das margens, tanto espaciais quanto espirituais. Mas ele é também um fundador de cidades, como são seus inomináveis filhos frequentemente, que dão origem a um outro sem número de linhagens aristocráticas, fazendo a ligação com Zeus, o ancestral divino.

Thalia Papadopoulou (2005, p. 7) ressaltou que Hércules foi um herói ambivalente, pois, embora fosse civilizador por matar seres representativos das forças naturais dos tempos primordiais, a sua violência fazia com que estivesse associado à selvageria. Hércules é considerado um proto-fundador da Hélade, visto que criou as condições para tal com seus feitos e seu caráter (ASSUMPCÃO, 2019, p. 146-148). Portanto, levantamos a hipótese de que Hércules seria um herói intermediário, em todas as suas acepções. Isso porque, embora manifeste aspectos civilizatórios, as suas potencialidades o impedem de viver como um “humano” em um mesmo lugar por muito tempo. Embora muitas das desventuras de Hércules tenham sido causadas por uma divindade, as narrativas convergem para o fato deste herói não ter um lugar entre os mortais. Sendo o responsável pela criação de condições civilizatórias para uma humanidade com a qual não pode conviver. Nesse sentido, Hércules seria um herói trágico por natureza. Dito isso, as temáticas envolvendo Hércules seriam comuns no âmbito literário, afinal, em muitos casos, o texto escrito era a materialização de uma tradição oral mais antiga que, em muitas ocasiões, pretendia ensinar por meio das experiências de vida deste herói.

Em *Alceste*⁷⁴, do mesmo Eurípidés, Hércules é um herói controverso, assim como na mitologia grega em geral: lembrado por nós como um dos maiores heróis, ele também tem características pouco heroicas. É, geralmente, associado aos excessos tanto de sexo quanto de comida (BRANDÃO, 2014, p. 302-318; PAPADOPOULOU, 2005, p. 40), sendo esse último aspecto destacado na peça em análise.

Ele chega à casa de Admeto e, mesmo percebendo que eles estão de luto, hospeda-se lá. O marido de Alceste se mostra receoso de estar infringindo a amizade ritual, aceitando, pois, que Hércules se hospede em sua casa, apesar de tudo. Isso se dá porque

⁷⁴ Para uma maior análise de Hércules na peça, ver Sousa (2017).

a *xénia* era extremamente importante não somente na Grécia, mas em todo o Mediterrâneo antigo (VLASSOPOULOS, 2013, p. 90). Esse aspecto cultural helênico constitui um dos elementos das fronteiras étnicas da Hélade, uma vez que os gregos acreditavam que apenas eles sabiam hospedar alguém da maneira correta. Não se trata apenas de saber hospedar uma pessoa, mas de manter redes de laços de amizade.

Mesmo que o anfitrião tenha mentido, dizendo que foi um parente distante que faleceu e não a sua esposa, o correto seria Hércules se retirar. Contudo, além de ser inconveniente, ele ainda abusa da hospitalidade, comendo e bebendo em demasia, exigindo a total atenção dos servos, como mostra a fala de um deles a seguir:

Conheço muitos hóspedes, a quem já servi o jantar,
que têm vindo de toda parte
à casa de Admeto. Mas um pior [kakíon] que este estrangeiro,
não me lembro de ter recebido neste lar.
Primeiro, apesar de ver que o meu senhor estava de luto,
entrou, teve a audácia de transpor essas portas.
Depois, não soube aceitar com moderação [oúti sōphrónōs]
a hospitalidade que lhe era oferecida,
ciente da infelicidade que nos afligia:
se não lhe trazíamos algo, insistia conosco para que lho levássemos.⁷⁵
(EURÍPIDES. Alceste, vv. 747-756 - grifos nossos).

Hércules infringe normas comportamentais relacionadas à *xénia*, revelando uma faceta recorrente em sua mitologia.⁷⁶ Ele não tem *sōphrosýnē* (comedimento), sendo, na peça, relacionado à *hýbris* (desmedida). Eurípides o denomina *kakíon*, relativo a *kakós*, que não somente diz respeito à feiura física, mas à do caráter.

Para completar esse quadro comportamental do herói, Hércules é famoso, justamente, pelo seu arco. A arquearia, embora extremamente necessária para as fileiras dos exércitos, era vista, no plano do discurso, como uma atividade vil. O arqueiro, desde a *Ilíada* é desvalorizado dentro dos exércitos, se comportando mal. Ele foge, se esconde, atira de longe e ainda se jacta de ter ferido o inimigo, algo que é mal visto dentro dessa

⁷⁵ Tradução de Nuno Simões Rodrigues.

⁷⁶ Na *Odisseia* (XXI, vv. 27-30 – grifos nossos), por exemplo, Hércules é mostrado como alguém que não respeita essa amizade ritual: “Foi Hércules que o matou [Ífito], embora fosse seu hóspede, / em sua própria casa – homem duro!, que não respeitou / a ira dos deuses nem a mesa amiga que lhe pusera à frente. / Matou-o e ficou-lhe com as éguas de fortes cascos”.⁷⁶ Hércules assassina seu *xénos* e ainda lhe rouba animais. Ele transgrediu essas normas, beirando a selvageria com seu ato. O próprio poeta, ao descrever a cena, denomina o herói de *skhétlios*, traduzido por Anatoille Bailly (2000, p. 1885) como “que causa mal”, “cruel”, “funesto” e “pernicioso”. No caso específico de alguns heróis, inclusive Hércules, o dicionário ainda traz a referência a “heróis ou outros homens terríveis pela sua força, por sua audácia ou sua crueldade”.

epopeia⁷⁷. O arco só deveria ser utilizado para contextos fora da guerra, como é o caso da caça. O famoso arco de Odisseu, que só poderia ser retesado por ele mesmo, por exemplo, está em sua casa, não em Troia com o herói.

Em tese, Hércules só usava o seu arco para matar as bestas que ele caçava, não destoando do esperado com relação a esse armamento. No entanto, foi justamente o seu arco o utilizado na Guerra de Troia para matar Páris. Filoctetes é buscado justamente porque era ele o dono do armamento, que, segundo vaticínios, era o único capaz de pôr fim à vida desse outro mau *xénos* dos mitos helênicos, que roubou a esposa de Menelau debaixo de seu próprio teto enquanto se hospedava em seu palácio. Embora Hércules mesmo não o tenha usado na guerra, na peça que estamos analisando Lico faz questão de desvalorizar o herói justamente por conta desse aspecto

Ele teve reputação de bravura – nada sendo –
em luta com feras. Quanto ao resto foi covarde.
Ele que jamais portou escudo à mão esquerda,
nem chegou perto de lança, mas tendo o arco,
a arma mais vil, estava pronto para a fuga.
O arco não é prova de bravura de um homem,
mas aquele que, permanecendo, olha e encara
a rápida aradura da lança firme no posto.
(EURÍPIDES, *Hércules*, vv. 157-164).

Algumas caracterizações do arqueiro (e conseqüentemente de Hércules) chamam atenção na fala de Lico: aquele que porta o arco não é corajoso (*oudèn álquimos*), foge (*phýgē*, fuga, é derivada do verbo *phýgō*, fugir) e não tem uma alma boa (*eupsikhós*). O arco é a pior arma (*kákistos hóplon*, onde *kákistos* é o superlativo de inferioridade de *kakós*), em detrimento da lança e do escudo, componentes obrigatórios da armadura do hóplita. Perder o escudo, inclusive, em batalha era a pior vergonha que poderia acontecer, visto que, em tempos de paz, ele ficava sobre a lareira da casa do guerreiro, demonstrando que ali morava um verdadeiro cidadão.

Sendo assim, a intenção do tirano é desvalorizar mesmo a figura de Hércules, chamando atenção para esse aspecto do herói. A postura de Lico endossa a hipótese de que Hércules seja um herói intermediário, isto é, sem lugar entre os mortais e, ainda assim, fundamental para que estes sigam as suas vidas. O fato de Hércules se utilizar do arco ou mesmo da clava para enfrentar bestas e não para enfrentar homens formados em fileiras dotados de escudos e lanças, já demonstra que o herói viveu em períodos quase

⁷⁷ Para mais informações sobre a arquearia, ver Sousa (2013).

inmemoriáveis. Hércules não precisou combater pela *pólis* como um cidadão, pois, o mesmo antecede essa condição política; embora, muitos de seus atributos físicos sejam emulados como ideais de governantes e guerreiros. Portanto, faz sentido que Hércules seja descomedido diante dos parâmetros políades, afinal, o mesmo não foi pensado como parte integrante deste espaço; ao contrário, a sua força descomedida era um reflexo da autoridade de Zeus na Terra, punindo homens cruéis e matando os seres monstruosos para que, no futuro, houvesse a *eunomia* entre as *póleis* e os homens.

Seguindo o viés civilizatório exposto acima, Hércules – enquanto herói ou enquanto divindade – seria uma extensão das atitudes de Zeus junto aos mortais. E mesmo quando Hércules não se fazia presente, os seus descendentes ocupavam essa posição fundacional e de legitimidade política. Aqui enfatizamos o caso da *pólis* de Esparta, cujos *basileis* eram reconhecidos como heráclidas. Essa identificação espartana com o filho de Alcmena foi difundida pela Hélade, fomentando a identidade étnica e o poder político de grupos específicos no interior da Lacedemônia.

O reconhecimento da matriz divina da dupla realeza espartana nos remete a Tirteu que, em sua *Eunomia* (fr. 2 West), declarou que a Lacedemônia e o Peloponeso foram entregues a Hércules e aos seus descendentes pelo próprio Zeus. O discurso de Tirteu nos remete ao período Arcaico da Hélade, demonstrando que essa tradição histórica seria anterior ao poeta elegíaco e possivelmente difundida entre as *póleis* lacedemônias e do Peloponeso, em geral⁷⁸.

No entanto, a presença de Hércules na Lacedemônia requer algumas considerações, visto que a tradição literária, bem como histórica, vinculou Hércules aos dórios. Nos dizeres de Pseudo-Apolodoro (II, 7.3), quando Tíndaro governava sobre a Lacedemônia, tendo como centro de poder a cidade de Esparta, o seu meio-irmão Hipocoonte retirou-o do trono. O geógrafo Pausânias (III, 1.4) complementa a narrativa destacando que Tíndaro foi exilado e, posteriormente, recebeu o auxílio de Hércules contra Hipocoonte e os seus filhos. Diodoro da Sicília (IV, 33.5-6) destaca que a atitude

⁷⁸ Posteriormente, podemos destacar o posicionamento de Píndaro (*Odes Píticas*, I, 60-65) ao declarar a legitimidade dos heráclidas sobre a Lacedemônia. O discurso de Píndaro acaba reforçando a autoridade de grupos familiares específicos sobre o Peloponeso, no qual a tradição mítica acabava por legitimar e naturalizar. Heródoto (VI, 53) reforça essa perspectiva ao declarar que os helenos atribuíam aos reis de Esparta uma genealogia que remetia a Perseu, o qual era ancestral de Hércules. Dessa forma, mesmo no período clássico, era uma ideia corrente de que a realeza de Esparta tinha uma matriz divina relacionada a Hércules.

de Hércules de se opor e de vencer Hipoconte e os seus filhos tornaram-no o legítimo detentor da realeza Lacedemônia. O autor siciliota afirmou que Hércules solicitou a Tíndaro que mantivesse o reino lacedemônio seguro até que os seus descendentes pudessem retornar.

Os indícios documentais evidenciam que a legitimidade de Hércules sobre os lacedemônios se deu pela vitória, legítima, diante de um governante usurpador. Embora Tíndaro tenha se mantido na realeza espartana, isto se deu pela natureza itinerante e fundadora de Hércules que acabava não se mantendo por muito tempo em uma mesma localidade⁷⁹. Assim, a presença de Tíndaro no trono espartano foi um mecanismo adotado por Hércules para evitar o vazio de poder na região e assegurar a sua legitimidade política sobre a Lacedemônia (ASSUMPÇÃO, 2014, p. 125-126). O viés que expusemos reforça a ideia helênica de que, em algum momento, os descendentes de Hércules retornariam para reaver o que lhes era de direito.

Esse cenário é o plano de fundo para a associação de Hércules com os dórios. Diodoro (IV, 37.3) explicita que, em um momento específico de sua vida, o filho de Alcmena auxiliou o *basileús* dos dórios, Egímio, contra o governante dos lapitas, Corono, pela posse de uma região próxima ao monte Olimpo, na Tessália⁸⁰. Interessa-nos pensar que a ajuda de Hércules será retribuída aos seus filhos quando estes, fugindo de Euristeu, encontram refúgio com Egímio e os dórios.

Imersos nessa lógica, o chamado “retorno dos heráclidas” foi associado à migração dórica, sendo esta legitimada pela tentativa dos descendentes de Hércules em recuperar os reinos pertencentes ao seu pai/ancestral. É importante ressaltar que essa migração não encontra materialidade na História. Não há indícios de que esse povo tenha, de fato, existido, quiçá migrado para a Hélade. Parece que eles são povos míticos, assim como as amazonas ou os troianos. Annie Schnapp-Goubeillon (2010, p. 148, 157) afirma que os dórios nem chegam a aparecer como personagens mitológicos, não sendo nem mencionados em Homero. Para a autora, os dórios são uma criação bem posterior, do século V a.C., servindo, justamente, para construir a dicotomia entre os jônios (povo que deu origem aos atenienses) e o povo que teria dado origem aos espartanos.

⁷⁹ Isso também acontece com Odisseu em suas viagens.

⁸⁰ Antes de Diodoro, Heródoto (I, 56) já havia pontuado que os dórios habitaram Hestiaiótis, no sopé do monte Ossa e Olimpo.

O discurso de Eurípides na tragédia *Héracles* faz inferência, bem como uma adaptação, ao momento anterior ao exílio do herói e o nascimento de seus outros filhos, posto que Héracles assassina os seus três filhos com Mégara. Contudo, o fato de os atenienses do século V terem o conhecimento da interação mítica entre heráclidas e dórios permitiu que o poeta relacionasse a matriz étnica de ambos como um mecanismo de inferência direta à Esparta. Eurípides se utilizou do modo de pensar da audiência ateniense, e mesmo estrangeira, que se fazia presente na encenação de sua obra. Portanto, era de se esperar que o público fizesse associasse Héracles e os dórios e ambos com a *pólis* espartana.

De fato, o contexto social de Eurípides favorecia esse tipo de relação/identificação por parte dos espectadores, pois, a Guerra do Peloponeso acontecia nesse momento. Nos dizeres de Cristina Franciscato (2003, p. 21), *Héracles* foi encenado entre 420 e 415. Convergindo com Jennifer Roberts (2017, p. xxv), muitas coisas ocorreram entre esses anos, com um destaque para a aliança entre Atenas, Argos, Mantineia e Elis (419), a emergência da rivalidade entre Alcibíades e Nícias (419), a mutilação dos Hermes e a iniciativa de se atacar a Sicília (415), a destruição de Melos por Atenas (416/415), bem como o fim da aliança de cinquenta anos entre Atenas e Esparta (415/414).

Mediante o comentado, a hipótese de que a tragédia *Héracles* tenha tentado exprimir uma denúncia sobre as atitudes de Esparta, no contexto da Guerra do Peloponeso, parece justificável. Entretanto, os indícios documentais podem materializar a nossa proposta.

A obra *Héracles* e a ingratidão espartana

Ao iniciar a peça, a personagem de Anfitrião – pai mortal de Héracles⁸¹ – manifesta a sua dependência do filho devido ao infortúnio que vivia pelas ameaças de Lico, tirano de Tebas, e pela sua velhice (EURÍPIDES. *Héracles*, vv. 31-50). Essa dependência de Anfitrião pode ser interpretada de inúmeras maneiras, entretanto, temos como hipótese que, para além de uma crítica à velhice, o pai de Héracles representaria os membros mais antigos da Confederação do Peloponeso, refletindo e refletiria a aparente dependência que tinham das ações de seu *hegemôn*.

⁸¹ Embora Héracles fosse fruto da relação de Zeus com Alcmena, foi Anfitrião quem o criou. Portanto, em inúmeras situações Anfitrião é tratado como o pai mortal do herói.

Mégara e os filhos de Hércules também se inserem nesse modelo de representação com ênfase à dependência que as mulheres e os jovens tinham dos adultos em momentos de guerra. Logo, Hércules representaria, no discurso de Eurípides, o quão belicosos eram os seus descendentes do período Clássico que, junto aos dórios⁸², tinham a necessidade de abandonar os seus dependentes em prol de batalhas.

A visão de que os espartanos eram excessivamente beligerantes figurou o discurso de Tucídides. Ao apresentar a “Oração Fúnebre de Péricles”, o historiador descreveu características fundamentais das práticas políticas, sociais e culturais de Atenas de tal maneira que estabelecesse Esparta como o seu contraponto natural. Portanto, enquanto a *pólis* ateniense defendia a liberdade e o prazer de cada cidadão em suas atividades, os espartanos se submetiam a exercícios extenuantes com o intuito de interiorizarem a *andreía* (coragem), (TUCÍDIDES, II, 38.2-39.1).

Neste caso, a visão de Tucídides considerou a atividade atlética com a finalidade de preparar os corpos dos jovens de Esparta para que se tornassem guerreiros excelentes. Todavia, no verso anterior, ao exaltar a maneira como os habitantes de Atenas se deleitavam em outras atividades, as quais lhes dava satisfação, o autor representou os espartanos como homens que, desde a juventude, se dedicavam unicamente às atividades relativas à guerra.

Em certa medida, Eurípides endossa e amplia a lógica de Tucídides. Não somente o Hércules de Eurípides parece voltado a realizar grandes feitos – os quais estariam envolvidos com atividades bélicas e a conquista – como também teve a sua fama questionada pelo tirano de Tebas, Lico. Ao se aproximar de Anfitrão, Mégara e os três filhos de Hércules, os quais estão como suplicantes no templo de Zeus, o usurpador do trono tebano afirma:

E tu, que foste esposa de excelente homem,
que venerável feito foi realizado por teu esposo?
Se aniquilou, se matou a hidra do pântano
ou a fera Nemeia, que com redes capturou,
mas diz ter destruído, sufocando-a com o braço?
Debateis com estes argumentos? Por causa deles,
não devem morrer os filhos de Hércules?
Ele teve reputação de bravura – nada sendo –

⁸² Nesse caso, os dórios de Esparta seriam os esparciatas, ou seja, os cidadãos espartanos de plenos direitos. Isso se deu pela diferenciação qualitativa que a documentação literária estabeleceu entre os *basileis* de ambas as dinastias e os cidadãos. Portanto, enquanto os reis são heráclidas, os esparciatas seriam os descendentes dos dórios que acompanharam os “filhos de Hércules” em seu retorno ao Peloponeso.

Em luta com feras. Quanto ao resto foi covarde⁸³
(EURÍPIDES, *Héracles*, vv. 148-158 – grifos nossos).

Os versos de Eurípides representam Héracles como um sujeito dotado de uma fama que não o precedia. Essa assertiva se complementa com o fato de que o herói era competente combatendo feras⁸⁴ e não homens. Tucídides expõe uma ideia similar, afinal, se a competência militar dos espartanos detivesse toda a fama que lhe era atribuída, estes não teriam a necessidade de enfrentarem os seus inimigos somente com o auxílio de seus aliados (TUCÍDIDES. II, 39.2). N' *Andrômaca*, Eurípides reforça essa ideia ao destacar que Menelau, *basileús* espartano na referida obra, era um homem injusto por mobilizar os aqueus à Guerra de Troia a partir de uma causa indevida, ou seja, recuperar Helena. Em seguida, Eurípides, através do discurso de Príamo, destaca que Menelau regressou à Esparta sem qualquer ferimento e cheio de glória, enquanto o melhor dos aqueus (Aquiles) acabara morto (EURÍPIDES. *Andrômaca*, vv. 603-619).

A representação de Menelau em *Andrômaca* reforçou a imagem de injustiça espartana, mas também a sua incapacidade em vencer sozinho os seus inimigos⁸⁵. Dessa forma, o discurso de Lico se alinha à perspectiva exposta pelo Péricles de Tucídides e pelo Peleu de Eurípides. Neste caso, os lacedemônios e os seus governantes viviam de honra e fama que não lhes competia, afinal, todo o esforço de suas realizações era da responsabilidade de seus aliados. Isso fica evidente quando Menelau⁸⁶ é comparado a Aquiles, uma vez que este último morreu em conformidade à sua posição e de forma honrada, enquanto o *basileús* espartano retornou para o seu reino munido de riquezas e sem ferimentos. Com isso, o discurso de Tucídides e Eurípides legitima uma representação de Esparta como injusta e ineficaz, haja vista que a sua motivação em

⁸³ Tradução de Cristina Rodrigues Franciscato.

⁸⁴ Também levantamos a hipótese de que as feras mencionadas por Lico fariam alusão aos persas em seu enfrentamento com os helenos durante as Guerras Pérsicas (490-479). Nesse caso, as feras poderiam fazer alusão aos bárbaros, destacando que a fama de Héracles diante de feras não fora real. Se estabelecermos uma releitura em conformidade a essa perspectiva teríamos que Esparta teve notoriedade contra os persas, porém, essa glória era infundada, uma vez que os demais helenos se esforçaram muito mais durante este conflito.

⁸⁵ Para uma maior análise de *Andrômaca* nesse aspecto, ver Sousa (2017). No que tange a representação de Esparta na *Andrômaca* de Eurípides, ver Assumpção (2018).

⁸⁶ William Poole (1994, p. 7) explicitou que em *Andrômaca*, Menelau seria um homem enganoso, sanguinário, injusto e ameaçador, passando a assumir a suposta identidade que Eurípides atribuiu a Esparta. Já Edith Hall (2018, p. 124-125) afirmou que, em *Andrômaca*, Menelau representava a incapacidade das leis espartanas em controlarem as suas promíscuas mulheres, servindo como uma denúncia para a virilidade dos próprios espartanos.

iniciar a guerra e a maneira como investia nos enfrentamentos pretendia unicamente beneficiá-la, muito embora quem sofresse fossem os outros helenos.

O Menelau de *Andrômaca*, assim como Lico, é visto como tirano. A tirania é um ponto criticado comumente nas obras de Eurípides, mas isso já era feito por outros tragediógrafos (SOUSA, 2017, p. 82). No entanto, será esse autor quem elevará ao máximo grau essa crítica. Isso se dá pela iminência do colapso de Atenas, durante a Guerra do Peloponeso, e o perigo de se instalar a tirania com um golpe oligárquico. Quando Teseu ajuda Hércules, ele não só está fazendo isso pelo herói, especificamente, mas para impedir que o tirano tenha sucesso em suas decisões. É uma luta contra a tirania também, em defesa da democracia e dos ideais que ela representa, os quais estão expressos nessas obras que elogiam Atenas.

Em certa medida, o posicionamento de Eurípides estaria imerso na dinâmica político-social de Atenas, na segunda metade do século V. Por isso, a sua postura diante de Esparta foi, na maioria dos casos, incisiva e crítica pelo fato desta *pólis* atuar como líder dos opositores de Atenas. Considerando o papel do teatro como mecanismo de difusão de ideias, o discurso e as representações desenvolvidas pela tragédia de Eurípides tinham o objetivo de propagar valores que se alinhassem com os interesses atenienses diante da Confederação do Peloponeso. Embora Eurípides não tenha figurado entre os principais estadistas do século V⁸⁷, o seu papel e importância política se deram pelo impacto que, possivelmente, a encenação de suas peças gerou em uma dada audiência. Isso teria reforçado práticas e interesses áticos no interior de um conflito que requeria o apoio do *dêmos* para se manter.

Se tomarmos a via étnica do discurso de Eurípides, a representação de Hércules fora imensamente adequada aos propósitos do poeta e as necessidades políticas de Atenas, na peça em questão. A relação entre os cidadãos e os *basileis* de Esparta com o herói filho de Alcmena, seja por meio da proximidade⁸⁸ e/ou da consanguinidade, fundamentava a

⁸⁷ Ao contrário de Ésquilo e Sófocles, Eurípides não exerceu nenhum cargo público. É comum, nas tragédias de Eurípides, os heróis desatnarem a falar sobre situações as quais poderiam bem mesmo ter saído da boca do próprio tragediógrafo. No segundo episódio de *Íon*, por exemplo, podemos ver que o herói homônimo, ao descrever os cidadãos de Atenas, os divide em três grupos: os politicamente insignificantes (que têm, inclusive, inveja de quem está no poder), os que de fato estão na política (porque pertencem a uma seleta elite) e os sábios, com ele mesmo, que são tão inteligentes e capazes que se mantêm longe da política e dos políticos (LOURENÇO, 2005, p. 71, n. 61).

⁸⁸ Essa proximidade em virtude da relação mítica entre dórios e heráclidas, onde os primeiros são tomados como ancestrais dos esparciatas e estes dos *basileis* lacedemônios.

percepção de que os vícios dos ancestrais de uma comunidade eram transmitidos para as gerações futuras⁸⁹. Ou ainda que os espartanos, contemporâneos de Eurípides, deveriam honrar as palavras e os gestos de seus antepassados, de tal maneira que estivessem em conformidade à tradição e aos interesses divinos⁹⁰. Sendo assim, o discurso de Eurípides tentou legitimar a ideia de que a Guerra do Peloponeso fora iniciada pela Confederação do Peloponeso, liderada por Esparta, em virtude da injustiça e da ingratidão de seus líderes.

Do mesmo modo, o elemento étnico espartano e a figura de Hércules seriam verificados pelos excessos do herói, os quais culminaram na insatisfação dos deuses, como foi o caso de Hera. Seguindo esse viés, supomos que era de se esperar que uma *pólis* dotada de um herói com hábitos e costumes ruins não poderia se comportar de forma diferente. Todavia, independentemente de seus excessos, o Hércules da tragédia homônima de Eurípides sabia reconhecer o auxílio que lhe era prestado, o que endossaria a ideia de que os espartanos não estavam cumprindo os pressupostos de um de seus principais heróis fundadores.

Ao inserir Teseu no desenvolvimento da peça, em um contexto desfavorável a Hércules, Eurípides intensificou a importância de Atenas para a Hélade, bem como a sua *diké* (justiça) com a causa de seus aliados. O *basileús* ateniense entra em cena com o intuito de socorrer Hércules contra Lico, pois, fora auxiliado pelo filho de Alcmena quando ficara preso no Hades (EURÍPIDES, *Hércules*, vv. 1169-1171). O enfoque dado à figura de Teseu reside na sua capacidade de retribuir aos seus amigos todo o tipo de benefício recebido anteriormente. Imersos na lógica da Guerra do Peloponeso, a representação de Teseu manifesta a conduta de todos os habitantes de Atenas. Esse viés torna a atitude espartana, no século V, inadequada e injusta diante de pessoas que sempre estiveram prontas a auxiliar os lacedemônios, e os seus ancestrais, em suas dificuldades.

Dialogando com os indícios documentais de Tucídides (I, 101-102), temos outro indício da disposição de Atenas em auxiliar os lacedemônios quando estes mais precisavam. Tucídides afirmou que após um terremoto de grandes proporções na Lacedemônia, os hilotas de Túrria e Eteia se revoltaram. Nessa ocasião, os atenienses foram os únicos helenos que tentaram auxiliar os lacedemônios em um momento de

⁸⁹ Para essas questões, vide Assumpção (2019).

⁹⁰ Considerando que os heróis ao morrerem se tornariam *daimônes* ou, no caso de Hércules, uma divindade, o ato de não honrar os seus feitos e desejos poderia incorrer em *hýbris*.

dificuldade. Com isso, a representação de Teseu em *Héraclès* reforça a ideia corrente entre os atenienses, de que a sua *pólis* estava sempre disposta a auxiliar a Hélade e os helenos. Portanto, cabia a Esparta reconhecer toda a ajuda que Atenas já a havia prestado, reconhecer a supremacia ateniense e acabar com a guerra.

Essa situação se intensifica quando Héraclès destaca os seus laços de parentesco com Teseu. Neste caso, a ofensa espartana seria ainda maior, pois, não somente estariam atacando uma *pólis* que sempre lhe ajudou, como também agrediam aos seus parentes. Essa temática já havia sido evocada nos *Heráclidas* (vv. 35-49, 309-316), quando Iolau clama aos descendentes de Héraclès que sejam amigos dos atenienses pela prova de amizade que lhes dera, bem como pelo seu parentesco. Por meio de seu discurso, Eurípides fez inúmeras inferências à injustiça espartana para com Atenas e a Hélade. Essa representação legitimava a postura ateniense diante de seus cidadãos e estimulava, em certa medida as necessidades de um conflito diante de inimigos injustos e ingratos.

Conclusão

Em virtude do apresentado, concluímos que Eurípides, por meio da tragédia *Héraclès*, utiliza o mito do herói e a descendência dória para cristalizar as fronteiras étnicas entre atenienses e espartanos. Além disso, esse discurso serve para consolidar a hegemonia ateniense através do elogio da democracia e da própria *pólis*, como era comum desde a época de Péricles e Protágoras. Do mesmo modo, essa ideia é explorada para denunciar a postura de Esparta em relação à Guerra do Peloponeso.

Katherina Zacharia (2008, p. 27) chama atenção para o fato de que “dóricos e jônicos são as duas principais subdivisões étnicas de acordo com as quais os gregos antigos se categorizavam”. Ela afirma que, mais do que uma divisão entre invasores e autóctones, trata-se de uma distinção e hierarquização entre os “mais novos” (*juniority*) e os “mais velhos” (*seniority*). Embora a invasão dórica não seja arqueologicamente comprovada, esse discurso acerca da divisão entre os dois grupos parece ser, pois “se a etnicidade é uma expressão do que as pessoas escolhem enfatizar, não há nenhuma dúvida [...] da realidade da distinção dório/jônico” (ZACHARIA, 2008, p. 28). Daí a ideia afirmada por Schnapp-Gourbeillon, como vimos, de que os dórios são, na verdade, uma invenção do século V e não predecessora.

A dimensão da ingratidão é usada para acentuar essas fronteiras étnicas, que estão longe de serem borradas em decorrência da guerra. Pelo contrário, são esses momentos de crise que catalisam uma série de dispositivos de cristalização das relações de etnicidade entre grupos. A ingratidão é denotada, como pudemos ver, pelos laços de parentesco entre Hércules e Teseu, e pelo próprio fato de ter sido esse herói quem impediu o suicídio do filho de Zeus. Essas ideias são corroboradas também pelo *Íon* de Eurípides, obra na qual se reforça os laços de parentesco entre atenienses e espartanos, bem como os coloca em um patamar de inferioridade, uma vez que os dórios, oriundos de Doro, seriam os descendentes dos filhos bastardos de Creúsa, não de Íon, filho dela com o deus Apolo (SOUSA, 2016, p. 75).

Dessa maneira, é possível ver como, embora Eurípides estivesse longe de querer ser um político, era capaz de perscrutar todo o contexto no qual ele estava ancorado e emitir sua opinião, difundindo a ideologia pericleo-protagórea em suas tragédias. Dependendo do momento o qual Atenas estava passando (e do festival no qual seria encenada determinada tragédia) a sua postura poderia mudar. Nas Dionísias, o elogio à sua *pólis* era notório; afinal, que patriota falaria mal de sua *patrís* (terra de origem) em um festival no qual todas as *póleis* participavam?

No entanto, nas Leneias, vemos que Eurípides usava o palco para chamar a atenção sobre a postura de políticos como Alcibíades, por exemplo, que estava mais preocupado com a sua realização e enriquecimento pessoal do que com o bem comum políade, sendo capaz, até mesmo, de se aliar ao inimigo na guerra. O caso de *Hércules* denota a faceta elogiosa de Eurípides que, geralmente, é colocado em uma berlinda: afinal, seria patriota ou pacifista? Jacqueline de Romilly (1999, p. 103) resolve a questão ao afirmar que:

A atmosfera de morte e desilusão que esse conflito gerava em Atenas pode ser vista nos temas dessas obras, rendendo a Eurípides tanto o título de pacifista, apresentando os males que a guerra pode causar, quanto o de patriota, evidenciando a necessidade de se sacrificar pela comunidade.

Documentação escrita

[APOLLODORUS]. **The Library**. Trad. Sir J. G. Frazer. London: William Heinemann, 1921. v. I.

DIODORUS SICULUS. **The Library of History**. Trad. C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1935. v. 2.

- EURIPIDES. **Bacchanals, Madness of Hercules, Children of Hercules, Phoenician Maidens, Suppliants**. Trad. A. Way. London: William Heinemann, 1912.
- EURIPIDES. **Electra, Orestes, Iphigenia in Taurica, Andromache, Cyclops**. Trad. A. Way. London: William Heinemann, 1929.
- EURÍPIDES. Alceste. *In*: EURIPIDES. **Tragédias I**. Trad. N. S. Rodrigues. Lisboa: ICNM, 2009, p. 139-199.
- EURIPIDES. **Héracles**. Trad. C. R. Franciscato. São Paulo: Palas Athena, 2003.
- EURIPIDES. **Orestes**. Trad. A. F. de Oliveira e Silva. Brasília: Editora UnB, 1999.
- HERODOTUS. **Histories**. Trad. A. D. Godley. London: William Heinemann, 1938. v. III.
- HERODOTUS. **Histories**. Trad. A. D. Godley. London: William Heinemann, 1975. v. I.
- HOMERO. **Odisseia**. Trad. F. Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PAUSANIAS. **Description of Greece**. Books III – V. Trad. W. H. S. Jones. London: William Heinemann, 1955.
- PINDAR. **The Odes**. Trad. Sir J. Sandys. London: William Heinemann, 1915.
- THUCYDIDES. **History of the Peloponnesian War**. Trad. C. F. Smith. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1956. v. I.
- TIRTEU. Eunomia. *In*: BRUNHARA, R. O Fragmento 2W de Tirteu e a poética da Eunomia. **Classica** (Brasil), São Paulo, v. 24, n. 1/2, p. 138-157, 2011.

Referências

- ASSUMPCÃO, L. F. B. Discurso e representação sobre as práticas rituais dos esparciatas e dos seus basileus na Lacedemônia do século V a.C. **Dissertação** (Mestrado em História) Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. A tragédia de Esparta – discurso, poder político e gênero na Andrômaca de Eurípides. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 1, nº 1, p. 196-213, jan./jun. 2018.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. A relação de Esparta e Héracles – discursos, representações e legitimidade política. *In*: MOTA, A. J.; CAMPOS, C. E. da C. (Org.). **Sistemas de Crenças, Mitos e Rituais na Antiguidade**. São João de Meriti, RJ: Desalinho, 2019, p. 145-166.
- BAILLY, A. **Le grand Bailly**. Dictionnaire Grec Français. Paris: Hachette, 2000.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Ph.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de “Grupos étnicos e suas fronteiras” de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- BRANDÃO, J. S. **Dicionário mítico-etimológico**. Petrópolis: Vozes, 2014.

- COHEN, A. Introduction. In: **Custom and politics in urban Africa: a study of Hausa Migrants in Yoruba Towns**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press: 1969, p. 1-28.
- CSAPO, E. **Actors and icons of the Ancient theatre**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2010.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FRANCISCATO, C. R. Héracles: grandeza e loucura. In: EURÍPIDES. **Héracles**. Trad. C. R. Franciscato. São Paulo: Palas Athena, 2003.
- GOLDHILL, S. The Great Dionysia and civic ideology. **JHS**, Cambridge, v. 107, p. 58-76, 1987.
- HALL, E. The sociology of Athenian tragedy. In: EASTERLING, P. E. (Ed.) **The Cambridge companion to Greek tragedy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 93-126.
- HALL, E. **Greek tragedy: suffering under the sun**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HALL, E. Euripides, Sparta and the self-definition of Athens. In: CARTLEDGE, P.; POWELL, A. (Ed.). **The Greek Superpower: Sparta in the Self-Definitions of Athenians**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2018, p. 115-138.
- KÁTSIKAS, K. Εισαγωγή [Introdução]. In: NIKOLAÏDOU, E. **Αισχύλος. Ο πατέρας της τραγωδίας [Ésquilo. O pai da tragédia]**. Atenas: Saválas, 2002, p. 7-15.
- LOURENÇO, F. **Íon**. Tradução do grego, introdução e notas. Lisboa: Colibri, 2005.
- MALKIN, I. **The returns of Odysseus: colonization and ethnicity**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1998.
- MILLENDER, E. “The teacher of Hellas”: Athenian democratic ideology and the “barbarization” of Sparta in Fifth-century Greek thought. **Tese (Doutorado)**. Filadélfia: University of Pennsylvania, 1996.
- PAPADOPOULOU, T. **Heracles and Euripidean tragedy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- PELLING, C. Conclusion. In: PELLING, C. (Ed.). **Greek tragedy and the historian**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- POOLE, W. Euripides and Sparta. In: POWELL, A.; HODKINSON, S (Ed.). **The shadow of Sparta**. London: Routledge, 1994.
- REINHARDT, K. The intellectual crisis in Euripides. In: MOSSMAN, J. (Ed.). **Euripides**. New York: Oxford University Press, 2011, p. 16-46.
- ROBERTS, J. **The Plague of War: Athens, Sparta, and the Struggle for Ancient Greece**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ROMILLY, J. **A tragédia grega**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- SCHNAPP-GOURBEILLON, A. **Aux origines de la Grèce (XIII^e-VIII^e siècles avant notre ère)**. La genèse du politique. Paris: Les Belles Lettres, 2010.

- SOUSA, R. C. Arquearia entre a “Ilíada”, “Uma Gesta de Robin Hood” e “Henrique V”. **Medievalis**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2013.
- SOUSA, R. C. A formação discursiva d’*Os persas* de Ésquilo. **Hélade**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 24-29, dez. 2015.
- SOUSA, R. C. Identidade ateniense e etnicidade: o discurso no *Íon* de Eurípides. **Hélade**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 70-78, dez. 2016.
- SOUSA, R. C. Relações étnicas na obra de Eurípides (século V a.C.): uma análise de *Alceste*, *Héacles* e *Andrômaca*. **Faces da História**, Assis, v. 4, n. 2, p. 73-92, jun.-dez. 2017.
- TURATO, F. **Crisi della città e l'ideologia del selvaggio nell'Atene del V secolo a.C.** Roma: Edizioni dell'Ateneo & Bizzarri, 1979.
- VLASSOPOULOS, K. **Greeks and barbarians.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2013.
- ZACHARIA, K. Herodotus’ four markers of Greek identity. *In*: ZACHARIA, K. (Ed.). **Hellenisms: culture, identity, and ethnicity from Antiquity to Modernity.** Hampshire; Burlington: Ashgate, 2008, p. 21-36.

A ATIVIDADE DOCENTE NO TRABALHO DO TUTOR: COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS, ATITUDES DE LIDERANÇA E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MELHORIA DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

*Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos
Natália dos Santos Grillo de Souza
Mirian Lucia Carvalho Sá
Patrícia de Burlet*

Introdução

O presente estudo tem por temática o tutor de Educação à Distância e a sua atuação na tutoria, considerando os avanços tecnológicos nas últimas décadas, houveram mudanças nos processos de ensino-aprendizagem e, com isso, novos papéis surgiram e novas formas de adquirir conhecimento.

A definição que temos do tutor presente nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007, p. 19), traz a sua “figura” como um:

[...] dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

Essa definição nos dá um caminho para reflexão, mas não parece suficiente para lidar com a noção de tutor e a sua atuação na EAD. Os temas que envolvem a sua atuação como docência, competências tecnológicas, atitudes de liderança e formação, trazem à tona uma gama de discussões.

Neste trabalho o tutor é pensado em seu papel fundamental, isto é, como sujeito responsável por mediar e orientar o processo de ensino-aprendizagem, tendo o aluno como elemento central desse procedimento. Para Litwin (2001) se o tutor tiver a formação adequada, este estará apto a entender, melhorar, enriquecer e aprofundar a proposta pedagógica, na qual se encontra inserido. Este profissional é responsável por conduzir, gerenciar o processo, liderando grupos e administrando conflitos. É também de sua competência, a observação quanto a motivação dos alunos, a interação e a aprendizagem. Conforme Almeida (2001), o professor-tutor atua como mediador, facilitador, incentivador, investigador da própria prática e da aprendizagem individual e grupal. Com isso, cabe investigar também neste trabalho se na tutoria o tutor exerce uma prática docente.

Em sua atuação, torna-se uma necessidade cada vez maior o tutor preocupar-se com a sua formação e o desenvolvimento de suas habilidades, pois o seu trabalho exige competências especiais para se obter melhores resultados. A dinâmica entre aluno, tecnologia e conteúdo exige do tutor a formação técnica e pedagógica, ambas de forma continuada. Para o tutor a habilidade de liderança se faz necessária, afinal, é através dela que o tutor trabalha de forma estratégica a comunicação motivacional e estabelece um ambiente agradável para o estudo. Para Litwin (2001, p. 103) o tutor se encontra diante de uma tarefa desafiadora e complexa, visto que, na era da informação e do conhecimento a formação continuada e o desenvolvimento das habilidades são bases para a tutoria na EAD.

Diante deste cenário, é necessário ao tutor desenvolver habilidades de maneira a se tornar apto a utilizar as novas tecnologias que uma tutoria EAD demanda, com o intuito de aumentar o interesse, a motivação e o engajamento dos alunos, tendo um papel de extrema relevância. Isso porque é necessário estar sempre interessado em promover capacidades e habilidades diversas dos seus alunos, indicando os melhores caminhos para a aprendizagem, promovendo um ambiente de aprendizado estimulante, se valendo de todos os recursos disponíveis para realizar o processo de tutoria da forma mais completa e eficiente possível, proporcionando *feedbacks* rápidos sobre qualquer demanda que o mesmo possa ter.

Em suma, é importante que o tutor busque estratégias e invista em formação continuada para que possam favorecer uma aprendizagem mais significativa, levando em conta sempre os conhecimentos e experiências prévias dos alunos. Logo, é interessante que o tutor EAD busque sempre refletir sobre a sua prática a fim de analisar as suas fragilidades e pensar sempre em superá-las, portanto, este trabalho contribui a esta reflexão.

A presente pesquisa foi pensada e construída coletivamente. Cada uma das pesquisadoras aprofundou um aspecto da pesquisa baseando-se em objetivos pré-estabelecidos, assim temos os pressupostos teóricos subdivididos em quatro partes:

- 1) A atividade docente no trabalho do tutor (Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos).
- 2) As competências tecnológicas e seu impacto como estratégia pedagógica (Natália dos Santos Grillo de Souza).

- 3) As atitudes de liderança do tutor no processo ensino aprendizagem (Mirian Lucia Carvalho Sá).
- 4) A formação continuada dos tutores (Patrícia de Burlet).

O texto final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como Tonnetti (2012), Mill *et al.* (2008), Belloni (2001), Machado e Machado (2004), Medeiros (2011), Silva *et al.* (2008), entre outros. Em última análise, com este estudo pretende-se contribuir para uma profunda reflexão a respeito do assunto abordado, visando um maior reconhecimento do trabalho do tutor e incentivo a formação continuada.

Desde o seu surgimento, a Educação à Distância vem conquistando espaço, Nór (2018) aponta que, conforme o Censo da Educação Superior de 2016 (Inep), o ensino presencial teve uma queda anual de 0,08% nas matrículas e o ensino a distância teve a expansão de 7,2%. Na última década, com a maior democratização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a EAD ganhou novas possibilidades, o que nos estimula a repensar a forma de ensinar e aprender, analisando o papel dos tutores na modalidade. A atuação do tutor vem superando os limites geográficos, a sala de aula que antes era apenas física agora é virtual, assim uma nova cultura educacional vem se instalando. Com isso, demonstra-se a necessidade de repensar o tutor da EAD e superar paradigmas já cristalizados.

A formação, as competências e a docência são temas desafiantes acerca do tutor da EAD que exigem reflexões e novas discussões. Portanto, além de contribuir para a área acadêmica e para a sociedade, proporcionando reflexões e discussões sobre o trabalho do tutor, visando compreender temas relativos a essa modalidade em expansão acelerada. No entanto, este trabalho, não oferecerá soluções milagrosas para a EAD, e sim apontar as necessidades dos tutores em relação à sua formação para o melhor desenvolvimento de suas competências e de práticas pedagógicas que privilegiam a EAD e docência. Segundo uma perspectiva crítica, iremos refletir sobre algumas práticas que estão sendo implementadas e que já indicam algumas mudanças na realidade desse universo EAD, dos professores-tutores e dos alunos, podendo ampliar o leque de possibilidades para uma nova organização do referido trabalho.

As questões que nortearam a pesquisa aqui apresentada, giram em torno dos pressupostos relacionados ao papel do tutor na Educação à Distância, a sua atuação

docente, as competências, a formação e o reconhecimento do trabalho do tutor como professor. A EAD, através do avanço tecnológico, mudou a forma como os alunos interagem com os conteúdos e desenvolvem o processo de aprendizagem online, sendo necessário se adequar a essa nova realidade.

Para o tutor EAD, é importante desenvolver habilidades que o torne apto a utilizar as novas tecnologias que uma tutoria à distância demanda, com o intuito de aumentar o interesse, a motivação e o engajamento dos alunos. Essa postura é de extrema importância e relevância, pois precisa estar sempre interessado em proporcionar capacidades e habilidades diversas dos seus alunos, indicando os melhores caminhos a serem seguidos e possibilitando com os educandos um ambiente social de aprendizado estimulante. Portanto, o tutor deve se valer de todos os recursos didáticos a ele disponíveis para realizar o processo de tutoria EAD – da forma mais completa e eficiente possível, assegurando *feedbacks* rápidos aos alunos sobre qualquer demanda que o mesmo possa ter.

Lamarca (*apud* BARRETO, 2004) considera que os docentes deixam de ser os principais depositários do conhecimento e passam a ser meros consultores metodológicos e animadores de grupos de trabalho. Para esse autor, essa estratégia nos obriga a reformular os objetivos da educação, ou seja, o desenvolvimento de competências-chave substitui a sólida formação disciplinar até então visada. É necessário que o tutor busque sempre estratégias que possam, de alguma maneira, favorecer uma aprendizagem cada vez mais significativa por parte dos alunos. Para tanto, deve-se considerar os conhecimentos e experiências prévias dos alunos. Diante disso é interessante que o tutor EAD reflita sobre a sua prática, a fim de analisar as suas fragilidades e na maneira de como superá-las. Essa ideia nos leva a refletir que o tutor precisa ampliar os seus campos de atuação e conhecimento, estar em constante atualização, se aprimorando e se adaptando a uma nova realidade.

A definição que se tem desse profissional, inclusive a difundida nos Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância (2007, p. 19), traz a “figura” do tutor como um: “[...] dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico”.

Há dilemas sobre a docência (e a formação docente) na EAD, o que requer uma discussão. Neder (2001) lembra que esse debate implica pensar a educação, como entende Sacristán (1995), ou seja, um processo em que a própria experiência cultural do professor é determinante. Esse autor considera fundamental repensar os programas de formação de professores com uma ênfase maior nas dimensões pessoais e culturais, do que nos aspectos técnicos da profissão.

A atividade docente no trabalho do tutor

Diante das mudanças na educação com o advento da EAD cabe investigar acerca da tutoria como uma prática docente. O papel do tutor em um curso a distância é apoiar e acompanhar de perto o aluno em seu desenvolvimento no curso. Machado e Machado (2004, p.4-5) ressaltam a função do tutor como um agente organizador, mediador, facilitador, incentivador, investigador do conhecimento, dinamizador e orientador da construção do conhecimento do aluno e até da sua autoaprendizagem.

Dessa maneira, o tutor na modalidade EAD é aquele que vai mediar o processo de ensino-aprendizagem. Ele atende e orienta, tira as dúvidas dos alunos, corrige as atividades e dá o *feedback*, motiva os discentes, orienta para a construção de uma metodologia própria e autônoma de estudo, encoraja e auxilia os estudantes na busca de informações adicionais nas mais diversas fontes de informação: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas etc. Auxilia o professor coordenador de disciplina e demais membros da equipe, interage, é um elo de ligação entre a instituição e o aluno.

Tonnetti (2012) discute a partição do papel do professor na modalidade EAD, apontando que há professores autores ou conteudistas que escrevem o material didático, ministrantes ou apresentadores que gravam as vídeo-aulas e o professor tutor. Essas nomenclaturas variam de uma universidade para outra, porém ressalta que recai “apenas sobre este último a natureza efetiva da docência, representada pelo contato direto com os alunos que visa interação” (TONNETTI, 2012, p. 8).

Percebemos na fala de Tonnetti (2012) o reconhecimento da tutoria como atividade docente, porém o autor chama a atenção para as condições de trabalho dos tutores que, profissionalmente, não são reconhecidos ou legalmente registrados como professores, ficando excluídos dos direitos trabalhistas deste segmento profissional. Conforme o autor “os tutores são bolsistas, não têm registro em carteira, estão fora dos

planos de carreira e não gozam dos benefícios de classe. São neste sentido professores marginalizados dentro da esfera pública das universidades federais” (TONNETTI, 2012, p.7).

Mill *et al.* (2008) corroboram Tonnetti ao refletirem sobre as condições de trabalho do docente-tutor, visto que estão sujeitos a alguns males que pareciam não acometer o trabalhador docente presencial, tais como doenças relacionadas à visão, à postura física, hérnia, ler/dor etc. Mill *et al.* (2008, p. 2) afirmam que o tutor “surge como uma nova e importante figura profissional da educação, mas ainda há muito a ser compreendido a seu respeito”. Conforme os autores “o tutor não pode ser chamado de professor pelo fato de não haver aula propriamente dita na educação a distância, mas o tutor é, legitimamente, um docente” (MILL *et al.*, 2008, p. 2).

Assim, compreendemos que embora haja aspectos distintos no trabalho do professor e do tutor, ambos exercem trabalho docente, porém há desafios a serem enfrentados para o reconhecimento e valorização profissional do tutor.

Mill *et al.* (2008), no artigo *Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas*, investigam os impactos sobre o trabalho docente na EAD, particularmente as condições de seu exercício, e problematizam a precarização no trabalho docente, apontando que há sobrecarga de atividades e falta de regulamentação das relações trabalhistas em ambientes virtuais. Lapa e Pretto (2010) apontam a precarização do trabalho docente, entre outras coisas, através da baixa remuneração e da falta de reconhecimento profissional. Este é um grande desafio a ser superado, principalmente porque essa concepção vem do próprio governo, como vemos no sistema de tutoria UAB.

Oliveira, Mill e Ribeiro (2009) reconhecem a existência de um novo perfil docente no campo da Educação à Distância. A partir de uma investigação de suas características, os autores desenvolveram um estudo de caso com tutores da UAB-UFSCar. Os resultados sugerem que a prática da tutoria é compreendida pelos tutores como docência, e tal trabalho exige novas habilidades ao profissional. As modificações na identidade docente são problematizadas por Cruvinel *et al.* (2015), quando o processo de ensino e aprendizagem se organiza sob a forma de Educação à Distância, tendo como referência o projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o papel do tutor à distância. Neste contexto a docência, segundo os autores, não se concentra em apenas um dos atores, mas

de forma compartilhada (polidocência), desafiando a constituição da identidade docente indo de encontro as ideias de Tonnetti (2012).

Mill, Ribeiro e Oliveira (2010) questionam quem é o docente da educação à distância. Destacando que o trabalho docente na EAD é fragmentado e cada parte das atividades que compõem o trabalho docente virtual é atribuída a um trabalhador diferente, ou a um grupo deles. Chamam de polidocência esse conjunto articulado de trabalhadores, necessário para a realização das atividades de ensino-aprendizagem na EAD. Sendo assim, saber atuar de forma colaborativa é fundamental. Belloni (2001) corrobora a perspectiva acima, ao apontar que esse novo perfil docente tem que ser capaz de trabalhar de forma colaborativa com outros profissionais no planejamento, implementação e avaliação de um curso à distância. Belloni (2001) destaca mudanças no perfil docente tradicional, um novo papel para o professor, que antes era o “formador”, o “mestre” e agora, diante das novas tecnologias, surgiu como “pesquisador”, “parceiro” que contribuiu com o aluno em seus estudos.

Embora cada curso seja projetado de um modo e que o tutor nem sempre exerce uma função parecida com a do professor, ele atua em uma função docente inserido no processo de ensino-aprendizagem. A partir destas reflexões, compreendemos que há muito a ser mudado para uma valorização do trabalho dos tutores em ambientes virtuais e para o seu reconhecimento como docente.

As competências tecnológicas e seu impacto como estratégia pedagógica

O mundo está em constante transformação, e a tecnologia está nesse processo emergente. Até um tempo atrás nem todas as pessoas tinham acesso à internet, ou tinham de uma maneira muito precária. Hoje, o crescimento dos meios de comunicação de dados veio para trazer as ferramentas tecnológicas ao alcance de todos. A otimização dos processos, a interconexão de vários dispositivos, manipulação e gerenciamento de informações, filtragem do tráfego de informações entre outros recursos que podemos gerenciar e utilizar a favor de estratégias que facilitam o processo de aprendizagem. De acordo com Belloni (2006, p. 79), o

uso mais intenso dos meios de comunicação e informação torna o ensino mais complexo e exige a segmentação do ato de ensinar em múltiplas tarefas, sendo esta segmentação a característica principal do ensino à distância.

O avanço da Educação à Distância está diretamente ligado às inovações tecnológicas, que veio para aproximar o aluno do seu aprendizado tornando esse processo mais simples, acessível e inovador, onde as interações contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Professores e demais profissionais na/da área de educação precisam estar atualizados em relação às novas tecnologias, e o tutor precisa estar ainda mais envolvido com a dinâmica de ensino, pois estará diretamente ligado à tecnologia, para ter uma ótima integração com o seu aluno através do AVA (Ambiente virtual de aprendizagem) e dos recursos disponibilizados na plataforma para integração para o tutor e o aluno.

Embora existam muitos aspectos a serem superados, no que tange à infraestrutura e ao preparo para utilização da EAD no Brasil, as tecnologias tornaram-se instrumentos para acesso ao conhecimento. A expansão da Educação à Distância pelo país e a utilização da internet nas metodologias de ensino, introduziram importantes possibilidades de interação, intercâmbio de ideias e materiais, entre alunos e professores, dos alunos entre si, e dos professores entre si, no que se denomina comunidades de aprendizagem em rede (MAIA, 2003).

A competência técnica ou tecnológica, embora seja cada vez mais demandada nas aulas presenciais, com a utilização de novas mídias, é mandatória para o tutor em EAD. Para Machado e Machado (2004, p. 9) o tutor deve ter “domínio técnico suficiente para atuar com naturalidade, agilidade e aptidão no ambiente que está utilizando”. Deve ainda possuir equipamentos e recursos tecnológicos atualizados, “inclusive com plug-ins de áudio e vídeo instalados, além de uma boa conexão com a Web”. Maia e Mattar (2007, p.92) incluem nessa competência o auxílio aos alunos no uso e interpretação do material visual e multimídia.

Almeida e Amaral (2017) demonstram a importância do tutor, considerado um guia, um mediador, um educador à distância. É um personagem da EAD que tem o papel de promover a interação e a mediação entre aluno-objeto de estudo e aluno-aluno, estimulando a reflexão, a autonomia da aprendizagem e a busca pelo conhecimento através dos diversos recursos de pesquisa que podem ser disponibilizados através das mídias.

Oliveira e Santos (2013) tratam dos desafios encontrados na tutoria, por trazer uma visão de novas estratégias pedagógicas com o intuito de sanar as dificuldades no

processo de ensino e fazer com que a aprendizagem dos alunos fique mais leve e fácil na assimilação do conhecimento. Havendo três componentes na EAD que definem tal distância: 1) a estrutura dos programas educacionais, 2) a interação entre os alunos e professores e 3) a natureza e o grau da autonomia do aluno.

Para Moraes, (2002, p. 2) a internet: [...] em especial, tem-se atribuído um papel de destaque por sua contribuição para o desenvolvimento de processos construtivos de aprendizagem, para a criação de novos espaços de aprendizagem, de novas formas de representação da realidade, para ampliação de contextos e maior incentivo aos processos de cooperativos de produção de conhecimento [...].

Já para Kenski (2007), “[...] o ambiente virtual de aprendizagem se constrói com base no estímulo à realização de atividades colaborativas, em que o aluno não se sinte só, isolado, dialogando apenas com a máquina ou com o instrutor também virtual”. Ela trata da aprendizagem a partir de um processo onde as interações com outros indivíduos têm um caráter que não cumpre apenas a função de desenvolver a tolerância, a solidariedade ou amizade. A tecnologia ainda une a construção do trabalho em equipe, a organização e a disseminação de novos recursos e ferramentas com os colegas, trabalhando também de uma maneira socioeducativa.

As estratégias tecnológicas impactarão diretamente no processo de aprendizagem dos alunos na EAD, pois através desses recursos pode-se ter uma integração entre a relação tutor x aluno, por meio de recursos como chats, e-mails, fóruns, vídeo conferência, mensagem individualizadas na plataforma. Seguindo por esse viés, o tutor pode instigar a aprendizagem do discente de forma colaborativa.

As atitudes de liderança do tutor no processo ensino aprendizagem

Com o crescimento dos cursos à distância é natural a demanda por profissionais que atuem na área e que possuam, além de uma formação técnica, habilidades que somem a um conjunto de atitudes para o exercício da função. O tutor é o profissional mediador entre o curso e o aluno. A esse profissional cabe a responsabilidade de estabelecer boas relações no AVA, conduzir o aluno ao aprendizado e gerenciar o processo de comunicação motivando o aluno sempre a uma atividade ou resposta.

Sá (1998, p. 46) reflete sobre os desafios do trabalho de tutoria e sobre as competências comportamentais e a habilidade do tutor, como para planejar, acompanhar, avaliar as atividades, bem como motivar o aluno para o estudo, sabendo lidar com

diferentes personalidades e culturas, ser possuidor de atributos psicológicos e éticos como maturidade emocional, empatia com os alunos, habilidade de mediar questões, liderança, cordialidade e, especialmente, a capacidade de ouvir. A liderança é uma importante competência no desenvolvimento do trabalho do tutor, visto que o líder gerencia os grupos de alunos com dinamismo, motivando-os para que cada um de o melhor de si e grupo alcance o objetivo que é a aprendizagem.

Giannasi *et al.* (2005) levanta a discussão sobre determinadas competências, entre elas destacando a habilidade de liderança que possibilitem aos estudantes explorar todos os recursos disponíveis de modo que executem os objetivos previstos no curso e ainda, participem e promovam ambientes de aprendizagem colaborativa. Somado a isso, a liderança do tutor deve desenvolver autonomia e independência nos estudos dos estudantes como ferramentas para a sua formação continuada ao longo da vida. O tutor como líder de um processo de ensino- aprendizagem, tem uma visão global junto ao curso e aos seus alunos, ele mede e acompanha os resultados diariamente, e com os resultados ele planeja suas ações.

Gutierrez e Pietro (1994) refletem sobre as competências auto avaliativas discutindo as qualidades do tutor, como a exploração dos recursos, a participação contínua com a mediação e a orientação dos estudos e o estímulo da autonomia do aluno. Assim, o tutor deve acreditar que a consciência de trabalhar observando o retorno da demonstração da aprendizagem do aluno através da relação empática e imprimindo personalidade na didática nas atividades propostas é uma boa forma de avaliação cotidiana. A maior parte do contato com o aluno é através da comunicação escrita, isso exige do tutor a habilidade de liderança como respeito, honestidade, paciência e gentileza, sabendo a hora certa para interagir e se ausentar para que os alunos desenvolvam com autonomia o processo de aprendizagem.

Oliveira, Dias e Ferreira (2004, p. 27) ressaltam algumas competências necessárias ao tutor, que estão diretamente ligadas às atitudes de liderança, como: a capacidade de interagir com os conteúdos e com o material didático; a utilização de estratégias de orientação, acompanhamento e de avaliação da aprendizagem dos alunos; a demonstração de rapidez, clareza e correção nas respostas às perguntas e mensagens enviadas e a definição de regras claras para o trabalho a ser desenvolvido. São as atitudes de liderança dentro de um trabalho de tutoria que fortalece a relação do aluno ao curso e

à disciplina, gerando resultados evidentes. A começar pela cuidadosa observação e a formulação a respostas aos questionamentos dos alunos, a empatia, iniciativa e a busca pelo o conhecimento.

Medeiros (2011) nos faz refletir sobre a necessidade que o tutor tenha um conjunto de saberes e de saber-fazer, pois se deparam com uma grande diversidade de funções: ensinar, orientar o estudo, ajudar individualmente os alunos, regular as relações, preparar materiais, saber avaliar, organizar espaços e atividades. Essa diversidade ocasiona uma mistura de saberes e que devem ser considerados na formação docente. É preciso dotá-los de competências que lhe permitirão construir as mediações entre práticas e saberes.

A formação continuada dos tutores

A Educação à Distância ainda possui a função de atender às demandas profissionais, mas, diferentemente de seu início, traz consigo uma preocupação maior com o aumento do aprendizado efetivo do aluno. Com o crescimento de instituições que trabalham com modalidade EAD, a busca por tutores-mediadores aumenta e a escassez de profissionais capacitados faz com que as empresas optem pela contratação de educadores sem as habilidades necessárias para o desenvolvimento do trabalho de tutoria. A falta de uma formação continuada adequada, alinhado com o despreparo do tutor, muitas vezes resistente à nova metodologia de ensino, causa a insatisfação dos alunos com o curso, chegando a ser um dos principais motivos da evasão (ALMEIDA, 2008).

A qualidade da graduação à distância requer planejamento cuidadoso, assim como no presencial, e devem ser considerados alguns elementos que auxiliem a agregar qualidade ao projeto, dentre eles identificamos: o perfil e a formação inicial e continuada do docente/tutor. A maioria dos tutores que atuam hoje não está preparada para utilizar os recursos tecnológicos e possuem pouca vivência na sua aplicação no processo de ensino aprendizagem, além de possuírem resistência e certo preconceito relacionado à modalidade EAD.

Silva *et al.* (2008) nos traz a importância da formação continuada na qualificação dos tutores para um melhor desenvolvimento de ensino e da aprendizagem e, conseqüentemente, na formação dos cursistas. Por sua vez, Machado *et al.* (2008) salientam sobre a prática docente e os saberes dessa atividade, as quais dependem em grande parte da sua capacidade de integrar e mobilizar tais saberes enquanto condição para a sua atividade. Já Hott (2009) complementa sobre as limitações desse saber, e

aplicar têm potencialidade para gerar erros operacionais significativos que comprometem todo o processo da EAD. É necessário a apropriação dos processos tecnológicos, por meio da formação inicial e continuada para a inclusão digital de tutores, com vistas ao aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas. Assim, além da deficiência na questão pedagógica, falta também conhecimento e a apropriação das tecnologias digitais em EAD. Diante disso, é fundamental a necessidade de pensar sobre o processo formativo de docentes para atuar na EAD afirma Moura *et al.* (2015).

Silva (2012) e Palermo (2011) discutem sobre a formação continuada, a qual precisa estar em sintonia com o trabalho do docente no seu dia a dia e com a sua prática pedagógica. Identificar as principais dificuldades no trabalho de tutoria, bem como os seus avanços, ajudará a capacitar os tutores de acordo com os interesses da instituição, direcionando os treinamentos de forma a alcançar os objetivos propostos. Oferecer à sociedade uma educação de qualidade por meio de profissionais que estão em constante processo de formação, sinalizando para um desenvolvimento/aprimoramento diário nos processos acadêmicos, didáticos e pedagógicos.

Portanto, para que o tutor desenvolva um trabalho de qualidade e os seus objetivos sejam atendidos é preciso que haja um preparo adequado, pois é uma tarefa bastante complexa, em construção e permanente que envolve aspectos metodológicos e técnicos. É necessário que o tutor possua uma visão clara da construção do conhecimento como um processo dinâmico, como verificamos no esquema abaixo:



Figura 1. Elaboração: Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos

Considerações finais

A Educação à Distância cresce aceleradamente e novas reflexões sobre o tutor, um importante ator da modalidade, e a sua atuação na tutoria se tornam necessárias. O conteúdo desenvolvido na construção do presente trabalho propôs uma reflexão sobre esta temática, abordando a sua docência e o reconhecimento profissional, competências tecnológicas, atitudes de liderança nas atividades de tutoria e a formação continuada para melhoria do processo de ensino aprendizagem.

O tutor em sua atuação na tutoria como parceiro ao mediar, conduzir, gerenciar o processo de ensino-aprendizagem, investigar, avaliar, motivar os alunos, é um elo de ligação entre a instituição e o discente, exercendo uma prática docente. Embora haja a partição do papel do professor na modalidade EAD, sendo caracterizada como polidocência, isto não minimiza a docência do tutor, já que o contato direto com os alunos e a interação é bem mais intensa na atividade de tutoria.

Em sua atuação na tutoria, diante das constantes mudanças no mundo tecnológico e na educação, há uma necessidade cada vez maior do tutor preocupar-se com a sua formação técnica e pedagógica, a qual deve ocorrer de forma continuada, em virtude do desenvolvimento de habilidades e competências especiais exigidas para melhores resultados na tutoria. A habilidade de liderança se faz necessária para atuar de forma estratégica com comunicação motivacional e estabelecendo um ambiente propício para o processo ensino-aprendizagem. Nesse ínterim, apesar de ter um papel de extrema relevância, o tutor não tem reconhecimento profissional como docente, suas condições de trabalho são precárias, recebendo como remuneração bolsas abaixo do salário mínimo federal, excluídos dos direitos trabalhistas, apontando para uma necessidade de mudança de paradigmas e um reconhecimento de seu trabalho.

Dessa forma constatou-se por meio do desenvolvimento deste estudo que o tutor exerce atividade docente e, com a evolução constante das tecnologias, é necessário ao tutor acompanhar e reestruturar a sua metodologia de ensino, desenvolvendo competências tecnológicas e habilidades de liderança para a consecução dos objetivos de aprendizagem, sendo fundamental para isso sua formação continuada. São muitos os desafios a serem enfrentados para o reconhecimento e a valorização profissional do tutor, principalmente porque o governo através do Sistema UAB tem a concepção de tutor como mero bolsista, porém a discussão levantada neste contexto já contribui para almejadas mudanças.

Referências

ALMEIDA, F. J. *et al.* **Educação a Distância**: Formação de Professores em Ambientes Virtuais e Colaborativos de Aprendizagem. São Paulo, Projeto NAVE, 2001.

ALMEIDA, O. C. de. **Evasão em cursos a distância**: análise dos motivos de desistência. UNB, 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008112738pm.pdf>> Acesso em 31 de out. de 2021.

ALMEIDA, T. M.; AMARAL, A. dos S. Competências essenciais na tutoria para um bom desempenho dos estudantes na modalidade a distância. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, v.6, n.1, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/122004>. Acesso em 31 de out. de 2021.

BARRETO, R. G. Tecnologia e Educação: Trabalho e Formação Docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1181-1201, set./ dez. 2004.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação e Cultura. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> Acesso em: 22 de nov. de 2021.

CRUVINEL, F.; MORAES, R. de A.; LAZZAROTTI FILHO, A. Identidade docente na educação a distância: reflexões teóricas sobre o papel do tutor a distância. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 8, n. 17, p. 161-174, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/4521>>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

GUTIERREZ, F.; PRIETO, D. **A mediação Pedagógica, educação a distância alternativa**. Campinas: Papirus, 1994.

GIANNASI, M. J. *et al.* **A prática pedagógica do tutor no ensino a distância: resultados preliminares**. México: Virtual Educa, 2005.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LAPA, A.; PRETTO, N. De L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5569/1/1792-7441-1-PB.pdf>> Acesso em 25 de fev. 2021.

LITWIN, E. (org). **Educação a Distância: Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

MAIA, M. C. O uso da tecnologia de informação para a Educação a Distância no Ensino Superior. 2003. **Tese** (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

MACHADO, C. C.; PEREIRA, E. C; DUART, L. M., SAGGIOMO, L. da S. Formação continuada em educação a distância: ação e reflexão sobre os saberes do professor-tutor. **Ensino & Pesquisa**, v. 15, nº 1 (2017). Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1025>>. Acesso: 13 jul. 2021.

MACHADO, L. D.; MACHADO, E. de C. **O papel da Tutoria em ambientes de EAD**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm>> Acesso em: 22 de jul. de 2021.

MILL, D. R. *et al.* O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, ano 2, v. 2, n. 4, p. 112-127, ago./dez. 2008a.

MILL, D. R. SANTIAGO, C. F. VIANA, I. de S.. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. **Extra-Classe - Revista de Trabalho e Educação / Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais**. Nº 1, Vol. 1 (Jan. 2008). Belo Horizonte: 2008. v. il. p. 57-73. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/238669249_DISCIPLINAS_ONLINE_algunas_

reflexoes_sobre_a_utilizacao_das_TIC_nos_cursos_de_graduacao#page=56>. Acesso: 17 jul. 2018.

MILL, D.; RIBEIRO, L. R. de C.; OLIVEIRA, M. R. G. de. **Polidocência na educação a distância**: múltiplos enfoques. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2010.

MEDEIROS, S. A docência (e a formação docente) na educação a distância (EAD): notas para reflexão. **Educação em Perspectiva**, v.1, n.2, p. 231-354, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/90>>. Acesso: 17 jul. 2021.

NEDER, M. L. C. O texto como base para a comunicação em EAD. *In*: MARTINS, Onilza Borges (Org.). **Curso de formação em educação a distância**: Educação e comunicação em educação a distância. Módulo 3, Curitiba: UNIREDE, 2001.

MAIA, C.; J. MATTAR. **ABC da EaD**: a Educação a Distância hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MOURA, A. C. de O. S. de; BATISTA, M. S. M. H.; PEREIRA, S. A.; LAURINO, D. P. Formação docente para atuar na EAD: reflexões e propostas. **EmRede**, v.2, n.1, p. 156-167, 2015. Disponível em: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/39/47>>. Acesso: 17 jul. 2021.

NÓR, B. **Cursos EAD estão crescendo no Brasil**. Publicado em 1 fev 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/cursos-ead-estao-crescendo-no-brasil/#respond>>. Acesso: 13 Set. 2021.

OLIVEIRA, M. R. G. de. MILL, D. RIBEIRO, L.A Tutoria Como Formação Docente Na Modalidade De Educação A Distância. **Anais do Congresso ABED**, São Carlos, Maio de 2009. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/552009_215911.pdf>. Acesso: 17 jul. 2021.

OLIVEIRA, E. da S. G. de; SANTOS, L. Tutoria em Educação a Distância: didática e competências do novo “fazer pedagógico”. **Revista Diálogo Educacional**, v.13, n.38, p. 203-233, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/7940>>. Acesso: 27 de jul. de 2021.

OLIVEIRA, E. da S. G. de; DIAS, A. C. S; FERREIRA, A. C. da R. A importância da ação tutorial na educação a distância: discussão das competências necessárias ao tutor. **VII Congresso Iberoamericano de Informática Educativa**. Disponível em: <<http://www.niee.ufrgs.br/eventos/RIBIE/2004/comunicacao/com20-28>>. Acesso: 30 jul. 2021.

PALERMO, R. R. O. Formação e identidade do professor tutor: uma articulação necessária. **Anais do XVI ENDIPE**, EdUECE, 2011. Disponível em: <<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/FORMA%20E%20IDENTIDADE%20DO%20PROFESSOR%20TUTOR%20UMA%20ARTICULA%20NECESSARIA.pdf>>. Acesso: 17 jul. 2021.

SACRISTÁN, G. J. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. *In*: NÓVOA, A. **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora, 1995.

SÁ, I. M. A. **Educação a Distância**: Processo Contínuo de Inclusão Social. Fortaleza, C.E.C., 1998.

SILVA, L. S. da; CORREA, E. P.; DUARTE, L. M.; MIRANDA, S. A. Formação continuada em educação a distância: percepção sobre as competências na atuação do professor tutor. **Em Rede**, v.3, n.2, p. 252-265, 2016. Disponível em <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/122>>. Acesso: 25 de jul. de 2021.

TONNETTI, F. A. Tutor é professor: Algumas considerações sobre o trabalho docente na educação a distância. **SIED**: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2012. Disponível em: <<http://www.sied-enped2014.ead.ufscar.br/ojs/index.php/sied/article/view/119/55>>. Acesso: 30 jul. 2021.

PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO DO CONCEITO DE NATUREZA EM GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*Sheila S. da Costa Fernandes
Nadja Maria Castilho da Costa*

1. Introdução

O conceito de natureza não é natural, diz o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004). Trata-se de uma construção social, pois todo conceito é uma concepção, uma visão humana, portanto social.

Sendo a natureza uma construção social, é feito aqui um resgate do conceito de natureza, desde a Grécia Antiga, passando pela Ciência Moderna, pela Ciência Contemporânea, indo da sua formulação como um conceito universal e chegando até a sua mercantilização, coisificação com o capitalismo, exemplificando esse fato através da institucionalização das áreas naturais protegidas, onde há várias discussões acerca da natureza, como o preservacionismo e o conservacionismo. Após esse resgate, é feita uma análise do conceito de natureza na Geografia, juntamente com o seu nascimento como ciência, em seguida é feita uma proposição de como abordar esse conceito no ensino de Geografia, que deve levar em consideração as visões e contribuições dos educandos.

O ensino de Geografia deve desconsiderar, por mais custoso que isso seja, a velha dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana. Para tanto, defendemos aqui que para tal empreitada deve-se ao mesmo tempo no ensino dessa ciência, manter o seu caráter crítico, socialmente engajado e comprometido e, que isso deve ser feito em consonância com a compreensão mais abrangente de que as sociedades estão sobre um mundo composto de elementos naturais (AFONSO; ARMOND, 2009).

Mas também iremos propor aqui algo vá além do ensino de uma ciência, o que proporemos é que haja de fato uma *Educação Geográfica*, tal como propõe Edgar Morin, que veremos mais adiante.

2. Considerações sobre o conceito de natureza

Primeiramente, antes de iniciar de fato esse artigo, deve ficar claro que a nossa intenção é de fazer uma breve consideração sobre o conceito de Natureza, portanto não nos aprofundaremos, o que intentamos de fato é pontuar o modo como o conceito foi tratado em certas épocas. O conceito de natureza veio inicialmente a ser discutido,

sobretudo, entre as cidades de cultura grega da Antiguidade. Os povos antigos explicavam o mundo a partir dos deuses, toda crença era embasada na tradição mítica, sendo esta a maneira como explicavam os aspectos da realidade em que vive como a origem do mundo, o funcionamento dos processos naturais, as suas origens e os seus valores básicos. Um ponto marcante dessa forma mítica de explicar o mundo, é que tudo é governado pelo sobrenatural, até mesmo as forças da natureza, isso quer dizer que tudo vem de uma realidade superior, divina e, que, portanto, é exterior ao mundo humano e natural, sendo assim, tudo é regido pelos deuses.

Os gregos consolidaram o conceito de natureza, por meio da observação dos fenômenos físicos e, quando os mesmos foram generalizados, puderam formular regras gerais e a previsão de acontecimentos. Com a busca pela universalidade, os muitos pensadores gregos passam a buscar explicações empíricas para o pensamento mítico, e isso se deu, pois, o mito foi se transformando e os homens passaram a buscar outras maneiras de explicar a realidade – embora nunca tenham abandonado a crença no sagrado.

O pensamento filosófico-científico grego vem embasado em cinco noções fundamentais: *physis*, causalidade, *arqué*, *kósmos* e *lógos*. Mota (2007) vem explicando essas noções de uma forma muito clara:

São noções fundamentais do novo pensamento filosófico-científico: a) *physis* - a natureza é ordenada e a explicação causal dos processos e fenômenos naturais deve ser buscada a partir de causas puramente naturais. A chave da compreensão da realidade natural encontra-se nessa própria realidade e não fora dela; b) causalidade - o estabelecimento de uma conexão causal entre determinados fenômenos naturais constitui a forma básica da explicação científica. Explicar é relacionar um efeito a uma causa que o antecede e o determina; c) *arqué* - a fim de se evitar a regressão ao infinito da explicação causal os filósofos vão postular a existência de um elemento primordial que serviria de ponto de partida para todo o processo; d) *kósmos* - o cosmo é o mundo natural enquanto realidade ordenada de acordo com princípios racionais. Ordenação racional, ordem hierárquica que se opõe ao caos. O cosmo é uma ordem racional, uma "razão", significando a existência de princípios e leis que regem, que organizam essa realidade; e) *lógos* – é o discurso, fundamentalmente uma explicação em que razões são dadas. O *lógos* é o discurso racional, argumentativo, em que explicações são justificadas e estão sujeitas à crítica e à discussão. Um dos pressupostos básicos da visão dos primeiros filósofos é a correspondência humana entre a razão humana e a racionalidade do real, o que tornaria possível um discurso racional sobre o real (MOTA, 2007, p.3).

Aqui é possível analisar que o pensamento filosófico-científico, tem fundamentos e proposições distintas da explicação mítica. As noções filosófico-científicas propõem explicações racionais, matemáticas, causais, argumentativas para explicar a natureza. Desse modo iniciou-se a visão de natureza separada do homem, que é um pensamento dominante no mundo ocidental, que se firmou contrapondo-se a outras formas de pensar e agir.

A relação homem-natureza tem uma dualidade, que está na relação e no pensamento. Podemos afirmar isso através de vários momentos da ciência.

Com Francis Bacon, no século XVII, a natureza era concebida de forma separada do homem, onde a relação entre ambas era concebida como mecânica, onde o homem exercia o seu poder sobre a natureza através de artes mecânicas (OLIVEIRA, 2002). Na Ciência Moderna, a relação com a natureza era revestida de religiosidade, onde a ciência passou a ser algo divino que devia ser buscado, desse modo estaria sendo feita a vontade de Deus, pois o homem resgataria a harmonia da natureza através da ciência e do domínio da natureza. O mundo físico passou a ser a base da natureza com a Ciência Contemporânea, onde foi adotado o conceito universal de natureza, porém, sem a religiosidade. Isso ocorreu através de Darwin.

Há também a concepção de natureza, que contestava a Teoria Newtoniana, que é a Teoria Quântica, que buscou o debate a respeito do espaço e do tempo e da matéria como elementos básicos dos eventos físicos, nesse sentido, temos a visão universal de natureza física, que é uma natureza composta de matéria.

Temos também a visão marxista (século XIX) de natureza, que a vê como um produto histórico, ou seja, buscava-se unidade entre natureza e história, ou entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode ser vista como algo exterior à sociedade, uma vez que esta relação é um produto histórico (MOTA, 2007).

Com o avanço do capitalismo a natureza passou a ser vista como obstáculo ao desenvolvimento econômico. Também há um movimento que buscava (e busca até hoje) *status* entre a relação homem-natureza através da criação e da institucionalização de áreas naturais protegidas, onde a natureza é vista sob a perspectiva do valor, seja ele de uso ou de troca, sendo o primeiro valor, aquele que satisfaz algum tipo de necessidade social, histórica ou biológica, já o segundo valor, que é o de troca, vem a ser uma relação quantitativa, que estabelece valores de uso diversos, uma relação entre mercadorias.

Nesse sentido, também temos a natureza como recurso, que pode ser para uso ou para exploração. Para exemplificar, no primeiro caso pode-se tomar as populações tradicionais em áreas de proteção ambiental, no caso da exploração temos a explosão dos “condomínios verdes”, que são os condomínios residenciais que vendem a ideia, o status de morar em áreas onde o verde, o contato com a natureza exista, cobrando para se obter tal privilégio, valores exorbitantes. Com a valorização da natureza, surgem movimentos como o preservacionismo e conservacionismo, movimentos esses que serão explicados a seguir.

2.1. Preservação e conservação da natureza

A proteção de áreas naturais pode ser entendida sob o aspecto geográfico como uma forma de institucionalização do espaço e uma expressão do seu controle político sendo alvo de especial interesse desde os idos do século XIX (RÖPER, 1999). Isso pode ser percebido em alguns países da Europa como Inglaterra e França. Na Inglaterra, por iniciativa da sociedade civil, foram criadas quando as “reservas da natureza inglesa”, primando por conservar os *habitats* naturais que estavam sob ameaça em virtude da Revolução Industrial que se iniciara nesse país e se encontrava em sua primeira fase (1760 a 1860) e procurava se expandir pelo território buscando espaço para a instalação de indústrias. A França por sua vez, no ano de 1853 em Fontainebleau, com o incentivo de um grupo de artistas e intelectuais, criou a sua primeira reserva, sendo oficializado o ato em 13 de agosto de 1861 (ANTUNES, 2007).

Naquele momento as áreas protegidas vieram ao confronto com os ideais do desenvolvimento, nas palavras de Maria Cecília Wey de Brito (*apud* MORSELLO, 2001) as áreas protegidas nesse momento representavam uma “antítese do desenvolvimento”, pois o desenvolvimento econômico encontrava-se em um processo de ampliação mundial e, conseqüentemente expandia-se a destruição e a transformação dos ambientes naturais.

Mesmo com os esforços dos países acima citados, os Estados Unidos é o país considerado como criador da primeira Unidade de Conservação do mundo, através da criação do “Yellowstone National Park”, em 1º de março de 1872, com a aprovação do Congresso americano. Antes disso, deve ser considerado o ato do então presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln que decretou em 30 de junho de 1864 a área do atual

Parque Nacional de Yosemite como “inaliável em qualquer tempo”, o que fez com que o Yosemite se tornasse a primeira área de preservação (COSTA, 2002).

A ideia de Parque Nacional somente foi sistematizada nos Estados Unidos no século XIX, através da formalização do seu conceito, a partir da reunião um pequeno grupo de pessoas que tinham como intenção manter as belezas naturais e estéticas de seu país para que as mesmas fossem apreciadas por visitantes, e que essa área fosse mantida sem a presença de moradores em seu interior. Em outras palavras, esse grupo pretendia que as áreas naturais não fossem exploradas por poucos indivíduos, mas que fossem mantidas para o uso e apreciação de todos (DIEGUES, 1997). Além disso, outra motivação que levou os Estados Unidos adotar o modelo de áreas protegidas foi a busca de uma identidade nacional, sendo ele um dos países do Novo Mundo. Assim terem a transformação de sua paisagem em “monumentos”, e nesse sentido, o que impulsionou essa atitude foi uma espécie de competição com o Velho Mundo (RUNTE *apud* MORSELLO, 2001).

O período que vai entre os séculos XVI e XIX é um momento em que a economia capitalista passa a ser a pujante, e com isso, a forma de leitura do mundo também é transformada, o que é bem latente na relação do homem com a natureza.

O homem idealizava a natureza, seja para viver nela ou apenas por suas imagens, sendo a mesma nesse período muito retratada em obras de arte, como a pintura ou a poesia. Esses reflexos na arte podem ser explicados pelo fato de o período compreender estilos literários muito ligados à natureza: o Arcadismo e o Romantismo. O primeiro caracterizou-se por valorizar a natureza e a idealizar como o lugar onde a felicidade seria possível; o segundo caracterizou-se por várias tendências, incluindo a tendência pelo amor à natureza e pelo nacionalismo. Na visão de Serrano e Bruhns (1997) a paisagem é eleita como representante da natureza, sendo a principal influência, a pintura. Sendo a paisagem o modo de representação da natureza, o olhar dos homens sobre ela mudou, ela se tornou mais atrativa e alvo de cuidados, contribuindo para o processo de criação de áreas naturais protegidas.

A criação de áreas naturais protegidas sob o olhar de Diegues (1997) estava ligada à ideia de preservar uma natureza intocada, uma natureza na qual a interferência do homem fosse a mínima possível e também pela busca de uma vida selvagem (*wilderness*) a fim de preservá-la da civilização urbano-industrial. Idealizava-se uma natureza “pura”,

porém de acordo com o autor acima citado, essa natureza é inexistente, uma vez que as diferentes culturas têm se apropriado e utilizado a natureza de diferentes formas ao longo do tempo.

Até mesmo no país idealizador dessa prática, os Estados Unidos, a sua primeira área protegida, o Parque Yellowstone, possuía em seu território moradores, os índios *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-Bannock*, que foram expulsos do local. Outro indício de que o Yellowstone não era “intocado”, entretanto, é que pesquisas arqueológicas encontraram sepulturas com mais de mil anos no local.

O cerne da “defesa” do modo de vida selvagem é constituído pela corrente do preservacionismo, que visa proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, urbano e industrial; ou seja, objetiva tornar os espaços naturais “intocados”. Contudo, intocados (ao nosso ver), no sentido de o homem não interferir de maneira direta: em outras palavras, busca-se com o preservacionismo a conservação *in situ*⁹¹. Essa forma preservacionista, porém, é alvo de muitas críticas, que afirmam ser possível aliar proteção da natureza com modernização e tecnologia (ao que alguns preservacionistas como Marsh, eram totalmente contrários, alegando que a tecnologia é altamente nociva, destrutiva e que a cura do planeta começaria pelo controle da tecnologia, exigindo uma grande revolução política e moral)⁹².

Na contramão da corrente preservacionista, existia (e existe até hoje) a corrente conservacionista dos recursos naturais, que visa a conservação através do uso racional dos recursos naturais.

As bases do preservacionismo e do conservacionismo serviram de embasamento para importantes discussões posteriores e estiveram presentes em eventos importantes como a Conferência de Estocolmo em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (Rio 92) e também em publicações, como da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN)⁹³ e no documento Nosso Futuro Comum de 1987.

⁹¹ Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características (ANTUNES, 2007).

⁹² Vide Diegues (1997)

⁹³ UICN na língua inglesa conhecida como: *International Union for Conservation of Nature and Natural Resoucer*.

Para entender que o “desenvolvimento sustentável” é na verdade uma forma mercantilista de utilização da natureza se faz necessário irmos ao nascimento da ecologia política, que surgiu nos anos de 1960, durante o período em que diversos movimentos sociais surgiram, vindo com eles os debates epistemológicos nas ciências, que tentavam entender as diversas dicotomias que existiam(em), como por exemplo a entre cultura e natureza, que nesse sentido, veio trazer à tona a emergência de uma crítica ambiental frente à sociedade industrial, sendo representado esse debate pela ecologia política.

A ecologia política teve (e tem até hoje) o papel de criticar as bases do sistema reprodutivo que necessita de altos custos que são pagos por toda a sociedade, isso pode ser constatado através dos argumentos de Zhouri, Pereira e Laschefski (2005), quando dizem que:

ao criticar aos custos crescentes da reprodução do sistema produtivo, o pensamento da ecologia política expressava um avanço em relação às análises então vigentes que enfocavam as contradições do modo de produção capitalista. O que se denunciava era uma alienação mais radical do que a simples expropriação da mais-valia, qual seja, a alienação entre a sociedade industrial e a natureza, o sujeito e o mundo (ZHOURI, PEREIRA; LASCHEFSKI, 2005).

Ao ser formulada essa crítica por parte da ecologia política, os defensores da industrialização taxaram os ecologistas como românticos e opositores ao progresso. Com isso, os favoráveis ao desenvolvimentismo argumentaram que os danos relacionados ao meio ambiente, como poluição e escassez de recursos para a produção industrial se tratavam de “variáveis ambientais” legítimas na discussão sobre a sociedade ambiental (ZHOURI, PEREIRA; LASCHEFSKI, 2005). Apostava-se assim, nas soluções advindas das tecnologias do processo produtivo e, nesse sentido o debate ecológico sofreu certa despolitização, à medida que “as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em cheque as instituições da sociedade vigente” (ZHOURI, PEREIRA; LASCHEFSKI, 2005).

O contexto social era o de uma série de mudanças em escala global como o fim da Guerra Fria, o declínio do socialismo real e o alargamento da globalização econômica. Assim, foram surgindo umas séries de “ambientalismos” totalmente fora dos padrões daquele que veio criticar as bases do capitalismo e, nesse caminho, que nos anos de 1990 cunhou-se o título “desenvolvimento sustentável”, que fora utilizado primeiramente no ano de 1980 pela IUCN WWF (Fundo Mundial pela Natureza) no documento *World*

Conservation Strategy, mas esse termo se popularizou através da publicação do Relatório Bruntland, em 1987 e consolidado na Conferência Rio 92.

Após essas afirmações sobre o “desenvolvimento sustentável” pode-se constatar que ele surgiu com reconhecimento da “crise ambiental”, bem como dizem Zhouri, Pereira e Laschefski, na seguinte colocação:

Consagrou-se o termo “desenvolvimento sustentável” como um campo de reconhecimento da “crise ambiental” em escala planetária como uma proposição para a conciliação e consenso entre a crítica ambiental e sociedade industrial (ZHOURI, PEREIRA; LASCHEFSKI, 2005).

As consequências dessas transformações na ecologia política crítica é que esta passou a ceder lugar a um “ambientalismo de resultados”, de mãos dadas com o capitalismo regulador das políticas ambientais e sociais, sobretudo no bojo do neoliberalismo que se entende como um mecanismo de auto regulação do mercado e que os assuntos ambientais devem ser geridos por meio do Estado.

O “desenvolvimento sustentável” tem como ideologia que o desenvolvimento do sistema capitalista seja orientado para promoção da diminuição das desigualdades sociais e o acesso aos recursos naturais, porém, ao transportar essa ideologia às áreas naturais protegidas, mais detidamente aos Parques é que esse acesso aos recursos não é democratizado por imposição legal.

3. Discussão de natureza em geografia

Para discorrer sobre o conceito de natureza na ciência geográfica, faz-se necessário antes de tudo fazer um breve histórico da Geografia como ciência. Que pode ser iniciado através de Immanuel Kant, que não era geógrafo de formação, mas fez a proposições desse saber científico. A estruturação da Geografia moderna tem início a partir de uma forte influência do debate filosófico sobre metafísica da natureza e avançou com as reflexões Kantianas, a Geografia moderna nasce a partir da relação entre a teleologia da natureza e a estética moderna, formulada por Kant e também encontrada na obra de Alexander Von Humboldt (VITTE, 2007).

A discussão sobre metafísica da natureza avançou sobre séculos, passado pelos mais diversos pensadores, como nos mostra Vitte (2007, p. 12):

Não há dúvidas da temporalidade e da complexidade filosófica, artística e simbólica que estão envolvidas na temática proposta; afinal, a discussão perdurou do século XVI ao XVIII, envolvendo figuras como

Descartes (1596-1650), Leibniz (1646-1716), Newton (1642-1727), Hume (1724-1804), Kant (1724-1804), mas também Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Diderot (1713-1784), Schelling (1775-1854) e outros em uma gama enorme de pensadores e filósofos de diversas nacionalidades, que, como uma rede, entrelaçaram-se aos avanços da ciência natural, como a química, a biologia, a física e a medicina, que influenciaram cada qual com intensidade própria, mas todos com igual importância metafísica, ontológica e lógica, a constituição do mundo moderno e o nascimento da moderna Geografia.

Pode-se averiguar que o estudo da metafísica foi de grande importância, não somente para a Geografia, mas também para outros saberes científicos, para que os mesmos avançassem e, para a construção de uma nova realidade. Mas falando em metafísica, o que seria ela? Bem, para Nicola Abbagnano (2000), fundamentado em Aristóteles (*apud* VITTE, 2007) vem a ser:

A ciência que estuda todas as causas ou todos os princípios ou todas as substâncias ou as substâncias e seus atributos. A metafísica, segundo Aristóteles, é a ciência que forneceria a todas as outras o fundamento comum, ou seja, o objeto a que todas elas se referem e os princípios das quais todas dependem (ABBAGNANO *apud* VITTE, 2007, p. 13)

A metafísica é então trabalhar com todas as partes do sistema, e ao mesmo tempo com seus princípios e causas e, foi exatamente isso que ocorreu com a Geografia. Como estamos falando de natureza, vemos agora a conceituação de metafísica da natureza em Kant, que a seu ver, ela procurava fundamentar as leis da natureza e a possibilidade e de as mesmas viabilizarem o conhecimento sobre sua dinâmica. Vejamos então isso:

Na *Crítica da Faculdade do juízo* (1995), o conceito de natureza é pensado metafísica e completamente *a priori*, tanto de modo físico, isto é, *a posteriori*, quanto mediante a experiência determinada. Essa experiência não é apenas determinada pelos princípios internos como o entendimento, que confere aos objetos da natureza umnexo causal, mas também por princípios transcendentais, o que lhe confere umnexo teleológico. Para Kant, esta situação é inevitável, pois os seres da natureza são organizados, ou seja, todos os objetos empíricos devem ser ajuizados teleologicamente. Tal fato não é para determinar as condições *a priori* das mudanças de estado, mas para determiná-los em sua produção ou origem e, assim, determiná-los em sua totalidade como seres organizados. Os nexos teleológicos entre as coisas não devem determinar o modo como as coisas existem ou seus estados, mas apenas permitir pensar a causa porque existem ou os fins para quais foram produzidos (KANT *apud* VITTE, 2007, p. 15).

Na Europa, durante o século XVIII, todo o avanço da ciência era embasado no estudo da natureza, reduzida a noção do inorgânico e das relações matemáticas, dessa

forma conforme já exposto aqui a relação entre homem e natureza era dual. Foi aí que Kant contribui, pois procurava romper essa dualidade, buscando ligá-los produzindo uma síntese entre os mesmos. Para tal empreitada recorreu à História, onde encontrou conceitos e categorias que lhe deram subsídios para entender o homem e a Geografia, encontrando dessa forma os aspectos referentes ao estudo da natureza.

Na Alemanha do século XIX, a Geografia se instaura com Ritter e Humboldt, com base no pensamento Kantiano. No dizer de Cassab (2009, p.44) a Geografia nessa época tinha a necessidade de:

[...] definir seu objeto e seu método acompanha as mudanças ocorridas no mundo nos anos iniciais da modernidade. O grande número de dados e informações recolhidos do mundo inteiro exigiu alterações profundas na forma de organização da própria ciência, que levou a uma significativa fragmentação do conhecimento e obrigou que os domínios disciplinares definissem com mais clareza seus objetos específicos. A Geografia define como seu objeto a relação homem-natureza.

Já no século XIX, a geografia teve como objeto definido a relação homem-natureza e, isso pode ser constatado através das obras dos geógrafos dessa época, como Ritter e Humboldt e com eles a Geografia ganha *status* de ciência, e os mesmos são considerados como seus fundadores, preocuparam-se em definir um objeto e um método específico a esse saber. Para esses teóricos, a natureza era vista como o todo, porém a sua compreensão se daria somente a partir da divisão em partes, onde cada uma delas deveria ser relacionada com outra e, a partir daí determinar as características comuns e as singularidades de cada uma. Mas há nesse método uma visão reducionista-mecanicista, como se o fenômeno reduzindo em partes fosse o percurso para se chegar à compreensão do todo, ou seja, como se o todo fosse a mera soma das partes.

Na segunda metade século XIX, a Geografia iniciou uma nova fase - após longo período de ostracismo – com a Geografia Clássica, onde buscou dar respostas aos impasses advindos do método matemático como sendo o único capaz de chegar a uma verdade e sua incapacidade em explicar os fenômenos referentes à esfera humana. Daí, que vem a separação em Geografia Física e Geografia Humana, há uma dicotomização na ciência geográfica.

A partir dessa dicotomização que é desenvolvido o pensamento Ratzeliano e Lablanchiano. Ratzel firmava seu pensamento com o determinismo e La Blache com o possibilismo, porém, ambos se empenharam em compreender e pensar a relação homem-

natureza. Ratzel discutia a relação Estado e solo, já La Blache, discutia os vínculos entre o homem e o meio, a sociedade e a natureza.

Na década de 1950, ocorre a revolução teórica-quantitativa na Geografia, que era embasada no positivismo-lógico e no raciocínio hipotético-dedutivo, essa é uma Geografia que surge em oposição à Geografia clássica. Através da matematização dos dados e dos fenômenos, buscava-se dá conta das diferentes realidades naturais e sociais.

Na Geografia Nova (quantitativa) a natureza fazia parte de um espaço geométrico, matemático, hierarquizado voltado para interesses de Estado (CASSAB, 2009, p.45). A natureza tornou-se sinônimo de recursos naturais, uma lógica inserida na lógica capitalista, onde a exploração dos recursos é de extrema importância para o desenvolvimento econômico. Assim como diz Lencioni (2003, p.121):

a ideia de uma natureza inviolável da qual o homem fazia parte foi se esfumando. Essa exterioridade traduziu-se na concepção da natureza como coisa, como objeto manipulável. Todo encantamento da natureza desapareceu ante o imperativo tecnológico. A inauguração de uma nova estética colocou em segundo plano os pontos de vista ético e existencial.

Concordando com a visão de Lencioni (2003), pois em função do avançar tecnológico e conseqüentemente, econômico, a natureza foi sendo coisificada, onde a natureza que é um todo orgânico, foi modificada para uma estrutura inorgânica, mecânica, com mecanismos manipuláveis, artificiais, sendo livre toda e qualquer intervenção humana tecnicista.

Sendo a natureza sujeita às paixões/vontades humanas, surgiram várias concepções acerca do conceito de natureza, concepções essas que são de várias formas, tais como, de natureza fragmentada, ou seja, separada do homem; uma natureza amorfa; natureza como sinônimo de paisagem; natureza como junção de fatores climáticos; natureza mensurável e quantitativa; natureza como fonte inesgotável de recursos naturais; natureza globalizada, entre outros.

Há visões de natureza que foram apresentadas acima, que são exatamente, sete visões. Nesse sentido Ruy Moreira, traz ao seu público leitor algumas das concepções de natureza, como por exemplo, que ela é um conjunto de corpos ordenados pelas leis da matemática. Assim:

não distinguimos natureza e fenômenos naturais, uma vez que concebemos a natureza decalcando nosso conceito nos corpos da percepção sensível. Vemos a natureza vendo o relevo, as rochas, os climas, a vegetação, os rios etc. E conhecemo-la medindo as proporções

matemáticas e descrevendo os movimentos mecânicos das relações de seus corpos [...]. É uma totalidade fragmentária, que então só ganha unidade mediante suas ligações físico-matemáticas (MOREIRA, 2008, p.47).

Podemos averiguar uma natureza atrelada aos fenômenos climáticos, uma totalidade fragmentária, e isso como aponta Moreira (2008) é uma visão que é inserida no cotidiano da Geografia, ou seja, a natureza é tida como sinônimo de paisagem.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), nos mostra o projeto neoliberal para a natureza, quando nos diz

[...] o desafio ambiental será apropriado de um modo muito específico pelos protagonistas que vêm comandando o atual período neoliberal de uma perspectiva essencialmente econômico-financeiro quando afirmam que o *Abaixo as Fronteiras* corresponde à dinâmica da natureza, na medida em esta não respeitaria as fronteiras entre os países e, assim, legitimaria políticas de caráter liberal, como aquelas propostas pela Organização Mundial do Comércio – OMC. A globalização neoliberal seria, então, natural. A globalização da natureza e a natureza da globalização se encontram (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 14).

O projeto neoliberal para a natureza é a sua globalização, onde é proposta é a “derrubada” das fronteiras entre os países, para que a natureza seja unificada e de todos. Assim, temos a perspectiva de uma natureza como mercadoria, que faz parte do processo de expansão da acumulação capitalista, como afirma Enrique Leff (2002):

[...] com o modo de produção capitalista produz-se a articulação efetiva entre o conhecimento científico e a produção de mercadoria por meio da tecnologia. O processo interno e expansivo da acumulação capitalista gera a necessidade de ampliar o âmbito natural que, como objetivos de trabalho, se apresenta ao mesmo tempo como objetos cognoscíveis. A necessidade de incrementar sua eficiência produtiva, o que induz à substituição progressiva dos processos de mecanização por uma cientificação dos processos produtivos. Mas a ciência moderna não se constituiu como consequência direta da transformação da natureza em objetos de trabalho e da demanda crescente de conhecimentos tecnológicos. Esta emergiu como resultado das transformações ideológicas vinculadas à dissolução do sistema feudal ao surgimento do capitalismo que estabeleceram um novo campo epistemológico para a produção de conhecimentos: Copérnico deslocou a Terra do centro do Universo; Descartes produziu o sujeito da ciência com princípio produtor, autoconsciente de todo conhecimento (LEFF, 2002, p. 21)

A partir da leitura feita em Leff (2002), pode-se afirmar o que Porto-Gonçalves (2006) diz a respeito da globalização da natureza, principalmente no seguinte trecho: “O processo interno e expansivo da acumulação capitalista gera a necessidade de ampliar o âmbito natural”. Podemos perceber que para o projeto neoliberal se consolidar a natureza deverá ser globalizada.

4. Proposição para o ensino do conceito de natureza em geografia

Educação ou ensino? Qual o melhor termo a ser utilizado? Para tal empreitada recorreremos a Edgar Morin (2009), que diz:

Esses dois termos, que se confundem, distanciam-se igualmente. “Educação” é uma palavra forte: “Utilização de meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento de um ser humano; esses próprios meios. O termo “formação”, com suas conotações de moldagem e conformação, tem o defeito de ignorar que a missão do didatismo é encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito. O “ensino”, arte ou ação de transmitir os conhecimentos a um aluno, de modo que ele os compreenda e assimile, tem um sentido mais restrito, porque apenas cognitivo. A bem dizer, a palavra “ensino” não me basta, mas a palavra “educação” comporta um excesso e uma carência [...], tendo em mente um ensino educativo. A missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre (MORIN, 2009, p.10).

Concordando com Morin, trabalharemos aqui com a proposição de um “ensino educativo” em Geografia, pois como é analisada ao longo do tempo, essa ciência tem demonstrado um problema muito grave, que é a dicotomização. Esse problema, não ocorre somente na Geografia, mas na educação como um todo, como bem nos mostra Morin (2009) ao dizer que:

Há uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre as disciplinas, e, por outro lado, realidades cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidisciplinares, transnacionais, globais, planetários. Em tal situação, tornam-se invisíveis: os conjuntos complexos; as interações e retroações entre partes e todo; as entidades multidimensionais; os problemas essenciais (MORIN, 2009, p.13).

Conforme exposto acima, os saberes estão cada vez mais compartimentados, divididos, priorizam-se as partes em detrimento do todo e, infelizmente no ensino de Geografia essa prática tem sido constante. Os professores mais parecem ministrar

conteúdos enciclopédicos, do que de fato um saber científico, de relevância à formação de seus alunos. Como diz Milton Santos (2006, p. 116), a totalidade é:

A realidade em sua integridade [...], a realidade é a totalidade dos estados de coisas existentes, a totalidade das situações. A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento [...] a totalidade é o “conjunto absoluto das partes em relação mútua”. É assim que a totalidade evolui ao mesmo tempo para tornar-se outra, e continuar a ser totalidade. Essa totalidade do real compreende o Planeta, isto é, a natureza e a comunidade humana.

De acordo com Milton Santos a totalidade é a realidade e, desse modo inclui a natureza e assim os homens, que devem viver de modo a tornar essa convivência a mais harmônica possível, porém, isso não vem acontecendo, o que de fato acontece é o homem modificando a natureza (meio ecológico), e desse modo, concomitantemente se opera a evolução do homem e da natureza.

O conceito de natureza é muito caro à Geografia, pois através dele pode ser estudada, analisada a relação do homem-meio, as suas ações e influências. Como defende Moreira:

relação homem-meio é o eixo epistemológico da Geografia. Todavia, para adquirir uma feição geográfica, a relação homem-meio deve estruturar-se na forma combinada da paisagem, do território e do espaço. Do ponto de vista da representação, tudo começa na categoria da paisagem, mas explicita na do espaço mediada na categoria território. Interpretando a forma de relação entre elas [...] vai-se do espaço para o território e por meio deste chega-se à paisagem. Mas depois faz-se o inverso: vai-se da paisagem e assim ao território e deste chega-se ao espaço. Por outro lado, o entrelaçamento em cadeia dessas três categorias, sempre com a centralidade na categoria do espaço, dá também a fórmula geográfica para a leitura da relação entre as categorias meio ambiente e do espaço. Ao exprimir como espaço através dos princípios lógicos da localização e da distribuição, que veremos a seguir, na paisagem e assim no território, o meio ambiente se organiza espacialmente organizando a sociedade ambientalmente (MOREIRA, 2007).

O meio ambiente, ou como preferimos, natureza, é que a sociedade se organiza espacialmente e, na Geografia escolar é que o professor tem a função de apresentar isso aos seus alunos. Mas antes de aprofundar-se nesse assunto iremos falar sobre o ensino de Geografia em si, onde:

ensinar Geografia implica desenvolver o mesmo método que ela usa na construção do *conhecimento geográfico* que está em contínua transformação. Ensinar Geografia significa dar conta do processo que levou à atual organização do espaço, e este é adequado à

realização do trabalho, sendo modificado com a realidade de atender essa exigência. Portanto, o ensino não pode ocorrer através da transmissão de conteúdos programados e subdivididos por séries (ALMEIDA *apud* SANTANA FILHO, 2009).

O professor ao ensinar o saber geográfico conforme diz Almeida, e que nós concordamos, deve levar o aluno a pensar nos processos. O professor deve ministrar as suas aulas à luz dos conceitos da ciência geográfica, pois caso contrário, a aula não passará de uma conversa inócua.

Também concordamos com Lana Cavalcanti (2005) ao dizer que:

os professores ao ensinar Geografia, devem ter em mente que essa disciplina se constitui na história da formação escolar congregando basicamente conhecimentos de uma área científica que pretende ser uma perspectiva de análise da realidade, que é a geográfica. Por tanto, essa área tem construído um conjunto de conceitos, categorias e teorias, a partir dos quais constrói seu discurso. Pode-se chamar esse discurso de linguagem geográfica. Pois bem, para que o aluno aprenda Geografia, não no sentido de assimilar as informações geográficas, mas de formar um pensamento que lhe permita analisar a realidade na perspectiva geográfica, é preciso que ele trabalhe com essa linguagem. A aprendizagem geográfica requer, nessa perspectiva, a formação de conceitos geográficos, ainda que não se considere essa formação suficiente. E, sendo assim, o ensino deve se voltar para a apropriação de significados geográficos, processo que ocorre na negociação de significados resultantes da relação dialógica (CAVALCANTI, 2005 p.201).

As aulas de Geografia devem levar os alunos, conforme acima exposto a formar um pensamento que lhes permitam analisar a realidade na perspectiva geográfica, para tanto, as aulas devem ser embasadas nos conceitos geográficos. Sendo assim, para que o aluno aprenda as questões concernentes ao meio ou da natureza, deve ser levado ao conceito de paisagem, para que possa fazer relações desse conceito com a realidade que lhe cerca, pois de outra forma será inútil os alunos saberem identificar as paisagens de outros estados, cidades, até mesmo países, se não forem levados a conhecer, identificar e viver a sua própria paisagem e fazer relações acerca da mesma.

O encaminhamento das aulas de Geografia deve ser de forma que não pautem pela discricção e enumeração de dados, priorizando apenas aqueles visíveis e observáveis na sua aparência (na maioria das vezes impostos à “memória” dos alunos, sem real interesse por parte deles). Ao contrário, o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições (CAVALCANTI 1998, p.20).

Nesse sentido defendemos aqui que o ensino do conceito de natureza (e de outros) quando possível deve partir da realidade de quem aprende e não de quem ensina, pois dessa forma o aluno será levado a fazer inter-relações dos conteúdos, dos conceitos com a sua realidade e, desse modo, como defende Cavalcanti (2005) o ensino deve se voltar para a apropriação de significados geográficos, processo que ocorre na negociação de significados resultantes da relação dialógica.

Para que a aprendizagem do conceito de natureza seja uma aprendizagem significativa, no mundo globalizado é de fundamental importância que os alunos sejam levados a conhecer as relações locais, regionais, globais e também as planetárias, para tal empreitada, se faz necessário o professor orientar pesquisas, debates, leituras de mapas, trabalhos de campo. Esse último de fundamental importância na formação do aluno.

O professor deve se apoiar em debates de questões teóricas, porém com conexões ligando à realidade do contexto dos seus educandos. De forma que haja um confronto entre a realidade vivida com a teoria, onde possa ser ao mesmo tempo haver um processo de produção e aplicação de conhecimento, para que ao fim, o aluno possa ter subsídios suficientes para compreender que as dinâmicas da natureza e, que se aproxime e intervenha nela de forma mais consciente e responsável. Nesse sentido, serão aprofundadas e valorizadas as relações entre educandos e o seu lugar de vivência, assim, como consideram as autoras, há alguns problemas relacionados ao ensino de Geografia, como:

desconhecimento das dinâmicas no meio físico e o despreparo para enfrentar as consequências advindas das relações entre sociedade e natureza agravaram a crise ambiental desde a escala local até a global nas últimas décadas. A expressão dos fóruns de discussão dos problemas ambientais a nível internacional e no Brasil demonstra a necessidade crescente de compreensão da dinâmica ambiental e a sua relação com os modelos de desenvolvimento urbano-industriais adotados, incluindo padrões culturais, relações socioeconômicas entre países, classes sociais e categorias produtivas. Sendo a Geografia uma ciência imersa na realidade social, agindo e sofrendo suas transformações, cabe a ela tratar dessa temática (AFONSO; ARMOND, 2009, p.1).

A existência desse tipo de problema repercute diretamente na educação, no ensino de Geografia, pois, uma vez que, o professor está distante dos debates e desconhece as dinâmicas advindas do meio físico, ele está despreparado para entender e, portanto, para ensinar sobre tal temática. Por isso, como continuam afirmando Afonso e Armond (2009):

a inclusão da discussão acerca de problemas ambientais em currículos e livros didáticos de ensino fundamental e médio é atualmente indispensável. Isso, devido ao tratamento superficial dado aos temas – frequentemente, reproduzindo chavões divulgados pela mídia de massas. Também deve ser considerado o despreparo de muitos professores em abordar tais questões, seja por desconhecimento (resultado de, no entanto, nem sempre garante uma compreensão mais aprofundada dos processos ambientais um certo desprezo pela Geografia Física), seja pela utilização de metodologias de ensino pouco eficientes.

O problema é grave, mais de resolução totalmente viável. É grave, pois o aluno deve ter o conteúdo aplicado para que possa fazer as relações necessárias no seu cotidiano e, é viável, pois o professor deve procurar aprofundar esse tipo de conteúdo, acabando assim no “chão da escola” com a dicotomia na Geografia, onde os maiores prejudicados nesse processo de ensino-aprendizagem são os alunos, que nesse processo, não lhe resta alternativa, a não ser, a de reproduzir os chavões midiáticos, que muitas são empregados os conceitos de forma errônea.

Considerações finais

Encerramos esse trabalho sem a pretensão de encerrar aqui a discussão do conceito de natureza tão caro à Geografia, esperamos contribuir para o entendimento do mesmo, da sua evolução, assim como sua inserção e evolução com a Geografia como ciência, que tem como objetivo entender, analisar a relação homem-meio e, ter a sua aplicabilidade prática no ensino levando sempre os alunos a formularem os conceitos, dando a eles subsídios para tal e assim fazer com que a Geografia não seja algo distante de sua realidade, mas sim algo que faz parte do seu cotidiano, da sua vida que seja um saber, uma prática muito além dos livros didáticos, do quadro negro e da fala do professor, da sala de aula, que a Geografia faça parte dele mesmo.

Concordamos aqui, com Afonso e Armond (2009), quando asseveram que:

O ensino da Geografia deve prever a construção da cidadania. Deve conter em si a reflexão constante de uma consciência construída sobre o ambiente vivido. Neste contexto, os professores de Geografia devem buscar conhecer ou estimular a compreensão do ambiente dos alunos, possibilitando a reflexão e a inserção deles numa sociedade que se faz pautada por direitos e deveres.

Consideramos assim, que o lugar da natureza no ensino de Geografia é no cotidiano de cada professor e de cada aluno e dessa forma, no cidadão e então em toda a sociedade,

pois se isso acontecer teremos de fato um ensino significativo e uma relação homem-meio/homem-natureza totalmente diferenciada, pois o homem se sentirá como de fato é parte desse meio, parte dessa natureza.

Referências

- AFONSO, A. E.; ARMOND, N. B. Reflexões sobre o ensino de geografia física no ensino fundamental e médio. **ENPEG – 10º encontro nacional de prática de ensino em Geografia**. Porto Alegre, 2009.
- ANTUNES, P. de B. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação. *In: **Direito Ambiental***. 10. ed. Revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007. p. 553-614.
- CASSAB, C. Reflexões sobre o ensino de geografia. **Geografia: Ensino e pesquisa**, Santa Maria, v.13 n.1, p.43 – 50, 2009.
- CAVALCANTI, L. de S. Ciência geográfica e ensino de geografia. *In: **Geografia, escola e construção de conhecimento***. Campinas: Papyrus editora, 1998, p. 15-28.
- CAVALCANTI, L. de S. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. *Educação geográfica e as teorias de aprendizagem. **Cadernos Cedex***, Campinas, vol.25, n.66, p. 185-207, maio/agosto 2005.
- COSTA, P. C. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.
- DIEGUES, A. C. S.'A. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. *In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs). **Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente***. – Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 85-102.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MOREIRA, R. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da geografia *In: **Pensar e ser em geografia***. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p. 105-118.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORSELLO, C. Unidades de conservação públicas e privadas: uma visão mundial e brasileira. *In: **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo***. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. p. 21- 63.
- MOTA, M. O conceito de natureza e a reparação das externalidades ambientais negativas. *In: MOTA, M. (Org.). **Fundamentos teóricos do direito ambiental***. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 1-28.

OLIVEIRA, A. M. S. de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista eletrônica de geografia y ciências sociais**, Universidad de Barcelona. Vol. VI, num.119, 1 de agosto de 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 11. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RÖPER, M. Geografia social e unidades de conservação. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso). **GEOSUL**, v. 14, n 27. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. p. 45-66.

SANTANA FILHO, M. M. de. **Conteúdos e relações na sala de aula de geografia**. Introdução para discussão na turma de pós-graduação de ensino de geografia 2009, UERJ/FFP.

SANTOS, M. O espaço e a noção de totalidade. *In: A natureza do espaço: técnica, e tempo, razão e emoção*. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 4. Ed. 2. reimp, 2006, p. 113-128.

SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (orgs). *Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente*. – Campinas, SP: Papirus, 1997

VITTE, A. C. Da metafísica da natureza à gênese da Geografia física moderna. *In: VITTE, A. C. (org.). Contribuições à história e à epistemologia da Geografia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 11-45.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

APPROACHES OF THE THEMATICS: WATER, WATERSHEDS, AND WATER RESOURCES IN THE WORK 'GEOGRAPHICAL PANORAMA OF BRAZIL'⁹⁴

*Vicente Passaglia Pereira Cantanhede
Raul Reis Amorim*

1. Introduction

Textbooks approaches convey the curricular policies and school concepts of each era. This assertion is corroborated in Freitag's, Motta and Costa (1987) work, the "Estado da Arte do Livro Didático no Brasil", affirming that textbooks do not have their own history in Brazil. For the authors:

Its history is nothing more than a sequence of decrees, laws, and governmental measures, that have ensued each other since 1930, in a seemingly disordered way and without the correction or criticism of other sectors of society. This history of series of laws and decrees only becomes meaningful when interpreted in the light of structural changes occurred in the Brazilian society as a whole, since the 'New State' until the 'New Republic'. (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1987, p. 5 – translated text)

The context of Geography textbooks is not different, considering that the knowledge produced by Academic Geography is reflected on School Geography over the time. Moraes (2011) says that Academic Geography and School Geography form a unit, considering their distinctions. The author also affirms that the knowledge of the academic environment is not applied explicitly in basic education because, even with the insoluble relations between these branches of knowledge, both serve different purposes.

It is important to emphasize that School Geography is the branch of knowledge that maintains a strict relation with the school subject of Geography, and starts from the premise of the initial training of teachers, in which they interconnect

Academic Geography, Geography Didactics, the already consolidated School Geography, and the educational context with emphasis on school culture. The teaching of the physical-natural subjects carried out in basic education is related to all these elements; therefore, to teach this theme in school, it is not enough for the teacher to be a specialist in Geography (MORAES, 2011, p. 38 – translated text)

⁹⁴ We thank the São Paulo Research Foundation (FAPESP) for funding the theoretical discussions of this research (Fapesp Process 2016 / 0007-3). We also thank CAPES for the master's scholarship and direct funding of this research.

Regarding the themes related to Physical Geography over the time, the relations between Academic Geography and School Geography have distanced. This is noteworthy when analyzing textbooks prior to the 1990s, in which it can be verified that there is a repetition of many contents that today are seen exclusively in the subjects of the area of Physical Geography in undergraduate courses.

Moraes (2011) also points out that the discussions about the inclusion of the contents inherent to Physical Geography in textbooks occurred within the Geography renewal movement in Brazil, specifically in the late 1980s. Tonini (2003) had already affirmed that the traditional approach to Geography in the textbooks materializes itself in the insertion of disconnected contents, evidencing the naturalistic and encyclopedic approach sustained by Geography until that moment. As the renewal in Academic Geography did not occur at the same speed as in School Geography, these changes began to be noticed in Brazilian Geography textbooks from the 1980s.

Thus, the discussion about Hydrography (a branch of knowledge of Physical Geography) follows the same trend as textbooks. The veracity of this information is in the analysis of the work "Panorama Geográfico do Brasil" authored by Professor Melhem Adas, which had its first edition published in 1980 and resulted from the book "Estudos de Geografia do Brasil", published in the mid-1970s. This work was relaunched by Editora Moderna in 3 more editions – with substantial changes in the structure of the book, approach to the contents, and language – in 1985 (2nd Edition), 1998 (3rd Edition), and 2004 (4th Edition).

Having presented that, the objective of this paper is to analyze how the work "Geographical Panorama of Brazil" has dealt with physical-natural themes throughout all of its editions, trying to identify which themes were suppressed or added and the languages adopted; also, how the publication of official curricular documents for the teaching of Geography in high school since the 1980s have influenced the changes in that work, and how explicit the changes in conceptions of doing School Geography in the late twentieth century and early nineteenth century were conveyed in the different editions of the work.

2. Methodology

This work is based on the methodology of content analysis proposed by Krippendoff (1980). In order to meet the proposed objectives, a systematic reading of each one of the editions was carried out, focusing on the thematics related to Water, Water Resources and Drainage Basins (Watersheds).

The organization of the data was based on the construction of a categorization matrix, according to the model presented in Figure 1, which aims to guide the discussions in two directions - line: starting from the proposed categories, carry out an analysis of how the thematics are addressed by edition, and identify which conceptions of Geography influenced the production of each edition of the textbook; and column: verify how each proposed category evolved by edition of the work under study. The elements of the matrix analysis follow the propositions of Holsti (1969). The analysis categories are based on the registration unit: concepts discussed, relations established with other Geography thematics, languages used and addition and/or suppression of contents between editions. This matrix analysis will seek to make a correlation between each of the editions to identify the similarities and divergences for each exposed content.

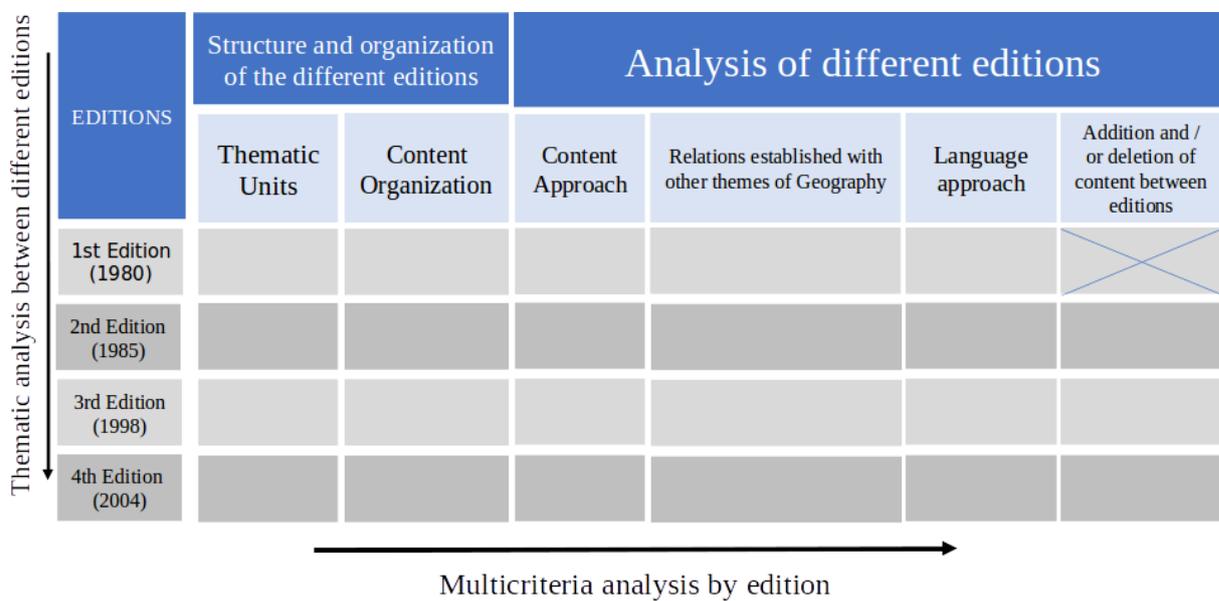


Figure 1 - Categorization matrix model for content analysis.

3. Results and Discussion

This work verified how the thematics related to water, watershed and water resources were addressed in the work “Panorama Geográfico do Brasil”, authored by

Professor Melhem Adas, launched in four editions, all of them with reformulations in its structure and approach to the content, which are noticed even in the title of the work.

The first edition of this work was launched in 1980, and presented the following title: "Geographical Panorama of Brazil: physical, human and economic aspects" (translated). The book was divided into three units, and subdivided into chapters: Unit I – The geographical situation of Brazil and the natural space, Unit II – The Brazilian population; and Unit III – The economic use of the Brazilian land.

The study themes proposed for the present study appeared in this edition in two units: In Unit I, Chapter 2– The Coastline, the Oceanic Islands and the South Atlantic, and Chapter 4 – The characteristics of the river network and the main river drainage basins; In Unit III, these themes were discussed in Chapter 5 – Energy Sources in Brazil, and in Chapter 7 – Brazilian territorial integration and the importance of means of transport.

In analyzing the structure of the book, it was verified that Traditional Geography had influenced the compartmentalization of the programmatic content: in Unit I, physical-natural aspects are presented in the contents with little relation to natural and social aspects, and even to the other natural components; in Unit III, the book focuses on economic aspects, dealing with water resources from the perspective of the economic use, without bearing relations to natural dynamics and processes.

In Chapter II, the author approaches the concepts using predominantly the descriptions and use of quantitative analysis with regard to the study of the coast and the islands in Brazil. The author differentiates the Brazilian coastline by using specific Coastal Geomorphology concepts such as bay, cove, promontories. In addition, he proposes a compartmentalization of the coastline into three zones: septentrional coast, oriental coast, and meridional coast.

Adas (1980), when discussing Brazilian islands, classifies them into two groups: continental islands (coastal) and oceanic islands (isolated). This topic is also approached in a descriptive way and valuing the use of concepts to differentiate them. Besides the descriptive approach, the book uses black and white photographs to illustrate some islands, as well as the use of morphometric data to differentiate the main islands.

The book presents a description of the characteristics of the South Atlantic, and some relations between the interaction 'ocean vs. continent'. Adas (1980) uses – besides

descriptive textual language – schemas, maps, schematic models and photographs to illustrate the constructive and destructive role of the coastal marine dynamics. At no point does the author mention the impacts arising from the use and occupation of these areas by the population in coastal areas or by economic activities, something that is remarkable if we consider that the occupation of the Brazilian territory began on the coast, and later expanded towards the countryside. This view of coastal studies corroborates the criticisms made by Castrogiovanni and Goulart (1988) regarding the approach to content in Geography textbooks published in the 1980s, since these should stop being no more than a compendium of information, and rather, begin to dialogue with the reality of the students and teachers. The authors state that:

a book should allow the reformulation of previous ideas and concepts, including its own text. This means the reading of the same in the light of reality, interpreting each collocation, from their quotidian, allowing the teacher and student to use their life and experiences in order to contribute to the understanding of Geography as a transforming science, as well as enabling an immediate use and appreciation of this field of knowledge (CASTROGIOVANNI; GOULART, 1988, p.19 – translated text)

The way of approaching the contents and the adopted language does not change in Chapter IV, that discuss fluvial characteristics and the main drainage basins in Brazil. The text is based on the differentiation of the aquatic systems compartments through concepts. The comparative method is adopted in this approach, since the author establishes from quantitative data a comparison between the amount of lacustrine formation existing in Brazil and in the other continents. The author emphasizes that the occurrence of fewer numbers of lacustrine systems in Brazil is directly related to the geological structure of its territory.

Unlike Chapter II, the author relates a natural aspect, the rivers, to an economic factor. This is due to the structure of the land relief. This discussion takes place not only in a textual way but using a flowchart that facilitates student reading. Besides this approach to correlation between natural and social aspects, the author uses the presentation of descriptions to differentiate each one of the great Brazilian drainage basins. To do this, the author delimits Brazil in four main drainage basins: the Amazon Basin; the Platina Basin; the São Francisco Basin; and the Secondary Hydrographic Basins, subdivided into the Northeast, East, and Southeast basins. Each of these river

basins was described using comparisons and quantitative data, such as its area in km², percentual relation to the country territory, extension, and fluvial discharge.

The discussion around the use of water as a hydric resource occurs in Unit III when the author presents energy sources and means of transport. The author criticizes the poor utilization of the rivers as a mean of transport, that could be done with the implantation of waterways. In addition to textual language, the author uses a flowchart to show the advantages of using more waterways and fewer highways and railways.

Regarding the hydraulic potential of Brazil, the author describes the characteristics of the main hydroelectric power plants installed in the country. The author uses statistical language to address this issue when presenting quantitative data in the form of graphs. Among the organized graphs, the author correlates hydroelectric potential vs. installed power; and the comparison of hydraulic and thermal energy sources. An interesting approach was the use of historical contextualization when the author discuss hydroelectric plants. He referenced to the Water Code in 1934, and the creation of the National Water and Electricity Council, together with the Water Division of the National Department of Mineral Production in 1939. The latter was responsible for the inspection of electrical activity until 1960, when the Ministry of Mines and Energy emerged.

The approach to hydroelectric power generation is essentially economic. It does not discuss possible impacts arising from the construction of hydroelectric plants, nor the relations between droughts and the storage of water in reservoirs. The discussion focuses on the distribution of energy by economic sectors and services: industrial, residential, commercial, street lighting, public authorities, and others. In addition to textual language, the author uses the graphic language, presenting data for the year 1975.

The 2nd Edition of 1985 did not present changes in the title of the book, nor in the organization of the contents. What was noticed is that there was an improvement in the graphical language of the maps. With regards to the way of approaching the contents and languages applied, the author continued to follow the influences of Traditional Geography which valued the use of concepts and a descriptive language, and, as an influence of Quantitative Geography, only adopted the use of quantitative data and statistical language with the use of tables and graphs. It was verified that there was no significant change in the way of presenting the contents which was practically the same, only changing the

representation of the maps, that became colorful and with a graphic scale. Some cartographic conventions and geographic coordinates were still missing.

This improvement in the graphic quality of the work with the second edition is a tendency that is pointed out by Schäffer (1988) when affirming that there has been a significant improvement in the graphic of textbooks since the beginning of the 1980s. Such improvement has made it possible to establish a competition between national textbooks and foreign textbooks. The author emphasizes that this improvement occurred only in the graphics, with small concern over reformulating contents, and, above all, over its approach.

In the 1980s, the author shows in his work that the Education scholars have pointed the criticisms towards the transformation and improvement of textbooks. At the moment, its extinction was not advocated, by means of substituting textbooks for alternative resources in the teaching of Geography.

The 3rd Edition was called “Geographical Panorama of Brazil: contradictions, impasses and socio-spatial challenges” (translated). This was totally reformulated, based on changes in the Brazilian Educational Policy with the approval of the Education Guidelines and Bases Law (Law No. 9,394; December 20th, 1996) and the publication of the National Curricular Parameters (PCNs).

Tonini (2003) says that the categories used by Marxism started to be used in School Geography at that time, breaking the traditional forms of analysis of the geographical space, bringing the idea of social space, based on an economic perspective. As it regards nature, natural aspects appear in textbooks in an articulated way - linked to economic and social aspects - and the way in which society appropriates nature is studied.

The context pointed out by Tonini (2003) appears clearly in the new structure of the book: it is now divided into four units: Unit I – The production of the geographic space in Brazil and its insertion in the worldwide capitalism; Unit II – Brazil: industrialization and the environment, globalization and neoliberalism; Unit III – The physical aspects of the territory, its economic use, and the environment; and Unit IV – Brazilian population dynamics and urbanization.

Besides the structure, there was a substantial change in the approach to content. This became contextualized, always adopting a conceptual category of Geography for its

discussion: geographic space, territory, region or landscape. The influence of quantification is reduced and the historical-dialectic approach gains strength.

The thematic referring to water, watersheds and water resources got a new look. This thematic embodies social issues, always establishing a more critical approach to capitalism and the disorderly advance of large cities. As far as changes in language are concerned, it is highlighted the improvement in the preparation and resolution of graphs, figures, schemes, and maps, which were always colorful. Such resources are not only used to complement descriptions but rather are an essential element in explaining the dynamics and geographical processes.

The chapters on coastal, river systems, and drainage basins were deleted in this Edition. The coast and the South Atlantic are suppressed content, and the question of water resources and drainage basins received a new approach.

The first discussion on water issues appears in Chapter 10 “Industry and the Environment”, inside Unit II. Emphasis here is on the figure that contextualizes water as a natural component, not isolated but interacting with the other natural system of the terrestrial sphere (Hydrosphere, Atmosphere, Lithosphere, and Biosphere). This schematic model is adopted to address the hydrological cycle, content that was not addressed in previous editions. With regard to water, this chapter works mainly on water pollution through industries. The approach to this thematic has changed substantially: the extensive descriptions that aimed differentiating areas (sections of the coastline, islands, river basins) are left aside. Instead, oceans and rivers are presented within a context of economic and social use: as a source of mineral resources such as oil, gold, and other minerals. The new presentation is contextualized with environmental impacts caused by the appropriation, pollution, and industrial waste resulting from the exploitation of large corporations, such as the social impacts of mining areas. The correlation between the industry and the question of water resources is contemporary, and it is present in the daily lives of students in the cities.

In Unit III, inside Chapter 18 “Energy sources in Brazil (II): water resources, hydroelectricity, thermoelectricity (nuclear) and the environment”, the subdivision of drainage basins changed. This map undergoes substantial changes: it not only represents the compartmentalisation of drainage basins but also presents the location of the main hydroelectric plants and also indicates the hydroelectric potential in

operation/construction, inventoried and estimated. This map shows how to break with a dichotomous view between Physical Geography and Human Geography at school: it shows how it is possible to make an association between natural and social aspects in the territory.

Other important approaches present in this edition are: (a) scarcity of water resources in the face of anthropic actions and climate issues; (b) the use of water resources and ecological, political, and economic issues. In this aspect, the author emphasizes an approach that is more closely related to political and economic controls in the use and economic benefits of water by various societies in time, even presenting the disputes and/or confrontation when interest of two or more countries.

Another highlight is the differentiated approach to the theme of waterways. Adas (1998) relates the discussion of waterways and hydroelectric dams, and the environmental impacts. The author points out: the destruction of the riparian forests, the collapse of the banks, sedimentation of the river bed, fuel pollution by watercraft, dumping of human waste.

These changes in the content and language approach in the “Panorama Geográfico do Brasil” work are closely related to what Tavares states:

The relevance of this thought is directly associated to the process of construction of the National Curricular Parameters (PCNs) that allowed a rupture between the initiatives of the State and the scientific associations in the discussion of parameters for Brazilian Education. This process was extended to textbook policies. At the end of the 1990s, the theoretical conceptions, the methods of work, the language used in the preparation of textbooks began to be oriented according to the guidelines of the PCNs (TAVARES, 2010, p.23 – translated text).

This influence was maintained in the fourth Edition in 2004. The structure of the book remained. There were only a few changes to the content approach. Concepts that the author addressed in the previous three editions, as the differentiation between plateau rivers and plain rivers were suppressed. The author reinforces his option for a critical thinking to capitalism in the face of environmental damage, and leaves aside the language and technical descriptive approach from the first two editions.

The approach to water issues is more restricted to social and political issues and less economic as in the other three editions. It is added a very pertinent discussion about the National Water Resources Policy, water management, and a new division of drainage

basins according to the National Water Agency (ANA) appears. Regarding the other themes, the author maintained the same approach and language.

4. Final Considerations

When analyzing the four editions of the work "Geographic Panorama of Brazil", a rupture can be perceived in School Geography: previous to the decade of 1990, the concepts and foundations of the Traditional Geography and the Quantitative Geography were present in the production of textbooks; and in a second moment, the renewal of the Brazilian Geography, which is marked inside the context of Academic Geography, by the meeting of the Association of Brazilian Geographers of 1979, but that took a decade to begin to influence School Geography.

The renewal in the School Geography is materialized from great debates that culminated in the publication of the National Curricular Parameters (PCNs), an essential document that influenced the entire publishing market of textbooks in Brazil, bringing with it a new approach to the contents referring to water, drainage basins, and water resources: these are no longer isolated and dissociated from the other themes of the geographic science but articulated with other natural components, relating to the different social means of production.

Bibliographical References

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos.** São Paulo: Moderna, 1980.

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1985.

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais.** 4 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, B. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 16, p. 17-20, out., 1988.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O estado da arte do livro didático no Brasil.** Brasília: INEP, 1987.

HOLSTI, O. R. **Content analysis for the social sciences and humanities.** Reading, MA: Addison-Wesley, 1969.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis**. Beverly Hills. California: Sage Publications, 1980.

MORAES, E. M. B. O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia Escolar. 2011. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, 310 p.

SCHÄFFER, N. O. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 16, p. 03-16, out., 1988.

TAVARES, G. C. A Geografia Crítica e o livro didático: subsídios para um debate. 2010. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Geografia). Instituto Federal Fluminense, 2010, 87 p.

TONINI, I. M. **Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2003.

SOBRE OS AUTORES

Amal Abdulmalek é Graduada em História pela Universidade Severino Sombra – USS (atual Universidade de Vassouras). Discente da Especialização em História e Cultura da África, Afro-Brasileira e Indígena da Universidade de Vassouras, Vassouras-RJ. Mestranda em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia - MAST. Pesquisadora integrante do Projeto de Pesquisa “Negros e Índios no Brasil: Relações étnicas, discussões históricas e situação atual no tocante à saúde, cultura e tecnologia” do Grupo de Pesquisa do CNPq “Laboratório de Pesquisa em História, Memória e Educação” da Universidade de Vassouras.

Ana Cristina Figueira de Almeida de Souza Ramos é Bióloga, Guia de turismo, especialista em Educação Ambiental, Espaço e possibilidades Educacionais pelo Instituto Federal Rio Grande do Sul, Mestre em Geografia e Doutoranda/bolsista CAPES em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ/PPGEO. Consultora no Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia e da Secretaria Municipal de Educação de Itatiaia/RJ. Contato: ecotransmutacao@gmail.com

Angelo Ferreira Monteiro é Doutorando em História – PPGH/UNISINOS. Mestre em História e Graduado em História pela Universidade Severino Sombra – USS (atual Universidade de Vassouras). Na Universidade de Vassouras é Professor Assistente III, Pesquisador, Editor Executivo da Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Membro do Corpo Editorial das Revistas Mosaico, Saúde, TECCEN, Pró-UniverSUS, Extensão Universitária e Produções Técnicas, responsável pelo Núcleo de Integração, Empreendedorismo Sociocultural e de Negócios; Membro do Comitê Científico Institucional, Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Pesquisa em História, Memória e Educação e integrante do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação, na linha de pesquisa de História Regional. Foi o idealizador, coautor e um dos organizadores dos dois volumes da coletânea “A formação em Pedagogia no Brasil do Século XXI – desafios, propostas e caminhos”, organizador do Guia de Obras Publicadas sobre o Vale do Paraíba Fluminense - O Vale do Café, autor de livro, capítulos e artigos. Avaliador do MEC/INEP de cursos de graduação. Titular da cadeira nº 7 da Academia de Letras de Vassouras – ALV – Patrono Casimiro Cunha. Membro Colaborador do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV. Patrono da Cadeira nº 7 da Academia Juvenil de Letras de Vassouras – AJLV. É co-fundador do Centro de Memória da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Vassouras/Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras – Dr. Joaquim José Teixeira Leite.

Bruno Brandão Augusto é Graduado em Pedagogia (UERJ/FEBF), Mestre em Educação, Cultura e Comunicação (UERJ/FEBF), Doutorando em História (PPGH UNISINOS) e Professor Assistente III do curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Maricá, além de atuar como Orientador Educacional na Educação Básica. Augusto é pesquisador do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação, da Universidade de Vassouras, atuando na linha de pesquisa Ensino de História e História da Educação. E-mail: brunobaugusto@yahoo.com.br

Carlos Eduardo da Costa Campos é Doutor e Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, atualmente, é Professor Adjunto de Pré-História e Antiguidade na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É membro do Museu de Arqueologia da UFMS e do Comitê de Investigação e Extensão desta Universidade. Campos é o coordenador do Grupo de Pesquisa ATRIVM/UFMS do PIBID-HIST- FACH/UFMS e atua como docente no Mestrado Profissional de Ensino de História da Universidade do Estado do Mato Grosso.

Danilo Bantim Frambach é Professor Adjunto de Filosofia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação/CEH, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisador voluntário do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação da Universidade de Vassouras, atuando na linha Educação Patrimonial e uso de Tecnologias. Endereço eletrônico: dan.bantim@gmail.com

Danilo de Assis Rodrigues é Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pela UERJ, Professor Inspetor Escolar da SEEDUC -RJ e Membro da Equipe de Orientação Educacional da Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica - DDE, já atuou na docência do Ensino Superior e na Gerência Pedagógica da SME do Município de Barra Mansa.

Gabriel de Azevedo Maraschin é Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob a linha de pesquisa Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Henrique Pedreira Campos. É pesquisador voluntário do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação da Universidade de Vassouras-RJ, atuando na linha de pesquisa História Regional.

Gabriela Clotilde dos Santos Monteiro é Mestre em Educação pela UNESA/RJ, Especialista em Psicopedagogia e Docência Superior pela UCAM e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (1997). Atualmente é Professora Assistente II da Universidade de Vassouras, Orientadora Pedagógica da Prefeitura Municipal de Maricá, exercendo atualmente a função de Diretora Geral e Prof.^a Inspetora Escolar SEEDUC/RJ. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação Docente, Didática, Educação Infantil e Atividades Lúdicas.

Helenice Maia Gonçalves possui Pós-Doutorado em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012) e Pós-Doutorado em Representações Sociais, Subjetividade e Educação pela Superintendência de Educação e Pesquisa da Fundação Carlos Chagas (2011). Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), Mestrado em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998), Especialização em Dificuldades de Aprendizagem (IPSP-RJ) e Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora adjunta nível VI no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação - e na Graduação em Pedagogia da Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, integrando o Núcleo

Docente Estruturante (NDE), entre 2001 e 2020, e membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESA. Foi Coordenadora Acadêmica dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu nesta Instituição entre 2006 e 2008. Lecionou em cursos de Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação lato sensu na Escola Superior de Guerra (ESG), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), UNESA, UERJ, UCB, USS, FIC, entre outras instituições. Atualmente se dedica a pesquisas relacionadas à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e à Tecnologia Assistiva.

Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcanti é Doutora em História Social Moderna pelo PPGH/Universidade Federal Fluminense – UFF (2010). Possui também Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (1975) e Licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cataguases (1995). É Especialista em História do Brasil (FAFIC, 2002) e Mestre em História Comparada pelo PPGHC/Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Desenvolve pesquisa sobre o Conselho Ultramarino, com ênfase em História Ambiental, História do Brasil Colonial e História de Minas Gerais. É professora universitária desde 2002, trabalhando atualmente no Programa de Mestrado em Ciências Ambientais e Licenciaturas da Universidade de Vassouras (RJ). É Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI, da Universidade de Vassouras. É uma das organizadoras do “Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense” e dos dois volumes da coletânea “A formação em Pedagogia no Brasil do Século XXI – desafios, propostas e caminhos”. Avaliadora do MEC de cursos de graduação. Avaliadora *ad hoc* do CNPq e das Revistas “Outros Tempos” e “Pesquisa em Foco” da UEMA, “Recôncavo: Revista do curso de História” da UNIABEU, “Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião” da UFJF, “Revista Hominum – Humanidade e Sociedade” e “Revista Mosaico” da Universidade de Vassouras.

Laura Roseli Pael Duarte é Doutoranda em Ensino de Ciências na UFMS e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Grande Dourados. Atualmente é a responsável técnica do Museu de Arqueologia da UFMS.

Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques é Doutora e Mestre em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidad Autónoma de Barcelona – España. É técnica do laboratório de Arqueologia do MuArq/UFMS e ocupa, atualmente, a função de Diretora de Divulgação Científica na UFMS.

Luis Filipe Bantim de Assumpção é Graduado em História (Simonsen), Mestre em História Política (UERJ) e Doutor em História Comparada (UFRJ), com estágio de Pós-doutorado em Letras Clássicas (UFRJ). Tem experiência com História Antiga, Literatura Clássica, Recepção da Antiguidade, Teorias e Metodologias da História e Ensino de História. Atualmente, ocupa o cargo de Coordenador Local de Doutorado, por meio do PCI entre a Universidade de Vassouras e a UNISINOS-RS, e de Professor Adjunto I dos cursos de Pedagogia e Direito da Universidade de Vassouras, campus Maricá. Assumpção é líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação - GHiPE, também nesta Universidade, atuando na linha de pesquisa Ensino de História e História da Educação. E-mail: lbantim@yahoo.com.br

Márcia Sena Barbosa Monsores Ribeiro é Pedagoga, Mestre em Ciências Ambientais, Especialista em Psicopedagogia e em Gestão Escolar e suas Tecnologias pela Universidade Severino Sombra/RJ. Atua na Universidade de Vassouras/RJ onde assumiu cargos de gestão na área de educação, com ênfase em Planejamento e Gestão Educacional, tendo atuado também como gestora da Secretaria Acadêmica de Graduação, sendo responsável pelo controle acadêmico dos cursos de graduação e no gerenciamento de processo seletivo discente (2009/2013). Compõe as seguintes comissões institucionais: Colegiado de Extensão Universitária do Comitê de Ética Institucional e do Grupo de Trabalho em Educação Inclusiva. Atualmente é Assessora Pedagógica da Procuradoria Institucional e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI.

Marcus Vinícius Kelli é Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. No presente momento é Tutor Presencial das disciplinas História e Documento; História e Antropologia; Historiografia Contemporânea, no polo de Cantagalo, no curso de Licenciatura em História, modalidade semipresencial (EAD), oferecida pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em parceria como o consórcio CEDERJ/UAB. Atuou também como Tutor de História (2019.2 | 2016.2-2012) no Pré-Vestibular Social (PVS/CECIERJ), projeto voltado para inserção de alunos de baixa renda no Ensino Superior (ENEM, UERJ, CEDERJ). É pesquisador voluntário do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação da Universidade de Vassouras, atuando na linha de pesquisa História Regional. Com relação à pesquisa, possui interesse nas seguintes temáticas: História do Rio de Janeiro; Transporte e Modernidade; Educação a Distância. E-mail para contato: marcus_vinicius1@hotmail.com

Maria Cristina Bohn Martins é Professora Titular da UNISINOS, vinculada à Graduação e ao Programa de Pós-Graduação da Universidade. Atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista Produtividade do CNPq (Nível 2, 2010-2016; 2021 atual). Doutorou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (História Ibero-Americana com a Tese: A festa guarani das reduções: perdas, permanências e transformações que recebeu o Prêmio Anpuh-RS de Teses, 2006. Membro da Société internationale d'études jésuites (SIEJ), liderada por Pierre-Antoine Fabre, e da Comisión Permanente de las Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas; Líder do Grupo de Pesquisas (CNPq) "Jesuítas nas Américas", reunindo pesquisadores do Brasil, Argentina, Portugal e Açores. Membro dos Grupos de Pesquisa História das Américas: fontes e historiografia, coordenado por Luis Guilherme Kalil (UFRRJ). Membro do Comitê Científico das Revistas: "IHS -Antiguos Jesuitas en Iberoamerica" [Córdoba, Argentina] e "Ultramares" [Alagoas]. Membro do Comitê Editorial da Revista "História Unisinos". Membro da Comissão Assessora da Área de História do BNI-ENADE. Tem experiência na área de História da América, atuando em temas ligados às sociedades indígenas, missões religiosas, dinâmicas de fronteira e relações interétnicas.

Mirian Lucia Carvalho Sá é Graduada em Administração e Pós-graduada em Gestão de Pessoas. Experiência na área da educação como professora em cursos de qualificação profissional por um período de seis anos.

Nadja Maria Castilho da Costa possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordena o Grupo de Estudos Ambientais/GEA-UERJ, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. Atua na área temática de geociências, com destaque para os seguintes sub-áreas: Análises ambientais em unidades de conservação, biogeografia, educação ambiental e geoconservação/geoturismo.

Natália dos Santos Grillo de Souza é Professora do Curso Técnico de Redes de Computadores, cursos de qualificação e aperfeiçoamento na área de Tecnologia de Informação do SENAI-RJ, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior, Graduada em Tecnologia da Informação.

Nayra Carolina da Silva Luiz Santos é Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Vassouras (2021) e, atualmente, realiza uma especialização em Neuropsicopedagogia (2022-2023) na FAMART.

Pedro Barbosa Lima Neto é Graduando em Letras - Libras - Língua Portuguesa, pela Universidade Estácio de Sá, Petrópolis, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: pedroblimaneto@gmail.com

Patrícia de Burlet é Doutoranda em educação pela Universidade Católica de Petrópolis, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Professora da Rede Municipal de Ensino de Petrópolis, tutora do curso de Formação pela Escola – FNDE e Pedagoga na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Raul Reis Amorim é Professor Livre Docente (Professor Associado I) na área de Geografia pelo Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP. É o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia e foi Chefe do Departamento de Geografia (DGEO) por dois mandatos no Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2005), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - 2007, e Doutor em Geografia também pela UNICAMP (2011). Concluiu Estágio de Pós-Doutorado na UNICAMP (março/2015). Foi professor Adjunto do Departamento de Geografia de Campos (GRC) da Universidade Federal Fluminense entre março/2010 e agosto/2015, atuando como professor da área de Geografia Física nos cursos de graduação e mestrado em Geografia. Atua na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, trabalhando principalmente com os seguintes temas: Análise Geossistêmica da Paisagem, Vulnerabilidade, Suscetibilidade, Exposição e Resiliência às inundações; Gestão de Bacias Hidrográficas com ênfase na conservação da água, solo e cobertura vegetal

Renata Cardoso de Sousa é Doutora e mestre em História pelo programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ). Foi Professora Substituta de História Antiga do Instituto de História da UFRJ e bolsista CAPES no doutorado, no qual desenvolveu pesquisa sobre Homero e os tragediógrafos helênicos no que tange a etnicidade/identidade helênicas, sob orientação do professor Fábio de Souza Lessa. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA-UFRJ) e do ATRIVM (Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade - UFRJ). Desenvolveu no bacharelado pesquisa no Laboratório de História Antiga (LHIA-UFRJ), no que diz respeito à construção do herói homérico e à formação da identidade helênica, orientada pelo mesmo professor e tendo recebido bolsa de Iniciação Científica pelo CNPq. Atualmente é professora de História dos Ensinos Fundamental II e Médio da rede particular de ensino.

Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos é Tutora Presencial no curso de História do polo Cantagalo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), professora na Rede Estadual de Ensino. Pós-graduada em Tecnologias e Educação a Distância, Graduada em História, Graduada em Processos Gerenciais, Pós-graduada em Gestão Pública e de Pessoas, Pós-graduada em Gestão Pública Municipal. Pesquisadora voluntária do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação da Universidade de Vassouras, atuando na linha de pesquisa de Ensino de História e História da Educação.

Sheila S. da Costa Fernandes é Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Especialista em educação básica: modalidade ensino de geografia pela UERJ/FFP, Mestre em Geografia pela UERJ/PPGEO. Atua como professora da educação básica e pesquisadora com foco em Unidades de Conservação da Natureza, Educação Ambiental e Riscos Ambientais. Contato: sheilasgeo@gmail.com

Vicente Passaglia Pereira Cantanhede é Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente trabalha como professor de Geografia da rede privada de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Desenvolveu pesquisa com ênfase em ensino Geografia, trabalhando principalmente com os seguintes temas: Ensino de Geografia Física, Educação Especial aplicada ao ensino de Geografia e análise de livros didáticos.

Este livro reitera a importância de unirmos os nossos esforços acadêmicos em prol do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo que o seu resultado contribua para o aprimoramento conjunto dos profissionais e das instituições de ensino envolvidas, bem como para o público interessado. Esta publicação consolida a ideia iniciada por Eduardo Schnoor, Ricardo Salles (in memoriam), Carlos Eduardo Campos e Luis Filipe de Assumpção, visto que todos os textos trataram de temáticas que envolviam um dos eixos temáticos do Iº Colóquio Acadêmico em História, Patrimônio Cultural e Educação, realizado em maio de 2021, pela Universidade de Vassouras.

Boa leitura a todos.